

CATARREDOR: VISÃO ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO

Paulo Carvalho | Susana Silva



CATARREDOR: VISÃO ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO

Paulo Carvalho | Susana Silva

Título: Catarredor: Visão Estratégica de Desenvolvimento

Autores: Paulo Carvalho¹ (paulo.carvalho@fl.uc.pt)

Susana Silva² (susana.silva@uc.pt)

Afiliação: Universidade de Coimbra, CEGOT, FLUC

Colaboração: Luísa Adelino (até maio de 2025)

Rui Ferreira (Universidade de Coimbra, CEGOT, FLUC)

Tiago Santos (Universidade de Coimbra, CEGOT, FLUC)

Infografia: Paulo Carvalho | Susana Silva

Fotografias: Paulo Carvalho

Fotografias (Capa; Contracapa; Separadores): Catarredor (25/03/2025; 18/09/2025; 20/11/2024, 04/09/2025, 26/06/2025, 07/11/2024)

Edição: eumed.net Servicios Académicos Intercontinentales S.L.

Copyright: © Paulo Carvalho | Susana Silva

ISBN: 979-13-991972-1-1

2026



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

CEGOT
Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território



¹ Paulo Carvalho é Professor Associado do Departamento de Geografia e Turismo (DGT) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador Integrado do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) das Universidades de Coimbra e do Porto. É autor (ou coautor) de duas centenas e meia de publicações científicas, com ênfase nos temas património cultural, ordenamento do território, desenvolvimento rural, ambientes de montanha, lazer e turismo. Na atualidade desenvolve investigação principalmente na geografia do turismo, com especial atenção para as áreas naturais protegidas, os percursos pedestres e/ou cicláveis, os jardins, as vias verdes, e os caminhos de ferro.

Paulo Carvalho is an Associate Professor in the Department of Geography and Tourism (DGT) at the Faculty of Arts of the University of Coimbra, and an Integrated Researcher at the Centre of Studies in Geography and Spatial Planning (CEGOT) of the Universities of Coimbra and Porto. He is the author (or co-author) of 250 scientific publications, with research focusing on cultural heritage, land use, rural development, mountain environments, leisure, and tourism. Currently, he conducts research mainly in the field of tourism geography, with a special emphasis on protected natural areas, pedestrian and/or cycling trails, gardens, greenways, and railways.

² Susana Silva é Professora Auxiliar convidada do Departamento de Geografia e Turismo (DGT) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigadora Integrada do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) das Universidades de Coimbra e do Porto. É autora (ou coautora) de quase uma centena de publicações científicas, com ênfase nos temas património, turismo, lazer e desenvolvimento territorial. Na atualidade desenvolve investigação principalmente no domínio das novas geografias do turismo e nichos turísticos, com especial atenção para os jardins e para as áreas rurais, bem como das novas formas de interpretação do património e da cultura.

Susana Silva is a visiting Assistant Professor in the Department of Geography and Tourism (DGT) at the Faculty of Arts of the University of Coimbra, and an Integrated Researcher at the Centre of Studies in Geography and Spatial Planning (CEGOT) of the Universities of Coimbra and Porto. She is the author (or co-author) of nearly 100 scientific publications, with research focusing on heritage, tourism, leisure, and territorial development. Currently, she conducts research mainly in the fields of new geographies of tourism and niche tourism, with a particular emphasis on gardens and rural areas, as well as innovative approaches to interpreting heritage and culture.

Sumário

Sumário	4
Resumo/Palavras-chave	6
Resumen/Palabras clave	6
Abstract/Keywords	7
Índice de Figuras	8
Índice de Tabelas	11
SUMÁRIO EXECUTIVO	12
PREÂMBULO	17
PARTE I. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO	24
1. Serra da Lousã: dinâmicas territoriais	25
1.1 Localização	25
1.2 População e povoamento	26
1.3 Atividades económicas	32
1.4 Turismo e lazer	36
1.4.1 Indicadores estatísticos (oferta e procura turística)	36
1.4.2 Atrações turísticas: da natureza à cultura	45
1.5 Património(s)	50
1.5.1 Património natural	50
1.5.2 Património cultural	55
2. Aldeias serranas da Lousã: um percurso singular	60
2.1 Sinopse histórica	60
2.2 Migração e não retorno	65
2.3 Residência secundária	67
2.4 Neorruralidade	71
2.5 Turismo no contexto da requalificação e revitalização territorial	75
2.5.1 Aldeias do Xisto	75
2.5.2 Rede das Aldeias do Xisto	83
3. Catarredor: do passado ao presente... para construir o futuro	91
3.1 Génese e evolução de uma paisagem cultural	91
3.2 Dinâmica recente e situação atual	106
3.3 Instrumentos de gestão territorial	119
3.4 O presente e o futuro, na perceção de múltiplos atores	135
3.4.1 Residentes	136

3.4.2 Proprietários de edifícios que não moram na aldeia	139
3.4.3 Entidades públicas e entidades de direito privado sem fins lucrativos	144
PARTE II. VISÃO ESTRATÉGICA	150
4. Novos rumos para uma paisagem cultural: residir, trabalhar e visitar/fruir	151
4.1 Requalificar de forma integrada o tecido urbano	151
4.1.1 Instalação e remodelação de infraestruturas básicas	151
4.1.2 Reabilitação dos espaços de circulação e de utilização coletiva	153
4.1.3 Recuperação e revitalização do edificado	156
4.2 Transformar e valorizar a paisagem envolvente	157
4.2.1 Revitalização da interface urbana/rural	157
4.2.2 Preservação e valorização da floresta autóctone	162
4.3 Criar atividades e experiências diferenciadoras	164
4.3.1 Cereais: ciclo de produção, moagem e gastronomia	164
4.3.2 Quintinha pedagógica	165
4.3.3 Atividades artísticas e de imersão na natureza	166
4.3.4 Eventos e outras atividades	166
4.4 Proteger e valorizar o património natural, cultural e paisagístico	168
4.4.1 Arvoredo notável	168
4.4.2 Resgate e transmissão de memórias ancestrais	169
4.4.3 Patrimonialização da EN236	172
4.4.4 Reabilitação e reutilização de antigas casas florestais	176
4.4.5 Centro Interpretativo das Aldeias de Xisto	177
4.5 Melhorar a experiência de apreciação da paisagem e promover o território	179
4.5.1 Contemplação e partilha de imagens diferenciadoras da paisagem	179
4.5.2 Promoção e marketing	180
Referências Bibliográficas	183
Anexos	189

CATARREDOR: VISÃO ESTRATÉGICA DE DESENVOLVIMENTO

Paulo Carvalho

Universidade de Coimbra, CEGOT, FLUC

paulo.carvalho@fl.uc.pt

Susana Silva

Universidade de Coimbra, CEGOT, FLUC

susana.silva@uc.pt

Resumo

A abordagem estratégica territorial é um processo contínuo, dinâmico, flexível, participativo e prospetivo, cada vez mais utilizado na gestão territorial, tendo em vista o desenvolvimento equilibrado e sustentável de uma determinada realidade geográfica, com base nos seus recursos diferenciadores.

No caso do Catarredor, considerando a sua especificidade, adotou-se uma perspetiva integrada e participativa sobre a situação atual e o futuro deste território do Município da Lousã (Região de Coimbra e Centro de Portugal). A análise e diagnóstico, através de revisão de literatura científica, dados estatísticos, investigação de campo e entrevistas aos principais atores locais e regionais, antecede e suporta a visão estratégica, com cinco objetivos e dezasseis linhas de ação para o desenvolvimento do Catarredor no horizonte de curto/médio prazo, refletindo a proteção e valorização do seu património cultural (material e imaterial), natural (biótico e abiótico), e paisagístico.

Palavras-chave: Visão Estratégica. Desenvolvimento. Territórios de Montanha. Serra da Lousã. Catarredor.

Resumen

El enfoque territorial estratégico es un proceso continuo, dinámico, flexible, participativo y prospectivo, cada vez más utilizado en la gestión territorial, con el objetivo de lograr un desarrollo equilibrado y sostenible de una realidad geográfica determinada, basado en sus recursos diferenciadores.

En el caso de Catarredor, considerando su especificidad, se adoptó una perspectiva integrada y participativa sobre la situación actual y el futuro de este territorio del municipio de Lousã (Región de Coímbra y Centro de Portugal). El análisis y diagnóstico, realizados mediante la revisión de literatura científica, datos estadísticos, investigación de campo y entrevistas con los principales actores locales y regionales, precede y sustenta la visión estratégica, que incluye cinco objetivos y dieciséis líneas de acción para el desarrollo de Catarredor a corto y medio plazo, que reflejan la protección y valorización de su patrimonio cultural (tangible e intangible), natural (biótico y abiótico) y paisajístico.

Palabras clave: Visión Estratégica. Desarrollo. Territorios de Montaña. Serra da Lousã. Catarredor.

Abstract

The territorial strategic approach is a continuous, dynamic, flexible, participatory, and prospective process, increasingly used in territorial management, with a view to achieving the balanced and sustainable development of a given geographical area, based on its distinctive resources.

In the case of Catarredor, considering its specificity, an integrated and participatory perspective was adopted regarding the current situation and the future of this territory within the Municipality of Lousã (Coimbra Region and Centre of Portugal). The analysis and diagnosis, conducted through a review of scientific literature, statistical data, field research, and interviews with the main local and regional stakeholders, precede and support the strategic vision, which comprises five objectives and sixteen lines of action for the development of Catarredor in the short/medium term, reflecting the protection and enhancement of its cultural (tangible and intangible), natural (biotic and abiotic), and landscape heritage.

Keywords: Strategic Vision. Development. Mountain Territories. Serra da Lousã. Catarredor.

Índice de Figuras

Figura 1. Localização da Serra da Lousã	25
Figura 2. Painel da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego (Castelo da Lousã, 04/2025)	28
Figura 3. Octant Lousã (30/04/2024)	41
Figura 4. Casa de Campo (Casa das Estórias) na Cerdeira (13/11/2023)	42
Figura 5. Mapa da rede de percursos pedestres – Vila e Serra da Lousã (04/03/2025)	46
Figura 6. Louzanpark (10/07/2024)	48
Figura 7. Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques (05/07/2023)	50
Figura 8. ZEC Serra da Lousã (Rede Natura 2000)	51
Figura 9. Proposta (delimitação) da Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã	54
Figura 10. Poço da neve e capela de Santo António da Neve (Coentral, 28/04/2025)	57
Figura 11. Talasnal (24/04/2025)	57
Figura 12. Mapa simplificado de localização das aldeias serranas da Lousã	61
Figura 13. Sinalização de iniciativa no Catarredor, no âmbito do PDR2020 (07/11/2024)	88
Figura 14. Mapa simplificado de localização do Catarredor	91
Figura 15. Ribeira de Catarredor (extrato da Carta Militar de Portugal)	93
Figura 16. Casa dos Cantoneiros da Fonte Fria (23/05/2025)	95
Figura 17. Casa do Guarda Florestal do Porto Espinho (04/09/2025)	95
Figura 18. Casal de Catarredor	97
Figura 19. Vista parcial das folhosas autóctones do Catarredor (25/03/2025)	98
Figura 20. Moldura verde do Catarredor (24/04/2025)	99
Figura 21. Percursos pedestres Rota da Levada (a verde) e Bosques do Catarredor (a roxo)	99
Figura 22. Trecho do PR5 na ribeira de Catarredor (20/11/2024)	100
Figura 23. PR5 na proximidade (meridional) do Catarredor (24/04/2025)	100
Figura 24. Musgos no troço superior (poente) do PR5, após a EN236 (11/12/2024)	101

Figura 25. Freixo monumental do Catarredor (07/11/2024)	102
Figura 26. Casa (atual Loja das Aldeias do Xisto) junto à EN236, no Candal (29/06/2025)	105
Figura 27. Casa confinante com a estrada florestal, no Catarredor (17/01/2025)	106
Figura 28. Captação e armazenamento de água no Catarredor (24/04/2025)	109
Figura 29. Edifícios em ruína no Catarredor (04/09/2025)	110
Figura 30. Edifício em mau estado de conservação no Catarredor (24/07/2025)	110
Figura 31. Estado de conservação dos edifícios do Catarredor	111
Figura 32. Número de pisos dos edifícios do Catarredor	112
Figura 33. Utilização (função original) dos edifícios do Catarredor	113
Figura 34. Edifícios habitacionais com ocupação ou em reabilitação no Catarredor	114
Figura 35. Habitação permanente (edifício à direita) no Catarredor (23/05/2025)	115
Figura 36. Segunda habitação (edifício em 1.º plano) no Catarredor (24/04/2025)	115
Figura 37. Edifício em reabilitação no Catarredor (23/05/2025)	116
Figura 38. Moinho de rodízio na ribeira de Catarredor (03/06/2025)	116
Figura 39. Painéis com propostas de arquitetura para o Catarredor (23/05/2025)	118
Figura 40. Extrato da Carta de Condicionantes (Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais) do PDMLSA	122
Figura 41. Extrato da Carta de Condicionantes (Património Natural) do PDMLSA	123
Figura 42. Planta de delimitação da ARU do Catarredor	127
Figura 43. AIGP Serra da Lousã	129
Figura 44. Plano de Ação do ITI do Pinhal Interior: pilares estratégicos, objetivos estratégicos; programas temáticos e operações	133
Figura 45. Nuvem de palavras: perceções dos proprietários não residentes sobre a situação presente do Catarredor	141
Figura 46. Nuvem de palavras: perspetivas futuras dos proprietários não residentes sobre o Catarredor	143
Figura 47. Largo da Capela (28/04/2025)	155
Figura 48. Eira do Catarredor (23/05/2025)	155
Figura 49. Ruínas de antigas construções junto ao PR3 (26/06/2025)	160
Figura 50. Eucaliptos monumentais na bordadura	

da ribeira de Catarredor/PR5 (03/06/2025)	169
Figura 51. Joaquina Maria Antunes (“Ti Joaquina da Catraia”)	171
Figura 52. “Catraia da Ti Joaquina” (17/03/2025)	172
Figura 53. EN236 no Porto Espinho (24/07/2025)	175
Figura 54. Fonte Fria (23/05/2025)	175
Figura 55. Casa do Guarda Florestal das Hortas (28/04/2025)	177
Figura 56. Baloioço do Trevim, com o Catarredor na parte inferior esquerda da imagem (13/01/2025)	180

Índice de Tabelas

Tabela 1. Indicadores demográficos e territoriais da Serra da Lousã, por município	29
Tabela 2. População residente na Serra da Lousã, por freguesia, em 2011 e 2021	30
Tabela 3. Índice de envelhecimento da Serra da Lousã, por município, em 2011-2021	31
Tabela 4. Taxa de atividade e taxa de desemprego na Serra da Lousã, por município, em 2011-2021	32
Tabela 5. População empregada da Serra da Lousã, por local de trabalho, em 2011-2021	33
Tabela 6. Estrutura da população empregada da Serra da Lousã, por setor de atividade, em 1991-2021	34
Tabela 7. Indicadores das empresas da Serra da Lousã, por município, em 2023	35
Tabela 8. Estabelecimentos de alojamento turístico e capacidade de alojamento da Serra da Lousã (31/07/2023)	37
Tabela 9. Hóspedes e dormidas na Serra da Lousã (31/07/2023)	37
Tabela 10. Indicadores dos estabelecimentos turísticos da Serra da Lousã (2023)	38
Tabela 11. Empreendimentos turísticos (n.º) da Serra da Lousã, por município, a 27/01/2025	39
Tabela 12. Alojamento local (n.º) na Serra da Lousã, por município, a 31/01/2025	43
Tabela 13. Alojamento local nas Aldeias do Xisto da Serra da Lousã (31/01/2025)	44
Tabela 14. Bens culturais imóveis classificados dos municípios da Serra da Lousã, segundo a categoria de proteção (2023 e 2025)	56
Tabela 15. Evolução da população residente nas aldeias serranas da Lousã	64
Tabela 16. População, famílias, edifícios e alojamentos das Aldeias do Xisto (2021)	80

SUMÁRIO EXECUTIVO



Catarredor 2030 é o resultado da iniciativa da Associação do Casal de Catarredor, tendo em vista a elaboração de um documento, através da Universidade de Coimbra, para servir de orientação à concretização de ações para o desenvolvimento do território nos próximos anos, coincidindo com o atual período de operacionalização das políticas públicas em Portugal.

Este documento sintetiza a fundamentação metodológica, as conclusões da análise e diagnóstico, a visão, os objetivos (eixos) e as linhas de ação estratégicas, reconhecendo-se que o momento corresponde a uma grande oportunidade, mas que a sua implementação depende em larga medida do envolvimento de diversas entidades e agentes.

A estratégia Catarredor 2030 está alicerçada numa abordagem de planeamento estratégico territorial. Esta metodologia reconhece a natureza complexa, dinâmica e incerta dos territórios, bem como das sociedades que os integram e moldam, propondo um processo contínuo, flexível, participado e de carácter prospetivo, capaz de antecipar cenários, ajustar decisões e orientar a ação no presente em função de um futuro desejado.

Considerando este quadro de mudança e incerteza contemporâneas, a abordagem proposta pelo planeamento estratégico revela-se particularmente pertinente para:

- a) a definição de uma visão estratégica para o Catarredor, que seja simultaneamente sustentada, sustentável e diferenciadora no contexto territorial em que se integra;
- b) a definição de uma estratégia de ação com a identificação de propostas, designadamente para a proteção e valorização do património cultural (material e imaterial), natural (biótico e abiótico), e paisagístico da Aldeia do Catarredor e respetivo Casal.

As dinâmicas territoriais da maioria dos lugares e da superfície da Serra da Lousã (extremidade ocidental da Cordilheira Central), como em tantos outros espaços rurais de montanha, refletem o decréscimo significativo da população residente; o abandono demográfico e a morte funcional de diversas aldeias; o envelhecimento acelerado dos efetivos demográficos; a redução drástica da população com emprego no setor primário; o abandono generalizado da paisagem; os incêndios rurais e o crescimento dos seus episódios catastróficos; o aumento da área de incultos, de eucalipto (*Eucalyptus globulus*) e de espécies com grande capacidade invasora, sobretudo a acácia-mimosa (*Acacia dealbata*), entre outros problemas e ameaças.

Porém, nas últimas três décadas emergiu uma geração inovadora de instrumentos, alicerçados em visões territoriais, multifuncionais e colaborativas, como, por exemplo, as Ações Integradas de Base Territorial (2000-2006) ou os Programas de Valorização de Recursos Endógenos (desde 2007), através de estímulos (apoios) para a revitalização económica e social, a reabilitação urbana integrada, a proteção e valorização de patrimónios, e a melhoria da

qualidade de vida, com base em recursos diferenciadores, ou seja, oportunidades de manter ou atrair população, criação de emprego, relacionamento entre lugares e atores, bem como integração de territórios persistentemente esquecidos e até marginalizados na nova geografia do desenvolvimento.

Nas aldeias serranas da Lousã, após o maior ciclo de crise e abandono (1940-1981) que reduziu a população residente a menos de três dezenas de pessoas, começavam a ser visíveis os efeitos, em primeiro da residência secundária (Casal Novo e Talasnal), e depois da neorruralidade (Vaqueirinho e Catarredor), embora com sinais antagónicos.

Será a nova atmosfera das políticas públicas que vai abrir um novo capítulo na história secular destas aldeias, designadamente o Programa das Aldeias do Xisto (2000-2006), ao disponibilizar apoio financeiro e mobilizar atores públicos e privados para a reabilitação integrada (infraestruturas básicas, espaços verdes e de circulação, espaços construídos, novas atividades económicas) tendo em vista melhorar as condições de habitabilidade, revitalizar a demografia e a economia, construir uma rede temática/colaborativa e um destino turístico (com base na natureza e na cultura), que os instrumentos seguintes (desde 2007) vão ajudar a consolidar e aprofundar (com ênfase em ações relacionadas com equipamentos de animação permanente, eventos, promoção e marketing), dos quais resultou a valorização e notoriedade de aldeias como o Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal, na Lousã, enquanto parte de um conjunto com quase três dezenas de lugares e mais de uma dezena e meia de municípios – do Casal de São Miguel (Covilhã) a Aldeia Formosa (Vila de Rei), e da Ferraria de São João (Penela) a Martim Branco (Castelo Branco).

Apesar do trabalho realizado no âmbito do Plano de Aldeia (2002), o Catarredor não foi integrado nesta dinâmica. A evolução demográfica até foi positiva no período de 1991 a 2011, com a entrada de novos habitantes, com origem urbana e provindos em particular de alguns países europeus (Alemanha, Holanda, Suíça, entre outros), para fixar residência ou para passar uma parte do ano (mantendo ligação aos territórios de origem), mas a situação da aldeia permaneceu muito frágil, com um grande número de imóveis em mau estado de conservação ou ruína, e ausência ou insuficiência de infraestruturas básicas, a par de problemas sociais internos e de relacionamento com o exterior.

A diminuição do número de residentes desde 2011 até ao presente, verificando-se o mesmo valor (cinco pessoas) que foi registado nos Censos de 1991, por um lado, e a entrada em ação de um novo ator institucional (a Associação do Casal de Catarredor), por outro, são

referências incontornáveis para a compreensão das dinâmicas recentes deste microterritório de montanha.

No âmbito da participação (componente fundamental de um processo estratégico), com base em entrevistas, os inquiridos (residentes; proprietários de edifícios, mas não residentes; entidades públicas; e entidades de direito privado sem fins lucrativos), de forma maioritária identificaram como principais problemas da aldeia, a falta de infraestruturas básicas, designadamente o abastecimento de água potável, a drenagem e o tratamento de águas residuais domésticas, bem como o abandono e degradação do edificado; e como principais pontos fortes, o património natural, cultural e paisagístico, assim como a integração na Serra da Lousã (Rede Natura e Rede de Aldeias do Xisto), o que explica a relevância que foi atribuída às infraestruturas básicas e à requalificação da aldeia (espaço público e estruturas edificadas), como prioridades de ação a curto/médio prazo.

Quanto às atividades a desenvolver, verificou-se um espetro mais alargado de respostas, com a produção agrícola, florestal e animal sustentável, mas também o lazer e o turismo com base na natureza e na cultura, assentes numa perspetiva criativa e compatível com a filosofia deste lugar. Ao mesmo tempo, identificaram-se como principais ameaças, os incêndios rurais, as espécies invasoras, as alterações climáticas, o despovoamento, e a especulação imobiliária; e como principais oportunidades a procura crescente por turismo autêntico e destinos seguros, os instrumentos de apoio aos territórios de baixa densidade, o teletrabalho, a economia verde, e as redes de aldeias já estabelecidas.

Por outro lado, a Associação do Casal de Catarredor é reconhecida pelas iniciativas que tem implementado e pelo papel que pode desempenhar no desenvolvimento da aldeia, embora de forma crítica e mais exigente pelos moradores, tal como foram identificadas as principais entidades que podem contribuir para essa finalidade: no plano regional/supramunicipal, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra; e no âmbito local, a Câmara Municipal da Lousã.

No que concerne à visão estratégica, preconiza-se que o Catarredor deverá ser um território para residir, trabalhar e visitar/fruir, com base nos elementos que mais o diferenciam de outros territórios “concorrentes”, através de cinco eixos (objetivos) estratégicos, desdobrados em dezasseis linhas de ação, a saber:

1. Requalificar de forma integrada o tecido urbano
 - 1.1 Instalação e remodelação de infraestruturas básicas
 - 1.2 Reabilitação dos espaços de circulação e de utilização coletiva

- 1.3 Recuperação e revitalização do edificado
- 2. Transformar e valorizar a paisagem envolvente
 - 2.1 Revitalização da interface urbana/rural
 - 2.2 Preservação e valorização da floresta autóctone
- 3. Criar atividades e experiências diferenciadoras
 - 3.1 Cereais: ciclo de produção, moagem e gastronomia
 - 3.2 Quintinha pedagógica
 - 3.3 Atividades artísticas e de imersão na natureza
 - 3.4 Eventos e outras atividades
- 4. Proteger e valorizar o património natural, cultural e paisagístico
 - 4.1 Arvoredo notável
 - 4.2 Resgate e transmissão de memórias ancestrais
 - 4.3 Patrimonialização da EN236
 - 4.4 Reabilitação e reutilização de antigas casas florestais
 - 4.5 Centro Interpretativo das Aldeias de Xisto
- 5. Melhorar a experiência de apreciação da paisagem e promover o território
 - 5.1 Contemplação e partilha de imagens diferenciadoras da paisagem
 - 5.2 Promoção e marketing

Tratando-se de um documento estratégico territorial, com orientações/caminhos de médio prazo, que refletem o contexto atual, a sua implementação, como um processo dinâmico, depende de diversos fatores críticos, em particular a capacidade de estabelecer um plano de ação, com tarefas específicas, prazos, recursos, e modelo de governança, suportado nos atores (públicos, privados e associativos) que influenciam de forma direta ou indireta a evolução do Catarredor, bem como de uma monitorização e avaliação para adaptar continuamente a estratégia às mudanças de contexto, internas e externas, para medir o progresso e para alcançar o propósito comum.

PREÂMBULO



O presente documento surge no âmbito da Prestação de Serviços Especializados da Universidade de Coimbra, através do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras, para a Associação do Casal de Catarredor, que decorreu entre janeiro e outubro de 2025, tendo em vista a elaboração de uma visão estratégica de desenvolvimento deste território da Serra da Lousã, no horizonte até 2030.

Ao considerar-se a relevância do planeamento estratégico territorial, a sua influência concetual e metodológica é visível neste trabalho, embora com uma perspetiva que reflete, principalmente, as características do território de estudo.

O planeamento estratégico, originalmente associado ao contexto militar e empresarial, foi progressivamente sendo aplicado à gestão territorial como resposta à crescente complexidade social, cultural, económica e ambiental. Assume-se hoje como um novo paradigma de planeamento, centrado na reflexão crítica sobre o território, permitindo decisões mais ajustadas às realidades locais e às transformações em curso, o que lhe confere maior legitimidade de atuação (Ferreira, 2015; Güell, 2021).

Enquanto processo de carácter contínuo, dinâmico, flexível e participativo, procura equilibrar análise técnica, envolvimento comunitário e visão política. A sua finalidade é decidir e agir hoje para construir melhor amanhã, definindo objetivos de longo prazo, estratégias de ação integradas e projetos prioritários orientados para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território, contribuindo para o seu posicionamento competitivo. Deste modo, a abordagem estratégica é entendida como um processo de condução da mudança, sustentado por uma “(...) reflexão e proposição participadas sobre os cenários desejáveis e possíveis para o desenvolvimento de uma entidade – cidade, região, país ou empresa – e as medidas, as acções e os projectos susceptíveis de impulsionarem a mudança, a qualificação e a competitividade, desses sistemas” (Ferreira, 2015:112), objetivando que, no caso de um território, este “(...) descole para o desenvolvimento e se afaste dos seus competidores” (Fonseca & Ramos, 2004:5).

Em suma, esta abordagem: i) assume o território como um sistema dinâmico e interligado, no qual múltiplas dimensões (económicas, sociais, culturais e ambientais) se articulam e influenciam mutuamente; ii) identifica e valoriza os recursos e potencialidades locais disponíveis, organizando-os numa resposta adaptada e flexível à realidade e contextos em constante transformação, sem deixar de considerar as fragilidades e as condições externas; iii) reconhece a importância da colaboração e do envolvimento dos diversos atores na construção de diagnósticos partilhados e na definição de soluções para a mudança; iv) assenta a sua ação na seletividade, procurando racionalizar os recursos para ações estruturantes e com impacto

duradouro; e v) contribui para a definição de um quadro de referência estratégico, que auxilia na tomada de decisões e na gestão integrada do território, alinhando ações, objetivos e missão/visão, orientando a ação com base numa leitura crítica e contextualizada e para um futuro desejado, considerando soluções criativas e sustentáveis (Simplicio, 2000; Ferreira, 2015; Güell, 2021).

A abordagem que o planeamento estratégico incorpora, sustentada neste conjunto de princípios elencados, é ajustada ao enquadramento da presente visão estratégica para: i) responder a um território/lugar em mudança, tanto no plano interno como no externo; ii) esclarecer qual a visão estratégica de futuro, numa ótica prospetiva, de um lugar inserido numa escala mais ampla de relações e contextos; iii) definir orientações, caminhos prioritários a seguir incorporando as circunstâncias, quer internas quer externas, numa otimização de oportunidades e minimização de fragilidades, no sentido do alcance do futuro desejado.

Considerando a especificidade do território de estudo, isto é, as características únicas e distintas, nomeadamente a localização, a dimensão, os traços geofísicos e os elementos geohumanos, que o identificam e diferenciam de outros lugares, tal como influenciam a forma como as pessoas o vivenciam e se relacionam com ele, adotou-se uma perspetiva integrada e participativa, que permitiu, por um lado, articular escalas (Serra da Lousã; Aldeias Serranas da Lousã; Catarredor) – em geral com ligação ao contexto regional e nacional –, para a explicitação das dinâmicas (principais tendências evolutivas) de desenvolvimento e, por outro, obter a perceção de diversos atores, como a população residente, os proprietários de edifícios que não residem na aldeia, as entidades públicas (âmbito local, supramunicipal e regional), e as entidades de direito privado sem fins lucrativos (âmbito local e supramunicipal), sobre a situação atual e o futuro, como contributos para a estruturação e fundamentação da visão estratégica.

No plano metodológico, o trabalho está suportado em revisão de literatura científica da especialidade (estado da arte sobre as temáticas matriciais e a moldura geográfica da investigação); compilação, tratamento e análise de dados estatísticos; trabalho de campo (observação direta), com recolha de elementos para representações (mapas, plantas, fotografias) e conteúdos; entrevistas, que foram conduzidas de diversos modos (presencialmente, por correio eletrónico ou através de *smartphone*), consoante as tipologias de entrevistados, para aquisição de respostas e análise dos respetivos resultados.

Quanto à estrutura, o documento tem início com o Sumário Executivo, que pretende disponibilizar uma síntese com ênfase nos elementos de maior relevância do trabalho. Segue-se o Preâmbulo, para explicitação do tema, especificidade do território de estudo, metodologia de investigação e organização do texto, antes das duas partes estruturais do trabalho. A Parte I.

Análise e Diagnóstico percorre diversas escalas, com particular atenção às dinâmicas territoriais da Serra da Lousã, ao percurso singular das Aldeias Serranas da Lousã, e à evolução do Catarredor, que inclui a perceção dos atores sobre o presente e o futuro da aldeia, além dos instrumentos de gestão territorial (regulação do uso do solo; desenvolvimento). A Parte II corresponde à Visão Estratégica, com cinco objetivos (eixos) e dezasseis linhas de atuação para o desenvolvimento do Catarredor no horizonte de curto/médio prazo.

Importa referir que na fase final deste trabalho ocorreu um incêndio na Serra da Lousã, que afetou uma área de aproximadamente 3.317 ha³, em Góis e, sobretudo, na Lousã. Tal episódio não foi um caso isolado, antes pelo contrário fez parte de um período com incêndios de grande dimensão no contexto de condições meteorológicas muito adversas (temperatura muito elevada, baixa humidade relativa, vento forte e até trovoadas), no qual arderam mais de 190.000 ha, principalmente no Centro de Portugal, com maior incidência nas Beiras e Serra da Estrela, e na Região de Coimbra, respetivamente.

Uma dúzia de incêndios, que representam apenas 0,2% do total, em menos de duas semanas (incêndios com início entre 09 e 18 de agosto de 2025) foram responsáveis por 75% do total de área ardida entre 01 de janeiro e 31 de agosto de 2025⁴. Cerca de um terço dessa área correspondeu ao maior incêndio, desde que há registo em Portugal, com 65.417 ha de área queimada⁵, que teve o seu início junto à Aldeia Histórica do Piódão, atingiu sete municípios (Arganil, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Seia, Covilhã, Fundão e Castelo Branco) de três distritos (Coimbra, Guarda e Castelo Branco), e lavrou durante doze dias – superando os 57.000 ha do incêndio da Lousã, com início perto da localidade de Prilhão, a 15 de outubro de 2017, dia marcado pelo registo de 517 ocorrências provocadas por ignições⁶.

O incêndio da Serra da Lousã (de 14 a 18 de agosto de 2025)⁷ teve origem na proximidade da Aldeia do Xisto de Candal e lavrou principalmente em direção ao Trevim, Lomba do Mouro,

³ De acordo com a informação oficial sobre os incêndios de 2025 (disponível em https://www.sgifr.gov.pt/documents/196633/0/8edc1587_Analise_preliminar_incendios_2025_VF.pdf/16efe319-d387-48c7-26ab-9ebda009793e?t=1758815767687; consulta a 03/10/2025).

⁴ No período de 01 de janeiro a 31 de agosto de 2025 arderam cerca de 254.000 ha, em resultado de 7.046 incêndios (Idem).

⁵ Idem.

⁶ Com base no relatório “Análise dos Incêndios Florestais ocorridos a 15 de outubro de 2017”, coordenado pelo Professor Doutor Domingos Xavier Viegas (Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade de Coimbra) – disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=analise-dos-incendios-florestais-ocorridos-a-15-de-outubro-de-2017>; consulta a 03/10/2025.

⁷ No recorte das últimas cinco décadas e tendo como limite o dia 13 de agosto de 2025, os incêndios na Serra da Lousã, com a maior área ardida no município de Lousã, correspondiam a 1978 e 1998, respetivamente. O primeiro, com origem no Trevim, ocorreu no início de novembro (entre os dias 02 e 05), alastrou em várias direções

Aigra Nova, Ortiga, proximidade de Fiscal e Póvoa de Fiscal, e EN342, onde afetou o troço entre a fonte do Covão e o atravessamento da ribeira Maior (apenas na parte sul da via) e principalmente a área desde a saída de Golpilhares até ao fontenário (Obras Públicas), após a Boavista, com avanço também para norte, atingindo alguns locais do grande incêndio de outubro de 2017 (no caso da Mata do Sobral foram apenas situações pontuais), além da destruição da envolvente a Cabanões. Em conjunto corresponde ao setor com a maior área ardida. A linha de fogo progrediu, de igual modo, no sentido meridional e ocidental, com áreas afetadas, a sudoeste do Baloço do Trevim, sensivelmente delimitadas pelo alinhamento dos marcos geodésicos do Candal e do Espigão, e na ribeira de São João, até perto do Km 15 da EN236, além de outros locais.

Apesar da ausência de dados oficiais detalhados até ao momento, o incêndio pode ter afetado mais de metade da superfície do concelho da Lousã que faz parte da Serra da Lousã, com a particularidade de incluir as áreas com os declives mais acentuados e o maior número de linhas de água que drenam para os rios Arouce e Ceira, consumindo áreas com mato, povoamentos de pinheiro bravo, eucalipto e acácia, mas também com espécies valiosas como castanheiros, carvalhos, sobreiros, azereiros, adernos, medronheiros, azevinhos, entre outras, integradas maioritariamente em Rede Natura 2000, além de campos de cultivo e, pontualmente, alguns edifícios ou anexos, repartindo-se a superfície total queimada entre baldios (perímetro florestal), casais e propriedades privadas.

Ao contrário do que aconteceu na Silveira, com o fogo a varrer quase tudo, Candal e Cerdeira, onde a moldura verde (arvoredo e mato) foi afetada de forma significativa, exceto as galerias ripícolas, algumas manchas de vegetação e exemplares isolados, no Catarredor o incêndio atingiu principalmente a parte mais elevada do Casal, a sul da EN236⁸, com predomínio

(chegou a Cabanões e esteve próximo do Coentral, em Castanheira de Pera) e atingiu diversas povoações serranas, quer sem residentes, como Franco, Silveira e Cerdeira, quer com residentes, como Candal e Cabanões, deixando um rasto de destruição em cerca de 2.000 ha, dos quais metade tinha arvoredo. O segundo, ocorreu no período de 05 a 08 de agosto, e deflagrou na proximidade das piscinas naturais/ermidas da Senhora da Piedade. Afetou uma área estimada em 325 hectares, maioritariamente de pinheiro bravo, em particular a encosta entre Casal Novo e Talasnal (nesta aldeia destruiu alguns edifícios), tendo progredido para montante através do vale da ribeira da Vergada, até atingir a EN236 junto ao marco geodésico do Espigão.

⁸ A Câmara Municipal da Lousã, no dia 03 de setembro de 2025, divulgou um comunicado em que manifesta publicamente a sua discordância e “pondera o eventual procedimento legal adequado” relativamente à manobra de “fogo tático” que foi efetuada no dia 17 de agosto de 2025, “numa zona onde não se justificava e em condições de risco acrescido – em pleno dia, com vento, temperatura e humidade desfavoráveis – potenciando projeções que vieram a ocorrer, obrigando ao empenhamento adicional de meios aéreos e terrestres, que assim não puderam corresponder a outras solicitações, bem como ao aumento considerável da área ardida e a diversas reativações que ocorreram nos dias seguintes.

Esta operação, realizada na cumeada entre a EN236 (zona da Fonte Fria) e o Parque Eólico – que afetou a área dos Baldios do Candal, Cerdeira e Catarredor e também do Casal de Catarredor – resultou na destruição de

de pinheiro bravo e mato, embora de forma descontínua e com menor impacto na vegetação das linhas de água (por exemplo, na parte inicial da que serve de referência ao traçado do percurso pedestre Bosques do Catarredor, após o Km 23 (limite do respetivo Casal). Afetou, de igual modo, as encostas a poente e nascente da estrada florestal proveniente das Hortas, numa extensão aproximada de 700 metros, entre a proximidade do marco do Casal e a linha de água proveniente do Cabeço Marigo, também maioritariamente com pinheiro bravo, e pontualmente algumas áreas de menor dimensão – por exemplo, a norte e a poente da eira da aldeia.

No plano nacional, o Governo aprovou medidas de apoio e mitigação dos danos (ambientais, económicos, sociais, entre outros) causados por “incêndios rurais de elevada dimensão ou gravidade”, até ao momento materializado com a publicação do Decreto-Lei n.º 98-A/2025⁹, de 24 de agosto, “incluindo medidas de resposta de emergência e medidas de prevenção e de relançamento da economia”, tendo em vista, “designadamente, a reconstrução de habitações, a retoma da atividade económica, o auxílio dos agricultores, a reparação de infraestruturas e de equipamentos, a recuperação dos ecossistemas e da biodiversidade, a reflorestação e recuperação de florestas e a contenção de impactos ambientais, entre outros”, bem como “medidas excecionais de contratação pública”¹⁰ para tais finalidades.

A delimitação dos respetivos âmbitos temporal e geográfico de aplicação decorre da Resolução do Conselho de Ministros n.º 126-A/2025¹¹. Foram “consideradas todas as freguesias com área ardida por grandes incêndios, entre as 00h00 do dia 26 de julho de 2025 e as 23h59 do dia 27 de agosto de 2025”¹², o que para a situação em análise inclui a freguesia de Góis, a união das freguesias de Lousã e Vilarinho, e a freguesia de Serpins.

Entretanto, por iniciativa da Associação do Casal de Catarredor, realizaram-se intervenções de emergência para mitigar os efeitos do incêndio nas linhas de água que abastecem a aldeia (Fonte Fria e Km 25 da EN236), assim como de limpeza dos caminhos afetados no setor

uma área estimada em cerca de 300 hectares, abrangendo povoamentos florestais e zonas de nascentes de extrema importância que abastecem os lugares limítrofes” (disponível em <https://cm-lousa.pt/camara-municipal-da-lousa-discorda-de-manobra-de-fogo-tatico-realizada-no-incendio-rural-de-agosto/>; consulta a 03/10/2025).

⁹ Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/98-a-2025-933044064>; consulta a 06/10/2025.

¹⁰ Diário da República n.º 161-A, 1.ª Série de 24/08/2025, página 1 (disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/08/161a00/0000200017.pdf>; consulta a 06/10/2025).

¹¹ Diário da República n.º 165, 1.ª Série (Suplemento) de 28/08/2025, páginas 1-11 (disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/08/16501/0000200012.pdf>; consulta a 06/10/2025).

¹² Idem:1.

superior do PR5 LSA Bosques do Catarredor e no troço do PR3 LSA Rota da Levada, que antecede o Vaqueirinho.

Após a conclusão deste trabalho, a sucessão de tempestades que atingiu Portugal, em especial no período de 28 de janeiro a 13 de fevereiro de 2026, com vento muito forte e chuva intensa e persistente, provocou queda de árvores, deslizamento de terras, destruição de infraestruturas, corte de energia e comunicações, cheias e inundações, encerramento e condicionamento de circulação em vias rodoviárias e ferroviárias, desabamento de muros, estragos em edifícios, mortes, feridos e desalojados, o que levou o Governo a declarar a situação de calamidade em 90 municípios, incluindo o da Lousã, bem como a implementar um conjunto de medidas de apoio financeiro (famílias, empresas e autarquias afetadas) e simplificação de procedimentos para a reparação de danos, cuja abrangência foi alargada às pessoas, empresas e entidades do resto do país que foram afetados por idênticos problemas.

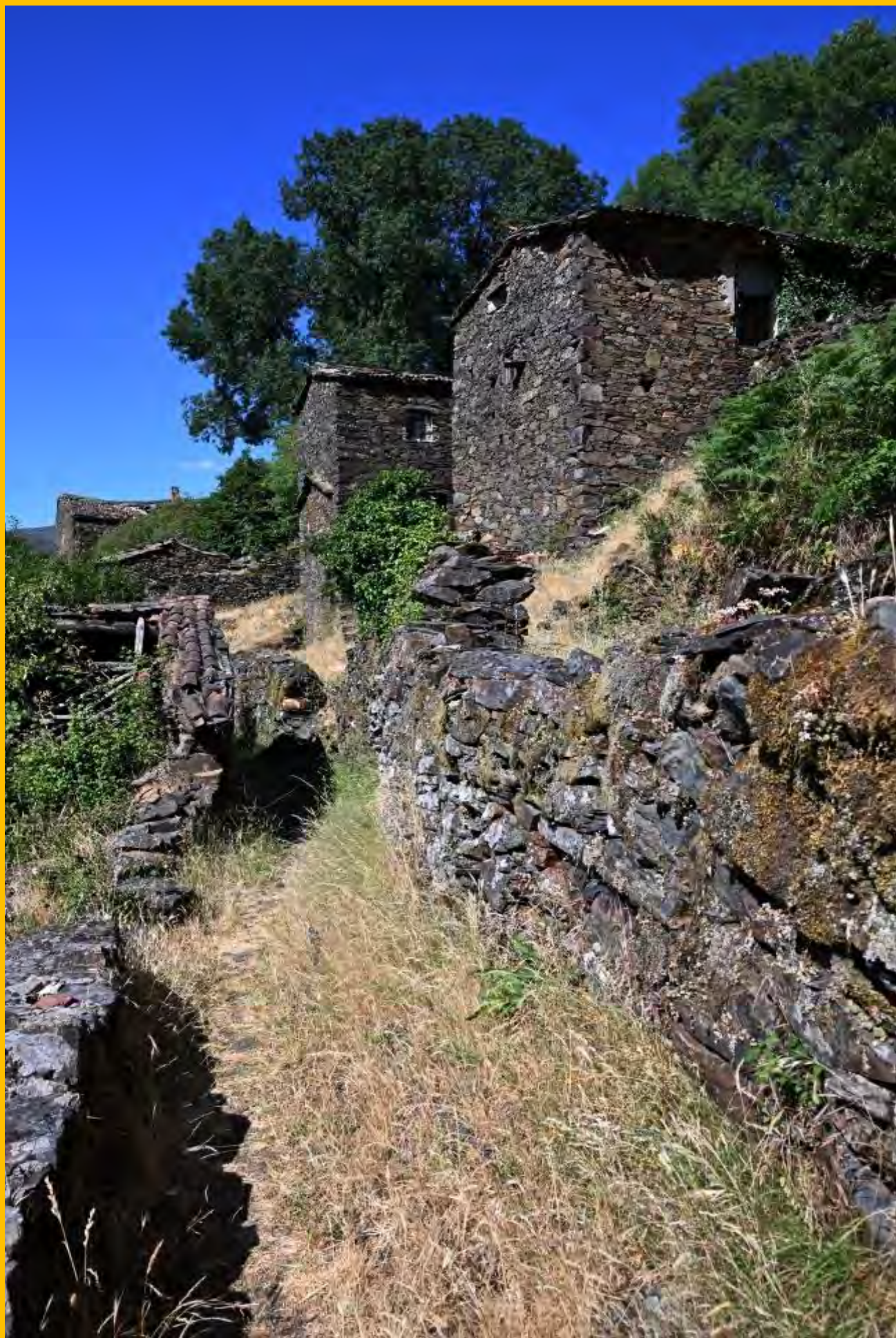
Na Lousã, como em particular na Região Centro, o momento mais crítico correspondeu à tempestade Kristin (madrugada de 27 para 28 de janeiro de 2026), agravado devido ao mau tempo do início de fevereiro e ao incêndio do verão anterior, com efeitos de maior amplitude na Serra, de que resultou o derrube de milhares de árvores como, por exemplo, no setor entre Alfocheira e Gevim, no ramal de acesso ao Trevim, até ao Baloíço, ou entre o Terreiro das Bruxas e o Chiqueiro; o corte e condicionamento de estradas e caminhos; a destruição de coberturas de edifícios; o encerramento de percursos pedestres, entre outros impactos significativos, que ainda não é possível explicitar em toda a sua dimensão.

Para terminar o preâmbulo, deixamos dois registos de gratidão.

À Associação do Casal de Catarredor, em particular ao Senhor José Manuel Correia Bento e ao Senhor Dr. Marco Paulo do Vale Matos Correia, agradecemos o apoio e a parceria na execução deste trabalho.

Para os entrevistados, pela disponibilidade de participação/colaboração no estudo, fica também o nosso agradecimento.

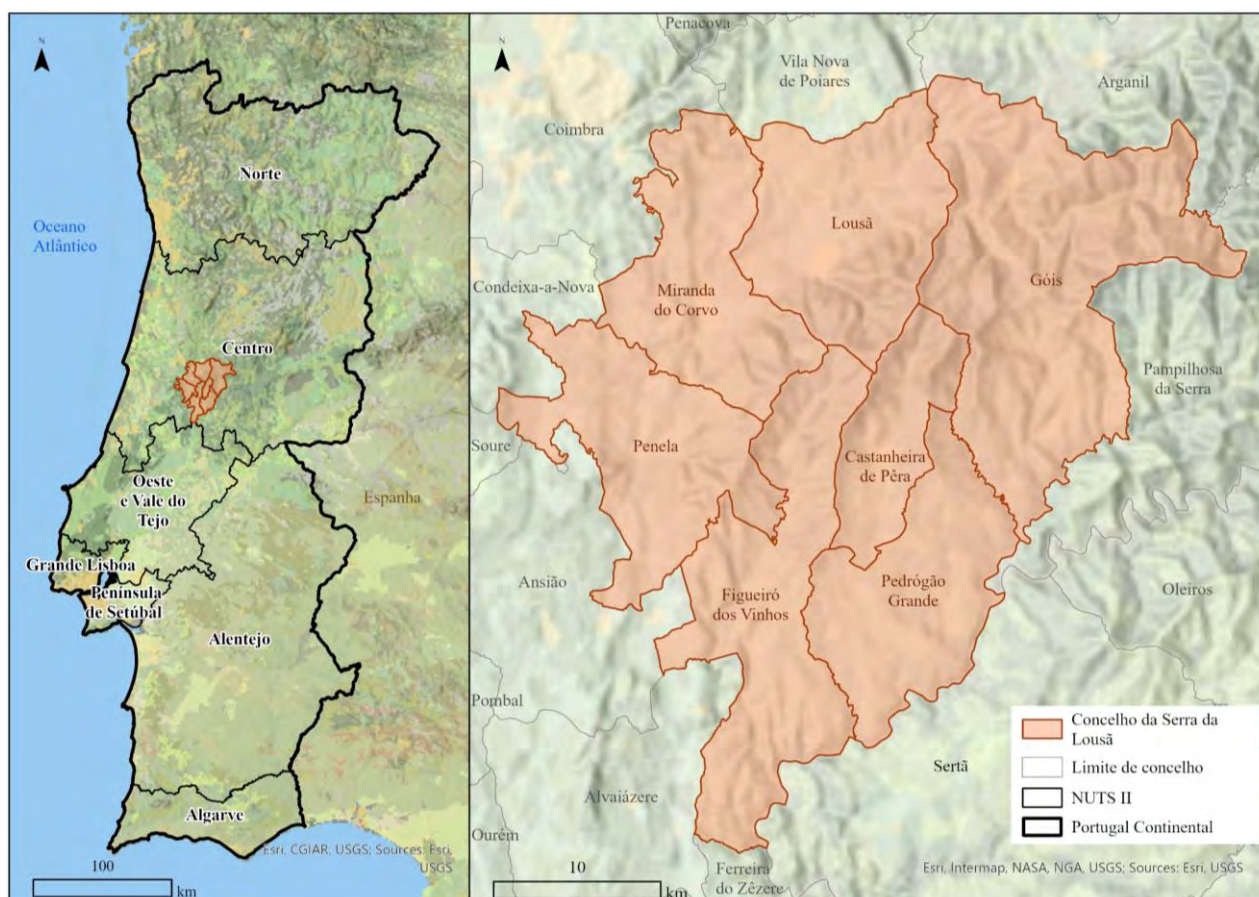
PARTE I. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO



1. Serra da Lousã: dinâmicas territoriais

1.1 Localização

A Serra da Lousã (Figura 1) está situada na Região Centro de Portugal, abrangendo em diferente proporção de área os municípios de Penela, Miranda do Corvo, Lousã e Góis, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, tal como os de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.



Elaboração própria

Figura 1. Localização da Serra da Lousã

A sudeste da cidade de Coimbra, da qual dista cerca de 30 quilómetros¹³, a Serra da Lousã (cujo mastro mais visível está a 1.205 metros acima do nível do mar) eleva-se de forma brusca no setor setentrional e marca a extremidade ocidental da Cordilheira Central, com continuidade (bloco noroeste) no Açor e na Estrela, onde atinge 1.418 e 1.993 metros de altitude, no Pico de

¹³ A oeste, aproximadamente 75 quilómetros é a distância ao mar, na Figueira da Foz. A nascente são cerca de 175 quilómetros da fronteira com Espanha, em Monfortinho.

Cebola e na Torre, respetivamente, a que acresce, Gata, Penha de França, Gredos (com o relevo de maior imponentia do também denominado por Sistema Central Ibérico, o Pico de Almançor, a 2.592 metros de altitude), Guadarrama, entre outras, em Espanha.

É no reino do xisto, pontualmente marcado por quartzito e granito, berço de diversos cursos de água das bacias hidrográficas do Ceira/Mondego (rios Dueça, Arouce e Sótão) e do Zêzere/Tejo (ribeiras de Alge, Pera e Mega), que a vegetação reflete, também, um acentuado contraste, na amplitude da importante representatividade de espécies folhosas autóctones (assumindo expressão reliquial, seja em galerias ripícolas, seja na imediação de caminhos ou na orla de antigas aldeias), principalmente no setor setentrional, ao predomínio de eucalipto ou de extensos espaços de incultos, sobretudo no setor meridional e áreas adjacentes da montanha.

1.2 População e povoamento

Quanto ao território como experiência cultural, os primeiros vestígios da presença do ser humano no atual quadro geográfico dos municípios da Serra da Lousã são as estruturas funerárias, vulgarmente conhecidas como “mamoas”, que foram descobertas no início do século XXI em locais elevados (Carvalho, s. d.), a saber: Cabeço da Aigra e Lomba Chã (Góis), marco geodésico da Safra (Castanheira de Pera), Penedinho Branco/Alto do Marco e Lomba da Tarrastreia (Miranda do Corvo), Lomba da Tarrastreia e Viso do Esporão (Figueiró dos Vinhos).

Assinalam-se, de igual modo, as gravuras rupestres da “Pedra Letreira”, adjacentes à Portela do Vento (Góis), na sequência do estudo e respetiva publicação de Nunes *et al.* (1958); os “fragmentos líticos no Monte da Nossa Senhora dos Milagres, Penedo do Granada e Cabeço da Cotovia, em Pedrógão Grande (Santos, 1998), tal como no vale do Ceira junto a Casal de Ermio, Serpins e Foz de Arouce (Paiva, 2009)” (Carvalho & Alves, 2021:72), entre outros locais; e as pinturas rupestres (dois painéis com figuras geométricas e marcas de dedos, datados do Neolítico e da Idade do Bronze, entre cerca de 3.500 anos e 1.000 anos antes de Cristo) no Abrigo da Cascata (Serpins) – sítio arqueológico localizado “na crista quartzítica [setor do alinhamento Buçaco-Penedos de Góis, junto da epigenia do rio Ceira] dentro dos limites do concelho da Lousã”¹⁴ –, a par com algumas cerâmicas e artefactos líticos, descobertos por Paiva em 2007, onde recentemente “foram efetuadas novas descobertas, no âmbito de uma tese de mestrado do consórcio europeu de universidades em arqueologia pré-histórica”¹⁵ (Carvalho, 2024:3).

¹⁴ Disponível em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3210893>; consulta a 05/01/2025.

¹⁵ Filipe Paiva, citado pela Agência Lusa; disponível em <https://observador.pt/2023/11/28/pinturas-rupestres-descobertas-na-serra-da-lousa-explicam-ocupacao-pre-historica/>; consulta a 05/01/2025.

Quase até ao final do século XX, se excluirmos a “Pedra Letreira” (classificada como Imóvel de Interesse Público em 31/12/1997), o período romano foi considerado como a referência consolidada mais antiga da ocupação humana do território (Carvalho, 2005; 2025), “quer na montanha, como é o caso das minas da Escádia Grande (Alvares, Góis), quer na bacia sedimentar, depressão periférica ou outras subunidades morfoestruturais, como, por exemplo, nos atuais perímetros urbanos das vilas da Lousã, Serpins e Pedrógão Grande, ou na proximidade de Lamas (Miranda do Corvo)” (Carvalho & Alves, 2021:72-73).

O registo dessa atividade vai ganhar uma nova dimensão, principalmente a partir dos séculos XI-XII, através de documentos coevos e estruturas edificadas de feição militar, nomeadamente as cartas de foral e os castelos, no contexto histórico da independência do Condado Portucalense em relação a Leão e Castela, e da expansão territorial do Reino de Portugal, nos quais a cidade de Coimbra, para onde Afonso Henriques transferiu a capital do Condado Portucalense em 1131, mantendo esse estatuto, após a independência e formação de Portugal, até ao século XIII, desempenhou um papel decisivo na nova organização política, administrativa, religiosa e militar do território (Carvalho, s. d.).

Por um lado, faz-se referência aos forais de Miranda do Corvo (1136), Penela (1137), Lousã (1151), Figueiró dos Vinhos (1204) e Pedrógão Grande (1206), respetivamente. Por outro, mencionam-se os castelos de Arouce (Lousã), Germanelo (Penela), Miranda do Corvo¹⁶ e Penela, que a par com as fortificações de Coimbra, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure e Pombal formaram a linha defensiva do Mondego, a qual recentemente deu origem à Rede de Castelos e Muralhas do Mondego (Figura 2), no âmbito de um projeto de requalificação e valorização desse património militar, por iniciativa dos respetivos municípios, com apoio financeiro da União Europeia e do Estado Português (Carvalho, s. d.).

De acordo com Carvalho (s. d.), as investigações de Monteiro (1985), Cravidão (1989) e Carvalho (1996; 2005), com base numa ampla coletânea de fontes documentais como, por exemplo, “Vila da Lousã e seu Termo: Coleção de Documentos Antigos” (Mexia, 1936); “Contributo para uma coletânea de antigas descrições geográficas da Lousã” (Daveau, 1988); “Inventário da Lousã nos meados do século XVIII” (Chorão, 1988); “A Lousã nas informações paroquiais de 1721” (Carvalho & Simões, 1998), sustentam a tese de que a evolução significativa da população e do povoamento da Serra da Lousã terá ocorrido após o alargamento da base

¹⁶ Do castelo de Miranda do Corvo, situado no Alto do Calvário, permanecem apenas vestígios. Em 2011-2012 foi objeto de escavações arqueológicas, no contexto da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, com a descoberta de sepulturas escavadas na rocha, dos séculos XI-XII (Santos, 2013).

alimentar humana, com a difusão de plantas oriundas do continente Americano, em particular “o milho grosso (...), o feijão e, posteriormente, a batata, que acabaram por substituir a castanha como alimento básico (...)” (Carvalho, 2021a:331).



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 2. Painel da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego (Castelo da Lousã, 04/2025)

A evolução demográfica permaneceu tendencialmente positiva quase até meados do século XX, a partir do qual os registos estatísticos confirmam o declínio da população, o abandono de alguns lugares, e o envelhecimento progressivo dos efetivos demográficos, fenómenos que assumiram grande expressão nas últimas décadas, embora com dimensões locais diferenciadas (Carvalho, s. d.).

Em 2021, os municípios da Serra da Lousã apresentavam 49.575 habitantes, o que correspondia a cerca de 2,2% da população da Região Centro e a menos de 0,5% do número total de residentes em Portugal (Tabela 1). Em termos absolutos, o número de habitantes por município repartia-se no intervalo de 2.645 residentes, em Castanheira de Pera, a 17.006 residentes, na Lousã. Miranda do Corvo e Lousã eram os únicos municípios com mais de 5.500 habitantes, com a particularidade de que perfaziam quase 60% do total demográfico da Serra da

Lousã¹⁷, tal como a vila da Lousã, com 7.344 residentes em 2021, era o maior lugar estatístico e centro urbano, quer da Serra da Lousã, quer do conjunto territorial mais amplo, que inclui grande parte da Cordilheira Central e da sua bordadura (Carvalho, 2024; s. d.).

Tabela 1. Indicadores demográficos e territoriais da Serra da Lousã, por município

Distribuição Geográfica	População	População	Variação da População	Máximo		Área Territorial	Densidade Populacional
	Residente	Residente	Residente (%)	Demográfico		(km²)	(hab./km²)
	2021	2011	2011-2021	Número	Ano	2021	2021
Portugal	10343066	10562178	-2,1	10562178	2011	92225,2	112,2
Centro	2227239	2327755	-4,3	2348397	2001	28199,35	79,3
Serra da Lousã	49575	54220	-8,6	79351	1940	1031,84	48,0
Castanheira de Pera	2645	3191	-17,1	6411	1940	66,77	39,6
Figueiró dos Vinhos	5281	6169	-14,4	12300	1950	173,44	30,4
Góis	3811	4260	-10,5	12488	1940	263,3	14,5
Lousã	17006	17604	-3,4	17604	2011	138,4	122,9
Miranda do Corvo	12002	13098	-8,4	13822	1950	126,38	95,0
Pedrógão Grande	3390	3915	-13,4	9250	1940	128,75	26,3
Penela	5440	5983	-9,1	11932	1911	134,8	40,4

Elaboração própria com base em Recenseamentos/Censos do INE (1864-2021)

Segundo uma perspetiva diacrónica, verificou-se uma redução significativa da população residente na Serra – aproximadamente menos 30.000 pessoas (-37,5%) entre 1940, ano em que foi registado o maior número de população, com 79.351 habitantes, e 2021–, embora de forma desigual no território da Serra da Lousã. Isto é, o fenómeno atingiu principalmente os municípios de Góis, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Penela (Carvalho, s. d.), nos quais foi mais intenso em freguesias (e lugares) do interior da montanha como Coentral, Campelo e Espinhal, cujo máximo demográfico ocorreu em 1911, mas também em Alvares, Vila Nova, Castanheira de Pera e Góis, com máximo demográfico em 1911 ou 1940 (Carvalho, 2005; 2024), registando-se taxas de variação negativas superiores a 75% ou a 40%, respetivamente.

No período de 2011 a 2021 todas as freguesias (e municípios) da Serra da Lousã perderam população residente (Tabela 2), não obstante com a maior intensidade nos territórios já referidos. Por exemplo, em Campelo foram contabilizados 191 habitantes (menos 31,3% em relação a 2011), dos quais apenas 18 na sede de freguesia; na Graça ficou abaixo das seis centenas de indivíduos (variação de -23,9%); em Vila Nova fixou-se em 792 pessoas (menos 18,4% do que em 2011); em Aguda e Arega residiam 909 e 721 pessoas, respetivamente (menos 17,8% e menos

¹⁷ Em 1940, com pouco menos de 1.000 habitantes em relação ao valor registado em 2021, representavam apenas 35,4% da população total.

17,1% em relação a 2011); em Alvares foram registados 686 residentes (menos 15,5% do que em 2011); no Espinhal moravam 733 pessoas (menos 5,4% quando comparado com 2011) – cerca de 64% corresponde ao lugar estatístico principal/sede de freguesia (Espinhal) (Carvalho, 2024).

Tabela 2. População residente na Serra da Lousã, por freguesia, em 2011 e 2021

Distribuição Geográfica	População Residente		Variação 2011-2021 (%)
	2011	2021	
Portugal	10562178	10343066	-2,1
Região Centro	2327755	2227239	-4,3
Castanheira de Pera	3191	2645	-17,1
Castanheira de Pera e Coentral	3191	2645	-17,1
Figueiró dos Vinhos	6169	5281	-14,4
Aguda	1106	909	-17,8
Arega	870	721	-17,1
Campelo	278	191	-31,3
Figueiró dos Vinhos e Bairradas	3915	3460	-11,6
Góis	4260	3811	-10,5
Alvares	812	686	-15,5
Góis	2171	1874	-13,7
Cadafaz e Colmeal	348	320	-8,0
Vila Nova do Ceira	929	931	0,2
Lousã	17604	17006	-3,4
Gândaras	1308	1111	-15,1
Foz de Arouce e Casal de Ermio	1438	1263	-12,2
Lousã e Vilarinho	13056	12921	-1,0
Serpins	1802	1711	-5,0
Miranda do Corvo	13098	12012	-8,3
Lamas	838	771	-8,0
Miranda do Corvo	7614	7102	-6,7
Semide e Rio de Vide	3676	3337	-9,2
Vila Nova	970	792	-18,4
Pedrogão Grande	3915	3390	-13,4
Graça	786	598	-23,9
Pedrogão Grande	2550	2256	-11,5
Vila Facaia	579	536	-7,4
Penela	5983	5440	-9,1
Cumeeira	1072	857	-20,1
Espinhal	775	733	-5,4
Podentes	485	473	-2,5
São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	3651	3377	-7,5

Elaboração própria com base em Recenseamentos do INE (2011 e 2021)

Por sua vez, a densidade populacional (Tabela 1) fixou-se em 48 habitantes (hab.) por quilómetro quadrado (km²), repartindo-se no intervalo de 14,5 hab./km² (Góis) a 122,2 hab./km² (Lousã), sendo este último o único município da Serra da Lousã com densidade demográfica acima do valor registado em Portugal (112,2 hab./km²) e na Região Centro (79,3 hab./km²).

Em relação às freguesias, a densidade populacional era inferior a 10 habitantes/km² em Campelo (3,7 hab./km²), Cadafaz e Colmeal (4,6 hab./km²), e Alvares (6,8 hab./km²), problema que afetava igualmente outros territórios de montanha como, por exemplo, as freguesias de Piódão (3,3 hab./km²), Fajão-Vidual (3,5 hab./km²), Cepos e Teixeira (6,1 hab./km²), e Celavisa (9,3 hab./km²), da Serra do Açor (Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra).

A conjugação da redução da taxa de natalidade e do aumento da taxa de mortalidade – em 2021, a primeira apresentava valores no intervalo de variação de 2,9‰ (Góis) a 6,1‰ (Lousã), e a segunda oscilava de 9,7‰ (Lousã) a 24,3‰ (Góis) –, ou seja, a taxa de crescimento natural negativa sem compensação da taxa de crescimento migratório, explica não só a diminuição da população residente, como o seu progressivo envelhecimento (Carvalho, 2024).

Tabela 3. Índice de envelhecimento da Serra da Lousã, por município, em 2011-2021

Distribuição Geográfica	Índice de Envelhecimento (n.º)	
	2011	2021
Portugal	127,8	182,1
Centro	163,4	228,6
Região de Coimbra	176,7	243,9
Região de Leiria	141,0	201,8
Castanheira de Pera	295,9	506,5
Figueiró dos Vinhos	277,8	380,7
Góis	310,5	455,1
Lousã	113,6	172,3
Miranda do Corvo	154,2	250,9
Pedrógão Grande	302,1	447,6
Penela	240,0	306,2

Elaboração própria com base em INE (2023)

Com efeito, o número de idosos (população residente com 65 e mais anos de idade) aumentou bastante em relação ao quantitativo de população jovem (população residente com idade inferior a 15 anos), principalmente nos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Penela e Pedrógão Grande, os quais, em 2021, continuavam a apresentar um índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens) muito superior ao valor nacional

(182,1), definido no intervalo de 306,2 (Penela) a 506,5 (Castanheira de Pera) – Tabela 3. Quando a escala de análise é a freguesia e o intervalo de referência corresponde ao período de 2011 e 2021, sobressaem valores muitíssimo elevados em Cadafaz e Colmeal (de 587,1 para 1081,3), Alvares (de 544,3 para 838,1), Graça (de 424,7 para 717,1) e Campelo (de 526,1 para 615,4).

Relativamente à distribuição geográfica da população residente nos municípios da Serra da Lousã, por dimensão dos lugares, em 2021, verificava-se que a classe até 1.999 correspondia a 79,4% do total dos seus habitantes, ao mesmo tempo que as classes de 2.000 a 4.999, e de 5.000 a 9.999, perfaziam 20,6% desse universo, ou seja, apenas os municípios de Miranda do Corvo e Lousã, através das sedes de concelho apresentavam lugares (vilas) com essa dimensão demográfica, respetivamente, o que, tal como o contexto regional (24,8%), contrariava o padrão nacional, pois 50,6% da população portuguesa residia em lugares com 5.000 e mais habitantes (Carvalho, 2024).

1.3 Atividades económicas

Em 2021, a taxa de atividade nos municípios da Serra da Lousã (Tabela 4) repartia-se no intervalo de 35,7% (Castanheira de Pera) a 46,0% (Lousã), o que era inferior ao valor de referência nacional (46,6%), tal como, genericamente, ao valor da Região Centro (44,7%).

Tabela 4. Taxa de atividade e taxa de desemprego na Serra da Lousã, por município, em 2011-2021

Distribuição Geográfica	Taxa de Atividade (%)		Taxa de Desemprego (%)	
	2011	2021	2011	2021
Portugal	47,6	46,6	13,2	8,1
Centro	45,4	44,7	11,0	6,0
Região de Coimbra	45,8	45,0	10,3	6,0
Região de Leiria	46,8	46,5	9,6	5,1
Castanheira de Pera	36,6	35,7	14,4	7,6
Figueiró dos Vinhos	39,1	38,8	15,1	6,5
Góis	36,4	36,3	9,6	5,8
Lousã	41,1	46,0	11,0	6,6
Miranda do Corvo	45,7	44,8	10,0	5,4
Pedrogão Grande	36,0	36,3	14,9	8,4
Penela	39,5	41,4	10,0	4,4

Elaboração própria com base em INE (2023)

No mesmo ano, a taxa de desemprego em Portugal (Tabela 4) fixava-se em 8,1%, também superior ao valor regional (6,0%) e ao registo de quase todos os mencionados municípios (Penela, com 4,4%, e Pedrógão Grande, com 8,4%, definiam a amplitude dessa variação). A prevalência destes indicadores é diferenciada: a taxa de atividade é superior nos homens (49,5%) e a taxa de desemprego é mais alta entre as mulheres (8,9%), com base nos dados para o país.

Entre 2011 e 2021 a população portuguesa empregada que trabalhava no município de residência (Tabela 5) passou de 64,3% para 59,9%. A Região Centro (com 71,3%, em 2011, e 66,3%, em 2021) tal como os municípios da Serra da Lousã – com valores de 70,3%, em Castanheira de Pera, a 37,6%, em Miranda do Corvo, no ano de 2021 – acompanharam essa tendência evolutiva.

Tabela 5. População empregada da Serra da Lousã, por local de trabalho, em 2011-2021

Distribuição Geográfica	No Município de Residência (%)		Noutro Município da Mesma Região (%)		Nos Municípios de Outra Região (%)		No Estrangeiro (%)	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	64,3	59,9	26,3	30,3	7,8	7,8	1,7	2,0
Centro	71,3	66,3	sd	sd	sd	sd	sd	sd
Castanheira de Pera	76,2	70,3	13,3	19,6	7,6	9,0	3,0	1,1
Figueiró dos Vinhos	63,7	58,0	21,5	28,3	12,9	11,8	1,8	1,8
Góis	77,4	65,6	15,5	27,7	4,9	4,6	2,2	2,1
Lousã	60,7	55,9	32,5	36,8	5,7	5,4	1,0	1,9
Miranda do Corvo	41,7	37,6	51,2	55,9	6,3	5,2	0,8	1,2
Pedrógão Grande	69,0	61,8	13,6	21,2	16,6	14,2	0,9	2,9
Penela	59,6	59,5	22,7	24,2	15,9	15,3	1,8	1,0

Elaboração própria com base em INE (2023)

Em sentido contrário, verificou-se um aumento da população empregada que trabalhava em outro município da mesma região, quer em Portugal, de 26,3% para 30,3%, quer na Serra da Lousã, onde o registo foi de 19,6%, em Castanheira de Pera, a 55,9%, em Miranda do Corvo, para o ano de 2021 – no contexto da Comunidade Intermunicipal de Coimbra, Condeixa-a-Nova (56,0%) e Montemor-o-Velho (53,9%) registaram valor semelhante ao de Miranda do Corvo. O trabalho nos municípios de outra região e no estrangeiro não teve alterações significativas, fixando-se em 7,8% e 2,0%, respetivamente, em Portugal no ano de 2021, e apresentando, em geral, valores superiores na Serra da Lousã (Carvalho, 2024).

A evolução da população com emprego na Serra da Lousã confirma a preponderância do setor terciário e o declínio dos setores secundário e primário, o que acompanha a dinâmica do mercado de trabalho em Portugal e outros países.

Em 2021, a população empregada por setor de atividade apresentava a seguinte distribuição: 2,9% no primário, 24,8% no secundário e 72,3% no terciário, quando em 2011 esses setores eram responsáveis por 3,1%, 26,5% e 70,5% do emprego em Portugal, respetivamente (Tabela 6).

Porém, ao contrário do que acontecia na Região Centro e em Portugal – onde prevaleciam os serviços relacionados com a atividade económica, com 54,9% e 58,4%, respetivamente –, eram os serviços de natureza social que correspondiam maioritariamente aos empregos do setor terciário em Góis, Miranda do Corvo, Penela, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, assumindo uma maior supremacia em freguesias como, por exemplo, Cadafaz e Colmeal (74,0%), Góis (62,5%), Alvares (62,3%), Podentes (58,0%), Campelo (57,6%), Castanheira de Pera e Coentral, e Arega (57,3%) (Carvalho, s. d.).

Tabela 6. Estrutura da população empregada da Serra da Lousã, por setor de atividade, em 1991-2021

Distribuição Geográfica	1991			2001			2011			2021		
	Setores de Atividade			Setores de Atividade			Setores de Atividade			Setores de Atividade		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	10,8	37,9	51,3	5,0	35,1	59,9	3,1	26,5	70,5	2,9	24,8	72,3
Centro	17,1	38,8	44,2	6,8	38,1	55,1	3,7	30,1	66,2	3,5	29,3	67,2
Castanheira de Pera	5,2	63,8	30,9	2,7	46,8	50,5	3,9	36,6	59,5	5,2	28,6	66,3
Figueiró dos Vinhos	20,1	37,2	42,7	10,9	37,8	51,3	4,2	27,3	68,5	4,2	25,7	70,1
Góis	18,3	41,9	39,8	14,8	34,9	50,4	6,3	31,1	62,6	8,0	26,0	66,0
Lousã	4,7	47,6	47,7	1,9	35,6	62,5	2,8	26,6	70,6	3,2	25,7	71,1
Miranda do Corvo	10,9	36,2	52,9	3,9	31,8	64,2	2,8	20,9	76,2	3,1	19,7	77,2
Pedrógão Grande	27,1	28,1	44,8	8,3	28,9	62,9	6,2	23,6	70,3	5,1	22,8	72,1
Penela	21,5	38,1	40,4	6,3	41,4	52,2	2,3	28,8	68,9	2,7	27,6	69,6

Elaboração própria com base em INE (1991-2021)

Apesar da ligeira variação positiva do setor primário em Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Castanheira de Pera, onde atingiu 8,0%, 3,2%, 3,1%, 2,7 e 5,2% do total do emprego, respetivamente, o número absoluto de ativos nesse setor permaneceu muito reduzido nas freguesias de Cadafaz e Colmeal (7), Lamas (7), Campelo (7), Vila Nova (9), Podentes (9), Graça (10), Espinhal (11), Aguda (12), Vila Facaia (13), Cumeeira (13), Alvares (18), ou seja, em

45,8% das freguesias dos municípios da Serra da Lousã, a população empregada no setor primário era inferior a duas dezenas, tal como aconteceu, por exemplo, em algumas freguesias da Serra do Açor: Piódão (2), Benfeita (6), Janeiro de Baixo (3), Fajão e Vidual (7), entre outras (Carvalho, 2024).

Quanto à distribuição do pessoal ao serviço nas empresas por município da sede, segundo a Classificação das Atividades Económicas (CAE) – Revisão 3, com base em dados de 2021, publicados na edição de 2023 dos Anuários Estatísticos Regionais¹⁸ (INE, 2023), verificava-se a preponderância quer das indústrias transformadoras nos municípios de Lousã (material elétrico, papel, cartolinas, produtos alimentares, produtos de higiene, entre outros), Penela, e Castanheira de Pera (têxteis), quer do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos em Figueiró dos Vinhos, Góis, Miranda do Corvo, e Pedrógão Grande, o que está em linha com o padrão regional e nacional, respetivamente.

No que diz respeito aos principais indicadores das empresas por município (Tabela 7), conforme os Anuários Estatísticos Regionais de 2024, constatava-se, para a densidade de empresas, ou seja, o número de empresas por km², que apenas Miranda do Corvo (11,3) e Lousã (14,7) estavam acima do valor regional (9,5), embora inferior ao valor nacional (16,4). Em relação ao escalão de pessoal ao serviço, é evidente o predomínio das empresas com menos de 10 trabalhadores, porquanto representam mais de 94% do total por município da respetiva sede, tal como no plano regional e nacional.

Tabela 7. Indicadores das empresas da Serra da Lousã, por município, em 2023

Distribuição Geográfica	Densidade de empresas (n.º/km ²)	Proporção de empresas individuais (%)	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	Pessoal ao serviço por empresa (n.º)	Volume de negócios por empresa (x 1000 Euros)
Portugal	16,4	66,05	96,3	3,1	364,4
Centro	9,5	68,47	96,4	2,8	308,6
Castanheira de Pera	4,3	59,23	95,8	2,6	139,7
Figueiró dos Vinhos	3,8	62,63	97,9	1,9	142,7
Góis	1,9	70,18	98,0	1,9	123,3
Lousã	14,7	67,85	96,7	2,4	267,1
Miranda do Corvo	11,3	71,96	98,1	1,8	110,3
Pedrógão Grande	3,8	64,77	98,6	1,7	101,8
Penela	5,4	66,35	94,8	4,0	367,9

Elaboração própria com base em INE (2024)

¹⁸ Disponível para consulta pública, desde o dia 18 de dezembro de 2023, no sítio da internet do Instituto Nacional de Estatística (<https://www.ine.pt>).

Em 2022 não havia empresas com 50 ou mais trabalhadores em Góis, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande. Penela e Lousã destacavam-se com o maior número de empresas com mais de 49 trabalhadores (INE, 2023). A EFAPEL (Empresa Fabril de Produtos Elétricos), através das unidades instaladas em Serpins e no Alto do Padrão (Lousã), era a única empresa com 250 ou mais trabalhadores (com efeito, empregava cerca de cinco centenas de pessoas).

Em relação ao volume de negócios por empresa, em 2023, os valores oscilavam entre 101.800 euros (Pedrógão Grande) e 35.2200 (Penela), o que era inferior ao valor de referência regional (308.600) e nacional (364.400) (INE, 2024).

1.4 Turismo e lazer

1.4.1 Indicadores estatísticos (oferta e procura turística)

A dinâmica recente do turismo justifica uma análise de maior pormenor desta atividade económica do setor terciário.

Segundo a última edição dos Anuários Estatísticos Regionais do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2024), no dia 31 de julho de 2023 a Serra da Lousã (Tabela 8) apresentava 65 estabelecimentos de alojamento turístico¹⁹ – quase o dobro em comparação com o mesmo dia e mês de 2016, quando foram apurados 33 estabelecimentos para essa finalidade (Carvalho & Alves, 2021, com base em INE, 2017) –, nas categorias de hotel (7), alojamento local (24), e turismo no espaço rural e de habitação (34). Foi nestas duas últimas tipologias que se verificou o maior crescimento, pois registaram 5 e 21 estabelecimentos a 31 de julho de 2016, respetivamente.

A oferta de alojamento turístico da Serra da Lousã representava 6% do total de alojamentos e 3,1% do total de camas do Centro de Portugal. A análise espacial da oferta permite concluir que os municípios de Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Penela concentravam 72,3% do total de estabelecimentos e 82,0% da respetiva capacidade de alojamento, destacando-se a Lousã com 24,6% e 27,9% do total, pela ordem indicada (Carvalho, s. d.).

¹⁹ “Os dados apresentados referem-se ao total do alojamento turístico e abrangem a hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas, apartamentos, aldeamentos turísticos e Quintas da Madeira), o alojamento local (com 10 e mais camas) e o turismo no espaço rural e turismo de habitação.

Salienta-se o diferente momento de referência entre os dados de capacidade (estabelecimentos e capacidade de alojamento) e os de ocupação (dormidas, hóspedes e proveitos)” (disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios&xlang=pt; consulta a 10/01/2025).

Tabela 8. Estabelecimentos de alojamento turístico e capacidade de alojamento da Serra da Lousã (31/07/2023)

Distribuição Geográfica	Estabelecimentos				Capacidade de Alojamento			
	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH
Portugal	7681	2109	3629	1943	478552	353800	91828	32924
Região Centro	1085	256	455	374	43005	26570	10682	5753
Região de Coimbra	300	72	147	81	13222	8361	3556	1305
Região de Leiria	111	38	50	23	4859	3540	1085	234
Serra da Lousã	65	7	24	34	1347	sd	sd	sd
Castanheira de Pera	6	1	3	2	128	sd	56	sd
Figueiró dos Vinhos	7	1	0	6	80	sd	0	sd
Góis	11	0	5	6	210	0	109	101
Lousã	16	2	5	9	376	sd	sd	145
Miranda do Corvo	9	2	1	6	210	sd	sd	60
Pedrógão Grande	5	0	3	2	35	0	sd	sd
Penela	11	1	7	3	308	sd	168	sd

Elaboração própria com base em INE (2024)

Em igual data, de acordo com a citada fonte (INE, 2024), os municípios da Serra da Lousã receberam 72.362 hóspedes e tiveram 122.974 dormidas (Tabela 9) – o equivalente a 2,6% (1,3%, em 2016) e 2,5% (também 1,3%, em 2016) do total de hóspedes e de dormidas da Região Centro, respetivamente –, com uma distribuição geográfica igualmente assimétrica, uma vez que, por um lado, os municípios de Miranda do Corvo, Penela e Lousã perfaziam 76,7% do total de hóspedes e 74,4% das dormidas e, por outro, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Góis correspondiam a menos de 26,0% desse total.

Tabela 9. Hóspedes e dormidas na Serra da Lousã (31/07/2023)

Distribuição Geográfica	Hóspedes				Dormidas			
	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH
Portugal	30028890	23824595	4860219	1344076	77179150	62861313	11412906	2904931
Região Centro	2763891	2044978	507353	211560	4886929	3547346	938938	400645
Região de Coimbra	920010	698253	171591	50166	1578181	1158919	319117	100145
Região de Leiria	343144	258903	71242	12999	598070	465717	108242	24111
Serra da Lousã	72362	sd	sd	sd	122974	sd	sd	sd
Castanheira de Pera	3247	sd	1652	sd	5615	sd	3617	sd
Figueiró dos Vinhos	6702	sd	sd	sd	11973	sd	sd	sd
Góis	6030	0	2773	3257	11651	0	5840	5811
Lousã	26088	sd	sd	6732	40748	sd	sd	12210
Miranda do Corvo	14410	sd	sd	3078	23818	sd	sd	5495
Pedrógão Grande	892	0	752	140	2243	0	1655	588
Penela	14993	sd	1743	sd	26926	sd	5422	sd

Elaboração própria com base em INE (2024)

Quanto aos hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico da Serra da Lousã, 62.109 (85,5% do total) tinham residência habitual em Portugal e 10.253 (14,5%) eram residentes no estrangeiro, designadamente Espanha (1.746), França (1.232), Estados Unidos da América (1.063), Reino Unido (981), Alemanha (721), Países Baixos (629) e Brasil (520), o que perfazia quase 70% do total.

A proporção de hóspedes residentes em território nacional oscilava no intervalo de 82,9% (Lousã) a 93,4% (Castanheira de Pera) – um dos valores mais elevados do Centro de Portugal. O predomínio dos residentes nacionais era também o padrão da Região Centro (69,7%) e das Sub-regiões de Coimbra (60,1%) e Leiria (77,1%), embora com valores mais baixos, ao contrário do país, em que mais de metade dos hóspedes (60,7%) eram não residentes em Portugal (Carvalho, s. d.).

No que diz respeito aos indicadores dos estabelecimentos turísticos (Tabela 10), os municípios da Serra da Lousã registavam uma estada média de 1,6 noites (Lousã) a 2,5 noites (Pedrógão Grande), apesar de inferior ao valor da estada média no país (2,6 noites).

Tabela 10. Indicadores dos estabelecimentos turísticos da Serra da Lousã (2023)

Distribuição Geográfica	Estada média no estab. (n.º de noites)				Taxa líquida de ocupação-cama (%)	Proporção de dormidas entre 07 e 09 (%)	Rendimento médio por quarto (x 1000 €)
	Total	Hotelaria	AL	TER e TH			
Portugal	2,6	2,6	2,3	2,2	48,0	35,2	64,8
Região Centro	1,8	1,7	1,9	1,9	32,8	36,0	31,1
Região de Coimbra	1,7	1,7	1,9	2,0	35,0	37,5	34,3
Região de Leiria	1,7	1,8	1,5	1,9	36,4	38,4	29,8
Castanheira de Pera	1,7	sd	2,2	sd	14,8	62,0	13,0
Figueiró dos Vinhos	1,8	sd	sd	sd	41,7	39,6	24,2
Góis	1,9	sd	2,1	1,8	15,9	45,9	12,1
Lousã	1,6	sd	sd	1,8	30,2	34,9	36,9
Miranda do Corvo	1,7	sd	sd	1,8	32,6	34,4	44,4
Pedrógão Grande	2,5	sd	2,2	4,2	19,8	54,7	12,5
Penela	1,8	sd	3,1	sd	34,2	36,1	30,1

Elaboração própria com base em INE (2024)

A taxa líquida de ocupação-cama na Serra da Lousã estava definida na amplitude de 14,8%, em Castanheira de Pera, a 41,7%, em Figueiró dos Vinhos, enquanto a Região Centro e Portugal registavam 32,8% e 48,0%, respetivamente.

Por sua vez, a proporção de dormidas entre julho e setembro repartia-se no intervalo de 34,4%, em Miranda do Corvo, a 62,0%, em Castanheira de Pera (uma das mais elevadas no país),

em geral superior aos valores da Região Centro (36,0%) e de Portugal (35,2%), pelo que a sazonalidade da atividade turística, com a concentração da procura num curto período de tempo e, também, num número reduzido de espaços, pode constituir um problema, principalmente nas condições de acolhimento, fruição e experiência dos visitantes (Carvalho, 2024; s. d.).

Em relação ao rendimento médio por quarto, os dados disponíveis, no intervalo de 12.100 euros, em Góis, a 44.400 euros, em Miranda do Corvo, eram inferiores ao valor de referência nacional (64.800 euros) e regional (31.100), embora neste último com duas exceções (Lousã e Miranda do Corvo).

Para uma análise mais atualizada e detalhada da oferta de alojamento turístico, como de outros indicadores relevantes para o conhecimento da atividade turística, está disponível o Registo Nacional de Turismo (RNT), do Turismo de Portugal.

No dia 27 de janeiro de 2025, o Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos (RNET) incluía 67 empreendimentos turísticos na Serra da Lousã²⁰ (Tabela 11) – o que é inferior a 1,2% do total nacional –, segundo as tipologias de casa de campo (46), agroturismo (4), turismo de habitação (3), hotel e hotel rural (8), parque de campismo e/ou caravanismo (6), com um total de 411 quartos e 829 camas, a que acresce a capacidade dos parques de campismo e/ou caravanismo.

Tabela 11. Empreendimentos turísticos (n.º) da Serra da Lousã, por município, a 27/01/2025

Distribuição Geográfica	Tipologia						Capacidade	Unidades
	Total	Casa de Campo	Agroturismo	Turismo de Habitação	Hotel	Parque Campismo e/ou Caravanismo		
Serra da Lousã	67	46	4	3	8	6	829 (+ 1019)	411
Castanheira de Pera	4	2	0	0	1	1	68 (+ 90)	36
Figueiró dos Vinhos	9	3	3	0	2	1	83 (+ 200)	52
Góis	13	12	0	0	0	1	96 (+ 349)	48
Lousã	16	12	0	1	2	1	227 (+ 170)	113
Miranda do Corvo	12	8	1	1	2	0	210	89
Pedrógão Grande	6	4	0	1	0	1	28 (+ 180)	14
Penela	7	5	0	0	1	1	117 (+ 30)	59

Elaboração própria com base em RNET (27/01/2025)

Quando comparado com o final de 2018, ou seja, antes da pandemia de COVID-19 (declarada como tal, pela Organização Mundial da Saúde, entre 11/03/2020 e 05/05/2023),

²⁰ Disponível em https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa_ET.aspx.

verificou-se um crescimento bastante significativo do número de empreendimentos turísticos (de 43 para 67, + 55,8%) e da sua capacidade (de 326 para 411 quartos, e de 648 para 829 camas, +26,1% e +27,9%, respetivamente), principalmente as casas de campo (de 29 para 46, +58,6%) e os parques de campismo, porquanto a 05 de dezembro de 2018 constavam do registo apenas os parques de campismo de Serpins (Lousã) e Foz de Alge (Figueiró dos Vinhos), com capacidade para 284 campistas (Carvalho & Alves, 2021), enquanto no início de 2025, eram 6, com capacidade para 1.019 campistas (Carvalho, s. d.).

Os municípios da Lousã e de Miranda do Corvo apresentavam o número mais elevado de empreendimentos turísticos e de capacidade de alojamento da Serra da Lousã, este último com a particularidade de concentrar quase metade (15) do número total de quartos (32) para mobilidade reduzida.

Os empreendimentos de turismo no espaço rural (incluindo o Hotel Rural Solar das Freiras, em Figueiró dos Vinhos), com destaque para as casas de campo, correspondiam a 74,6% do número total de empreendimentos turísticos. Porém, a maior proporção da oferta (unidades e capacidade) – sem considerar os parques de campismo e /ou caravanismo – resultava da hotelaria, com aproximadamente 50% do total, para o que muito contribuiu o Octant Lousã (instalado no antigo palácio da Viscondessa do Espinhal, classificado como imóvel de interesse público, no centro histórico da Lousã – Figura 3), o Duecitânea Design Hotel (situado na quinta e aproveitando o edifício da antiga fábrica de papel – e de outros produtos – da Ponte do Espinhal, em Penela), e o Hotel Parque Serra da Lousã (empreendimento construído para essa finalidade junto à vila de Miranda do Corvo), os quais, com 128 quartos e 256 camas, representavam cerca de 31% do número total de quartos e camas dos empreendimentos turísticos da Serra da Lousã.

No que concerne aos parques de campismo e/ou caravanismo, os de maior capacidade estão localizados no Parque do Castelo (Góis), Foz de Alge (Figueiró dos Vinhos), Vale de Góis (Pedrógão Grande) e Serpins (Lousã). Todos são propriedade de entidades públicas (câmaras municipais ou junta de freguesia), embora com exploração concessionada a privados, exceto o de Podentinhos, em Penela, que é particular (Carvalho, s. d.).



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 3. Octant Lousã (30/04/2024)

Ao mesmo tempo, constatou-se o registo de 17 empreendimentos turísticos, todos classificados como casas de campo, nas Aldeias do Xisto²¹ de quatro municípios da Serra da Lousã, a saber: Aigra Velha (1), Comareira (1) e Pena (2), em Góis; Talasnal (2) e Cerdeira (4) – Figura 4 –, na Lousã; Gondramaz (4), em Miranda do Corvo, e Ferraria de São João (3), em Penela, com um total de 46 quartos e 85 camas – o que corresponde a 25,4% do total dos empreendimentos turísticos, embora com menor expressão quanto ao número de quartos e camas (11,2% e 10,3%, respetivamente) – bem como a existência de outras casas de campo na sua proximidade, nomeadamente em Povorais (Góis), Vale de Pereira da Serra (Lousã), Souravas (Miranda do Corvo) e Favacal (Penela), a que acresce o empreendimento de turismo de habitação situado no antigo solar da família Paiva Manso, em Troia (Miranda do Corvo).

²¹ Trata-se de 27 lugares com a seguinte distribuição geográfica: Serra da Lousã (Aigra Nova; Aigra Velha; Candal; Casal de São Simão; Casal Novo; Cerdeira; Chiqueiro; Comareira; Ferraria de São João; Gondramaz; Pena; Talasnal); Serra do Açor (Aldeia das Dez; Benfeita; Fajão; Sobral de São Miguel; Vila Cova de Alva), Zêzere (Álvaro; Barroca; Janeiro de Baixo; Janeiro de Cima; Mosteiro; Pedrógão Pequeno); Tejo e Ocreza (Água Formosa; Figueira; Martim Branco; Sarzedas).

Segundo notícia, com data de 07 de julho de 2025, publicada no site oficial das Aldeias do Xisto, o Coentral Grande juntou-se a esta rede (disponível em <https://www.aldeiasdoxisto.pt/pt/noticias/coentral-grande-junta-se-as-aldeias-do-xisto/>; consulta a 27/07/2025), embora, pelo menos até ao final de outubro de 2025, sem qualquer informação sobre o novo (28.º) lugar da rede, na parte relativa ao território que integra o referido site.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 4. Casa de Campo (Casa das Estórias) na Cerdeira (13/11/2023)

Por outro lado, a consulta do Registo Nacional de Estabelecimentos de Alojamento Local (RNAL), a 31 de janeiro de 2025, permitiu a identificação de 468 alojamentos locais na Serra da Lousã (Tabela 12) – apenas 0,4% do total nacional –, dos quais 349 moradias (74,6%), 50 apartamentos (10,7%), 47 estabelecimentos de hospedagem (10,0%) e 22 quartos (4,7%), o que indica uma variação percentual de aproximadamente 169% quando comparado com o valor (174) que foi apurado a 05 de dezembro de 2018 (Carvalho & Alves, 2021).

A capacidade de alojamento corresponde a 1.289 quartos, 2.065 camas e 57 beliches, para 3399 utentes. Portanto, o alojamento local é bastante superior aos empreendimentos turísticos, considerando o número de registos (468; 67), o número de quartos (1.289; 411) ou o número de camas (2.065; 829).

O município da Lousã destacava-se com 32,7% do total de registos – com a particularidade de alcançar 52% na modalidade de apartamentos –, e cerca de 30% dos quartos, camas e utentes. Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos e Góis perfaziam 38,5% dos alojamentos locais da Serra da Lousã.

Tabela 12. Alojamento local (n.º) na Serra da Lousã, por município, a 31/01/2025

Distribuição Geográfica	Modalidade					Camas	Utentes	Quartos
	Total	Apartamentos	Moradias	Quartos	Estabelecimentos de Hospedagem			
Serra da Lousã	468	50	349	22	47	2065	3399	1289
Castanheira de Pera	42	7	24	3	8	204	296	113
Figueiró dos Vinhos	61	6	51	0	4	222	378	158
Góis	56	3	50	1	2	257	420	165
Lousã	153	26	105	7	15	610	1012	391
Miranda do Corvo	63	6	49	3	5	267	574	188
Pedrógão Grande	41	2	33	3	3	154	242	106
Penela	52	0	37	5	10	351	477	168

Elaboração própria com base em RNAL (31/01/2025)

A repartição espacial do alojamento local abrangia um significativo número de lugares, quando comparado com a dos empreendimentos turísticos. As Aldeias do Xisto totalizavam 77 alojamentos locais – mais 46 que em 2018 (Carvalho & Alves, 2021) –, na tipologia de moradias (70), estabelecimentos de hospedagem (4) e apartamentos (3), com a seguinte distribuição geográfica: Mosteiro (1), em Pedrógão Grande; Ferraria de São João (2), em Penela; Casal de São Simão (3), em Figueiró dos Vinhos; Pena (1) e Aigra Nova (3), em Góis; Gondramaz (6), em Miranda do Corvo; Cerdeira (5), Chiqueiro (5), Casal Novo (6), Candal (15) e Talasnal (30), na Lousã, a que correspondia um total de 142 quartos, 226 camas, 11 beliches, tal como uma capacidade para 397 utilizadores (Tabela 13) (Carvalho, s. d.).

A Lousã congregava 61 (79,2% do total) dos alojamentos locais nas Aldeias do Xisto da Serra da Lousã, evidenciando-se o Talasnal, com quase metade da oferta (30 registos) – a outra metade repartia-se por Candal (15 registos), Casal Novo (6), Cerdeira (5) e Chiqueiro (5). Embora com menor expressão (número e dimensão), identificaram-se unidades de alojamento local em Ladeiras e Ribeira Cimeira (Góis); Corujeira, Casalinho, Lomba do Rei e Torno (Miranda do Corvo); Fetais Fundeiros, Loucainha e Pardieiros Fundeiros (Penela); Bolo, Camelo e Coentral (Castanheira de Pera); Alge e Ribeira Velha (Figueiró dos Vinhos); Vale de Nogueira e Zambujeiro (Lousã); Mega Fundeira (Pedrógão Grande), entre outros locais próximos às Aldeias do Xisto (Carvalho, s. d.).

Deste modo, conclui-se que no início de 2025 estavam registados (no Turismo de Portugal) 67 empreendimentos turísticos e 468 alojamentos locais nos municípios da Serra da Lousã – mais do dobro do valor (217) que foi apurado no início de dezembro de 2018 (Carvalho

& Alves, 2021) –, com um total de 1.700 quartos, 2.894 camas, e capacidade para mais de 4.000 pessoas (sem considerar os parques de campismo e/ou caravanismo).

Tabela 13. Alojamento local nas Aldeias do Xisto da Serra da Lousã (31/01/2025)

Distribuição Geográfica	Registos	Camas	Utentes	Quartos	Beliches
Casal de São Simão	3	11	18	8	0
Figueiró dos Vinhos	3	11	18	8	0
Aigra Nova	3	9	17	8	0
Aigra Velha	0	0	0	0	0
Comareira	0	0	0	0	0
Pena	1	2	5	2	0
Góis	4	11	22	10	0
Candal	15	39	76	29	0
Casal Novo	6	23	39	12	0
Cerdeira	5	23	29	7	6
Chiqueiro	5	14	29	8	0
Talasnal	30	77	138	48	5
Lousã	61	176	311	104	11
Gondramaz	6	15	28	12	0
Miranda do Corvo	6	15	28	12	0
Ferraria de São João	2	10	12	5	0
Penela	2	10	12	5	0
Mosteiro	1	3	6	3	0
Pedrogão Grande	1	3	6	3	0
Total	77	226	397	142	11

Elaboração própria com base em RNAL (31/01/2025)

A Lousã destacava-se ao concentrar aproximadamente 30% da mencionada oferta, com uma particularidade: 39,6 % dos seus registos (empreendimentos turísticos e alojamentos locais) e 24,0% das respetivas camas correspondiam às Aldeias do Xisto (Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal).

Ainda com base no RNT, através de consulta ao Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT), no dia 02 de março de 2025, identificaram-se 34 agentes de

animação turística (cerca de 0,3% do total nacional) – eram 26, a 05 de dezembro de 2018 (Carvalho & Alves, 2021) –, que desenvolviam atividades, principalmente de turismo e aventura, culturais/*touring* cultural e paisagístico, das quais metade com sede na Lousã.

A informação sobre a data de início de atividade das empresas de animação turística que constam dessa base de dados, permitiu concluir que existiam registos nas últimas duas décadas (de 2004 a 2024), embora em maior número desde 2015, sobressaindo os anos de 2017 e 2024, com 5 registos/ano, e 2023, com 4 registos, bem como os períodos de 2017-2018 e 2023-2024, ambos com 9 registos, respetivamente.

1.4.2 Atrações turísticas: da natureza à cultura

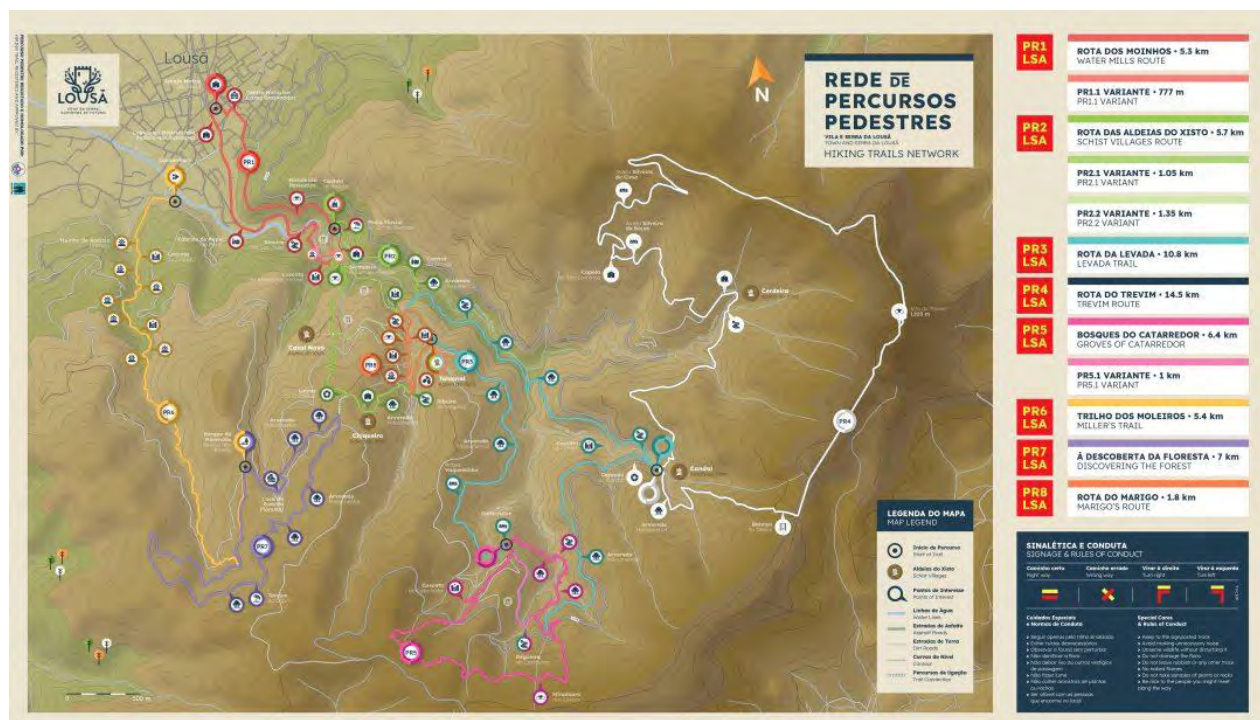
Na atualidade, o turismo é sinónimo de uma enorme variedade de atrações, abrangendo locais pela sua relevância natural (biótica ou abiótica), paisagística e/ou cultural (material ou imaterial), tal como experiências na amplitude da natureza à cultura, por vezes difíceis de diferenciar, tão ténues são as fronteiras entre o lazer e o turismo, ou entre a natureza, a cultura e o desporto, mas sem dúvida que os equipamentos são importantes para explicar a capacidade de atração turística dos territórios.

Começa-se pelos percursos pedestres, que pela diversidade e qualidade dos seus pontos de interesse (culturais, naturais, paisagísticos) são um convite para apreciar, interpretar e descobrir o território, ao ritmo de cada passo. Apesar da ausência da informação que seria suposto estar disponível no site da entidade nacional com tutela neste domínio (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal), a consulta da página *web* das Aldeias do Xisto²² permite afirmar que 13 dos 48 Caminhos do Xisto (CX) estão localizados em cinco municípios da Serra da Lousã²³, com formato maioritariamente circular (77%) e perfazendo cerca de 104 quilómetros, a que acresce, em Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos, as secções 6 e 7 da Grande Rota do Zêzere – com 370 km entre a nascente e a foz do Zêzere, a GR33 é multimodal, pois pode fazer-se a pé, de bicicleta ou de canoa (em determinados setores).

²² Disponível em <https://www.myxistotrails.pt/pt/list/caminhos-do-xisto-ponha-aqui-o-seu-pezinho/165853492/>; consulta a 04/03/2025.

²³ Góis (PR1 GOI Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Rota das Tradições do Xisto; PR9 GOI Caminho do Xisto das Aldeias de Góis – Trilho do Baile); Figueiró dos Vinhos (PR1 FVN Caminho do Xisto do Casal de São Simão – Descida às Fragas); Lousã (PR1 LSA Caminho da Xisto da Lousã – Rota dos Moinhos; PR2 LSA Caminho da Xisto da Lousã – Rota das Aldeias do Xisto; PR3 LSA Caminho do Xisto da Lousã – Rota da Levada; PR4 LSA Caminho do Xisto da Lousã – Rota do Trevim; PR5 LSA – Bosques do Catarredor; PR6 LSA Caminho do Xisto da Lousã – Trilho dos Moleiros; PR7 LSA Caminho do Xisto da Lousã – À Descoberta da Floresta); Miranda do Corvo (PR1 MCV – Caminho do Xisto Acessível do Gondramaz; PR2 MCV Caminho do Xisto do Gondramaz – Nos Passos do Moleiro); Penela (PR1 PNL Caminho do Xisto de Ferraria de São João – Trilho do Rebanho).

A partir da análise ao site de cada um dos municípios²⁴, no dia 04 de março de 2025, verificou-se que o número de percursos pedestres sinalizados é bastante superior com, pelo menos, mais 30 trilhos e mais de 170 km para percorrer a pé, destacando-se o município de Góis, pelo número e extensão dos percursos, tal como a Lousã, também pelo modo como a página web do município (Figura 5) apresenta e permite o acesso aos respetivos conteúdos (Carvalho, s. d.).



Fonte: Câmara Municipal da Lousã (2025)²⁵

Figura 5. Mapa da rede de percursos pedestres – Vila e Serra da Lousã (04/03/2025)

Tal como os percursos pedestres, importa mencionar o *trail running* e as atividades de BTT. No primeiro caso, destaca-se o Centro de Estágio de *Trail Running* e BTT de Vila Nova (Miranda do Corvo) e a “rede de percursos sinalizados de Trail Running [4 trilhos, entre 6 e 50,5 km, com dificuldade diferenciada e uma extensão de 90 km] e de BTT [14 percursos, num total

²⁴ Disponível em <https://www.cm-castanheiradepera.pt/PT/turismo-percursos-pedestres>; <https://www.cm-figueirodosvinhos.pt/index.php/descobrir2/ver-e-fazer/trilhos-e-percursos>; <https://www.cm-gois.pt/visitgois/experiencias/rotas-e-percursos/percursos-pedestres>; <https://cm-lousa.pt/atividades-municipais/desporto/rede-percursos-pedestres-da-lousa>; <https://cm-mirandacorvo.pt/menu/113/percursos-pedestres>; <https://www.cm-penela.pt/artigo-233-0>; https://www.cm-pedrogaogrande.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=162&Itemid=132; consulta a 04/03/2025.

²⁵ Disponível em <https://cm-lousa.pt/atividades-municipais/desporto/rede-percursos-pedestres-da-lousa/>; consulta a 04/03/2025.

de 230 km, com diferente nível de dificuldade], assim como mais três estações de serviço para bicicletas (Gondramaz, Quinta da Paiva e Semide)”²⁶.

Por sua vez, “Os Centros de BTT, implementados em Portugal pela primeira vez pelas Aldeias do Xisto, são infraestruturas desportivas permanentes, constituídas por redes de trilhos para a prática de BTT e locais de acolhimento dotados de equipamentos dedicados exclusivamente aos praticantes de BTT de lazer. Estes locais estão apetrechados com estacionamento, balneários, estação de serviço para bicicletas (lavagem, ar e mini-oficina) em regime de *self-service*. Os Centros oferecem trilhos do tipo *Cross Country*, *Down Hill* ou *Free Ride*, sinalizados com marcações específicas, adoptadas internacionalmente, com quatro níveis de dificuldade (verde, azul, vermelho e preto) adequados a todos os tipos de utilizadores, desde os que pretendem iniciar-se até aos mais exigentes”²⁷.

Na Serra da Lousã encontra-se o Centro de BTT da Ferraria de São João e o Centro de BTT da Lousã (instalado no Louzanpark/centro de desportos de aventura – Figura 6), com uma ampla oferta de percursos, alguns dos quais estabelecem ligação entre municípios (Penela, Miranda do Corvo, Figueiró dos Vinhos e Lousã).

Ao mesmo tempo, estão disponíveis as Subidas Épicas das Aldeias do Xisto, ou seja, “um conjunto selecionado dos melhores cenários e estradas para a prática do ciclismo, permitindo aos utilizadores desfrutar destes percursos em autonomia e ao longo de todo o ano, sozinhos ou em grupo”²⁸, das quais duas utilizam a EN236 e o ramal de acesso ao Trevim, com início na Lousã (26,1 km) e Castanheira de Pera (19,4 km).

Estas atividades conheceram um grande desenvolvimento nos últimos anos, inclusive com eventos internacionais como, por exemplo, o Campeonato do Mundo de *Trail Running* (Miranda do Corvo, 06/2019), o Campeonato Europeu de *Downhill* (Lousã, 04/2018) ou a Taça do Mundo de *Downhill* (Lousã, 10/2020) – as duas últimas nas pistas do Louzanpark e com o envolvimento do Montanha Clube –, sendo reconhecido pelos atletas e especialistas que na Serra da Lousã se encontram alguns dos melhores trilhos e pistas do mundo (Carvalho, s. d.).

A Serra da Lousã e, em especial, o município da Lousã, são referências consolidadas em diversas outras provas desportivas de competição e de lazer (atletismo de montanha, *downhill*, ciclismo de estrada, cicloturismo, enduro motorizado e rali) como, por exemplo, o LouzanTrail

²⁶ Disponível em <https://www.aldeiasdoxisto.pt/pt/agenda/inauguracao-do-centro-de-estagio-de-trail-running-e-btt-de-vila-nova/>; consulta a 09/03/2025.

²⁷ Disponível em <https://www.cm-penela.pt/artigo-235-0>; consulta a 09/03/2025.

²⁸ Disponível em <https://www.myxistotrails.pt/pt/list/subidas-epicas/190820300/>; consulta a 01/08/2025.

(a próxima edição está prevista para 06 a 08 de março de 2026), a Avalanche Licor Beirão, o Granfondo Aldeias do Xisto²⁹, a Clássica Aldeias do Xisto³⁰, etapas da Volta a Portugal em Bicicleta, o início de uma etapa da *Vuelta* (2024), ou o Rali de Portugal (Campeonato Mundial de Rali) (Carvalho, s. d.).



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 6. Louzanpark (10/07/2024)

No contexto de natureza assumem também relevância atividades como a observação de fauna e flora (com destaque para a avifauna, os cervídeos e os cogumelos); a escalada (Fragas de São Simão e Fragas do Cercal, em Figueiró dos Vinhos; Encosta da Cotovia, em Pedrógão Grande); o *canyoning* (por exemplo, na ribeira das Quelhas, em Castanheira de Pera, e na ribeira da Pena, em Góis); ou o parapente (a partir da Ortiga, na Lousã).

Das velhas às novas formas de apreciação/interpretação da paisagem ao ar livre, a oferta é generosa, quer através de miradouros, nas principais vias de comunicação, dispersos no

²⁹ Nos dias 13 e 14 de setembro de 2025 realizou-se o Lousã Granfondo, com a participação de aproximadamente 1.300 ciclistas, provenientes de 12 países.

³⁰ A última edição teve a designação de Troféu Região de Coimbra – Aldeias do Xisto. Decorreu no dia 13 de abril de 2025, entre a Figueira da Foz e Aldeia das Dez (Oliveira do Hospital).

território (por exemplo: Estrada Nacional 2³¹, em Góis; Fragas de São Simão, em Figueiró dos Vinhos; Gevim, na Lousã), quer no contexto de passadiços (ribeira das Quelhas, em Castanheira de Pera; Penedo do Granada, em Pedrógão Grande, entre outros), estes últimos geralmente integrados em percursos pedestres.

Como viajar é uma experiência de partilha, a captura de fotografias para utilização/divulgação nas redes sociais teve um enorme crescimento nos últimos anos, impulsionado pelos avanços tecnológicos das plataformas e dispositivos de comunicação/informação digitais, o que releva os locais de grande beleza e/ou com horizonte visual privilegiado, com estruturas originais (baloços, bancos, molduras) como, por exemplo, o baloiço do Trevim, o baloiço dos Penedos de Góis e o baloiço da Chanca; os bancos no bosque das memórias (no Alto do Cabeço de Miranda); o miradouro/letreiro “Isto é Lousã” (junto ao Chiqueiro); ou as molduras de Candal e Talasnal (Carvalho, 2024).

Por último, faz-se referência às praias fluviais, zonas balneares e zonas de lazer das Aldeias do Xisto nos concelhos da Serra da Lousã – Bogueira, Senhora da Graça e Senhora da Piedade (Lousã); Segade (Miranda do Corvo); Canaveias, Peneda/Pego Escuro, Ponte de Sótão e Alvares (Góis); Albufeira do Cabril e Mosteiro (Pedrógão Grande); Poço Corga e Rocas (Castanheira de Pera); Ana de Aviz e Fragas de São Simão (Figueiró dos Vinhos); Louçainha (Penela) –; ao Parque Biológico da Serra da Lousã (junto à vila de Miranda do Corvo), centrado na fauna selvagem de Portugal, com a particularidade de incluir uma quinta pedagógica com raças autóctones; e aos museus³², dos quais apenas cinco³³, de um total de 8 em atividade,

³¹ A Rota da Estrada Nacional 2, de Chaves a Faro, com cerca de 740 km, por 11 distritos e 35 municípios, inclui Lousã, Góis e Pedrógão Grande. Em 2020, por ocasião do 75.º centenário da EN2, foram instalados totens comemorativos da efeméride em pontos quilómetros específicos, uma iniciativa da Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (fundada em 2016, com o objetivo de promover a sua dinamização através do turismo), coincidindo, em muitos casos, com excelentes locais de paragem para contemplação da paisagem, como acontece nos referidos municípios da Serra da Lousã.

³² “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento” (disponível em <https://icom-portugal.org/2022/09/30/nova-definicao-de-museu-2/>; consulta a 16/03/2025).

³³ Embora sem constar das estatísticas oficiais, merece referência o Ecomuseu Tradições do Xisto, com sede em Aigra Nova, no edifício da Comissão de Melhoramentos das Aigras, Comareira e Cerejeira, onde está instalada a Loja das Aldeias do Xisto de Góis.

cumprem os critérios estabelecidos pelo INE³⁴ (2024), a saber: Lousã (2) – Figura 7 –, Miranda (1), Penela (1) e Figueiró dos Vinhos (1), conforme assinala Carvalho (2024; s. d.).



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 7. Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques (05/07/2023)

1.5 Património(s)

1.5.1 Património natural

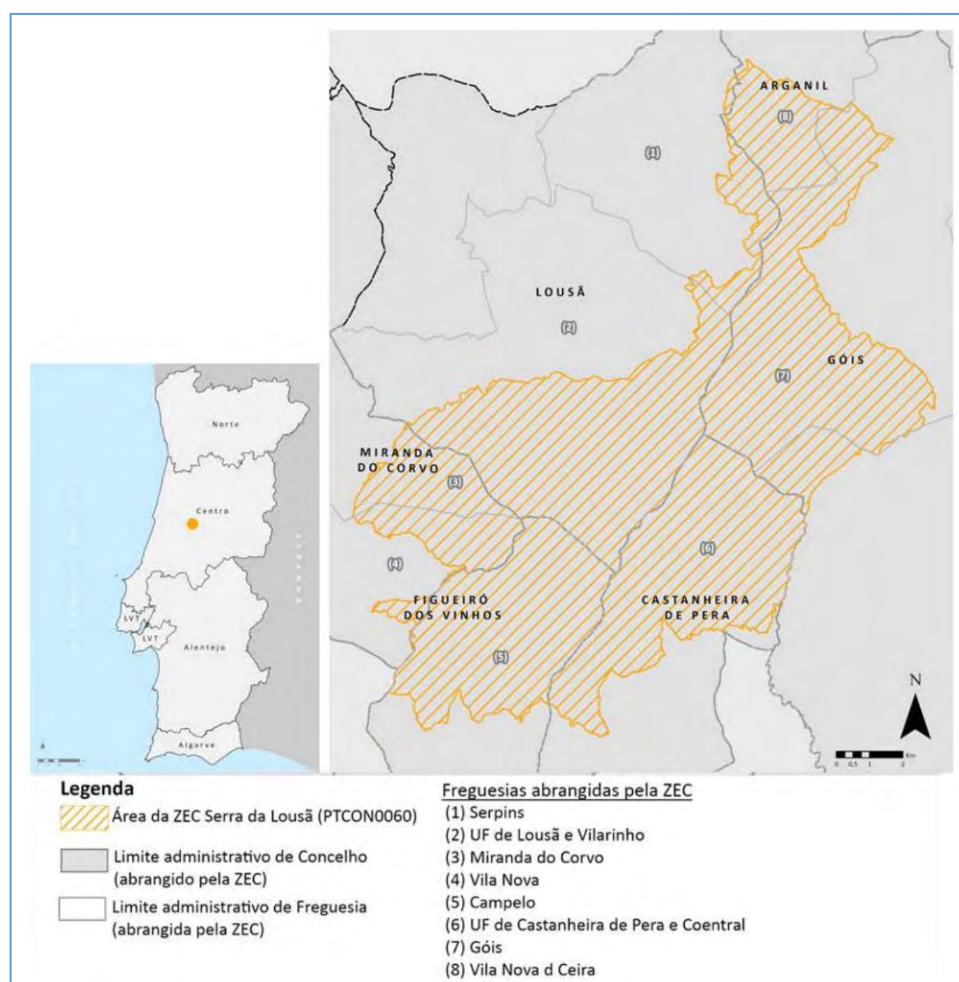
O sítio Serra da Lousã (PTCON0060) foi integrado na Lista Nacional de Sítios (Rede Natura 2000), através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 05 de julho³⁵, e

³⁴ “Critério 1: museus que têm pelo menos uma sala de exposição; Critério 2: museus abertos ao público (permanente ou sazonal); Critério 3: museus que têm pelo menos um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); Critério 4: museus que têm orçamento (ótica mínima: conhecimento do total da despesa); Critério 5: museus que têm inventário (ótica mínima: inventário sumário)” (disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=13062&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true; consulta a 16/03/2025).

Dos 644 museus em atividade no ano de 2023, apenas 426 cumpriam os cinco critérios (disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=439486173&PUBLICACOESmodo=2; consulta a 16/03/2025).

³⁵ “Foi reconhecido como Sítio de Importância Comunitária (SIC) pela Decisão da Comissão n.º 2006/613/CE, de 19 de julho, que adota, nos termos da Diretiva Habitats, a lista dos SIC da região biogeográfica mediterrânica, publicitada em Portugal pela Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto. O SIC foi classificado como ZEC

corresponde a uma área de 15.158 ha nos concelhos de Góis (30%), Lousã (25%), Castanheira de Pera (20%), Figueiró dos Vinhos (16%) e Miranda do Corvo (9%), respetivamente por ordem decrescente da dimensão que ocupa em cada um deles (Figura 8).



Fonte: ICNF (2021:5)

Figura 8. ZEC Serra da Lousã (Rede Natura 2000)

Portanto, localiza-se em parte das Comunidades Intermunicipais das designadas Região de Coimbra e Região de Leiria, abrangendo principalmente a Serra da Lousã (Maciço Antigo), onde predominam xistos, além de uma pequena mancha de granitóides (Coentral) e quartzitos (Penedos de Góis e Cerro da Candosa); a Serra de Sacões (alta colina da Bacia Sedimentar Lousã-

[Zona Especial de Classificação] pelo Decreto-Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março” (ICNF, 2024:1), tal como os restantes 61 SIC do território de Portugal Continental.

De acordo com o Relatório do Plano de Gestão da ZEC Serra da Lousã (outubro de 2021), “A ZEC Serra da Lousã, com uma área total de 15 112,7 ha, (...) integra territórios dos concelhos de Góis (29,7% da área total da ZEC), Lousã (25,5% da área total da ZEC), Castanheira de Pera (19,7% da área total da ZEC), Figueiró dos Vinhos (16,2% da área total da ZEC) e Miranda do Corvo (8,8% da área total da ZEC)” (ICNF, 2021:4).

Arganil), com *ranãs* e cascalheiras; e ainda as margens do rio Ceira (desde o atravessamento da crista quartzítica – epigenia –, na Senhora da Candosa, até ao Casalinho de Cima, junto da vila de Góis), com depósitos finos, no setor setentrional (Carvalho, s. d.).

O reconhecimento do seu valor ecológico no âmbito da Rede Natura está suportado em mais de uma dezena e meia de habitats naturais e seminaturais de interesse comunitário constantes do Anexo I da Diretiva Habitats, três dos quais são considerados prioritários (4020 – Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*; 5230 – Matagais arborescentes de *Laurus nobilis*; 91E0 – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus Excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)), e de duas dezenas de espécies de fauna e flora (Anexo II da Diretiva Habitats), com destaque para o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e, principalmente, para a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), sem esquecer o seu “apreciável interesse paisagístico, com imponentes cristas quartzíticas de valor geomorfológico significativo, acompanhadas pela existência de cascalheiras (depósitos de vertente) (8130*), áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético”, como mencionado no Plano Setorial da Rede Natura 2000³⁶, elaborado pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB).

Na ficha de caracterização do Plano Setorial constam, de igual modo, quer os fatores de ameaça, a saber: “incêndios florestais; florestações com eucalipto (...); corte da vegetação ribeirinha (...); invasão de espécies exóticas infestantes – háquias, ailantos e sobretudo acácias (...); implantação de infraestruturas (parque eólicos e acessos...); pressão turística; passeios e provas motorizadas todo-o-terreno; empreendimentos hidroelétricos”³⁷, quer as orientações de gestão, com prioridade para “(...) a conservação e manutenção de linhas de água e das galerias que as marginam, bem como da fauna que lhe está associada (...)”, “(...) a preservação dos habitats associados às cristas quartzíticas e às cascalheiras, bem como da manutenção do mosaico agro-silvo-pastoril em diversas áreas (...)”, o ordenamento das “acessibilidades e das atividades de recreio e lazer”, a “erradicação de espécies exóticas” e o “acompanhamento das ações de ordenamento e gestão florestal”³⁸ (Carvalho, s. d.).

³⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, in Diário da República, 1.ª série, n.º 139, 21 de julho de 2008, p. 4536-(282-287); disponível em <https://files.dre.pt/1s/2008/07/13901/0000200451.pdf>; consulta a 03/02/2025.

³⁷ Idem:4536-(284).

³⁸ Idem:4536-(284-285).

Na sequência do estipulado no artigo 5.º do mencionado Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, para definir medidas e ações complementares de conservação de habitats e espécies presentes na ZEC, foi elaborada a proposta do Plano de Gestão da ZEC Serra da Lousã³⁹, que esteve em consulta pública entre 01 e 28 de março de 2024, e contou com um total de vinte participações, “das quais nove participações foram apresentadas por pessoas coletivas e onze foram a nível individual” (ICNF, 2024:3).

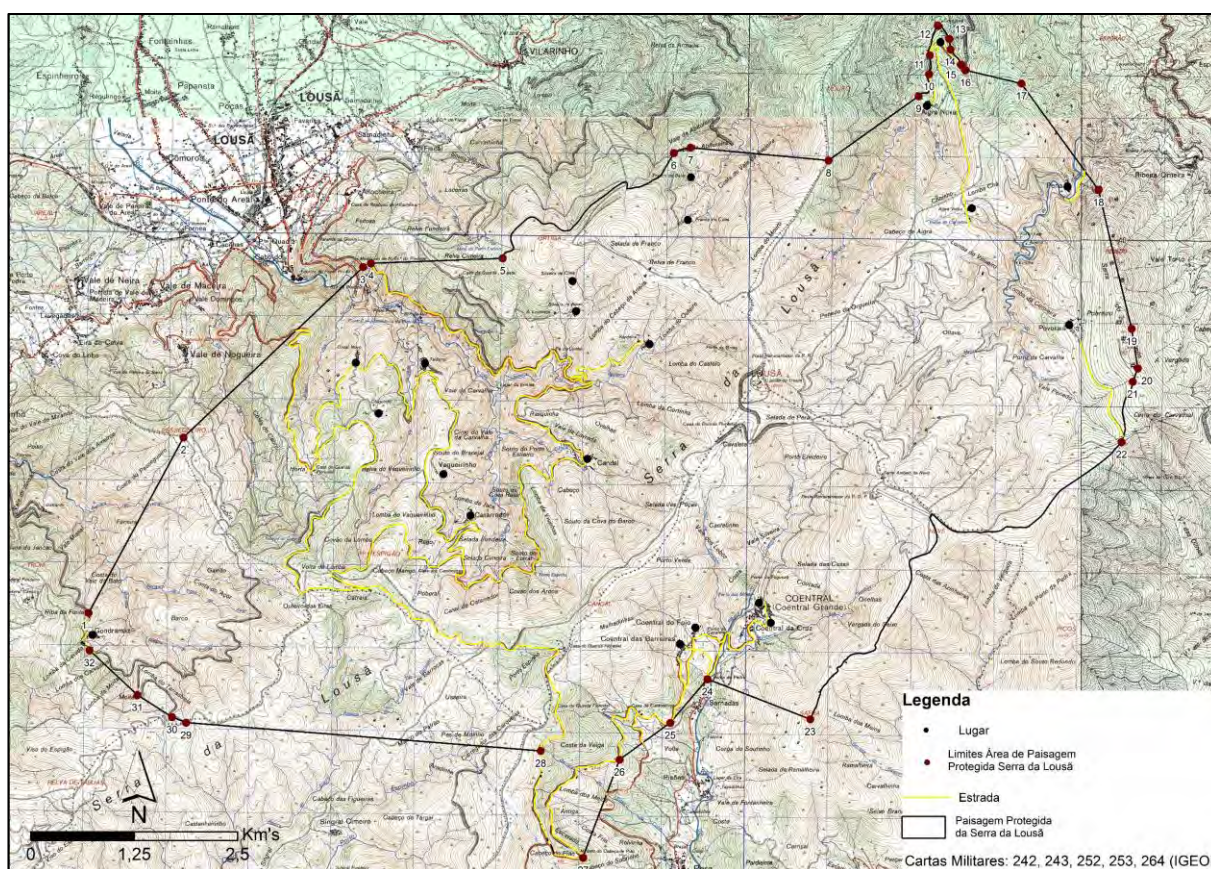
A análise do relatório de ponderação do processo de consulta pública (outubro de 2024), permitiu verificar que as dezoito medidas de conservação regulamentares – que começam sempre com os verbos interditar e condicionar – decorrem genericamente de condicionantes no âmbito da legislação sobre ordenamento do território, solos, urbanismo, áreas protegidas, entre outras, que importa implementar com resultados favoráveis do ponto de vista do interesse público, e as onze medidas de conservação complementares estão centradas em ações como, por exemplo, “Restabelecer a composição, estrutura e continuidade do ecossistema fluvial e ribeirinho”, “Prevenir, intervir precocemente ou controlar as populações e povoamentos de espécies (flora e fauna) exóticas invasoras” ou “Rever e implementar o Plano Global de Gestão para o controlo das populações de ungulados selvagens (veado e corço)” (ICNF, 2024:7-9).

Ao mesmo tempo, o interesse em reconhecer o valor natural, cultural ou estético da Serra da Lousã esteve na origem de um estudo académico para suportar a sua eventual classificação como paisagem protegida de âmbito regional e posterior integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), o qual defendeu uma proposta com 6.736 hectares (Figura 9) nos “concelhos de Lousã (43,9%), Góis (26,5%), Castanheira de Pera (16,7%), Miranda do Corvo (7,8%) e Figueiró dos Vinhos (5,1%), agregando um total de 16 lugares com população residente e edificado, no geral, em bom estado de conservação (...), a saber: Candal, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Talasnal e Vaqueirinho (Lousã); Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira, Pena e Povorais (Góis); Coentral Grande, Coentral da Cruz, Coentral das Barreiras e Coentral do Fojo (Castanheira de Pera); Gondramaz (Miranda do Covo) – a que se junta o Casal Novo (Lousã) sem população residente, embora a aldeia permaneça recuperada, bem como 4 lugares desabitados e em mau estado ou ruína: Franco de Baixo, Franco de Cima, Silveira de Baixo e Silveira de Cima, na Lousã –, onde moram 146 pessoas (64,4% diz respeito à antiga freguesia do Coentral), sendo a maioria população idosa, distribuídos por 74 famílias, para um universo de 520 edifícios e 521 alojamentos (dos quais apenas uma pequena parte – menos de 14% do

³⁹ Entretanto publicado no Diário de República, 1.ª série, n.º 44, 04 de março de 2026, 26 pp; disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2026/03/04401/0003000055.pdf>; consulta a 30/03/2026.

total –, com utilização permanente/residência habitual) – segundo dados dos Censos 2011” (Carvalho & Alves, 2021:141-142).

Apesar do trabalho realizado ainda não ter conduzido ao que seria suposto, permanece válida a perspetiva de que a Serra da Lousã tem dimensão patrimonial e interesse público, tal como os municípios, reconhecendo a importância regional, ou o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), considerando que existe importância nacional, podem e devem propor a sua classificação ao abrigo do quadro normativo vigente sobre as áreas protegidas em Portugal (Carvalho, s. d.).



Fonte: Carvalho e Alves (2021:140)

Figura 9. Proposta (delimitação) da Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã

Por outro lado, a classificação como arvoredo de interesse público decorre da Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, regulamentada pela Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho⁴⁰, que

⁴⁰ Nos termos do artigo 8.º da Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho, o Conselho Diretivo do ICNF, I. P., procedeu à aprovação do “Regulamento com o desenvolvimento e densificação dos parâmetros de apreciação e da sua correspondência aos critérios de classificação de Arvoredo de Interesse Público” (disponível em <https://www.icnf.pt/api/file/doc/be68859ea610c0c2>; consulta a 15/04/2025).

atribui ao ICNF as tarefas de inventariar e avaliar, para efeito de atribuição do estatuto de interesse público, os “povoamentos florestais, bosques ou bosquetes, arboretos, alamedas e jardins de interesse botânico, histórico, paisagístico ou artístico, bem como (...) os exemplares isolados de espécies vegetais (...) [atendendo à sua] representatividade, raridade, porte, idade, historial, significado cultural ou enquadramento paisagístico” (Diário da República, 1.^a série, n.º 172, 2012:5124)” (Carvalho, 2021b:164).

O concelho da Lousã tem apenas um exemplar classificado (DR n.º 107, II Série, de 10/05/1990): a “falsa árvore-do-incenso” (*Pittosporum undulatum Ventan*), na Quinta de Alfocheira, que é visível do exterior da propriedade (EN236). Nos outros municípios da Serra encontravam-se registados exemplares isolados ou conjuntos em Castanheira de Pera (um exemplar de carvalho-alvarinho, junto à igreja paroquial); Pedrógão Grande (um conjunto arbóreo com quatro exemplares de carvalho-alvarinho, no Jardim das Devesas; dois exemplares de magnólia-sempre-verde, em Troviscais e no Parque Infantil da Casa da Criança de Pedrógão Grande, e de sobreiro, em Nodeirinho – perto da capela – e na Avenida Francisco Sá Carneiro, no limite exterior da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande); Figueiró dos Vinhos (alameda constituída por 17 plátanos na Avenida Padre Diogo de Vasconcelos, no centro da vila); e Góis (conjunto de árvores de diversas espécies – freixo-europeu, nogueira-preta, amoreira-preta, robínia – no Parque do Cerejal, junto ao rio Ceira), conforme constava do Registo Nacional do Arvoredo de Interesse Público (RNAIP)⁴¹ (Carvalho, s. d.).

1.5.2 Património cultural

Para a identificação dos bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação da Serra da Lousã, por município, consultou-se a base de dados do Património Cultural (PC)⁴² e do Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação⁴³.

No dia 16 de fevereiro de 2025 estavam classificados 51 imóveis (Tabela 14) nos municípios da Lousã (22), Góis (8), Penela (7), Pedrógão Grande (5), Figueiró dos Vinhos (5), Miranda do Corvo (3) e Castanheira de Pera (1), o que corresponde, respetivamente, a 5,7% e 15,8% do total de bens culturais imóveis classificados da Região Centro e das Sub-regiões de

⁴¹ Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ArvoresPesquisa>; consulta a 15/07/2025.

⁴² Disponível em <https://servicos.dgpc.gov.pt/pesquisapatrimonioimovel/>; consulta a 16/02/2025.

⁴³ Disponível em <https://pcip.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91¢er=-8.393397,40.059138,4326&level=19>; consulta a 16/02/2025.

Coimbra e Leiria, nas categorias de monumentos nacionais (9), imóveis de interesse público (23) e imóveis de interesse municipal (19) (Carvalho, s. d.).

Os monumentos nacionais integram as igrejas paroquiais de Góis (com o túmulo do Conde de Sortelha), Penela (Santa Eufémia), Figueiró dos Vinhos (São João Baptista) e Pedrógão Grande (Senhora da Assunção); os castelos e pelourinhos da Lousã e Penela; e a estação/sítio arqueológico da *Villa Romana do Rabaçal* (repartido entre Penela e Condeixa-a-Nova).

Tabela 14. Bens culturais imóveis classificados dos municípios da Serra da Lousã, segundo a categoria de proteção (2023 e 2025)

Distribuição Geográfica	Categoria de Proteção			Total
	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Imóvel de Interesse Municipal	
Portugal	867	3010	975	4852
Centro	145	570	180	895
Região de Coimbra	52	144	50	246
Região de Leiria	16	45	16	77
Serra da Lousã	9	23	19	51
Castanheira de Pera	0	1	0	1
Figueiró dos Vinhos	1	3	1	5
Góis	1	5	2	8
Lousã	2	6	14	22
Miranda do Corvo	0	3	0	3
Pedrógão Grande	1	2	2	5
Penela	4	3	0	7

Elaboração própria com base em INE (2024) e PC (2025)

Nos imóveis de interesse público encontram-se a ponte sobre o rio Ceira e capela hexagonal contígua (Góis), o palácio da Viscondessa do Espinhal (Lousã), a torre da cadeia comarcã (Figueiró dos Vinhos), os poços da neve e a capela de Santo António da Neve (Coentral – Figura 10), o convento de Santa Maria de Semide (Miranda do Corvo), a igreja de misericórdia de Pedrógão Grande e edifício contíguo, o sítio arqueológico do castelo de Germanelo (Penela), entre outros.

A casa do pintor José Malhoa (Figueiró dos Vinhos), a casa de São Francisco da Chã (Góis) e o forno do Cabeço da Cotovia (Pedrógão Grande) são alguns dos imóveis de interesse municipal, destacando-se, nesta categoria de proteção, a Lousã, com 14 bens classificados: casas e solares edificadas desde a segunda metade de seiscentos até meados de oitocentos e palacetes do início do século XX, no centro histórico da vila e arredores (Casal dos Rios, Fiscal e Foz de Arouce), e as aldeias do Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal (Figura 11), como conjuntos de interesse municipal (Carvalho, s. d.).



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 10. Poço da neve e capela de Santo António da Neve (Coentral, 28/04/2025)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 11. Talasnal (24/04/2025)

Pelo exposto, conclui-se que a esmagadora maioria dos bens culturais imóveis com estatuto de classificação não está no interior da Serra da Lousã, considerando os fatores estruturais (tectónicos e litológicos) como norma para a sua delimitação. As exceções são os poços da neve e a capela de Santo António da Neve – imóvel de interesse público desde 03/01/1986 –, no Coentral/Castanheira de Pera; a “Pedra Letreira” (imóvel de interesse público, desde o final de 1997, como antes assinalado), junto ao limite oriental da serra; o castelo de Arouce, classificado como monumento nacional em 16/06/1910, a cerca de 3 km do centro da Lousã, e as aldeias do Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal, igualmente na Lousã.

Da recente classificação destas emblemáticas aldeias da Lousã (integradas na Rede das Aldeias do Xisto) como conjuntos de interesse municipal, através da iniciativa da Câmara Municipal da Lousã, resultou o reconhecimento dos seus atributos diferenciadores, ou seja, singularidade, originalidade, valor histórico e cultural (Carvalho, s. d.).

Com uma dinâmica notável de recuperação e valorização do património construído, que criou novas oportunidades de emprego e contribuiu para a revitalização económica e social do território, estiveram na génese do projeto denominado “Aldeias da Serra da Lousã - Onde as aldeias soam a único” que venceu não só o Prémio Nacional da Paisagem de 2022, promovido pela Direção Geral do Território, como também, em representação de Portugal, o Prémio da Paisagem do Conselho da Europa de 2025 (Carvalho, s. d.).

Quanto ao património cultural imaterial, isto é, as “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural” (UNESCO, 2003, citada por Martins, 2023:25), o respetivo Inventário Nacional, atualmente com 108 registos em 11 categorias⁴⁴ (agricultura e silvicultura; atividades transformadoras; coleta e caça; conceções e práticas mágico-religiosas; cozinha, alimentação e estimulantes; festividades cíclicas; manifestações artísticas e correlacionadas; manifestações musicais e correlacionadas; manifestações teatrais e performativas; pesca e aquicultura; e rituais coletivos), não inclui qualquer manifestação desse tipo nos municípios da Serra da Lousã (Carvalho, s. d.).

⁴⁴ Disponível em <https://matrizpci.patrimoniocultural.gov.pt/pt-PT/InventarioNacional/PesquisaOrientada> e <https://www.arcgis.com/apps/mapviewer/index.html?layers=0bd4a4b0227c406c868d8d0da8310f05>; consulta a 19/02/2025.

Por sua vez, no Registo Nacional do Artesanato⁴⁵ constam 32 unidades produtivas artesanais nos municípios da Serra da Lousã, exceto em Castanheira de Pera, na amplitude de um (Penela) a onze registos (Lousã), em domínios como, por exemplo, a confeção de bordados, renda, bonecos de pano, têxteis para o lar, vestuário por medida; o fabrico de sabão e outros produtos de higiene e cosmética, tal como de objetos e utilidades de madeira; a arte de trabalhar ferro, metais preciosos e couro; a produção de queijo e outros produtos lácteos, e mel; a escultura em madeira ou pedra; e a olaria⁴⁶.

Porém, o número de pessoas e entidades relacionadas com as manifestações culturais imateriais, designadamente as artes e ofícios tradicionais, ultrapassa em larga medida o inventário e registo, o que resulta também do carácter informal que essas atividades podem assumir, sem constituir uma ocupação permanente e uma atividade económica na verdadeira aceção da palavra.

A (re)valorização de materiais endógenos como a pedra, a madeira, o barro, a cortiça, o metal, a lã ou o linho, entre outros, para a criação de produtos originais, de cariz utilitário ou decorativo, como peças de olaria, miniaturas de alfaías agrícolas e casas, especialidades gastronómicas, entre outras, está plasmada na quantidade de eventos centrados na sua comercialização e promoção, como feiras, mostras, festivais, exposições, semanas ou fins de semana temáticos (Carvalho, s. d.).

⁴⁵ Disponível em https://www.cearte.pt/gpaos/index.html?alias=gpaos_registo&type=gpaos_registo; consulta a 19/02/2025.

⁴⁶ A olaria do barro vermelho de Miranda do Corvo, através do centro oleiro do Carapinhal, continua a criar peças utilitárias e decorativas, e que se juntou, em 1996, a cerâmica da ARCIL (Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã) que produz principalmente peças de barro decorativas.

2. Aldeias serranas da Lousã: um percurso singular

2.1 Sinopse histórica

No estado atual do conhecimento, uma das primeiras fontes documentais para o estudo da população e do povoamento da Serra da Lousã em geral, e das aldeias de xisto da Lousã em particular, no período pré-censitário, ou seja, anterior a 1864 (data do primeiro recenseamento demográfico em Portugal), é o Numeramento de 1527-1532.

Carvalho (1996) procedeu ao levantamento e representação espacial dos dados demográficos (“moradores”) disponíveis através das publicações de Freire (1908) e Colaço (1934). Apesar da ausência de informação atinente aos atuais municípios de Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos (exceto a freguesia paroquial de Campelo, que estava integrada no termo meridional da vila de Miranda do Corvo), uma vez que se perdeu o levantamento da parte meridional da Beira (tal como o de Lisboa, como notou Daveau, em 2001), transparece a desigual repartição espacial da população e do povoamento. Destacava-se, pelo número de lugares e respetiva dimensão demográfica, as terras baixas da bacia sedimentar de Miranda do Corvo-Lousã-Góis-Arganil, tal como o registo de lugares e moradores no termo das vilas de Miranda do Corvo, Góis, Serpins e Lousã, que corresponde ao interior da Serra da Lousã, embora com pequena expressão populacional, como Galhardo, Cadaval, Gondramaz, Singral Fundeiro, Singral Cimeiro, Aldeia de Alge e Eiras; Aigra Fundeira, Aigra Cimeira, Pena, Ribeira, Vale Torto e Esporão; Bemposta; e Vale de Nogueira, respetivamente, para além da enigmática expressão “na serra... onze moradores”, conforme consta do registo sobre a Lousã, sem esquecer que a fonte primária das “Actas das comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira” é uma cópia, pois perdeu-se o seu original (Colaço, 1934).

Quanto às aldeias de Candal, Casal Novo, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Silveira, Talasnal e Vaqueirinho (Figura 12) foi necessário consultar os registos paroquiais e outras fontes documentais para encontrar evidências, quer da fixação humana, embora sabendo-se da antiguidade de práticas relacionadas com a floresta e a pastorícia, quer do incremento do povoamento, que ocorreu mais tarde na Serra da Lousã, como anteriormente referido.

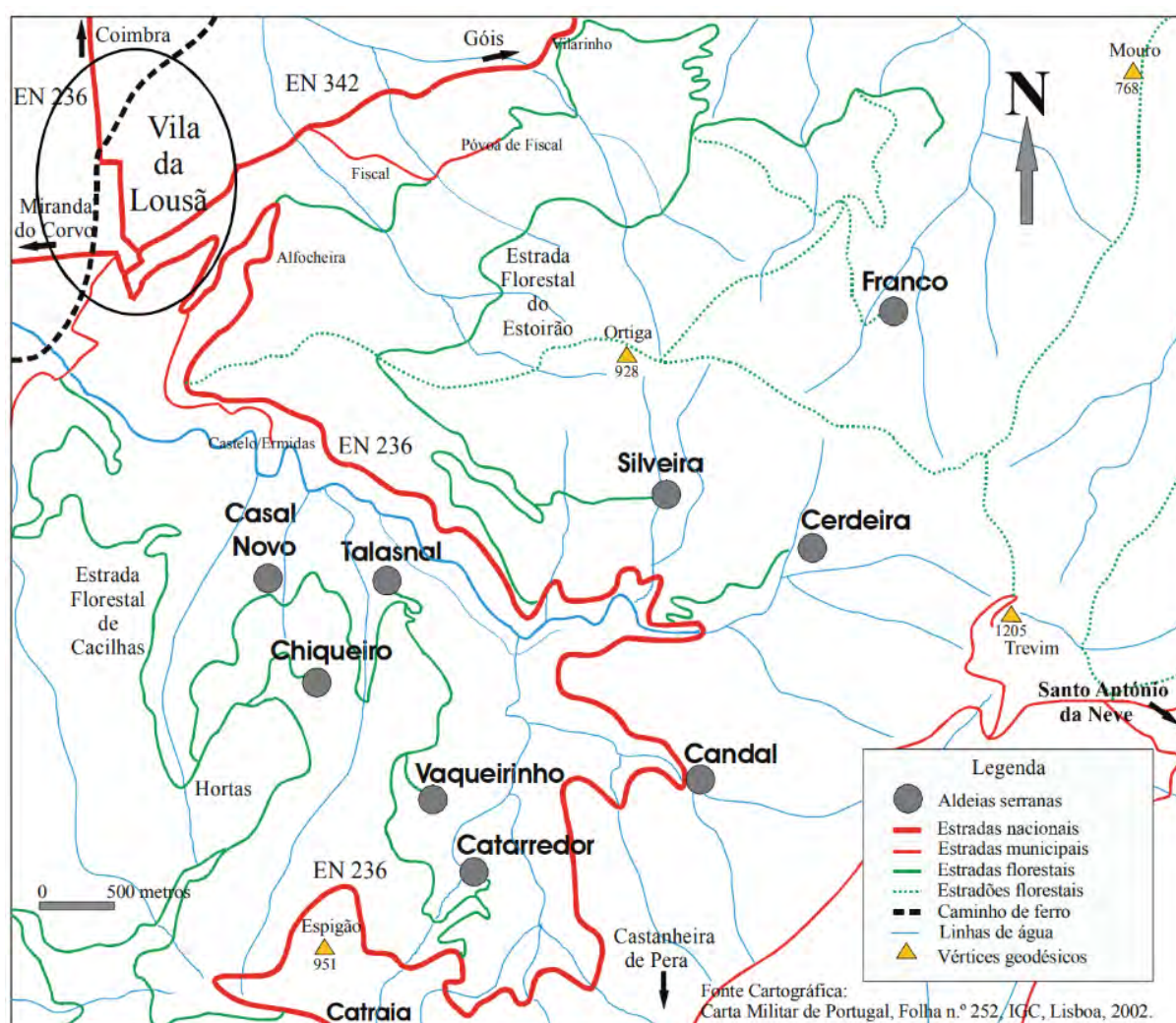
Por um lado, nos livros mais antigos de registo de óbitos⁴⁷ (1577-1736), batismos⁴⁸ (1588-1677) e casamentos⁴⁹ (1592-1728) da paróquia da Lousã, surgem referências aos lugares

⁴⁷ Disponível em <https://pesquisa.auc.uc.pt/viewer?id=38996&FileID=254403>; consulta a 15/03/2025.

⁴⁸ Disponível em <https://pesquisa.auc.uc.pt/viewer?id=38901&FileID=247706>; consulta a 15/03/2025.

⁴⁹ Disponível em <https://pesquisa.auc.uc.pt/viewer?id=38949&FileID=253139>; consulta a 15/03/2025.

de Talasnal (1579), Silveira (1581), Casal Novo (1586), Cerdeiras (1586), Candal (1592?), Chiqueiro (1592?), Catarredor (1595?), entre outros. Por outro, no “Tombo dos bens e propriedades da Câmara e concelho desta villa da Louzã” (Mexia, 1936), lavrado a 30 de maio de 1687, a mando de D. Pedro II, “constam os casais que existiam na Silveira, Catarredor, Vaqueirinho, Chiqueiro, Franco e Bemposta” (Carvalho, 2021a:331), ou seja, “a área envolvente dos lugares (excluindo as propriedades privadas e foreiras), e era composto por matos de utilização comum e algumas árvores (Monteiro, 1985:55)”. “A propriedade dos casais repartia-se entre a Câmara, famílias de representação local e moradores nos lugares” (Idem). Mais tarde, em 27 de fevereiro de 1828, o “Tombo dos bens do Concelho da Lousã” (Silva, 1996), confirma os mencionados casais, tal como assinala o Casal de Candal.



Fonte: Carvalho (2009:329)

Figura 12. Mapa simplificado de localização das aldeias serranas da Lousã

Pelo exposto, e também com base nos resultados obtidos por Carvalho (1996), verificou-se não só o aumento do número de lugares, o crescimento da população e a intensificação da ocupação humana, como a degradação da cobertura vegetal da Serra da Lousã.

O interesse dos espaços montanhosos, mesmo antes da fixação humana, explica-se pela abundância de recursos geológicos e florestais, que permitiram a extração de pedra ou de minerais metálicos, o corte de madeira e matos, o pastoreio, e mais tarde a agricultura, tal como foram decisivos para abastecer as necessidades da população e do povoamento (crescimento demográfico e expansão urbana) dos territórios adjacentes durante largos séculos, até que essa relação (de dependência) fosse alterada.

O resultado da exploração intensiva e dos desastres relacionados com a ação antrópica e os fenómenos naturais foi a degradação progressiva da cobertura vegetal da Serra da Lousã, designadamente o grande declínio da floresta caducifólia (Vareta, 1986; Daveau, 1988), composta em especial pelo género *Quercus* (Vareta, 1985; Paiva, 1988). A desarborização e o problema dos incultos começava a preocupar as autoridades nacionais e locais, e está presente em “Descrições corográficas e relatos de viagem: as primeiras relativas ao século XVIII, da autoria do Padre Luís Cardoso (1747), e os segundos reportando-se à centúria de Oitocentos, com a assinatura de H. Link (1805), Adrião Forjaz de Sampaio (1838), Alexandre Herculano (1853), José Carlos Everard (1868), J. Rivoli e Bernardino de Barros Gomes (1873), Júlio Henriques (1887)” (Carvalho, 2021a:346-347).

Apesar “da aplicação de medidas preventivas e de estímulo da rearborização (alicerçada no pinheiro bravo) promovidas pelo município da Lousã nos seus baldios (...), por conta própria ou por via de incentivos aos particulares (CML, 1863; 1868; Barros Gomes, *op. cit.*)”, também com o propósito de “prevenir e atenuar os efeitos catastróficos dos temporais nas aldeias serranas e na vila (...), a grande mancha serrana permanecia desarborizada na jurisdição do concelho (...) e de outros municípios confinantes que partilham a montanha” (Carvalho, 2021a:347), o que desencadeou a submissão de extensas áreas ao regime florestal, desde o final da primeira década do século XX na freguesia de Serpins (matas e baldios do Sobral, Braçal e Cabeça Gorda) e nas décadas seguintes em outras freguesias/municípios, tal como aconteceu em diversos espaços do país, em especial a partir do Plano de Povoamento Florestal (1940), que o Estado aprovou para desenvolver durante um período de 30 anos, “envolvendo a florestação de mais de 400.000 ha e um conjunto de infra-estruturas que tinham de acompanhar a arborização, como, por exemplo, quase um milhar de casas de guarda, a construção de cerca de 2.500 quilómetros de caminhos e uma rede telefónica de perto de 6.000 quilómetros. No início dos anos 70, quando o processo

conhece uma diminuição do seu ritmo, que, aliás, não mais se alterou, estavam florestados 272.500 ha e abertos 1.600 quilómetros de estradas florestais (Vareta, 1993)” (Carvalho, 2021a:350).

A intervenção do Estado, através dos Serviços Florestais, na Serra da Lousã começou em meados dos anos 20, e teve um incremento significativo a partir da segunda metade da década seguinte, que seria retomado nos anos 50, até diminuir de intensidade a partir da década de 70, com a renaturalização de milhares de hectares de baldios e construção das referidas infraestruturas, o que contribuiu para a regularização das linhas de água, a redução dos processos erosivos, o aumento da biodiversidade, a melhoria das condições de acesso à montanha, e a renovação da sua imagem.

Porém, com restrições dos direitos seculares de livre utilização e aproveitamento dos baldios (caminhos, águas, rochas, matos, pastagens, lenhas) que tiveram influência sobre o declínio da frágil economia agro-pastoril, designadamente a redução drástica da área de livre pastoreio, com a consequente diminuição do número de cabeças de gado caprino e dos rebanhos comuns; a dificuldade em recolher lenha e a diminuição da área do mato, sendo este último indispensável para apascentar o gado, para a “cama” dos currais, e para a fertilização das terras de cultivo, as quais eram cada vez mais necessárias numa época em que população tinha aumentado; e, como refere Monteiro (1985:210), “(...) com muita falta de mato e lenhas, as povoações foram decidindo (...) dividir o próprio casal pelas diferentes famílias, de forma a que cada um pudesse na sua parte fazer a utilização que entendesse (...). A floresta atingia assim todas as áreas, nomeadamente as de cultura”, o que teve consequências na derrocada do precário equilíbrio da economia “(...) onde se inseria a população que as habitava” (Cravidão, 1989:37).

A evolução demográfica das aldeias serranas da Lousã no período censitário, com base em dados estatísticos por lugar que estão disponíveis desde o Censo de 1911, embora de forma descontínua no intervalo de tempo até ao presente, reflete, em primeiro lugar, o aumento da população até 1940 (ano que corresponde ao máximo demográfico em todos os lugares, com exceção da Silveira), quando superou as oito centenas de pessoas (cerca de 5,6% do total dos habitantes do concelho da Lousã). De 1940 a 1981, ocorreu o decréscimo demográfico mais intenso da sua história, porquanto o número de residentes ficou reduzido a menos de três dezenas de pessoas. Na década seguinte, verificou-se um acréscimo de população nas aldeias, que corresponde ao maior número de residentes (quase quatro dezenas) entre 1981 a 2021, valor que diminuiu para cerca de duas dezenas em 2001, permanecendo em nível semelhante, com pequenas oscilações, até 2021 (Tabela 15).

Tabela 15. Evolução da população residente nas aldeias serranas da Lousã⁵⁰

Aldeias	1885	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
Candal	112	129	201	100	72	19	22	2	3	3
Casal Novo	65	58	79	43	32	0	0	0	0	1
Catarredor	69	109	120	67	23	2	5	15	11	4
Cerdeira	70	75	79	51	18	0	sd	sd	sd	5
Chiqueiro	23	22	45	26	12	4	4	3	2	2
Silveira	105	108	99	41	22	0	sd	sd	sd	sd
Talasnal	74	129	135	90	59	2	0	2	1	3
Vaquerinho	29	43	46	29	20	0	7	3	4	5
Total	547	673	804	447	258	27	38	25	21	23
Lousã (concelho)	10868	12358	14367	13900	12161	13020	13447	15753	17604	17006
Aldeias/Lousã (%)	5,03	5,45	5,6	3,22	2,12	0,21	0,28	0,16	0,12	0,14

Elaboração própria com base em Mapa Estatístico do Distrito de Coimbra (1885) e INE (1911; 1940; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011; 2021)

Portanto, nos últimos cinco registos censitários (de 1981 a 2021), o número de residentes só exceccionalmente (em 1991) ultrapassou as três dezenas, mantendo-se, a maior parte do tempo, no intervalo de 21 a 27 habitantes, o que representava de 0,12% (2011) a 0,28% (1991) do total da população do concelho da Lousã, nesse período. Aliás, a população residente nos oito lugares (23 pessoas), em 2021, é inferior ao valor que foi registado em igual data na aldeia serrana de Vale de Nogueira (25 habitantes) – com o maior efetivo demográfico em quase todos os momentos censitários –, situada no dorso setentrional da margem esquerda da ribeira da Fornea, onde a vista alcança um amplo panorama, desde a vila da Lousã aos confins do Caramulo.

Importa explicitar que o declínio populacional afetou também de forma muito significativa outros lugares da Serra da Lousã (para referir apenas o contexto local), os quais atingiram o máximo demográfico principalmente em 1911 (como, por exemplo, Bemposta e Cabanões, na Lousã; Galhardo, Cadaval Cimeiro e Gondramaz, em Miranda do Corvo; Aigra Nova, Aigra Velha, Pena e Vale Torto, em Góis; Camelo, Carriçal, Coentral da Cruz, Coentral do Fojo e Coentral Grande, em Castanheira de Pera; Alge, Campelo, Searas e Singral Cimeiro, em Figueiró dos Vinhos; Bajancas Cimeiras, Bajancas Fundeiras, Loucainha, Relvas e Trilho,

⁵⁰ O máximo demográfico está assinalado a negrito.

Não há dados (sd) para Cerdeira em 1991, 2001 e 2011, tal como para Silveira, nas mesmas datas e também em 2021, pois não foram considerados como lugares estatísticos.

Na Silveira os dois antigos núcleos de povoamento foram abandonados desde os anos 70 do século XX e quase todos os imóveis ficaram em estado de ruína.

em Penela) ou em 1940 (como, por exemplo, Vale de Nogueira, Vale Domingos, Vale de Pereira da Serra e Franco, na Lousã; Cerejeira, Comareira e Povorais – com a particularidade de apresentar igual registo em 1911 e 1940 –, em Góis; Coentral das Barreiras, em Castanheira de Pera; Pé de Janeiro, em Figueiró dos Vinhos), o que está de acordo com o anteriormente mencionado sobre a evolução demográfica das freguesias da Serra da Lousã, em especial Vila Nova, Espinhal e Campelo.

O problema vai agravar-se de tal maneira que nas décadas seguintes alguns desses lugares vão perder a totalidade dos seus efetivos demográficos e entrar em situação de abandono ou ruína, como aconteceu em Bemposta, Franco (de Baixo e de Cima), Silveira (de Baixo e de Cima), na Lousã; Cadaval (Cimeiro e Fundeiro), em Miranda do Corvo; Searas e Singral Fundeiro, em Figueiró dos Vinhos, entre outros.

Como principais fatores estruturais para explicar a dinâmica demográfica e a evolução das aldeias serranas da Lousã, encontram-se, por ordem cronológica, a mobilidade espacial dos seus habitantes originais, a residência secundária, a neorruralidade, e o turismo (induzido pela reabilitação urbana).

2.2 Migração e não retorno

Paulo Monteiro, na obra “Terra que já foi Terra”, com base em “cerca de duzentas cartas de várias famílias, bem como cadernos pessoais com contas e escritos vários, e ainda cadernetas, cédulas e escrituras dessas famílias” (Monteiro, 1985:18), com destaque para o “lote de cartas que dizia respeito a uma família, desde 1890 a 1950, sendo quase exclusivamente constituído pela correspondência de um casal: (...) que reunia não só as cartas escritas pelo marido, emigrado na América, como as cartas que a mulher lhe escrevia e que ele trouxe consigo quando regressou” (Monteiro, 1985:9), e através da pesquisa para encontrar “os atores desta história, ou muitas das vezes, dos seus descendentes (Idem) – principalmente em Lisboa e na Lousã –, analisou a mobilidade populacional de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã⁵¹ e explicou de forma detalhada os seus efeitos demográficos, sociais e económicos, isto é, a sua relevância para a redução drástica da população e para o abandono dos povoados serranos.

Perante um contexto geográfico com desvantagens naturais, precariedade económica e grandes privações, mas também com muito poucas oportunidades para investir e multiplicar o

⁵¹ O autor dividiu “este conjunto de nove lugares em três subgrupos de três lugares: Silveira de Cima, Silveira de Baixo e Cerdeira; Candal, Catarredor e Vaqueirinho; e Chiqueiro, Casal Novo e Talasnal”, o que “resulta do facto de cada um ter uma capela comum, no lugar do centro, e fazer uma festa comum, com missa nessa capela e baile no lugar maior” (Monteiro, 1985:35-36).

capital nas aldeias e na Serra, foi necessário procurar meios suplementares de sustento, nomeadamente através de deslocações sazonais para o Alentejo, para a Estremadura e para a Andaluzia, no período das ceifas. Depois, “nos finais do século XIX, face ao agravamento das dificuldades, as saídas de população das aldeias tornaram-se mais numerosas, deixando de ser sazonais”, e ganham novos destinos, quer no país, designadamente para Lisboa, quer no estrangeiro, principalmente para o Brasil e os Estados Unidos da América” (Carvalho, 2005:347, com base em Monteiro, 1985), embora sem consequências significativas na demografia, pois a evolução da população foi positiva até 1940 – podendo considerar-se também como referência o valor que consta do Mapa Estatístico do Distrito de Coimbra (1885) –, exceto na Silveira, na Bemposta (Serpins) e no Franco (Vilarinho), o que “sugere que as saídas eram, na sua maioria, provisórias”, regressando os homens passado alguns anos, e que “as mulheres permaneciam na Serra e lá tinham os filhos” (Monteiro, 1985:123).

O processo migratório vai assumir maior duração e intensidade a partir dos anos 40. “O efeito mais preocupante deste fenómeno é o seu carácter selectivo, já que afecta, principalmente, os grupos de população mais jovem, os de maior capacidade produtiva e reprodutiva” (Araque Jiménez & Plaza Gutiérrez, 2004, citados por Carvalho, 2012:52). E mesmo os que não foram seduzidos por essa oportunidade de ascensão económica e social, quer os adultos com filhos em idade escolar, que tiveram cada vez mais dificuldades de permanecer na serra⁵² e para ficar mais próximo da vila da Lousã mudaram-se para locais como Alfocheira, Regueiro, Cruz de Ferro, Cacilhas, Ponte Quadiz, Ramalhais, entre outros, quer os idosos, que pela falta de meios de sobrevivência ou de apoio social, juntaram-se a familiares que estavam fora. Por último, o encerramento da carreira de autocarro que passava e fazia paragem no Candal, na Fonte Fria (para acesso ao Catarredor) e junto ao ramal de acesso à Cerdeira, agudizou o isolamento das aldeias.

O declínio demográfico, social e económico não foi exclusivo destes lugares, pelo contrário, afetou de forma profunda muitos povoados, quer na Serra da Lousã, quer em outros espaços rurais e montanhosos. Nos últimos Censos (2021), tal como anteriormente mencionado, as aldeias serranas da Lousã tinham pouco mais de duas dezenas de habitantes, valor que aumentava cerca de quatro dezenas com os residentes em Cabanões (13), Vale de Nogueira (25) e Vale Domingos (4); em Miranda do Corvo eram menos de uma dezena de pessoas nas aldeias

⁵² Agravadas com o encerramento das escolas primárias do Talasnal e Candal, entre as décadas de 70 e 80, as quais tinham sido edificadas nos anos 30 do século XX, por iniciativa dos emigrantes das aldeias, com o apoio da Câmara Municipal da Lousã.

de Galhardo (6) e Gondramaz (3), contudo, o número de lugares e população residente era bastante superior no território da freguesia de Vila Nova integrado na Serra da Lousã; em Góis, nas aldeias de Aigra Nova (1), Povorais (1) e Pena (16), o número de residentes não atingia as duas dezenas (sem contar os moradores das aldeias do setor nascente dos Penedos de Góis até à Estrada Nacional 2, e desta em direção a Alvares), com a particularidade de não incluir Aigra Velha e Comareira na lista de lugares; em Figueiró dos Vinhos foram contabilizados apenas uma dúzia de moradores em Alge (10) e Singral Cimeiro (2), para além dos habitantes de alguns pequenos lugares (Peralcovo, Trespostos, Campelinho, Campelo, entre outros), também da freguesia de Campelo; na antiga freguesia do Coentral, a população residente não atingia as oito dezenas (eram exatamente 76 pessoas); e no setor nascente da freguesia do Espinhal, o número de residentes fixava-se nas cinco dezenas (Carvalho, 2024).

2.3 Residência secundária

Tal como em outros lugares com idênticas trajetórias (desvitalização, despovoamento, abandono), as populações urbanas tiveram um papel fundamental nas novas dinâmicas territoriais, em especial através da reabilitação de antigas estruturas edificadas (devolutas) para casas de férias, que começaram a utilizar alguns dias por ano, mesmo com condições de acessibilidade e infraestruturas básicas muito deficitárias – na sua génese tratou-se de um processo espontâneo sem apoio direto de políticas públicas –, e também para fixar residência principal (neorrurais). Casal Novo e Talasnal, em meados dos anos 70, foram a porta de entrada para a residência secundária na Serra da Lousã (Cravidão, 1989). Vaqueirinho e Catarredor, talvez no final dessa década, e Cerdeira na década seguinte, receberam os primeiros neorrurais. Candal e Gondramaz, nomeadamente a partir dos anos 1990, conheceram, de igual modo, dinâmicas relacionadas com a residência secundária (Carvalho, 2005).

O estudo da residência secundária nas aldeias de Casal e Talasnal, da autoria de Fernanda Cravidão (1989), no âmbito do desenvolvimento do projeto de investigação apresentado em provas de doutoramento em Geografia Humana à Universidade de Coimbra, não só enfatizou uma temática inovadora da investigação em Portugal, a que os estudiosos tinham dedicado pouca atenção, como constituiu uma referência incontornável para o conhecimento de um fenómeno em expansão sobretudo desde a década de 60 (do século XX) – o aumento do rendimento, a utilização crescente do automóvel, a diminuição do tempo de trabalho e a institucionalização das férias pagas são as principais causas desse desenvolvimento –, na amplitude de contextos rurais e litorais, com “numerosos exemplos de degradação do ambiente”, mas também com alguns

exemplos de “preservação do espaço físico e cultural” (Cravidão, 1989:8), como é o caso particular das aldeias de Casal Novo e Talasnal.

A autora pretendeu “mostrar como uma área de montanha, pobre e praticamente desabitada devido ao êxodo rural e emigração, tem sido progressivamente reocupada, reconstruída, e revitalizada, por uma população que em termos sociais e culturais, lhe é completamente alheia, e onde a aquisição e recuperação de antigas habitações tem sido levado a cabo no sentido de preservar todo o património onde se insere” (Cravidão, 1989:8), considerando os dois pequenos lugares “um exemplo de como a residência secundária pode contribuir para a revalorização do espaço rural” (Cravidão, 1989:9).

Os resultados obtidos, a partir de um inquérito com 42 respostas (79,2% do total dos proprietários com domicílio conhecido), foram fundamentais para a caracterização dos utilizadores das residências secundárias e para a compreensão da nova dinâmica destas aldeias abandonadas da Serra da Lousã, destacando-se as seguintes conclusões: “cerca de 80% das actuais habitações foram adquiridas nos últimos 13 anos pelos novos habitantes” (Cravidão, 1989:46”; “uma maior incidência de indivíduos cuja idade oscila entre os 30 e os 49 anos, já que representam 57% do total” (Cravidão, 1989:48); a prevalência do ensino superior (licenciatura) e de profissões relacionadas com qualificações de natureza intelectual (médicos, docentes do ensino superior, empregados bancários, docentes do ensino secundário, advogados, arquiteto, psicólogo, entre outras), com quase 80% ou mais de 90% da amostra dos novos proprietários de habitações de Casal Novo e Talasnal, respetivamente; a maioria dos inquiridos (69%) residiam em Coimbra, enquanto os restantes tinham residência principal em Lisboa, Cascais, Aveiro, Leiria, Setúbal, Vila Nova de Gaia, Viseu e Lousã, embora sem qualquer ligação à Serra; o ritmo de aquisição das casas variou ao longo dos anos, com o maior número de compras em 1978 (19%), 1982 (14%) e 1985 (14%) – por períodos de tempo, um maior número de indivíduos adquiriu casa na Serra da Lousã em 1975-1979 (33,2%) e 1980-1984 (42,7%); o valor de aquisição terá começado em 10 mil escudos (50 euros) e atingido os 200 mil escudos (1.000 euros), sendo que em 1989 chegava aos 700 mil escudos (3.500 euros), antes do processo de recuperação (que podia ultrapassar os 1.000 contos, isto é, os 5.000 euros); as alterações mais relevantes ocorreram no interior das habitações, com o alargamento da cozinha, o aumento do número de quartos, e a instalação de casa de banho, notando também a ampliação de alpendres; “64,1% dos inquiridos afirma ter uma participação ativa nas obras de recuperação e restauro” (Cravidão, 1989:71) das casas; “11 inquiridos referiram ser utilizadores de outra residência de lazer” (Cravidão, 1989:63), dos quais 9 mencionaram que esta se situa no litoral (6 no Algarve

e 3 entre a Nazaré e a Foz (Porto)). Por último, reconheceu “que tem existido por parte dos actuais utilizadores uma preocupação em preservar todo o património paisagístico e cultural onde se inserem os núcleos de Casal e Talasnal”, o que é “um dos factos mais positivos que acompanha o fenómeno da segunda residência na Serra da Lousã” (Cravidão, 1989:72).

Esta dinâmica coincidiu, a partir de meados dos anos 80 do século passado, com o interesse de requalificar as aldeias serranas, como se depreende do levantamento (análise/diagnóstico) e das propostas de ação/intervenção no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), que veio substituir o Programa de Reabilitação Urbana (PRU) e alargou a esfera de ação, para além das áreas históricas, o que permitiu incluir, entre outros, núcleos de carácter rural como os das aldeias serranas da Lousã.

Apesar dos estudos realizados pelo Gabinete Técnico Local da Lousã nas aldeias serranas – de que resultaram “os arquivos do levantamento (com as fichas de caracterização dos imóveis, as imagens e a cartografia desenhada) e os relatórios que caracterizam os lugares e explicam a intervenção proposta” (Carvalho, 2021a:457) –, tendo em vista a “preservação arquitetónica das aldeias, a criação e reforço das infraestruturas básicas (água, saneamento e energia elétrica), a pavimentação das estradas existentes entre aldeias e eventual construção de novas vias, de forma a facilitar a ligação entre lugares, a preservação da fauna e flora locais, a criação de percursos de manutenção, de um centro hípico, e de infraestruturas desportivas de apoio” (Carvalho, 2021a:458), com a perspetiva de “fixar nas aldeias alguma população que contribuísse para o equilíbrio ecológico da Serra da Lousã e desse apoio ao turismo que fosse implementado” (Carvalho, 2021a:460), a execução do Plano de Salvaguarda das Aldeias Serranas (CML, 1989), com estimativa orçamental de 1,4 milhões de euros⁵³, não avançou por falta de comparticipação financeira para o projeto, o que pode estar relacionado com o facto da Lousã não integrar os territórios prioritários de investimento turístico, segundo o Plano Nacional de Turismo (1986-1989), conforme refere Carvalho (2005).

Uma década e meia mais tarde, também no âmbito do doutoramento em Geografia da Universidade de Coimbra, a propósito do património cultural e das trajetórias de desenvolvimento em territórios de montanha, Paulo Carvalho estudou as aldeias serranas da Lousã e realizou, em 2003, inquéritos por questionário e inquéritos por entrevista, quer aos

⁵³ Como a verba destinada a ser concedida a título de subsídio aos proprietários que pretendessem recuperar edifícios era de 334.000 euros, e correspondia apenas a 20% do valor global das obras, se fosse utilizada na totalidade o montante de investimento na recuperação de imóveis duplicaria o valor estimado do projeto para as aldeias.

proprietários de residência secundária (Candal, Casal Novo e Talasnal), quer à população residente (Candal, Cerdeira, Chiqueiro e Catarredor), esta última repartida entre naturais das aldeias, em pequeno número, e neorrurais, a maioria dos habitantes – em 2001 representavam 72% dos residentes nas aldeias serranas –, o que aconteceu em paralelo com a preparação da intervenção pública de requalificação no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto.

No que diz respeito à residência secundária, que considerou como o principal motor de transformação e patrimonialização das aldeias serranas da Lousã até ao final do século XX, o número de respostas (118) ao inquérito por questionário correspondeu a 87% do total de proprietários com endereço conhecido, valor que subiu para 93% da amostra dos inquiridos com casas recuperadas – neste particular identificou 78 proprietários com casas recuperadas, 43 proprietários de casas por recuperar e 2 proprietários de casas em recuperação para residência secundária.

Como principais resultados, em função de grandes categorias analíticas, a investigação permitiu verificar que 96% da amostra era constituída por cidadãos de nacionalidade portuguesa; identificar mais de três dezenas de municípios como local de residência principal dos inquiridos, em particular entre Setúbal e Vila do Conde, com destaque para Coimbra (35%), Lousã (25%) e Lisboa (10%), ou seja, uma redução significativa da importância de Coimbra e um alargamento considerável da área geográfica de residência dos inquiridos, em relação aos resultados apurados por Cravidão, em 1989; confirmar que no plano social se trata de uma população muito diferente daquela que habitou as aldeias serranas da Lousã, a maioria com habilitações académicas superiores (60%) e ligadas ao exercício de profissões que requerem essas habilitações; constatar a menor utilização das residências secundárias em Casal Novo e Talasnal, em relação a 1989: de 42 para 34 dias/ano; constatar o reduzido número de aquisições no período anterior a 1980, com apenas 7% do total, que só mais tarde, nos anos 90, a residência secundária assume relevo no Candal, e que para a grande maioria dos inquiridos (76%) foi necessário mais de quatro anos para realizar as obras de recuperação dos imóveis – a administração direta correspondeu a 40%; apurar que o número de proprietários de imóveis na Serra com residências secundárias em outros locais aumentou em relação a 1989 (de 26% para 40%), e que a distribuição geográfica estava mais alargada (três dezenas de municípios), embora em 75% das respostas a aquisição de uma segunda residência secundária tenha acontecido após a compra de casa nas aldeias da serranas da Lousã; explicitar que os principais problemas que afetavam as aldeias serranas, com 36,1% do total apurado, eram os acessos, a insegurança, os incêndios e as infraestruturas básicas, e em dimensão o abandono e a degradação das aldeias; e, por último, referir que as principais

potencialidades das aldeias serranas estavam relacionadas com o ecoturismo (28,9%), o ambiente saudável (21,6%), o turismo (15,5%), os tempos livres (11,3%), a paisagem e/ou património (8,2%) (Carvalho, 2021).

2.4 Neorruralidade

Para a compreensão do processo de mudança nas aldeias serranas da Lousã, após a partida da totalidade ou da grande maioria dos seus habitantes originais, o abandono gradual das estruturas edificadas e das componentes funcionais da paisagem cultural, é necessário mencionar outra dimensão relacionada com a chegada de população maioritariamente urbana, a partir do início dos anos 80, com aquisição ou ocupação de imóveis, principalmente para fixar residência principal, como também em alguns casos para utilização temporária, com um padrão de comportamento alternativo, que é designada de neorruralidade (Nogué, 1988; 2016; Rivera, 2009; Luís, 2020, entre outros autores que analisaram diferentes dimensões e contextos do fenómeno).

Segundo Reis (2014:8), “o mundo rural que foi durante muito tempo negligenciado e esquecido, quanto ao seu verdadeiro significado de espaço basilar, tende a consolidar-se como espaço de vida alternativo ao conturbado meio urbano”, verificando-se “a formação progressiva de novos processos de refuncionalização que inscrevem e anunciam a perda ou transformação da função de espaço produtor de alimentos a espaço produzido, através da crescente mobilidade dos neo-rurais, provenientes, em grande maioria do espaço urbano (Covas *et al.*, 2011)”.

Maria da Luz Nogueira, no âmbito da dissertação de mestrado em Sociologia “O lugar do Catarredor na Serra da Lousã em 1998: uma base para percursos de fronteira” investigou as causas sociais das migrações para a Serra da Lousã e os seus efeitos no território de acolhimento. Partindo do pressuposto de que esses movimentos decorreram do impacto da globalização e representaram uma alternativa ao modelo societal dominante, a autora verificou que, em 1998, os novos residentes do Catarredor estavam em processo de construção de uma identidade específica.

O Catarredor, quase despovoado desde os anos 1970, conheceu uma dinâmica demográfica positiva nos anos 1990, em paralelo com o que tinha acontecido nas aldeias de Vaqueirinho e Cerdeira, embora com maior efetivo populacional no Catarredor, pelo menos até 2011. Em 1998, contava com 24 habitantes permanentes (11 adultos, dos quais 1 idoso, e 13 crianças e jovens), aos quais acrescia a população que ali residia temporariamente, num total de

16 alojamentos, número que voltou a diminuir nos anos seguintes, refletindo a tendência das aldeias adjacentes para um tipo de ocupação sazonal (Nogueira, 2003).

A autora justifica o interesse por um grupo populacional resultante de um movimento migratório que, embora pouco expressivo em termos quantitativos, teria relevância do ponto de vista sociológico. A metodologia principal consistiu em entrevista realizada a “elementos da população da aldeia escolhida que, oriundos de uma outra região nacional ou outro país de origem, aí se encontrassem, de forma permanente, há um ano ou mais, devendo demonstrar ter «“projecto de vida” para o local de destino» (Nogueira, 2003:55), e observação direta participada.

Os oito migrantes entrevistados – portugueses, alemães, belgas e suíços – tinham experiências migratórias prévias, viam a serra como um refúgio da sociedade globalizada, e chegaram ao Catarredor entre os anos de 1986 e 1997. A maior parte concluiu a escolaridade básica, metade com especializações profissionais. Rejeitavam normas capitalistas e procuravam liberdade e equilíbrio num projeto alternativo de vida, afastando-se das limitações das sociedades pós-modernas. A escolha do Catarredor deveu-se ao seu isolamento, beleza natural e à possibilidade de viver com uma menor interferência estatal (Nogueira, 2003).

Economicamente, a maioria dos inquiridos subsistia da agricultura, pequenos trabalhos e da economia paralela. Apesar da valorização da vida em comunidade, várias tentativas de organização comunitária fracassaram devido a conflitos e falta de estrutura. A precariedade e instabilidade dos grupos, de alguma forma, ia comprometendo a qualidade de vida, pressuposto que havia motivado a migração (Nogueira, 2003).

A investigadora concluiu que esse movimento migratório específico para o Catarredor resultou de uma reação ao modelo global dominante, sendo impulsionado mais por razões ideológicas e espirituais do que económicas. Contudo, registam-se dificuldades de integração e falta de organização interna (Nogueira, 2003).

Por sua vez, Isabel Dinis e Miguel Malta, com base em inquéritos por entrevista realizados aos habitantes das aldeias serranas da Lousã, em julho de 2000, adotaram uma tipologia dos ocupantes com quatro categorias, a saber: “os serranos”; “os neo-rurais”, “indivíduos que se instalaram recentemente na Serra e possuem um padrão de comportamento que se aproxima da cultura hippie”; “os detentores de segunda habitação”, e os “turistas” (Dinis & Malta, 2001:9).

“No Catarredor e na Cerdeira, verificou-se, entretanto, um movimento semelhante ao que Monteiro (1985) havia já identificado no Vaqueirinho: a ocupação por habitantes (...),

maioritariamente oriundos de outros países europeus. A população destas comunidades apresenta algum carácter flutuante, mas há um núcleo central que se mantém constante há já vários anos” (Dinis & Malta, 2001:9).

“Este grupo distribui-se por três das aldeias estudadas: Catarredor, Cerdeira e Chiqueiro. É maioritariamente constituído por indivíduos oriundos da Europa Central, embora seja possível encontrar alguns portugueses de origem urbana. Ao todo são 21 indivíduos, entre os quais é possível encontrar algumas crianças” (Dinis & Malta, 2001:10).

“Foi difícil averiguar a origem dos rendimentos destes indivíduos. De acordo com as entrevistas realizadas aos próprios e outros habitantes foi perceptível que os seus rendimentos provêm ainda, maioritariamente, dos países de origem, e consistem em transferências dos sistemas de segurança social aí existentes ou em salários relativos a trabalhos temporários que por lá encontram” (Dinis & Malta, 2001:11).

Alguns destes indivíduos possuem formação superior ou formação profissional muito especializada, facto que intriga sobretudo os habitantes tradicionais para quem é difícil aceitar que pessoas com este nível de formação, ao qual atribuem um elevado estatuto, se sujeitem a estas condições de vida e de trabalho, o que, naturalmente, origina suspeição e desconfiança” (Dinis & Malta, 2001:11).

Notaram também que “Os habitantes neo-rurais oferecem resistência à visita de turistas e os outros tipos de habitantes têm preconceitos em relação a estes (droga, higiene, motivações da vinda). O mesmo acontece com a população da Lousã. Por outro lado, os neo-rurais imputam ao Estado preconceitos e imobilismo face à população da serra. Afirmam que os serviços públicos funcionam mal e deixam sempre a serra para último e que, além disso, os habitantes da serra são desconsiderados e nunca figuram como possíveis interlocutores para o desenvolvimento ou mesmo manutenção desse espaço” (Dinis & Malta, 2001:15).

Apesar de incluir o conjunto dos residentes, mas que pelo número residual de naturais das aldeias serranas corresponde principalmente aos neorrurais, a investigação de Paulo Carvalho, com base em inquéritos por questionário realizados no início de 2003, em colaboração com o Gabinete Técnico Local da Lousã, permitiu obter alguns resultados sobre esse fenómeno de mobilidade espacial (da cidade para o campo ou para a montanha), inspirado em visões alternativas e eventualmente utópicas de vida, realizado por pessoas que podem ser tão diversas quanto as atividades a serem realizadas (Azevedo, 2021, com base em Nogueira, 2012).

Com mais de uma dezena e meia de respostas, o que significa cerca de 60% do total de residentes e 80% das respetivas famílias, constatou o seguinte: a média de idade dos inquiridos

era igual ou inferior a 30 anos nas aldeias de Catarredor e Cerdeira, o que estava relacionado com a existência de famílias com filhos em idade escolar, que frequentavam diferentes níveis de ensino na Lousã (básico e secundário) e Coimbra (superior); os inquiridos (neorrurais) eram portugueses, com origem em Faro, Viseu, Lisboa, e Cabeceiras de Basto, e alemães, naturais da região da Floresta Negra e que tiveram anterior residência no concelho de Aljezur (Carvalho, 2021); as habilitações literárias dos adultos revelaram maior preponderância do ensino secundário (quase 60% inquiridos); no plano profissional as ocupações da população residente decorriam nas aldeias serranas da Lousã e repartiam-se “por fotografia, artesanato (escultura em madeira), agricultura, criação de gado (nomeadamente caprinicultura) e reconstrução de casas serranas” (Carvalho, 2021a:369); a chegada dos inquiridos (neorrurais) decorreu em três momentos principais: o início dos anos 80, a segunda metade da referida década (que foi a mais importante do total apurado) e o início do novo século (XXI); a mobilidade envolvendo três residentes (com vínculos familiares) no Catarredor, que se deslocavam cerca de três meses por ano para a Suíça em tarefas relacionadas com a produção de queijo; “os motivos principais que prevaleceram na escolha das aldeias serranas da Lousã, por ordem decrescente, repartiam-se pela tranquilidade (assinalada em mais de 30% das respostas), a disponibilidade e o preço da habitação, os valores patrimoniais e paisagísticos, e o isolamento. Razões de ordem familiar, motivos de saúde, e o desejo de uma vida alternativa no campo, completaram o leque de respostas dos inquiridos” (Carvalho, 2021a:370).

Das intervenções de recuperação e ampliação de imóveis⁵⁴, com recursos próprios e sem qualquer tipo de apoio financeiro ou técnico exterior, resultaram diversas alterações arquitetónicas (fachadas, cêrceas e telhados) e em alguns casos com dissonâncias significativas; a ocupação ilegal, isto é, sem aquisição dos imóveis ou sem anuência dos seus titulares, especialmente em lugares muito marcados por imóveis semiabandonados e em situação jurídica complexa, como acontecia no Vaqueirinho e Catarredor; o reconhecimento da necessidade de introduzir infraestruturas básicas (a título prioritário, as redes públicas de abastecimento de água e de saneamento, e no caso da Cerdeira também a instalação da rede de energia elétrica), como condição essencial para a permanência da população; a degradação dos imóveis era igualmente uma preocupação de primeira ordem entre os inquiridos, embora outras tenham sido identificadas: melhoria dos caminhos das aldeias, recolha de lixo doméstico, limpeza de lixos

⁵⁴A matriz predial urbana permitiu identificar população oriunda de destinos tão diversos como a Alemanha, a Suíça, a Holanda e a França, sem esquecer alguns concelhos urbanos do país, nomeadamente Coimbra e Lisboa, no topo de uma lista em que figuram mais de duas dezenas de municípios portugueses (Carvalho, 2004).

urbanos depositados por exemplo nas lojas das casas degradadas/abandonadas, o ordenamento do território, e a aplicação de receitas próprias/verbas provenientes dos baldios serranos que deveriam ter como prioridade ações de valorização das aldeias (Carvalho, 2021).

2.5 Turismo no contexto da requalificação e revitalização territorial

2.5.1 Aldeias do Xisto

Conforme anteriormente mencionado, o desígnio de requalificar e revitalizar as aldeias serranas da Lousã, segundo uma perspetiva de preservação e valorização do património construído, para assegurar a manutenção e fixação de residentes e para dinamizar a economia, em particular através do lazer e do turismo, remonta a meados dos anos 80. Porém, apenas na transição do século XX para o atual, as políticas públicas abriram a primeira janela de oportunidade para concretizar esse objetivo.

Por outras palavras, considerando a sequência de fatores/acontecimentos estruturantes enunciados, é incontornável a referência às Aldeias do Xisto, que nos últimos 25 anos, com base em diversos instrumentos de apoio, tiveram um papel decisivo para incluir mais de duas dezenas e meia de lugares, sobretudo no contexto das serras de xisto da Cordilheira Central, entre os quais Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal, na nova geografia do lazer e do turismo em Portugal, através de uma intervenção integrada que vai dar origem a um novo ator institucional (a Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto – ADXTUR), a um rede de parcerias, a um modelo de governança original e a uma visão partilhada de valorização de recursos endógenos.

A pedra basilar decorreu das ações integradas de base territorial (AIBT) que foram criadas em Portugal no período de programação e execução das políticas públicas entre 2000 e 2006. Segundo Cristóvão *et al.* (2003:2-3), tratou-se de “instrumentos específicos dirigidos para o interior do país (...) no âmbito de uma política de discriminação positiva de territórios em que eram manifestas as dificuldades endógenas de provir ao seu desenvolvimento sustentado”.

No caso da Região Centro, nomeadamente no eixo II do respetivo Programa Operacional Regional, as AIBT integraram “intervenções em espaços específicos onde se identificaram oportunidades estratégicas de desenvolvimento, quer pelos recursos e dinâmicas que importa valorizar, quer pelas insuficiências a corrigir e ultrapassar” (CCRC, 2001:18), como, por exemplo, o Vale do Côa, a Serra da Estrela, e o Pinhal Interior.

Com inspiração no Programa das Aldeias Históricas de Portugal (1994-1999), que foi uma iniciativa piloto, pois através de uma intervenção integrada contribuiu para a valorização e promoção de lugares de relevância patrimonial e interesse histórico/cultural no mercado turístico nacional e internacional, o Programa das Aldeias do Xisto (PAX) surgiu no âmbito da medida II.6 (componente FEDER) da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (AIBTPI, 2000-2006), designadamente no contexto da linha de ação “infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades”⁵⁵, para “a requalificação de um conjunto de aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturização com redes básicas) que sustente uma rede de sítios de interesse turístico” (CCRC, 2001:38), a par com iniciativas do mesmo género como as Aldeias Vinhateiras do Douro⁵⁶, as Aldeias Ribeirinhas⁵⁷ (albufeiras de Alqueva e Pedrógão), as Aldeias do Algarve⁵⁸, entre outras.

Como refere Ribeiro (2017:III), “A partir de meados dos anos 1990 foram lançadas em Portugal um conjunto de iniciativas de desenvolvimento local em espaço rural e de revitalização e reabilitação de pequenos aglomerados urbanos (...) que tinham na mobilização do recurso património e respetiva valorização turística uma das suas principais linhas estratégicas. Inscrevendo-se num processo mais amplo que abrange (...) o alargamento do conceito de património às suas expressões vernáculas, populares e rurais e a crescente importância concedida à diversificação económica das áreas rurais desfavorecidas – dando especial ênfase ao turismo como fator dinamizador –, e integra alguns sinais de renascimento rural – um rural que é agora mais simbólico que agrícola (...)”.

A elegibilidade de ações incluiu sinalização (acesso, informação, identificação); infraestruturas (redes básicas, pavimentos, serviços em espaços exteriores e interiores) e imóveis

⁵⁵ Esta linha de ação, serviu de suporte a outros “projetos, de modo a constituir uma «rede de percursos activos (pedestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arquitectura tradicional, arqueologia), numa perspectiva integrada que promova a globalidade da região, a requalificação ou o estabelecimento de novas praias fluviais, e o estabelecimento de uma iniciativa museológica constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjuntos ou em elementos isolados, dispersos pelo território e preservados in situ” (CCRC, 2001:38).

⁵⁶ “Lançado em 2001, o programa das Aldeias Vinhateiras do Douro, tem como objectivo principal a criação de uma dinâmica de regeneração e valorização das aldeias do Douro Vinhateiro, através da revitalização sócio-económica, da fixação da população e do reforço da promoção turística. Dele fazem parte Barcos [Tabuaço], Favaio [Alijó], Provesende [Sabrosa], Salzedas [Tarouca], Trevões [São João da Pesqueira] e Ucanha [Tarouca]” (disponível em <https://dourohistorico.pt/rota-das-aldeias-vinhateiras/>; consulta a 04/04/2025).

⁵⁷ Abrange “um conjunto de 18 aldeias (duas delas em território espanhol) localizadas na vizinhança ou proximidade imediata do plano de água da barragem do Alqueva” (Ferreira, 2017:162).

⁵⁸ “As aldeias seleccionadas, em número de onze, correspondem a Carrapateira, Budens, Caldas de Monchique e São Marcos da Serra, no Barlavento; Paderne, Querença e Estoi no Algarve Central; e Cacela Velha, Vaqueiros, Cachopo e Odeleite no Sotavento” (Costa, 2003:28-29).

públicos e particulares (arranjo de fachadas, coberturas, substituição de portas, janelas e respetivas caixilharias). As candidaturas das aldeias, através dos respetivos municípios da AIBTPI⁵⁹, foram suportadas em Planos de Aldeia⁶⁰, ou seja, instrumentos com análise da realidade territorial e definição de propostas de intervenção para “requalificar os territórios, melhorar as condições de vida das populações, elevar a sua autoestima e promover as suas potencialidades originais e excecionais” (Carvalho, 2021a:468).

Na parte do diagnóstico da situação existente encontra-se a caracterização das estruturas edificadas, através de fichas individuais com diversos parâmetros (estado de conservação, ocupação, uso, número de pisos, elementos relevantes ou dissonantes, e algumas informações sobre os proprietários, apesar de muito incompletas e desatualizadas), peças desenhadas e representações (gráficas e cartográficas), e dos espaços públicos de cada aldeia, com ênfase na pavimentação, estado de conservação e urbanidade (mobiliário urbano, iluminação pública, vivência e apropriação, entre outros); a explicitação das debilidades, potencialidades, ameaças e oportunidades; e ainda a estratégia ou as propostas de desenvolvimento, consubstanciada(s) em ações/domínios prioritários ou linhas de intervenção, como infraestruturas básicas, espaços públicos, acessibilidade, e intervenção nas estruturas edificadas das aldeias de xisto da Lousã.

Portanto, preconiza-se a articulação de “investimento público em infraestruturas básicas, equipamentos e intervenções em espaços públicos”, com o “incentivo (por via de participação financeira) ao processo de reabilitação dos edifícios serranos. A compatibilização entre a fruição da paisagem e a permanência de um número mínimo de população é uma preocupação transversal dos Planos, embora sem a definição objetiva do modo de incentivo à fixação, para além da oferta de melhores condições [de habitabilidade], que, sem dúvida, serão um estímulo para continuar a reabilitação e a valorização patrimonial e paisagística das aldeias serranas” (Carvalho, 2021a:495).

“Segundo Ferrão (2006:28), o cenário de partida do Programa das Aldeias do Xisto dava conta que apenas 13 das 23 aldeias possuíam abastecimento domiciliário de água; somente 10 apresentavam rede de saneamento e tratamento de efluentes; existia apenas uma unidade de alojamento, com dois quartos; e duas unidades de restauração. A população residente nas 23

⁵⁹ A AIBT do Pinhal Interior abrangeu 21 municípios, com uma área de 5.100 km² e cerca de 180.000 habitantes.

⁶⁰ Os Planos de Casal Novo, Talasnal e Chiqueiro foram adjudicados à “DHVTECNOPOR – Consultores Técnicos Lda.”, e os Planos de Candal, Cerdeira, Catarredor e Vaqueirinho foram elaborados por “Santos Pinheiro – Arquitetos Associados, Lda.”, embora a sua implementação tenha decorrido através de um Gabinete Técnico Local, criado para essa finalidade, a partir de 2003.

aldeias era de 1202 habitantes e a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico existiam apenas 72 crianças. Com este cenário facilmente se compreendia o abandono e declínio populacional das aldeias, as baixas expectativas dos residentes e os seus baixos níveis de auto-estima” (Barros & Gama, 2010:98).

Com a análise dos Planos de Aldeia, por parte da Comissão de Coordenação da Região Centro⁶¹, e a decisão dos municípios de implementar ou não implementar os mesmos – no caso da Lousã, o Catarredor e o Vaqueirinho não avançaram para a fase de intervenção –, o PAX disponibilizou apoio financeiro para investimento em 23 lugares (Carvalho, 2005), repartidos por treze municípios (Arganil; Castelo Branco; Fundão; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Oleiros; Pampilhosa da Serra; Penela; Proença-a-Nova; Sertã; Vila de Rei, e Vila Velha de Ródão) das antigas sub-regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Cova da Beira, com uma área que se estende da proximidade de Coimbra até Castelo Branco, e de Arganil até Vila de Rei, destacando-se a Serra da Lousã e área adjacente a sudoeste, com o maior número de aldeias da futura rede (doze), seguida do Zêzere, da Serra do Açor e do Tejo/Ocreza, respetivamente, e com a particularidade de corresponder a lugares com dinâmicas semelhantes, nomeadamente o decréscimo demográfico, o envelhecimento populacional e a desvitalização económica, que, com raras exceções, inclui também as respetivas freguesias e municípios, embora com especificidades, nomeadamente o número de residentes, os estatutos administrativos, os estatutos de proteção/classificação, as vias de acesso e as estruturas edificadas (número de imóveis, estado de conservação, características arquitetónicas, tipologias de ocupação e utilização) (Carvalho, 2021).

De acordo com os dados demográficos dos Censos 2021, as Aldeias do Xisto⁶² (das quais 11 são sede de freguesia⁶³), repartidas por 16 municípios, podem ser agrupadas em três subconjuntos: os pequenos lugares (até 21 residentes, embora a esmagadora maioria sem ultrapassar uma dezena e meia de pessoas), em número de catorze, incluem a quase totalidade

⁶¹ A partir de 24 de maio de 2003, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 104, de 23 de maio, passou a ter a denominação de Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

⁶² A evolução de 23 para 27 aldeias, resultou da saída ou da não concretização de intervenções em quatro aldeias (Foz do Cobreão, em Vila Velha de Ródão; Oliveiras, em Proença-a-Nova; Catarredor e Vaqueirinho, na Lousã) e da entrada de oito novos lugares para a Rede: Aldeia das Dez (Oliveira do Hospital), Vila Cova de Alva (Arganil), Barroca (Fundão), Janeiro de Cima (Pampilhosa da Serra), Sobral de São Miguel (Covilhã), Martim Branco (Castelo Branco), Casal de São Simão (Figueiró dos Vinhos), e Mosteiro (Pedrógão Grande), que adicionou 1.227 pessoas ao total de residentes (segundo dados de 2021) e duplicou a representação da Serra do Açor e do Zêzere no território das Aldeias do Xisto.

⁶³ Aldeia das Dez; Álvaro; Barroca; Benfeita; Fajão (e Vidual); Janeiro de Baixo; Janeiro de Cima; Pedrógão Pequeno; Sarzedas; Sobral de São Miguel; Vila Cova de Alva.

das aldeias da Serra da Lousã (exceto Ferraria de São João) bem como as aldeias de Figueira (Proença-a-Nova), Água Formosa (Vila de Rei) e Martim Branco (Castelo Branco), perfazendo 95 residentes (4,9% do total); os lugares de média dimensão demográfica (na amplitude de 36 a 76 residentes), com Ferraria de São João (Penela), Mosteiro (Pedrógão Grande), Álvaro (Oleiros), Fajão e Janeiro de Baixo (Pampilhosa da Serra), correspondem a 277 habitantes (14,1% do total); e os lugares de maior dimensão populacional (no intervalo de 132 a 275 pessoas), como Benfeita e Vila Cova de Alva (Arganil), Sarzedas (Castelo Branco), Pedrógão Pequeno (Sertão), Barroca e Janeiro de Cima (Fundão), Aldeia das Dez (Oliveira do Hospital), e Sobral de São Miguel (Covilhã), por ordem crescente do número da população residente, todos sede de freguesia, com localização principalmente nas unidades de paisagem denominadas de Açor e Zêzere, totalizam 1.587 habitantes (81% do total) – Tabela 16.

Deste modo, nas doze Aldeias do Xisto da Serra da Lousã (e área adjacente) foram contabilizados 76 residentes em 2021 (Tabela 16) – dos quais 36 (47,4%) habitavam em Ferraria de São João –, o que representava apenas 3,9% do total da população residente nas Aldeias do Xisto em 2021 (tal como 4,3%, 11,4% e 11,3% do total de famílias, edifícios e alojamentos, respetivamente).

Até ao início de 2006, o investimento elegível aprovado da AIBT do Pinhal Interior (FEDER), no valor de 23.753.281 euros, encontrava-se repartido por três tipologias de intervenção: as Iniciativas de Valorização do Património (12.358.948 euros, ou seja 52% do total); o Programa das Aldeias do Xisto (10.631.960 euros, o que equivale a 44,8% do total, ainda assim menos de metade do investimento – 26.453.471 euros – que foi realizado nas Aldeias Históricas de Portugal, no período de 1995-1999); e o Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior⁶⁴ (762.373 euros, isto é, 3,2% do total) (Carvalho, 2007).

A primeira tipologia integrava projetos relacionados principalmente com a valorização do património natural e cultural como, por exemplo, os museus (da geodesia, em Vila de Rei, e do azeite, em Sarnadas do Ródão), os núcleos ecomuseológicos (na Lousã), as praias fluviais e a sua envolvente (Castanheira de Pera⁶⁵, Góis, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Oleiros e Proença-a-Nova).

⁶⁴ Apoiou a instalação ou o reforço de iniciativas de investimento empresarial nas áreas do alojamento turístico (unidades de turismo em espaço rural), animação turística, restauração, comércio e divulgação de produtos locais (em particular o artesanato).

⁶⁵ A Praia das Rocas, na vila de Castanheira de Pera, correspondeu ao maior investimento por projeto da AIBTPI – superior a 2 milhões de euros (Carvalho, 2007).

Tabela 16. População, famílias, edifícios e alojamentos das Aldeias do Xisto (2021)

Distribuição Geográfica	População Residente	Famílias	Edifícios	Alojamentos
Benfeita	132	54	182	191
Vila Cova de Alva	142	73	195	199
Arganil	274	127	377	390
Sarzedas	133	50	146	146
Martim Branco	21	11	31	31
Castelo Branco	154	61	177	177
Sobral de São Miguel	275	140	466	470
Covilhã	275	140	466	470
Casal de São Simão	6	4	26	26
Figueiró dos Vinhos	6	4	26	26
Janeiro de Cima	265	131	325	326
Barroca	222	110	288	297
Fundão	487	241	613	623
Aigra Nova	1	1	10	10
Aigra Velha	sd	sd	sd	sd
Comareira	sd	sd	sd	sd
Pena	16	7	24	24
Góis	17	8	34	34
Candal	3	2	72	72
Casal Novo	1	1	26	26
Cerdeira	5	4	18	18
Chiqueiro	2	1	15	15
Talasnal	3	3	35	35
Lousã	14	11	166	166
Gondramaz	3	2	26	26
Miranda do Corvo	3	2	26	26
Álvaro	76	36	67	68
Oleiros	76	36	67	68
Aldeia das Dez	253	106	247	253
Oliveira do Hospital	253	106	247	253
Fajão	58	27	85	93
Janeiro de Baixo	64	40	118	120
Pampilhosa da Serra	122	67	203	213
Mosteiro	43	23	78	78
Pedrógão Grande	43	23	78	78
Ferraria de São João	36	15	72	72
Penela	36	15	72	72
Figueira	17	11	52	52
Proença-a-Nova	17	11	52	52
Pedrógão Pequeno	165	74	200	200
Sertã	165	74	200	200
Água Formosa	17	10	28	28
Vila de Rei	17	10	28	28
Total	1959	936	2832	2876

Elaboração própria com base em INE (2023)

“A política de construção, ampliação e beneficiação das praias fluviais, na linha de continuidade do anterior Programa Operacional (1994-1999) e do apoio através de outros programas (como, por exemplo, o LEADER), permitiu estruturar uma rede de grande expressão no panorama nacional. Ainda neste domínio, embora sem a importância dos exemplos que acabámos de assinalar, aparecem projetos como estradas panorâmicas, parques de campismo, beneficiação de caminhos municipais, centros de interpretação da paisagem, ações de promoção e animação turística, miradouros, planos de desenvolvimento e intervenções no património” (Carvalho, 2007:182).

Quanto ao PAX, “no início de 2006, estavam aprovadas 424 intervenções em imóveis particulares, 34 intervenções em imóveis públicos, 47 ações em espaços públicos e cerca de 30 iniciativas relacionadas com infra-estruturas básicas, isto num quadro de execução que estava próximo de 50%” (Carvalho, 2007:187). A análise da distribuição do investimento aprovado segundo as categorias de intervenção e os territórios, permitiu verificar que “os imóveis particulares correspondiam à maior fatia do investimento, com quase 4 milhões de euros (37,5% do total). Por sua vez, os espaços públicos (19,7%) e as infra-estruturas (10,9%), considerados de modo isolado, ou de forma conjugada (13,2%), foram responsáveis por quase 44% do investimento (ou seja mais de 4,66 milhões de euros). A intervenção nos imóveis públicos equivale a 10,4% da verba total aprovada. Portanto, os projectos e as ações decorrem por iniciativa de entidades privadas (quase sempre a título individual) e das autarquias locais, sendo estas últimas, em regra geral, o maior investidor do PAX” (Carvalho, 2007:184-185).

Nas aldeias serranas da Lousã, “o montante de investimento aprovado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro reparte-se no intervalo de variação de 167.688 euros (Casal Novo) e 326.040 euros (Talasnal). Por sua vez, a distribuição do investimento, em função das categorias de intervenção e dos territórios, revela a preponderância do investimento em imóveis particulares: Candal (71,5%), Casal Novo (65,9%) e Talasnal (55,8%). As infra-estruturas básicas correspondem ao segundo (e último) campo de investimento no Candal (28,5%) e no Casal Novo (34,1%). No Talasnal são as intervenções nos espaços públicos e as infraestruturas (44,2%) que correspondem ao segundo patamar do investimento.

Em relação ao número de intervenções previstas em imóveis particulares, destacamos os seguintes valores: Candal (17), Casal Novo (14) e Talasnal (24). O relatório de acompanhamento da intervenção nas aldeias serranas, datado de Maio de 2005, da Câmara Municipal da Lousã, revela a intervenção em imóveis públicos no Candal (obras ainda não iniciadas) e no Talasnal

(recuperação da antiga escola primária da aldeia, para servir de posto de apoio à rede de percursos das Aldeias do Xisto)” (Carvalho, 2007:190).

Este conjunto de apoios inéditos e o interesse de investimento da parte de atores públicos e privados foi decisivo quer para a melhoria das condições de habitabilidade dos alojamentos e da qualidade de vida dos residentes, quer para assegurar um conjunto de requisitos fundamentais que permitiram lançar as bases de um produto turístico vocacionado para os segmentos da procura relacionado principalmente com a cultura e a natureza.

No percurso de criação e consolidação turística das Aldeias do Xisto é incontornável a referência ao “Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto”, “instrumento orientador que definiu como prioritários os seguintes eixos de intervenção: imagem e marketing territorial (conceber e promover uma imagem/marca que identifique e promova o território); comunicação e informação aos visitantes (editar uma revista de divulgação; colocar placares informativos das aldeias e da rede em cada aldeia, e inserir sinalética direcional na rede viária; novas funcionalidades económicas, designadamente estabelecer uma rede de lojas (Lojas Aldeias do Xisto) em regime de *franchising*, tendo em vista comercializar produtos das Aldeias do Xisto como, por exemplo, peças artísticas em porcelana e em madeira, bijutaria, joalharia, artigos em pasta de papel, linho, bordados, brinquedos, doces, licores, ervas aromáticas e chás de produção biológica, recomendados com um selo que pretende reconhecer a sua qualidade; gestão e promoção das Aldeias do Xisto e dos produtos (turísticos) associados, através da criação de uma Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR); elaboração e implementação de um Plano de Animação Turística das Aldeias do Xisto” (Carvalho, 2009:495-496).

A ADXTUR foi criada no final de 2007, através de uma parceria que na atualidade envolve 230 entidades (públicas e privadas), “de entre as quais 20 Municípios, 5 Comunidades Intermunicipais, 7 Grupos de Ação Local e mais de 150 empresas a atuar no território”⁶⁶. A oferta dos “associados (alojamento, restauração, animação turística e comércio tradicional), articulada com o calendário de animação das Aldeias do Xisto, é uma das faces de maior visibilidade da acção inovadora deste órgão colegial, tendo em vista gerir e promover a marca Aldeias do Xisto, articular entidades públicas e agentes privados, induzir dinâmicas locais de desenvolvimento sustentável (através da diversificação e dinamização de actividades económicas, especialmente na área do turismo), valorizar recursos endógenos e contribuir para a integração do território nas dinâmicas emergentes do mercado turístico” (Carvalho, 2009:497).

⁶⁶ Disponível em <https://www.aldeiasdoxisto.pt/pt/quem-somos/adxtur/>; consulta a 04/04/2025.

No caso do calendário de animação das Aldeias do Xisto⁶⁷, trata-se de um programa de eventos idealizados em conjunto com os parceiros locais, com largas centenas de iniciativas, de forma continuada e com forte incorporação de inovação, em áreas como a gastronomia, o artesanato, a observação de fauna e de flora, a educação patrimonial, o desporto de natureza e de aventura, a recriação de acontecimentos que compõem o ciclo etnográfico do mundo rural, entre outros (Carvalho, 2009).

2.5.2 Rede das Aldeias do Xisto

Para a afirmação da marca, o crescimento e notoriedade no mercado nacional e internacional, e a consolidação como rede temática/colaborativa, mostrou-se fundamental o apoio de novas ferramentas de política pública. Dando continuidade aos “instrumentos de apoio aos territórios de baixa densidade que procuraram promover a construção e implementação de visões partilhadas para o desenvolvimento de base territorial destes espaços e para a afirmação da sua competitividade, destacando-se a iniciativa Comunitária LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento e Economia Rural), o Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) e as Ações Integradas de Base Territorial (AIBT)” (SPI, 2013:ix), a partir de 2007 foi criado o PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), à escala nacional, que é uma das tipologias das Estratégias de Eficiência Coletiva.

“O PROVERE, enquanto estratégia de valorização económica de base territorial dirigido especificamente para espaços de baixa densidade, tem por objetivo fomentar a sua competitividade através da dinamização de atividades de base económica inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, tendencialmente inimitáveis do território”⁶⁸, e pressupõe a construção de uma visão estratégica centrada em recursos que configuram o foco temático; a constituição de um consórcio territorial; “a elaboração de um programa de ação com base em projetos de investimento que materializavam a execução dessa estratégia coletiva; a identificação dos projetos âncora e dos projetos complementares num programa de ação” (CCDRC, 2014:6); e ainda parcerias e funcionamento em rede.

⁶⁷ Carvalho e Alves (2017) identificaram 417 eventos realizados nas Aldeias do Xisto, entre 2014 e 2016, ou seja, aproximadamente 140 eventos por ano, destacando-se os que estavam relacionados com a cultura (49,2% do total) e a natureza (32,9% do total), tal como assinalaram que os eventos apresentavam uma distribuição regular ao longo de cada ano, exceto os meses de janeiro e fevereiro (em conjunto perfaziam apenas 5,8%). Na Serra da Lousã decorreram cerca de 45% desses eventos, salientando-se o município da Lousã com 13,7% do total.

⁶⁸ Disponível em <http://centro.portugal2020.pt/index.php/provere-programa-de-valorizacao-economica-dos-recursos-endogenos>; consulta a 04/04/2025.

A Rede das Aldeias do Xisto foi uma das 25 iniciativas de atuação (estratégias de eficiência coletiva) aprovadas em Portugal⁶⁹ no período de 2007-2013, e uma das 8 estratégias de eficiência coletiva implementadas na Região Centro⁷⁰, a par com Aldeias Históricas de Portugal e Valorização do Património Judaico; Beira Baixa – Terras de Excelência; Buy Nature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas; Mercados do Tejo; Turismo e Património no Vale do Côa; Valorização das Estâncias Termas da Região Centro; e Villa Sicó – Programa de Valorização Económica dos Espaços da Romanização.

A sua estratégia foi a “Consolidação e afirmação da Rede das Aldeias do Xisto enquanto destino turístico de excelência estruturando a oferta e promovendo a sua valorização económica e social, bem como dos produtos que constituem a identidade deste território” (CCDRC, 2014:49), tendo sido consubstanciada, por exemplo, com a “instalação de infraestruturas permanentes que promovem um conjunto de modalidades para as quais o território das Aldeias do Xisto apresenta excelentes condições: percursos pedestres, percursos de BTT, centros de escalada. Assim se concluiu a instalação dos Caminhos do Xisto e da rede Centros de BTT. A dinamização destes equipamentos foi promovida no contexto do Plano de Animação, mas também pelo surgimento do label BIKOTEL que deu origem a uma nova valência em vários alojamentos” (CCDRC, 2014: 50); a implementação da Grande Rota do Zêzere, ao longo de 353 quilómetros, que “pretendeu unir, ao longo de toda a extensão deste grande rio, a Serra da Estrela, onde nasce, ao curso médio do Tejo, onde aflui, cruzando e unindo o território das Aldeias do Xisto” (CCDRC, 2014:50), com a particularidade de constituir a primeira oferta de percurso trimodal em Portugal, que pode ser realizado a pé, de bicicleta ou de canoa; com a realização do *Sky Road* Aldeias do Xisto, que pretendeu criar a ambiência de uma etapa de montanha de um grande evento ciclístico internacional, nas estradas das serranias da Lousã e do Açor, e que contou com mais de um milhar de participantes em cada edição (CCDRC, 2014).

⁶⁹ “O número total de projetos aprovados no âmbito do PROVERE ascende a 656 (205 âncora, 426 complementares e 25 de dinamização, coordenação, acompanhamento, monitorização e gestão da parceria), o que corresponde a um investimento de cerca de 537,6 milhões de euros e a um incentivo de mais de 299,7 milhões de euros. De sinalizar o facto de o investimento associado aos atores privados ser superior ao dos atores públicos (cerca de 307,0 milhões de euros para os atores privados e 230,5 milhões de euros para os atores públicos, num rácio de investimento público/ privado equivalente a 0,8” (SPI, 2013:73).

⁷⁰ A iniciativa PROVERE, através das referidas estratégias na Região Centro, apoiou “78 projetos com um investimento de 100,7 milhões de euros (M€) e uma comparticipação do FEDER de 75,9 M€. (...) Os projetos de iniciativa privada aprovados no Sistema de Incentivos [com investimento elegível de 59,8 M€] referem-se, fundamentalmente, a alojamento turístico. Dos 40 projetos âncora [públicos] materiais [no valor de 36,2 M€], quase metade (19) são de valorização e qualificação ambiental. Os restantes são de mobilidade e de valorização do património cultural. Os projetos âncora [públicos] imateriais representam mais de 50% do FEDER aprovado para os projetos âncora públicos” (CCDRC, 2014:8).

Como reconheceu o Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das EEC-PROVERE, realizado pela Sociedade Portuguesa de Inovação, “(...) a maior parte das operações aprovadas no âmbito das EEC-PROVERE dizem respeito a infraestruturas e equipamentos municipais, a unidades hoteleiras de saúde e bem-estar e a atividades de promoção da identidade regional, encerrando um importante contributo para a atratividade dos territórios, sobretudo no que se refere à captação de turistas, mas também para a identidade e imagem dos territórios de baixa densidade” (SPI, 2013:xv).

Tendo iniciado no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), em 2007-2013, a abordagem PROVERE teve continuidade no Portugal 2020 (2014-2020). Na Região Centro, através do CENTRO 2020 – Programa Operacional Regional do Centro, foram aprovadas 4 estratégias de eficiência coletiva, a saber: iNature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas; Rede das Aldeias Históricas de Portugal; Rede das Aldeias do Xisto; Valorização das Estâncias Termas da Região Centro.

No contexto do PROVERE iNature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas, que integra 12 áreas classificadas/protegidas da Região Centro⁷¹ e pretende “capacitar o território regional para atividades de pedestrianismo, BTT, montanhismo e birdwatching, entre outras na dinamização do potencial intrínseco dos recursos endógenos deste território para a afirmação de uma oferta de excelência no domínio de Turismo de Natureza correspondente às tendências e motivações que definem o mercado de procura turística.”⁷², a entidade promotora (em 2016-2018, a Agência de Desenvolvimento Gardunha 21 e, em 2018-2023, a Destinature – Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza) assegurou a aprovação de fundos, quer do Projeto de Dinamização, Coordenação e Acompanhamento da EEC, no valor total de 751.238 euros, quer dos Projetos Âncora para a concretização da EEC, no montante total de 3.204.181 euros⁷³.

As aldeias serranas da Lousã foram contempladas de forma direta através do projeto da Dueceira denominado “Trilhos de Natureza da Serra da Lousã” (com o montante total de 56 mil euros), que incidiu nos municípios de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, tendo em vista “a identificação e implementação – em rede de parcerias – de um conjunto de

⁷¹ Parque Natural da Serra da Estrela; Paisagem Protegida da Serra do Açor; Reserva Natural da Serra da Malcata; Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha; Geoparque Naturtejo; Parque Natural Local Vouga-Caramulo; ZPE Sicó/Alvaiázere; Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros; Mata do Buçaco; ZPE Vale do Côa e Reserva da Faia Brava; SIC Serra da Lousã; Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.

⁷² Disponível em <https://www.inature.pt/inature/>; consulta a 05/04/2025.

⁷³ Disponível em <https://portugal2020.pt/projetos-aprovados/lista-de-operacoes-aprovadas/>; consulta a 05/04/2025.

percursos e atividades de fruição e animação fundamentadas em novas abordagens e leituras ao biótipo Serra da Lousã – classificado no âmbito da Rede Natura 2000⁷⁴”, assim como no âmbito dos estudos para a classificação da Serra da Lousã como área protegida (RNAP), e para a elaboração da carta das experiências sensoriais das Terras da Chanfana.

Quanto às Aldeias do Xisto, com base na lista de operações aprovadas no âmbito do Portugal 2020, o montante total aprovado foi de 4.283.096 de euros relativo aos Projetos Âncora para a concretização da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE – Rede Aldeias do Xisto 2020, entre 1/1/2016 e 30/08/2023, para além do Projeto de Dinamização, Coordenação e Acompanhamento das Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE – Rede Aldeias do Xisto 2020, que obteve 1.558.238 euros de apoio para o período mencionado. Nas aldeias serranas da Lousã, o apoio deste PROVERE é visível (com presença de placa que identifica o apoio público) na Cerdeira através do projeto Craft Portugal – Centro Dinamizador.

Ao mesmo tempo, identificaram-se outras iniciativas que convergem com o propósito de requalificar e/ou valorizar estruturas edificadas, principalmente para novas funções económicas, em que o lazer e o turismo assumem um peso crescente, no âmbito de instrumentos como o Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, através da Dueceira (exemplo: o projeto Cerdeira Village, da entidade Colquida Lda.); o Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 (exemplo: também o projeto Cerdeira Village, do promotor Colquida Lda.); o Programa Operacional do Centro 2020 (exemplos: o promotor Colquida Lda., executou dois projetos na Cerdeira: Cerdeira Village | Creative Center & Accommodation | Art & Craft, com montante aprovado de 104.122 euros, no âmbito do eixo 04-Promover e dinamizar a empregabilidade; e Xisto2020, com valor aprovado de 40.327 euros, no âmbito do eixo 02-Competitividade e internacionalização da economia regional; o promotor Talasnal Montanhas de Amor, também executou dois projetos no Talasnal, com fundo aprovado de 79 mil euros, no âmbito do referido eixo 4).

A requalificação da estrada florestal entre Cacilhas e a EN236, perto do quilómetro 24, através da aplicação de tapete betuminoso, com o atravessamento do Cantão Florestal das Hortas até à Casa do Guarda Florestal e a ligação aos lugares ou a passagem na proximidade de Chiqueiro, Casal Novo, Talasnal, Vaqueirinho e Catarredor, tal como a requalificação do caminho de ligação à Cerdeira (neste caso o apoio decorreu do Programa Operacional da Região Centro, 2007-2013, com a participação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional de

⁷⁴ Disponível em https://dueceira.pt/?page_id=13310; consulta a 05/04/2025.

94.227,52 euros para o investimento elegível de 110.855,91 euros) melhorou de forma substancial o acesso às Aldeias do Xisto da Serra da Lousã, o que explica, de igual modo, o aumento da procura por esses espaços.

A terminar, faz-se referência aos projetos “Criação da Rede de Percursos Pedestres da Lousã – valorização do património local, paisagístico e ambiental” (PDR2020-10216-066616⁷⁵), com montante financiado de 23 mil euros, através da candidatura da Câmara Municipal da Lousã – que em princípio incluiu o PR3 LSA “Caminho do Xisto da Lousã – Rota da Levada”, com formato circular, passando no Candal, Catarredor, Vaqueirinho e Talasnal; “Valorização do Património Histórico e Ambiental da Aldeia do Catarredor” (PDR2020-10216-048684⁷⁶), com montante financiado de 23,79 mil euros, e “Requalificação e Valorização dos Patrimónios do Catarredor na Serra da Lousã” (PDR2020-10216-067444⁷⁷) – Figura 13 –, com montante financiado de 80,66 mil euros, cujo promotor foi a Associação do Casal de Catarredor, de que resultou, entre outras ações, a criação do PR5 LSA “Bosques do Catarredor”.

Em síntese, nos últimos 25 anos, o percurso evolutivo das aldeias serranas da Lousã reflete em particular a relevância da requalificação/reabilitação urbana e da revitalização económica (e social) sobretudo no contexto das Aldeias do Xisto, em que o turismo tem assumido um papel cada vez mais preponderante, embora com dinâmicas locais diferenciadas, como, por exemplo, na Cerdeira, onde decorrem principalmente atividades criativas e personalizadas, ou no Talasnal, o lugar de maior concentração/massificação da oferta/procura.

Apesar da evolução da população residente não apresentar evidências de que os programas implementados até ao momento tenham conseguido contrariar ou pelo menos mitigar de forma significativa a redução do número de habitantes e o seu envelhecimento, verificou-se uma melhoria da acessibilidade a estas aldeias, tal como das condições de habitabilidade dos imóveis e de fruição do seu conjunto paisagístico, e constatou-se uma dinâmica positiva de recuperação e valorização de imóveis públicos e/ou particulares, como no Talasnal, Candal, Cerdeira e Casal Novo, orientada para a residência secundária e, principalmente, para o mercado do alojamento turístico e de serviços conexos, com destaque para o número de alojamentos locais (30) registados no Talasnal, no início de 2025, conforme mencionado, sendo que o INE, em

⁷⁵ Disponível em <https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/pt2020/beneficiarios-projetos/projeto/PDR2020-10216-066616/>; consulta a 10/04/2025.

⁷⁶ Disponível em <https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/pt2020/beneficiarios-projetos/projeto/PDR2020-10216-048684/>; consulta a 10/04/2025.

⁷⁷ Disponível em <https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/pt2020/beneficiarios-projetos/projeto/PDR2020-10216-067444/>; consulta a 10/04/2025.

2021, identificou 35 edifícios e outros tantos alojamentos (fogos). Na Cerdeira eram 18 edifícios e igual número de alojamentos em 2021, quando foram contabilizados apenas 5 residentes; porém, em fevereiro de 2025, verificou-se que a Cerdeira – *Home For Creativity* tinha 18 pessoas a trabalhar durante todo o ano.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 13. Sinalização de iniciativa no Catarredor, no âmbito do PDR2020 (07/11/2024)

Como menciona o site desta empresa, “Hoje, a Cerdeira tem novas estórias para contar de novos habitantes que com persistência e vontade voltam a dar vida e sentido a este lugar, de homens e mulheres que com sabedoria recuperaram as casas e lhes adicionaram o conforto merecido no século XXI, de hóspedes que escolhem a aldeia para passarem aqui as suas férias e de artistas de todo o mundo que a procuram em busca de inspiração (...).

Em 2000, a amizade entre duas famílias levou à conclusão que deveriam unir-se no esforço de recuperação de algumas casas da Cerdeira. Aos poucos, o projeto “Cerdeira Village” foi ganhando forma e sentido. A partir de 2006, começa a ser organizado o primeiro festival de

artes “Elementos à Solta”, idealizado por uma das fundadoras do projeto. Em 2012, arranca o projeto Cerdeira Village que, em 2018⁷⁸, se transformou na Cerdeira – *Home for Creativity*⁷⁹.

Assim, o projeto “Cerdeira Village” nasce da relação entre a criação de alojamento de qualidade na Serra da Lousã e uma ambiciosa aposta cultural capaz de criar laços além-fronteiras, com o objetivo de promover o desenvolvimento da Aldeia do Xisto da Cerdeira (Lousã). Este projeto procura a afirmação da Cerdeira como um território de criação artística, através da promoção de residências artísticas internacionais, com a oferta de formação nos domínios do *craft* e design, da realização de *workshops* e experiências criativas, associado ao turismo criativo e rural, com propostas de experiências de alto valor simbólico inspirados nos retiros criativos. Dispõe de alojamentos, casa das artes, ateliers, biblioteca, galeria, forno comunitário e cafetaria⁸⁰.

Porém, nesta moldura geográfica as trajetórias de desenvolvimento não são lineares, antes pelo contrário, refletem dinâmicas complexas e diferenciadas, como transparece na Silveira e no Catarredor.

A Silveira, outrora repartida em dois núcleos de povoamento (Silveira de Baixo e Silveira de Cima), e encontrando-se em situação de abandono desde os anos 70 do século XX, teve o seu primeiro projeto estruturante denominado de “ARCIL-SERRA”, no início dos anos 90, para a “recuperação da aldeia e respetiva área do Casal (abrangendo cerca de 200 ha)”, através de “um conjunto de atividades a desenvolver como «(...) o turismo de montanha, a silvicultura, a silvopastorícia (e consequente aproveitamento e comercialização dos seus derivados – carne, leite, queijo), a apicultura, a produção de espécies cinegéticas para repovoamento e consumo» que permitissem a «(...) criação e o aumento de postos de trabalho para pessoas com deficiência, em áreas como a construção civil, a agricultura, a pastorícia e a prestação de serviços (limpeza,

⁷⁸ A candidatura do projeto ao Portugal 2020 refere que “O empreendimento Cerdeira Village tem vindo a ganhar diversas valências, complementando a sua oferta de alojamento com uma oferta inovadora no campo das experiências criativas e de atividades artísticas. Isso tem permitido uma afirmação diferenciadora no mercado, que tem assegurado um crescimento sustentável do projeto.

Localizado na aldeia de xisto da Cerdeira, na serra da Lousã, o empreendimento TER viu a sua taxa de ocupação anual subir dos 19,7% em 2014 para 29,9% em 2015 e 39,1% em 2016. Em 2017, mesmo com o prejuízo causado pelos incêndios atingiu os 46,2%. O objetivo para 2018 é chegar aos 55% de ocupação anual.

Em 2014 o empreendimento empregava 1 profissional e 2 estagiários. Hoje dá emprego a 8 profissionais” (disponível em <https://portugal2020.pt/projetos-aprovados/lista-de-operacoes-aprovadas/>; consulta a 11/04/2025).

⁷⁹ Disponível em <https://www.cerdeirahomeforcreativity.com/sobre-nos#o-que-e-a-cerdeira>; consulta a 11/04/2025.

⁸⁰ Já obtive as seguintes “certificações”: reconhecimento *Green Key* (Global Sustainable Tourism Council); rótulo *Ecolabel* (União Europeia); e selo *Sustainability | Committed* (Turismo de Portugal).

lavandaria, restauração)» (ARCIL, 1993:2)” (Carvalho, 2005:490-491), mas que a instituição⁸¹ não conseguiu concretizar, apesar de algumas intervenções iniciais e aquisição de edifícios e terrenos na aldeia.

Três décadas depois, no mesmo local, a “Silveira Tech” “iniciou um projeto de regeneração de 220 ha (...), com o objetivo de aumentar a biodiversidade, mitigar os efeitos das alterações climáticas e combater a erosão do solo e da água”. No âmbito da “Silveira Tech Re_generation Village”, a “Silveira de Baixo será uma operação turística de longo prazo, regenerativa e de elevado impacto, que acolherá uma comunidade apaixonada por tecnologia e inovação. Será equipado para estadas de longa duração (mínimo de 2 semanas e máximo de 9 meses), onde os habitantes podem trabalhar, relaxar, estabelecer contactos e, igualmente importante (se não mais), divertir-se. A Silveira de Cima acolherá o Centro Regen – um espaço de aprendizagem e investigação em permacultura, agrofloresta e agricultura sintrópica. O objetivo é que seja uma escola internacional com aprendizagem prática na terra. Será equipado com um Centro de Voluntariado, locais para estadias de longa duração, cozinha comum, um auditório, laboratórios de investigação, etc.”⁸².

No Catarredor são incontornáveis os efeitos negativos da ocupação/utilização da aldeia por uma ampla maioria de neorrurais e da ausência de intervenção pública de natureza estrutural, ao mesmo tempo que emergem os primeiros sinais, principalmente através da Associação do Casal de Catarredor, com a implementação de projetos centrados no património da aldeia e do respetivo Casal, de que é possível encontrar novos rumos para o seu futuro.

⁸¹ A ARCIL (Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã), fundada em 1976, é uma instituição particular de solidariedade social. O projeto surgiu “No contexto de diversificação das suas áreas de actividade que permitissem dar resposta a jovens e adultos portadores de deficiências, com aptidões para o desempenho de tarefas específicas, e no quadro do movimento ecológico generalizado de aproveitamento de recursos naturais com potencialidades turísticas” (Carvalho, 2005:490).

⁸² Disponível em <https://www.silveiratech.pt>; consulta a 12/04/2025.

3. Catarredor: do passado ao presente... para construir o futuro

3.1 Génese e evolução de uma paisagem cultural

O Catarredor (Figura 14) é o lugar mais meridional do concelho da Lousã e o de maior proximidade em relação ao nível aplanado, com 930 a 960 metros de altitude, entre a Catraia e o Porto Espinho (no limite administrativo Lousã/Coimbra – Castanheira de Pera/Leiria), onde, na sucessão do tempo, através de diferentes vias (caminhos de pé posto, caminhos para carroças e carros de bois, caminhos florestais, estradas alcatroadas), se fizeram as ligações da aba norte com a parte sul da montanha, principalmente em direção ao Coentral, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande, mas também com lugares da freguesia de Campelo (Figueiró dos Vinhos) e até com alguns povoados de Vila Nova e Miranda do Corvo.

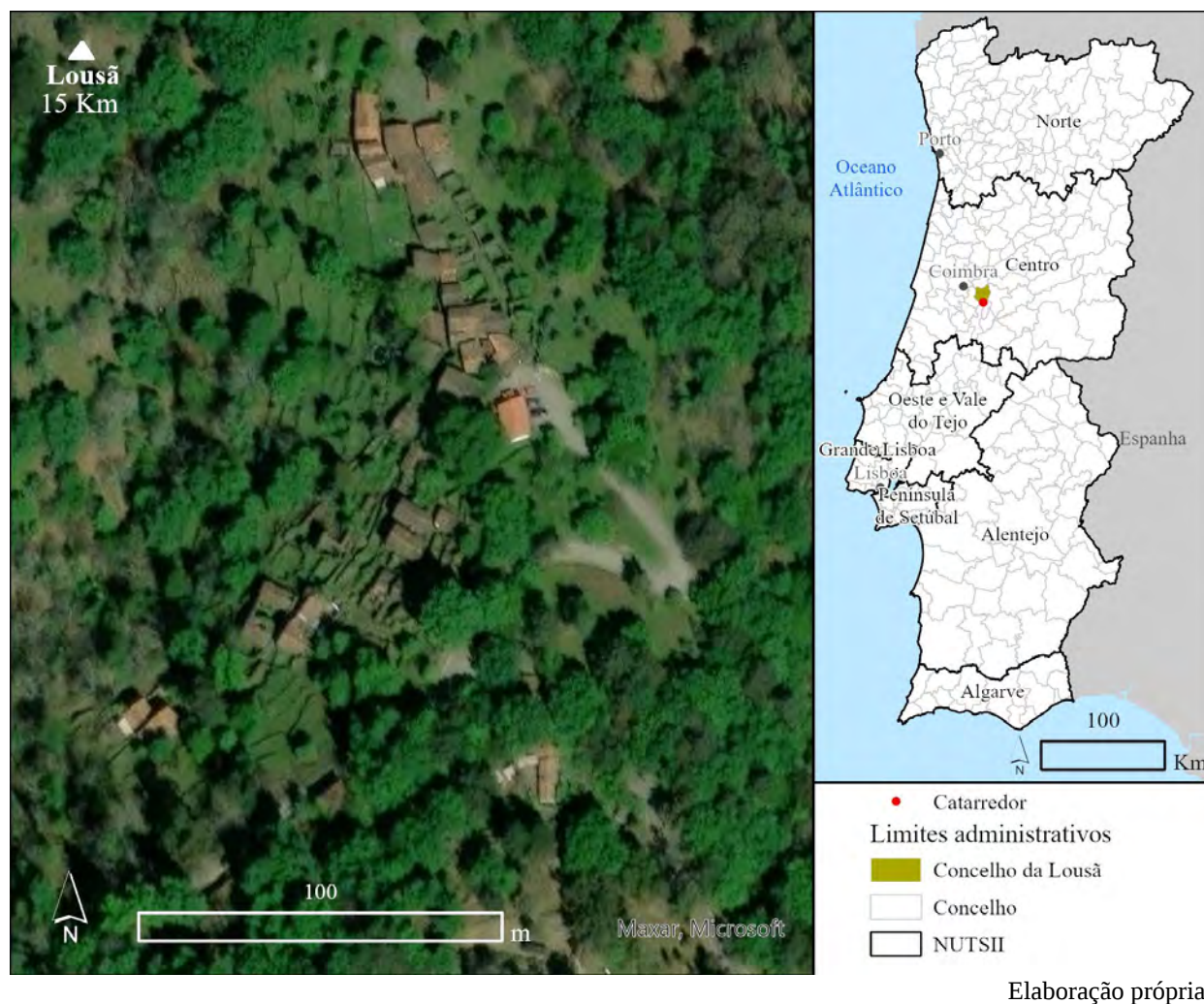


Figura 14. Mapa simplificado de localização do Catarredor

A aldeia, alcandorada na Lomba da Jaca, desenvolve-se entre 630 e 680 metros de altitude, e ocupa uma área ligeiramente superior a três hectares, considerando a delimitação para efeito de reabilitação urbana (CML, 2022), valor que se aproxima de doze hectares, atendendo a um perímetro mais alargado, com algumas construções isoladas em torno do núcleo principal (Carvalho, 2005, com base em Santos Pinheiro, 2002). Apresenta uma disposição em forma de anfiteatro, apoiada nas vertentes orientadas a nascente, poente e norte, e as suas características refletem uma relação harmoniosa com as condições naturais onde se desenvolve.

As linhas de cumeada definidas pelos vértices geodésicos de São João (854 metros), Malhadizes (864 metros), Relva de Tábuas (940 metros), Espigão (951 metros), Candal (1.062 metros), Trevim (1.205 metros), Neve (1.174 metros), Picos 2 (1.133 metros) e Pedra do Lumiar (874 metros) estabelecem a separação das bacias hidrográficas do Mondego e do Tejo na Serra da Lousã, pois aí nascem os cursos de água que estão na génese dos rios Arouce e Sótão (afluentes do Ceira) – e alimentam também o rio Dueça, cuja nascente está no concelho de Penela –, e das ribeiras de Alge, Pera e Mega, que desaguam no Zêzere.

A rede hidrográfica das aldeias serranas da Lousã – de Vale de Pereira da Serra⁸³ ao Franco – tem origem no alinhamento definido pelos marcos geodésicos de Pessegueiro, Espigão, Candal, Trevim, Ortiga e Lomba do Mouro, entre 709 e 1.205 metros de altitude, sendo tributária dos rios Arouce e Ceira.

É constituída pela ribeira da Fornea, que nasce na Volta da Lomba, perto da Catraia, percorre o vale que separa a Costa do Cabril (Hortas) e Vale de Nogueira, e entra no rio Arouce na Quinta do Areal; a ribeira das Hortas, que começa na proximidade da anterior, atravessa a estrada junto à Casa do Guarda Florestal e termina na ribeira de São João, junto ao castelo da Lousã; a ribeira da Vergada, com origem perto do quilómetro 26 da EN236, segue a poente do Talasnal e vai desaguar próximo do Porto Pisão; a ribeira Maior, com origem na Selada do Franco e na Lomba do Mouro, que nesse setor inicial de maior altitude foi tão importante para as antigas aldeias de Franco de Cima e Franco de Baixo; e, por último, a ribeira de Catarredor (Figura 15).

Esta resulta de diversas pequenas linhas de água que nascem principalmente entre a Lomba do Vaqueirinho, o Cabeço Marigo e o Covão dos Arcos, a uma altitude máxima aproximada de 1.010 metros, portanto a norte da cumeada Catraia – Porto Espinho, com uma

⁸³ A poente de Vale de Pereira da Serra, ainda no limite do concelho da Lousã, as linhas de água drenam para o ribeiro do Padrão, tributário da ribeira Alheda (por vezes denominada de rio Alheda) e do rio Dueça. Na proximidade, mas já em Miranda do Corvo, as ribeiras de Espinho e da Senhora da Piedade, com origem na cumeada Pessegueiro/Catraia/Relva de Tábuas, fundem-se na ribeira Alheda e alimentam, de igual modo, o rio Dueça.

animais domesticados, para a moagem de cereais panificáveis e para a rega de campos agrícolas. Na implantação e evolução morfológica do lugar teve muita influência a proximidade das referidas linhas de água, seja as que nascem a norte do quilómetro 28 da EN236, isto é, entre o Cabeço Marigo e o Poberal, com uma diretriz sudoeste-nordeste, para a irrigação de terrenos agrícolas, a sul e poente da aldeia, tal como ainda hoje é fundamental uma vez que assegura a reserva de água para abastecer algumas casas, o tanque, junto à Capela, e a boca de incêndio – sem esquecer as duas pequenas linhas de água que cruzam a EN236 junto ao quilómetro 24, porquanto eram aproveitadas para irrigação de leiras de cultivo (através da “regueira”) –, seja as restantes linhas de água, com origem no Covão dos Arcos, que transpõem a EN236 perto do quilómetro 23 e percorrem o fundo do vale a nascente da aldeia, onde permitiu a instalação de moinhos de rodízio.

No primeiro caso, ainda subsiste, a sul da EN236, a área de lazer e o fontenário denominado de Fonte Fria (por causa da baixa temperatura da água durante todo o ano), assim como a Casa dos Cantoneiros (Figura 16) e o espaço adjacente⁸⁴, da antiga Junta Autónoma de Estradas (JAE; 1927-1999), edifício recuperado através de projetos da Câmara Municipal da Lousã com o apoio do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II 1994-1999 (ELOZ – Entre Lousã e Zêzere), e que desde 2008 foi cedido/atribuído, em contrato/regime de comodato, à entidade Land Lousã. Conforme mencionado, nesse local fazia paragem (quando havia movimento de passageiros) a carreira de autocarro no percurso entre Lousã, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande (e vice-versa), e era pelo trilho que hoje faz parte do PR5 LSA “Bosques do Catarredor” que se fazia o acesso pedestre ao Catarredor. Na segunda situação, faz-se referência à Fonte Espinho, também com uma pequena área de lazer, fontenário rústico e tanque de água para abastecimento de veículos de combate a incêndios florestais.

A presença do Estado através de serviços públicos foi uma constante durante várias décadas na EN236 e na Serra da Lousã, quer através da JAE, com outros edifícios além dos mencionados, como depósito de ferramentas/materiais ou de apoio aos trabalhos na via (quilómetros 14 e 19, respetivamente), quer através dos Serviços Florestais, designadamente as Casas do Guarda Florestal do Porto Espinho (Figura 17) e da Cova das Malhadas (próximo do quilómetro 36 e da Casa dos Cantoneiros), com o edifício principal, o forno exterior, a bica de água e os pequenos anexos.

⁸⁴ Doze quilómetros a sul, na ligação da EN236 que permite aceder ao Coentral, encontra-se outra Casa dos Cantoneiros. Apesar da obra de ampliação e adaptação que permitiu o desenvolvimento de atividades relacionadas com restauração e cafetaria, entre outras, permanece encerrada e abandonada desde há vários anos.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 16. Casa dos Cantoneiros da Fonte Fria (23/05/2025)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 17. Casa do Guarda Florestal do Porto Espinho (04/09/2025)

No ramal de acesso ao Trevim, a cerca de 1.900 metros do ponto mais alto da Serra da Lousã e no setor inicial da ribeira de Cavalete, permanece outra antiga Casa do Guarda Florestal, que no período pós-25 de abril foi adaptada e ampliada (construção de mais uma casa e garagem) para servir de base logística ao destacamento da Força Aérea que garantia a segurança do Centro Emissor do Trevim da Rádio Televisão Portuguesa (com antenas de repetição de televisão e rádio) até aos anos 90, e hoje, porventura ainda sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional, estão abandonadas e vandalizadas.

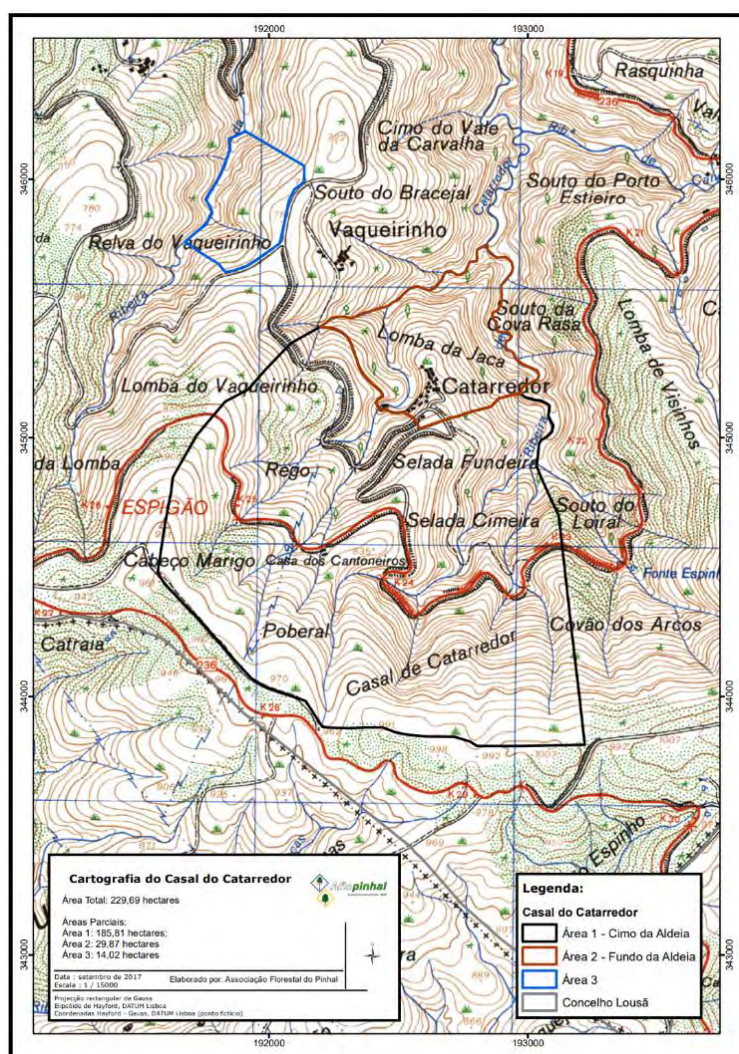
O segundo elemento natural de grande relevância é o revestimento vegetal. A Serra da Lousã terá sido coberta por folhosas, em especial do género *Quercus*, verificando-se uma progressiva degradação dessa cobertura vegetal, como transparece em diversas fontes documentais desde o século XVII, o que esteve na origem de algumas medidas de regulação, ações preventivas e iniciativas de estímulo ao processo de rearboreização por parte da Câmara Municipal da Lousã, assunto que assumiu uma nova dimensão com a decisão de submeter ao regime florestal a maioria das áreas comunitárias da Lousã, como já mencionado.

Um século após o início da rearboreização da Serra da Lousã, subsistem importantes espaços florestais no âmbito do Perímetro Florestal da Lousã – “composto pelos baldios de Alfocheira, Candal, Catarredor, Cerdeira, Lousã e Vilarinho” (AFN, s/d:1), na atualidade sob gestão partilhada entre o ICNF e os representantes das comunidades locais dos baldios –, como nos antigos cantões das Hortas e do Porto Espinho, com folhosas (carvalho-roble, carvalho-negral, castanheiro, bétula, faia, ácer, entre outras) e resinosas (pinheiro-negro, pinheiro-silvestre; cipreste (vulgarmente denominado de “cedro”) do Buçaco, pseudotsuga, camecíparis, entre outras), cuja função principal é a proteção (reserva) – ao contrário de outros espaços florestais, destinados principalmente para a produção de matéria lenhosa –, destacando-se pelo seu contributo para a regularização dos cursos de água, a criação/fixação dos solos, a regeneração natural de espécies igualmente importantes para aumentar a biodiversidade e a utilização multifuncional das florestas.

Esta perspetiva faz das antigas casas da guarda florestal e edificações anexas um ativo que começa a ser reconhecido e valorizado, seja para iniciativas de educação ambiental e funções públicas relacionadas com a gestão florestal, quer no contexto de instrumentos para o desenvolvimento regional, designadamente do interior do país, como é o caso particular do Fundo Revive Natureza, que “disponibiliza um conjunto de imóveis públicos [principalmente casas de guardas florestais e edifícios da administração florestal, postos fiscais, casas de cantoneiros, estações ferroviárias] sem uso em todo o país, inseridos na natureza, permitindo a

sua recuperação para a exploração para fins turísticos”⁸⁵ ou outros com estes conexos, mediante um procedimento (concurso público) para a atribuição de direitos sobre os imóveis a entidades públicas ou privadas, mantendo os mesmos no domínio público.

No Catarredor, com a implementação do regime florestal, terá aumentado a pressão sobre a área do Casal para a produção de mato e lenha, e eventualmente para o incremento de espécies florestais. O Casal de Catarredor perfaz aproximadamente 230 ha (Figura 18), dos quais 185,81 ha na parte superior e 29,87 ha no setor inferior da aldeia, a que acresce 14,02 ha no Chão das Fojas. Cerca de 215 ha pertence aos descendentes dos antigos moradores e o restante é propriedade de privados.



Fonte: Associação do Casal de Catarredor (com elaboração da Aflopinhal, em 2017)

Figura 18. Casal de Catarredor

⁸⁵ Disponível em <https://www.turismodeportugal.pt/pt/Noticias/Paginas/aprovado-programa-revive-natureza.aspx>; consulta a 15/04/2025.

Após 1940, com o acentuado declínio da população residente, não só diminuiu de forma substancial a área de cultivo como o seu abandono favoreceu a expansão da floresta, de forma natural, principalmente espécies autóctones de grande valor ecológico como, por exemplo, carvalhos, sobreiros, castanheiros e cerejeiras já presentes no local, que na atualidade ocupam uma área importante do Casal e dominam a envolvente da aldeia (Figura 19), perceptível na aproximação por estrada, em cerca de um quilómetro, antes e após o desvio para o centro da aldeia (Figura 20), o que é original e raro, ou nos dois percursos pedestres (Figura 21): o PR3 LSA (Rota da Levada) que atravessa a aldeia e tem, quer na entrada, quer na saída, o expoente máximo da floresta tradicional; e o PR5 LSA (Bosques do Catarredor) que percorre o eixo principal da malha urbana, desce até à ribeira (Figura 22) e partilha com o anterior o setor nascente da aldeia – através da variante PR5.1 pode ser encurtado privilegiando antigos terrenos de cultivo (área da “regueira”) –, tem igualmente na parte inicial do setor a sul do quilómetro 23 da EN236 e desde a Fonte Fria até regressar ao largo da Capela (Figura 23), a expressão superior dessa representatividade, numa relação de grande cumplicidade com as linhas de água, considerando a dimensão e qualidade, difícil de encontrar nos outros lugares da Serra, portanto, destacando-se como elemento diferenciador para o futuro do Catarredor.



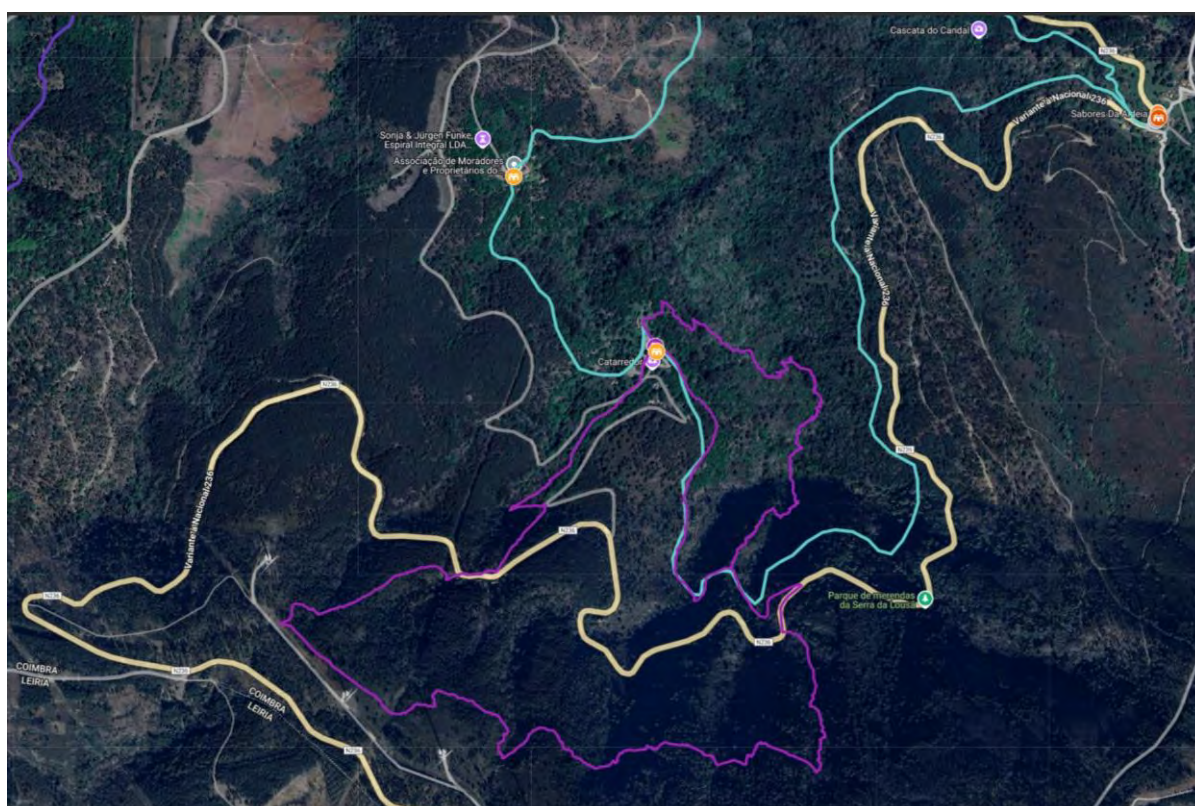
Fotografia: Rui Ferreira

Figura 19. Vista parcial das folhosas autóctones do Catarredor (25/03/2025)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 20. Moldura verde do Catarredor (24/04/2025)



Fonte: Câmara Municipal da Lousã (2025), com base em Google My Maps

Figura 21. Percursos pedestres Rota da Levada (a verde) e Bosques do Catarredor (a roxo)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 22. Trecho do PR5 na ribeira de Catarredor (20/11/2024)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 23. PR5 na proximidade (meridional) do Catarredor (24/04/2025)

Nos espaços de maior sombra e humidade, os musgos formam densos tapetes verdes sobre os solos, rochas, muros, troncos de árvores e arbustos, a que se juntam líquenes, em setores do PR3 LSA como, por exemplo, na parte final da levada e na subida de maior pendente que há de conduzir de regresso ao Candal (para quem faz o percurso no sentido recomendado), coincidindo com uma mancha notável de vegetação autóctone, que inclui loureiros, adernos, medronheiros, castanheiros, carvalhos, pilriteiros e azevinhos; na aproximação e chegada ao largo do Catarredor, como na saída em direção ao Vaqueirinho, em especial quando surge a ponte de pedra, os antigos currais e alguns sobreiros da aldeia; e do PR5 LSA, como o troço inicial da subida a norte da EN236 (Figura 24) e a maior parte do percurso da Fonte Fria até à capela de Nossa Senhora das Preces, com muros de pedra seca que suportam socalcos e, pontualmente, delimitam o caminho por onde passava também o gado da aldeia.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 24. Musgos no troço superior (poente) do PR5, após a EN236 (11/12/2024)

Até ao momento permanecem na cartografia oficial (Carta Militar de Portugal) e continuam a ser utilizados fitotopónimos, isto é, nomes de lugares ou referências para designar locais que têm como origem a vegetação, o que é particularmente significativo no setor da Serra da Lousã onde se desenvolvem os percursos pedestres PR3 LSA e PR5 LSA, sobressaindo a relevância dos castanheiros (Souto do Porto Estieiro; Souto da Cova Rasa; Souto do Loiral;

Souto do Bracejal), principalmente entre Candal e Catarredor – tal como o Souto da Cova do Barco, a sul do Candal –, e dos carvalhos (Cimo do Vale da Carvalha; Vale da Carvalha), entre Vaqueirinho e Talasnal.

Alguns exemplares de arvoredos notáveis destacam-se na paisagem e são considerados pontos de interesse dos percursos pedestres – no PR3 LSA são cinco referências de arvoredo em treze pontos de interesse e no PR5 LSA são três no total de dez pontos, respetivamente. Na aldeia e no Casal de Catarredor destaca-se o freixo monumental (Figura 25), junto à capela de Nossa Senhora das Preces, além dos dois eucaliptos de maior dimensão na ribeira, perto dos moinhos de rodízio, e um sobreiro de grande porte, no setor da regueira.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 25. Freixo monumental do Catarredor (07/11/2024)

Nesta viagem no tempo, a pretexto da construção da paisagem cultural, é incontornável a referência ao engenho e arte que permitiu assegurar a permanência na montanha. O relevo tem um papel decisivo na ocupação e utilização do território, e por isso, em ambientes de montanha tantas vezes foi fundamental “inventar” o solo e assegurar as condições mínimas para garantir a sua continuidade, tal como aproveitar todos os fios de água para essa tarefa sempre contingente.

“A forte inclinação das vertentes, além de dificultar o trabalho agrícola (pelo maior dispêndio de tempo na execução das tarefas e de energia que acarreta), no inverno, quando as

precipitações são mais abundantes, facilita a erosão e o consequente arrastamento do solo, deixando o xisto quase desnudado. Face a estes condicionalismos e problemas, a única forma de valorizar e utilizar as vertentes era através da construção de socalcos. Para encher os tabuleiros sustentados por muros de pedra xistosa, os homens e as mulheres efectuavam o penoso trabalho de carregar o magro solo, em cestos, do fundo do vale para o cimo – em certos casos, anualmente. Só assim era possível manter a superfície agrícola necessária ao abastecimento regular dos residentes (...)” (Carvalho, 2021a:336).

Milho, centeio, hortaliças, feijão, batata e abóbora eram as culturas que melhor se adaptavam às características das terras, as quais “eram enriquecidas com estrume natural, composto de mato, carqueja, tojo e folhas de castanheiro, misturados, nas lojas do gado, com os excrementos dos animais” (Monteiro, 1985:47), verificando-se uma completa e contínua ocupação das parcelas, sendo as tarefas realizadas com abundante mão de obra e ferramentas rudimentares, e poucas vezes com recurso à força do gado bovino.

As árvores de fruto eram raras, exceto as cerejeiras, as ginjeiras e os castanheiros (que tiveram um retrocesso muito grande por causa da “doença da tinta” desde finais do século XIX), embora localizadas em posição periférica às parcelas, como aliás se compreende pela exiguidade das mesmas e escassez de solos com aptidão agrícola. A estrutura da propriedade fundiária refletia a grande divisão e dispersão das terras de cultivo e das parcelas de floresta e mato (ocupando o anel exterior aos terrenos de cultivo) (Carvalho, 2021).

“Nas aldeias serranas da Lousã, como em tantas outras áreas montanhosas, a castanha foi durante muitos séculos o principal alimento das populações rurais. A castanha pilada (seca nos “caniços”) era muito utilizada na alimentação dos habitantes, em particular quando os nevões de inverno não permitiam sair de casa. Também era dada ao gado, sendo um alimento de reconhecido valor na engorda dos suínos, tal como a bolota dos carvalhos, recolhida no outono” (Carvalho, 2021a:342).

As oliveiras tiveram, de igual modo, importância, o que explica a tentativa de construção de um lagar na ribeira de Catarredor, perto da aldeia, cujas paredes foram erguidas até cerca de 1,5 metros de altura e assim permanecem até hoje, mas sem a possibilidade de transformar a azeitona mais perto do local de colheita, foi preciso procurar uma solução, nomeadamente nos lagares (movidos a energia hidráulica) que estavam instalados no Talasnal (dois, na extremidade sudoeste da aldeia), no Candal (junto ao pontão, na EN236) e na proximidade da confluência de duas ribeiras (Cerdeira; Catarredor e Candal), poucos metros a poente do início da levada no troço que capta a água da ribeira da Cerdeira, ou seja, o lagar da Ermida.

Por último, a referência aos edifícios, quer às casas, quer aos currais, palheiros ou outras pequenas construções. Monteiro (1985:45) assinala o “amontoado das casas, erguidas umas junto às outras, sem deixarem entre elas um palmo de terra, e tendo à sua volta os tabuleiros de cultivo e o mato”, tudo ligado por estreitos e tortuosos caminhos, onde por vezes estava talhado o leito de águas captadas para rega. “O telhado, geralmente de duas águas, apresenta-se protegido por grandes lousas, que ao longe dão o aspecto dum estendal, embora negro” (Espírito Santo, 1954:32), sobre fundo avermelhado.

“As casas serranas apresentam normalmente dois pisos, estrutura que acolhe as suas funções primárias: rés-do-chão, com uma ou duas lojas para o gado e arrumo de utensílios agrícolas, e primeiro andar, composto de uma sala ampla com lareira baixa, onde vivia toda a família. Mais tarde, em alguns lugares, aparecem divisões para a cozinha e o quarto de dormir (...).

O interior das habitações (tal como o exterior) conservava a pedra à vista, envolvida numa matriz argilosa. Nos currais, palheiros e arrecadações, regra geral, a pedra aparece solta, sobreposta, sem qualquer elemento de ligação. [A partir] dos (...) primeiros lustros do século XX, com a aplicação dos capitais amealhados através da emigração” (Carvalho, 2021a:360), algumas casas começaram a oferecer melhores condições de habitabilidade: maiores dimensões; reboco (no interior e exterior); mais e maiores janelas e portas; janelas com vidro e portadas interiores de madeira; divisão de compartimentos (quartos, cozinha, sala de estar/jantar); “telha marselha (mais eficaz na resguardo das coberturas, o que tornou desnecessário a utilização de lousas para proteger os telhados dos ventos”; em alguns casos é incorporado de raiz um andar suplementar (3.º piso) e utilizado “granito dos Coentrais para adornar janelas, portas e sacadas” (Carvalho, 2021a:362).

A aldeia de Candal, junto à Estrada Nova da Serra (EN236), foi a que mais alterações sofreu: “Agora que o transporte da areia, do cimento, da cal, etc., é relativamente fácil, vão aparecendo habitações à beira da estrada, que são, ali, verdadeiros «chalets» [Figura 26] (...) e fogem ao mimetismo, que tão peculiar é às habitações «empoleiradas» no dorso das lombas serranas voltadas ao sol” (Espírito Santo, 1954:37-38).



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 26. Casa (atual Loja das Aldeias do Xisto) junto à EN236, no Candal (29/06/2025)

No Catarredor destaca-se uma casa (Figura 27) que reflete na sua origem o triunfo da emigração e apresenta essas características, ou seja, uma construção com três pisos, divisões bem marcadas, cantarias de granito, janelas com vidro e portadas interiores, cobertura com telha marselha, e chaminé bem destacada, tal como a sua localização, junto da atual estrada alcatroada. Ironia do destino, os proprietários originais, quando os filhos começaram a frequentar o liceu, mudaram-se para a vila (Lousã) e venderam a casa a familiares também residentes na aldeia. Estes viram a única filha casar e emigrar para a Alemanha (de onde nunca regressou), e aí continuaram a morar, até que a morte do marido e depois a saída da esposa para a Lousã, onde fixou residência e veio a falecer, deixou a casa vazia desde meados dos anos 80 (século XX).

Porém, na maior parte das aldeias, as estruturas edificadas só muito tardiamente conheceram mudanças mais ou menos significativas (tipologia, utilização, imagem) em relação ao modelo tradicional, que ainda mais simples permanece em currais, palheiros, moinhos e outras pequenas construções. Em Casal Novo, Talasnal e Candal, onde decorreram as intervenções mais significativas relacionadas com a residência secundária, e em Cerdeira, com a fixação de novos residentes e também com a residência secundária, a implementação das Aldeias do Xisto, a partir de 2003, foi decisiva para a requalificação de imóveis públicos e privados, espaços de

sociabilidade e espaços de circulação, do qual resultou, até ao presente, em especial o incremento do lazer e da atividade turística (sobressaindo o número de atividades de comércio e serviços conexos). Bem diferente é a situação de Catarredor e Vaqueirinho, embora com a suas especificidades, seja pela maior influência de uma certa neorruralidade, seja pela ausência de uma intervenção integrada de requalificação urbana.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 27. Casa confinante com a estrada florestal, no Catarredor (17/01/2025)

3.2 Dinâmica recente e situação atual

A evolução do Catarredor, na sequência do acentuado decréscimo demográfico (a partir dos anos 40 do século passado) e da saída dos últimos residentes com origem na aldeia, reflete, principalmente no período de 1991 a 2011, a entrada de novos habitantes, com origem urbana e provindo em particular de alguns países europeus (Alemanha, Holanda, Suíça, entre outros), para fixar residência ou para passar uma parte do ano (mantendo ligação aos espaços de origem).

Tal como já foi referido, os “novos migrantes” apresentavam características heterogéneas e perspetivas de vida também diferenciadas. Na interpretação de Nogueira (2003:56), não obstante as razões de natureza diversa, nas quais se incluem motivos de ordem espiritual e material, a deslocação não estaria diretamente relacionada com questões económicas, associadas

à garantia de sobrevivência ou à procura por melhores condições de vida, de tal maneira que “(...) prescindiram de maiores e melhores ofertas de trabalho (...)”, bem como de uma condição económica superior, “(...) desvalorizando-se como mão de obra, recusando-se a procurar emprego (...)”, e procurando “(...) uma via alternativa de vida (...)” à esfera societal dominante.

A permanência dessa população não foi acompanhada de investimentos, quer públicos, quer privados, com capacidade de gerar efeitos positivos na recuperação de imóveis, espaços públicos e infraestruturas básicas, antes pelo contrário, manteve a aldeia em condições muito precárias e, salvo raras exceções, contribuiu para a degradação progressiva dos edifícios, incluindo a introdução de diversas dissonâncias arquitetónicas. A fragmentação e dificuldade de relação social, quer entre os novos habitantes, quer de uma boa parte desses com os outros proprietários, nomeadamente os descendentes dos antigos residentes e os poucos visitantes que procuravam a aldeia, tal como alguns comportamentos desviantes⁸⁶ (transgressões de normas sociais, uso de drogas ilícitas, prática de crimes como tráfico de droga e até um homicídio) não só ajudaram a criar uma imagem exterior negativa (isolamento, ambiente hostil, insegurança), como dificultaram ou não permitiram a sua eventual integração/participação nas iniciativas que decorreram das políticas públicas de desenvolvimento a partir de meados dos anos 90.

O estado de degradação do Catarredor, nomeadamente os edifícios e as infraestruturas básicas, entre outros problemas, constam do Plano de Aldeia que foi elaborado por Santos Pinheiro Arquitetos Associados, em 2002. A equipa de trabalho identificou 93 edifícios, dos quais apenas 58 correspondiam a alojamentos (fogos), embora em diferente estado de conservação, não apresentando alguns deles condições mínimas de habitabilidade.

Carvalho (2005), com base em observação direta (julho de 2003⁸⁷), assinalou 45 edifícios em ruína, e mais uma dúzia em mau estado de conservação, o que perfazia cerca de 70% do total apurado, numa altura em que a aldeia tinha apenas dois imóveis em bom estado de conservação.

Na mesma data, a Cerdeira, considerada uma das aldeias serranas da Lousã com maiores problemas de abandono e isolamento (Santos Pinheiro, 2002), apresentava 60% dos 78 edifícios identificados na aldeia em situação de ruína (e com os edifícios em mau estado atingia cerca de

⁸⁶ Nogueira (2003:129-130) já havia mencionado que a inadaptação em relação aos esquemas sociais tradicionais conduz algumas pessoas para as franjas da marginalidade. De acordo com um dos seus entrevistados “(...) há dois tipos fundamentais de pessoas (i)migrantes na Serra da Lousã. As que fizeram uma opção de vida que engloba, entre outras coisas, uma libertação face às instituições da “sociedade dominante”, e um maior contacto com a natureza e a fuga à poluição. As que fugiram de outros pontos do país ou da Europa por motivos ligados à delinquência, desintegrados na origem, mesmo marginais, que ali se refugiam, mas continuam a manter a mesma mentalidade e práticas (...)”.

⁸⁷ O autor identificou cerca de 80 edifícios, uma vez que havia casos de junção de alguns edifícios antes separados.

75% do total), tal como eram apenas utilizadas sete casas para habitação (Carvalho, 2005). O Vaqueirinho, uma das aldeias de menor dimensão (com cerca de 40 edifícios), tinha também em número relativo menos edifícios nessa situação (ruína e mau estado perfaziam 32,5%). Por oposição, o Candal apresentava o menor número de edifícios em ruína (cerca de 12%) (Carvalho, 2005).

“Ainda que na sua maioria abandonadas, uma parte das construções sofreu, nas últimas duas décadas, alterações que quebraram a harmonia e a integração no conjunto, criando uma configuração dissonante por entre a estrutura edificada da aldeia. Tal facto deve-se, sobretudo, aos processos de remodelação parcial ou profunda de algumas antigas habitações, mediante a utilização de materiais e técnicas de construção distintas das predominantemente utilizadas nos edifícios da aldeia. A falta de acompanhamento técnico e a eventual ausência de licenciamento das obras explicam também o resultado final (em muitos casos desastroso) de certas intervenções nas estruturas edificadas. Telhas de zinco, coberturas de fibrocimento, alumínio e chapas de ferro em portas e janelas, e superfícies exteriores envidraçadas são algumas das alterações possíveis de identificar por entre o casario adulterado da aldeia. O caminho principal da aldeia é bem o espelho de um certo estado de abandono e degradação: diversas casas devolutas, arruinadas, cheias de lixo e de vegetação” (Carvalho, 2021a:485-486).

“Em relação aos espaços públicos, as limitações eram evidentes: fontenário (tanque) e eira. Esta última, com uma exposição solar privilegiada, é o espaço público que mais se destaca na aldeia pelas suas características excecionais. A capela, utilizada por ocasião dos festejos anuais (quando se realizam), configura o único equipamento coletivo. Por outro lado, não há edifícios públicos ou pertença de estruturas associativas na aldeia” (Carvalho, 2021a:486).

Quanto às redes básicas de infraestruturas, a aldeia estava servida de energia elétrica, embora num pequeno número de edifícios e com muito poucos pontos de iluminação pública. Não tinha saneamento nem água potável proveniente do sistema público, ou seja, o abastecimento de água era (e continua a ser) assegurado principalmente através de uma captação informal à superfície e armazenamento numa pequena albufeira (Figura 28), após uma rutura de declive (alteração abrupta no perfil longitudinal) da linha de água com origem a sul da Fonte Fria/Casa dos Cantoneiros.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 28. Captação e armazenamento de água no Catarredor (24/04/2025)

Mais de duas décadas passaram e a situação da aldeia permanece preocupante, mormente o abastecimento de água, que ainda não é realizado no âmbito de um sistema público⁸⁸ – se não é caso único, será um dos poucos lugares habitados da Lousã, de forma ininterrupta desde que há registo estatístico, sem essa infraestrutura básica –, bem como a drenagem, o tratamento e a disposição final de águas residuais; os caminhos públicos do setor ocidental, muito irregulares e sem adequada pavimentação e limpeza (ervas e lixo/detritos de diversa origem); e os edifícios.

Quanto a estes últimos, o levantamento mais recente (30/09/2025) confirmou o elevado número de imóveis em mau estado de conservação ou ruína (Figuras 29, 30 e 31) – apenas meia dúzia de edifícios apresentavam um bom estado de conservação; o predomínio de edifícios até dois pisos (Figura 32); e que a habitação foi a sua utilização mais comum (Figura 33). Na atualidade poucos imóveis apresentam condições para ser habitados com segurança e

⁸⁸ Com efeito, a água é captada na base da queda/cascata desse pequeno curso de água, a cerca de 900 metros da Capela de Nossa Senhora das Preces/Largo do Catarredor, e através de um tubo faz o seu percurso (sempre por gravidade) até à aldeia, para alimentar o tanque/fontenário e alguns edifícios utilizados como habitação (permanente ou sazonal), através de derivações até ao fundo do lugar (eira). Na direção da aldeia, junto ao caminho (PR5 LSA) encontra-se um tanque adocado ao terreno, também a céu aberto, que reúne a água que brota do solo adjacente, tal como existem duas pequenas nascentes quase no limite ocidental do perímetro urbano, junto ao caminho para o Vaqueirinho, das quais uma é utilizada para recolher água para consumo doméstico.

salubridade, o que explica o pequeno número de edifícios usados para habitação permanente ou sazonal (Figuras 34, 35 e 36).



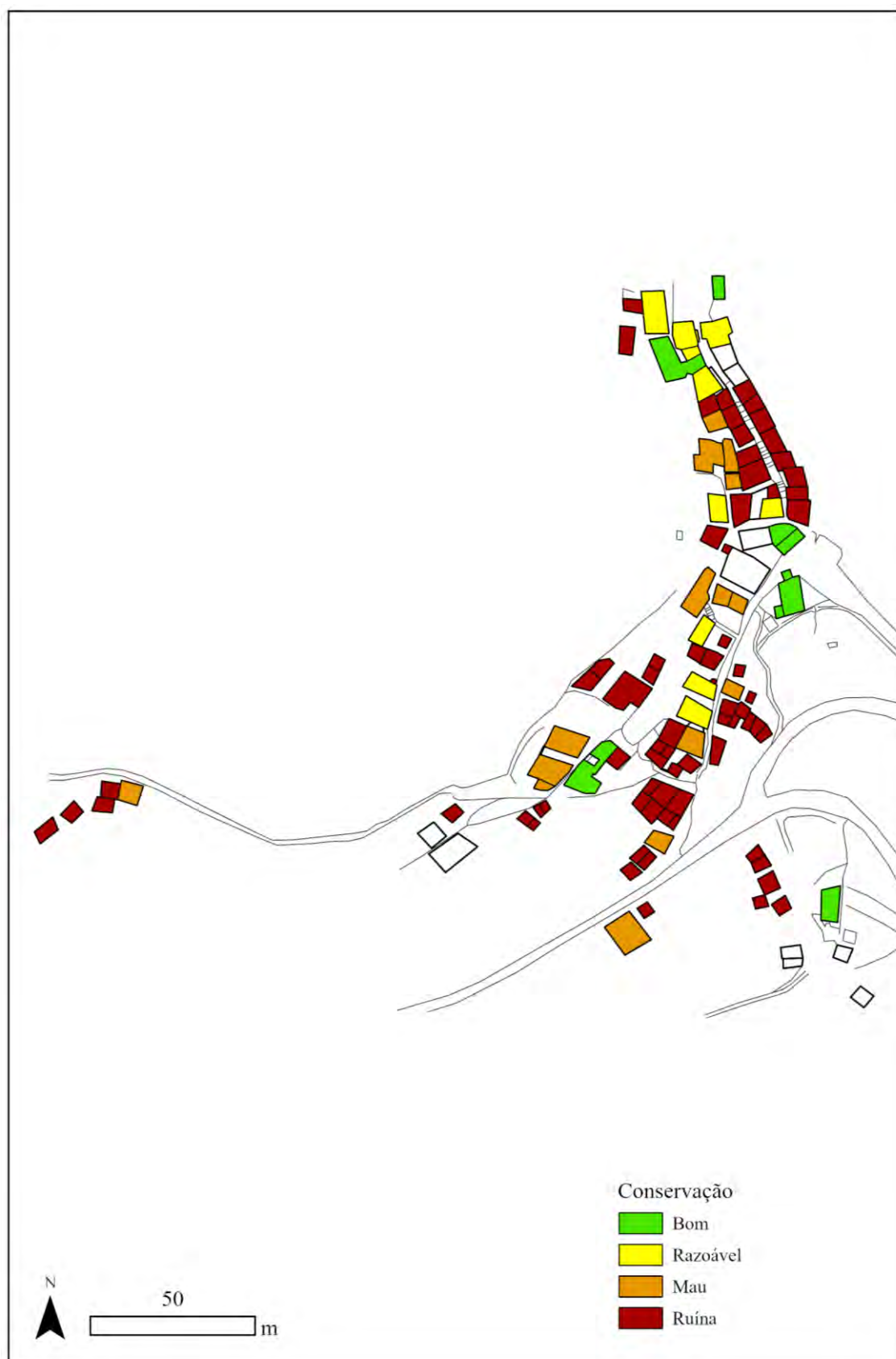
Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 29. Edifícios em ruína no Catarredor (04/09/2025)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 30. Edifício em mau estado de conservação no Catarredor (24/07/2025)



Elaboração própria

Figura 31. Estado de conservação dos edifícios do Catarredor



Elaboração própria

Figura 32. Número de pisos dos edifícios do Catarredor



Elaboração própria

Figura 33. Utilização (função original) dos edifícios do Catarredor



Elaboração própria

Figura 34. Edifícios habitacionais com ocupação ou em reabilitação no Catarredor



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 35. Habitação permanente (edifício à direita) no Catarredor (23/05/2025)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 36. Segunda habitação (edifício em 1.º plano) no Catarredor (24/04/2025)

Por oposição, mencionam-se como sinais positivos os seis edifícios em obras de reabilitação na aldeia (Figura 37) e a intervenção de estabilização e recuperação parcial de quatro antigos moinhos de rodízio (Figura 38) na ribeira de Catarredor, a nascente da aldeia.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 37. Edifício em reabilitação no Catarredor (23/05/2025)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 38. Moinho de rodízio na ribeira de Catarredor (03/06/2025)

No intervalo de tempo após a decisão de não implementar o Plano de Aldeia verificou-se, por um lado, a diminuição significativa do número de residentes (neorrurais) – de 15, em 2001, para 4, em 2021 – e, por outro, a entrada em ação de um novo ator institucional, a Associação do Casal de Catarredor (ACC; Associação de direito privado, sem fins lucrativos), “constituída por residentes e descendentes de antigos moradores na aldeia”, que foi criada em 2008, “com a missão de promover o desenvolvimento, valorizar e proteger os ativos diferenciadores da aldeia e da área correspondente ao Casal de Catarredor”, ou seja, tendo em vista a “revitalização da aldeia e do seu potencial produtivo, em harmonia com a herança cultural e natural”⁸⁹.

Com o contributo de entidades e personalidades de mérito nas áreas matriciais para a prossecução de tais objetivos, além do trabalho de alguns colaboradores muito dedicados, a Associação definiu um rumo que começa a ter visibilidade, através de atividades na área do Casal, como, por exemplo, o levantamento e atualização do cadastro predial rústico⁹⁰; a gestão de combustíveis “numa perspetiva de preservação da natureza e valorização de espécies autóctones, de modo a dificultar a propagação do fogo, por forma a proteger a floresta e a aldeia, enquanto concorre para a valorização visual da envolvente” (ACC, 2024:17); a implementação do PR5 LSA “Bosques do Catarredor” (anteriormente mencionado), com a particularidade (nos percursos pedestres da Lousã) de integrar área de descanso, miradouro e leitor de paisagem (no setor mais elevado, a sul do Km 23 da EN236), placas de identificação das principais espécies de arvoredo e motivos de interesse (moinhos de rodízio e capela da Nossa Senhora das Preces), bem como uma rede de *geocaching* com dez pontos (*geocaches*) associada ao trilha pedestre, no âmbito da Operação 10.2.1.6 - Renovação de aldeias do PDR2020/DUECEIRA; a referida intervenção de estabilização e recuperação preliminar dos moinhos de rodízio na ribeira de Catarredor (concretizada nos primeiros meses de 2025), igualmente integrada na operação anterior; os trabalhos realizados por um grupo de estudantes finalistas do mestrado integrado em Arquitetura (Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada Norte, Campus de Vila Nova de Famalicão), sob orientação dos seus docentes de projeto, com propostas/perspetivas para o desenvolvimento sustentável do Catarredor, na sequência do desafio lançado pela

⁸⁹ Disponível em <https://catarredor.pt/casal-de-catarredor/>; consulta a 21/04/2025.

⁹⁰ “Procedemos ao levantamento sistemático da informação da matriz predial rústica no Serviço de Finanças de Lousã, para identificação dos proprietários, da microtoponímia e das áreas das respetivas parcelas, tendo-se constatado que a área envolvente ao Catarredor tem cerca de 230 hectares, dos quais 215 são propriedade da Associação do Casal de Catarredor, correspondendo à área do casal do povo do Catarredor, e os restantes 15 hectares correspondentes a 851 artigos rústicos privados, com uma área média de 180 m², confirmando-se que estamos perante um espaço com excessiva fragmentação da propriedade rústica” (ACC, 2024:19).

Associação em 2019 – uma seleção com conteúdos dos trabalhos está exposta no eixo principal e eira da aldeia (Figura 39), desde o final de abril de 2025.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 39. Painéis com propostas de arquitetura para o Catarredor (23/05/2025)

No segundo semestre de 2024, a ACC sinalizou intenções de candidatura no âmbito dos planos de ação para operacionalização das Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE: “Explore iNature & Center Geoparks 2030” e “Rede Aldeias do Xisto 2030”. No primeiro caso, tratou-se de projetos relativos aos “Bosques do Catarredor / XistoBioParque” (casas nas árvores, campismo e arborismo); *Chioglossa lusitanica* (salamandra lusitânica) e *Lacerta schreiberi* (largo-de-água) – piscina biológica e charcos; e *Veronica micrantha* (terapias de floresta), que pretendem conciliar a proteção da natureza com atividades de interpretação ambiental e turismo de natureza. Na segunda situação, foi a intervenção “Catarredor Nature & Village Experience”, com projetos relacionados com o edificado, infraestruturas básicas e autossuficiência energética, e ações complementares às que estão previstas na Área Integrada de Gestão da Paisagem Serra da Lousã.

Por último, a referência aos estudos/projetos de infraestruturas para a aldeia de Catarredor, adjudicados pela Associação do Casal de Catarredor ao Itecons – Instituto de

Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade, os quais incluem:

- “Sistema de abastecimento de água e rede de distribuição de água;
- Rede de drenagem e sistema de tratamento de águas residuais domésticas;
- Infraestruturas elétricas;
- Novo acesso viário;
- Arranjo das plataformas onde se faça intervenção;
- Trabalhos de topografia;
- Instrução de pedido(s) de informação prévia às entidades competentes;
- Estudo geológico e geotécnico;
- Projetos de execução de infraestruturas;
- Assistência técnica” (ACC, 2024:41).

3.3 Instrumentos de gestão territorial

Neste subponto explicita-se o que de mais importante decorre dos instrumentos de gestão territorial, quer os de natureza regulamentar, centrados na ocupação, utilização e transformação do solo, quer os de desenvolvimento, designadamente para a indução de iniciativas sustentáveis de valorização do Catarredor com base nos seus ativos diferenciadores.

De acordo com a versão vigente do Plano Diretor Municipal da Lousã⁹¹ (PDMLSA), que estabelece “o quadro estratégico de desenvolvimento territorial ao nível local”, em sintonia com “as orientações de desenvolvimento territorial decorrentes dos programas de âmbito nacional, regional e sub-regional” (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial⁹²), a aldeia de Catarredor é um aglomerado rural do tipo II, como as aldeias de xisto de Casal Novo, Candal, Cerdeira, Chiqueiro, Silveira de Cima, Silveira de Baixo, Talasnal e Vaqueirinho. “Os aglomerados rurais correspondem a pequenos núcleos de edificação concentrada, servidos de arruamentos públicos, com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rústico e que apresentam uma diminuta dinâmica urbana” (DR n.º 169, Série II, 2024:93).

⁹¹ Aviso n.º 19513/2024/2, na sequência da aprovação da 1.ª alteração à 1.ª revisão do PDMLSA; Diário da República n.º 169, Série II de 02/09/2024, páginas 1-143 (disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/19513-2024-886513944>; consulta a 29/06/2025).

⁹² Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio; Diário da República n.º 93, Série I de 14/05/2015, páginas 2469-2512 (disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2015-105297982>; consulta a 29/06/2025).

Quanto às ocupações e utilizações, o Regulamento do PDMLSA, no artigo 69.º-A, reconhece tratar-se de “aglomerados rurais com características tipicamente serranas, quer pela sua implantação em vertentes inclinadas, quer pelos materiais de construção que se pretende conservar, dadas as características tipológicas e arquitetónicas diferenciadas que possuem” (Idem:97) e, por isso, “destinam-se predominantemente a habitação, podendo também ser admitido comércio, serviços, turismo e equipamentos de utilização coletiva. São ainda permitidas ocupações e utilizações compatíveis com as dominantes, relacionadas com a utilização de recursos endógenos, desde que se integrem na envolvente urbana e não contrariem o disposto no artigo 10.º do Regulamento” (Idem:97) – compatibilidade de ocupações e utilizações –, ou seja, “Em qualquer prédio, localizado em solo rústico ou solo urbano, só poderão ser autorizadas as ocupações e utilizações estabelecidas no Regulamento para a categoria ou subcategoria de espaço em que se localizem” (Idem:64).

No que diz respeito ao regime de edificabilidade (artigo 69.º-B) o Regulamento do PDMLSA inclui 3 pontos. O primeiro corresponde às disposições a que deverão obedecer as operações urbanísticas neste tipo de aglomerados, através de 5 alíneas: “a) As intervenções a levar a efeito nas edificações existentes deverão privilegiar a preservação e valorização das aldeias de xisto da Serra da Lousã” (Idem:97); b) Os casos em que serão permitidas obras de demolição (edificações sem valor histórico ou arquitetónico, ou quando a sua conservação não seja viável; edificações em estado de derrocada iminente; edificações dissonantes; c) As condições a que deverão respeitar as obras de edificação, como, por exemplo, “Apenas nos edifícios de um só piso poderá ser acrescentado mais um, desde que daí não decorram inconvenientes urbanísticos e do ambiente paisagístico local” ou “Não poderão alterar a escala do aglomerado, não sendo autorizadas novas construções que estendam o aglomerado ao longo da estrada que o serve, ou que venham a situar-se do lado contrário em relação a essa mesma estrada” (Idem:97-98); d) A interdição de introduzir/utilizar “reboco nas paredes exteriores”, “Telha que não seja a existente na construção originária ou de canudo vermelho (que deverá ser coberta com placas de ardósia negra)”, “Alumínios ou outro material que não a madeira em portas e janelas e de guarnições metálicas nas guardas das varandas de modelo diferente dos existentes nas aldeias”, “Elementos dissonantes que contribuam para a descaracterização das aldeias” (Idem:98), tal como não é permitido mais do que um fogo por edifício, entre outras; “e) Na utilização de energias renováveis deverão ser adotadas soluções não suscetíveis de causar impacto estético e que não ponham em causa as características e a autenticidade das aldeias” (Idem:98).

O segundo ponto está centrado nas aldeias de xisto classificadas ao abrigo da “Lei do Património Cultural”, a saber: “Nos aglomerados rurais do tipo II, cujas aldeias se encontram classificadas como Conjuntos de Interesse Municipal, nomeadamente, os aglomerados rurais correspondentes às aldeias do Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal, não se pretende fomentar o crescimento da área edificada, mas sim, a recuperação e conservação dos imóveis existentes, com manutenção das características tipológicas e dos materiais habitualmente utilizados, pelo que não é admitida a construção de novos edifícios, com exceção de edifícios de interesse público municipal, reconhecidos pela Câmara Municipal, podendo, contudo, ser autorizadas obras de ampliação desde que não impliquem um acréscimo de área de implantação superior a 20% da área de implantação do edifício existente a ampliar” (Idem: 98).

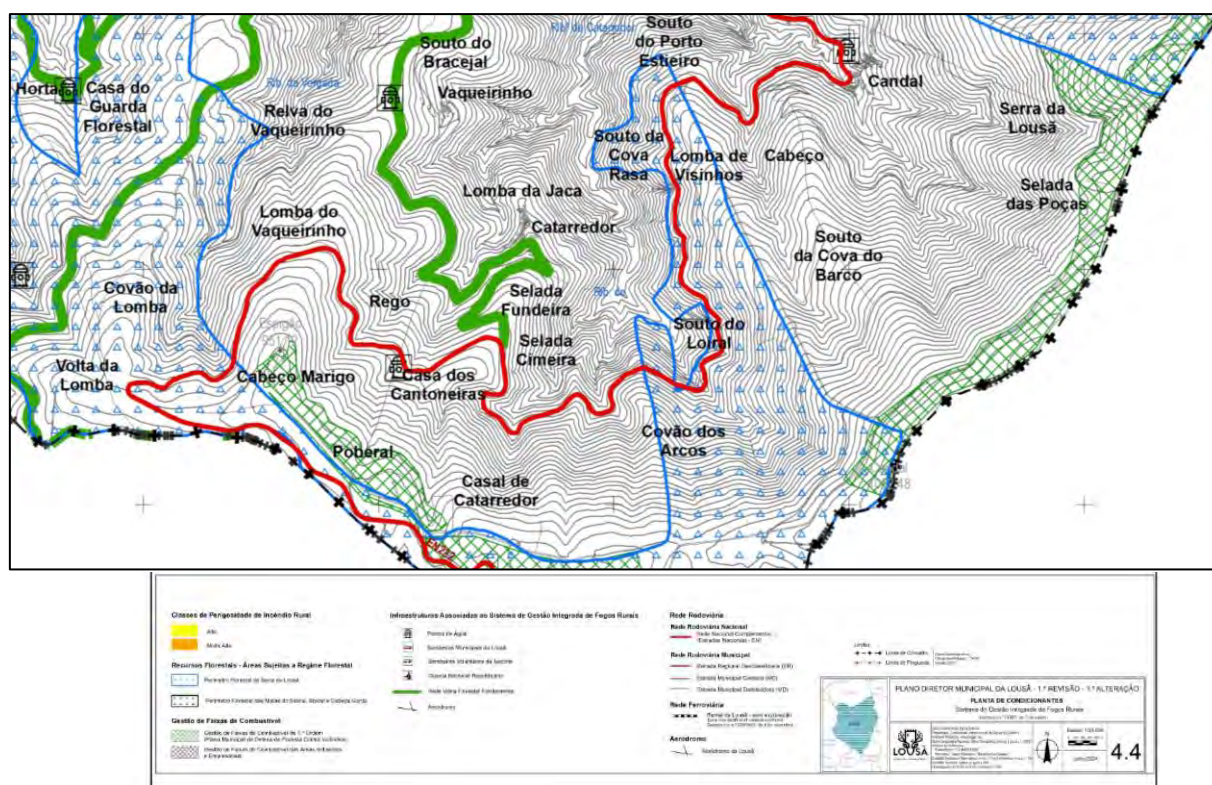
O terceiro e último ponto, nos aglomerados rurais do tipo II, cujas aldeias não se encontrem classificadas, admite “outras soluções arquitetónicas, no que respeita ao ritmo e proporção dos vãos, desde que devidamente justificadas e aceites pela Câmara Municipal, e que não interfiram na harmonia do conjunto”; bem como “Outras soluções arquitetónicas que não interfiram na harmonia do aglomerado e da paisagem, desde que incorporadas em projetos conjuntos de construção e/ou de reabilitação integradas, que, cumulativamente: i) Promovam a regeneração urbana das aldeias; ii) Sejam geradores de dinâmicas socioeconómicas sustentáveis; iii) Valorizem o património natural e cultural do local e da envolvente; iv) Sejam de interesse público municipal, reconhecido pela Assembleia Municipal” (Idem:98).

Apesar do aprofundamento dos detalhes das disposições (regime de edificabilidade), a perspetiva de individualizar as “aldeias da serra da Lousã”, evitar a expansão dos aglomerados e manter os seus elementos edificados originais e diferenciadores, transparece desde a primeira geração do PDMLSA⁹³, nos artigos 39.º e 40.º, quando foram identificadas, no respetivo regulamento e planta de ordenamento (cartograma n.º 3), como “áreas geográficas bem delimitadas e com personalidade própria que se pretende conservar, dadas as características tipológicas diferenciadas que possuem. Não se pretende fomentar, nestas aldeias, o crescimento da área edificada, mas, sim, a recuperação e conservação de imóveis existentes, com manutenção das características tipológicas e dos materiais habitualmente utilizados” (CML, 1993:2260). Como a área circundante às aldeias [Espaço urbano 3 da Lousã] está classificada na Reserva

⁹³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/93; Diário da República n.º 103, Série I-B de 04/05/1993, páginas 2252-2267 (disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/37-1993-274016>; consulta a 30/06/2025).

Ecológica Nacional, o uso do solo, para além do perímetro urbano (...), encontra-se muito condicionado” (Carvalho, 2021a:469).

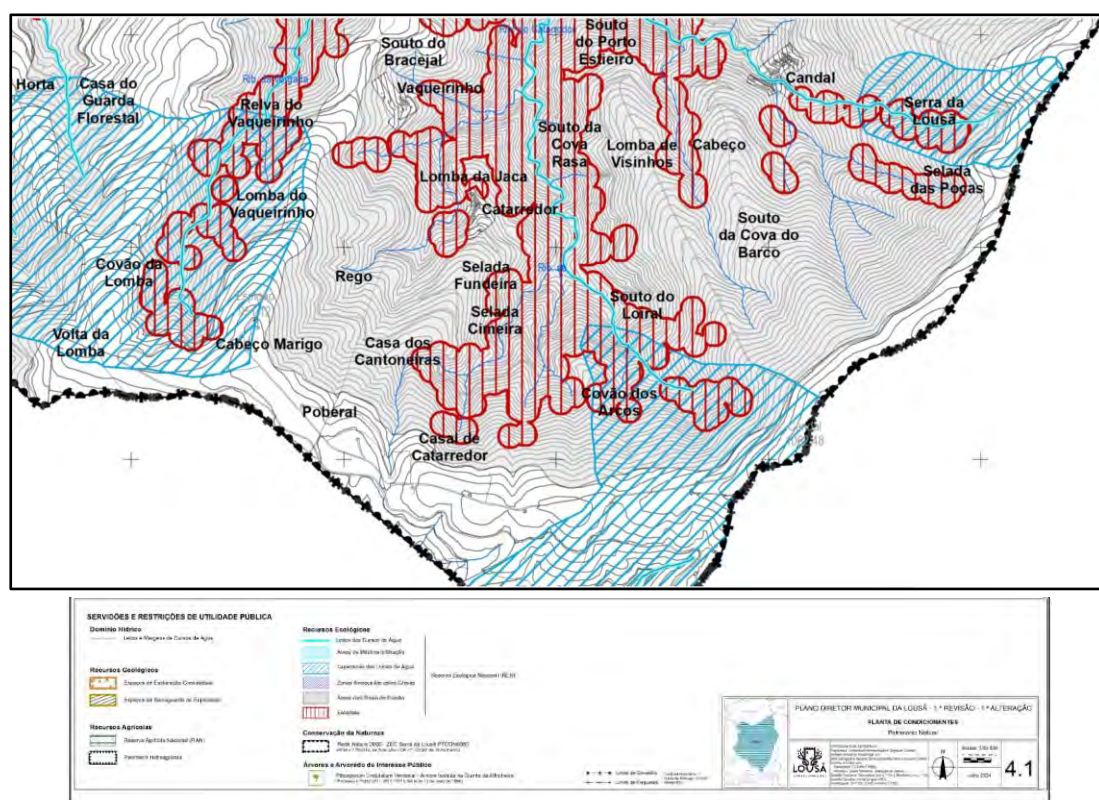
Em relação às principais servidões administrativas, restrições de utilidade pública e outras condicionantes com incidência no Catarredor, Casal de Catarredor ou área adjacente, segundo o Regulamento do PDMLSA, na redação atual, trata-se dos recursos hídricos (leitos e margens de cursos de água); recursos agrícolas e florestais (regime florestal; proteção do sobreiro e da azinheira); recursos ecológicos (Reserva Ecológica Nacional e Rede Natura 2000); infraestruturas (rede elétrica; rede rodoviária nacional; marcos geodésicos; sistema de gestão integrada de fogos rurais: pontos de água, rede viária florestal fundamental, faixas de gestão de combustível de 1.ª ordem – Figura 40). Nestas “áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública aplicam-se os respetivos regimes jurídicos, que prevalecem sobre o regime de uso do solo aplicável por força do Plano” (DR n.º 169, Série II, 2024:63).



Fonte: CML (2024; https://ssaigt.dgterritorio.pt/i/PCond_74128_0607_PC_SGIFR.jpg)

Figura 40. Extrato da Carta de Condicionantes (Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais) do PDMLSA

A condicionante com maior dimensão espacial e nível de restrição é a Reserva Ecológica Nacional, cuja área integra a estrutura ecológica municipal em solo rústico, porquanto reconhece, por um lado, os declives acentuados e o risco de erosão de uma parte importante do território, como no conjunto da Serra da Lousã de um modo geral e, por outro, a rede de cursos de água que circunda a aldeia, o que tem expressão na Planta de Condicionantes – Património Natural, através da identificação de escarpas, áreas com risco de erosão, leitos dos cursos de água e cabeceiras das linhas de água (Figura 41).



Fonte: CML (2024; https://ssaigt.dgterritorio.pt/i/PCond_74126_0607_PC_PTRNAT.jpg)

Figura 41. Extrato da Carta de Condicionantes (Património Natural) do PDMLSA

No caso da Rede Natura 2000, que inclui igualmente a referida estrutura ecológica, para “manter e/ou promover o estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário, nas áreas integradas na Rede Natura 2000, são aplicadas as orientações de gestão, preconizadas pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000 para cada habitat identificado no concelho da Lousã” (Idem:62-63).

Por último, como estabelece o PDMLSA, “Sem prejuízo do cumprimento dos regimes jurídicos das servidões administrativas e restrições de utilidade pública e de outras

condicionantes previstas na lei e no presente Regulamento, nos espaços florestais de conservação [“constituídos pelas áreas do espaço florestal integradas ou não na Rede Natura 2000, no Regime Florestal e na Reserva Ecológica Nacional, cuja função de proteção contra a erosão dos solos, da rede hidrográfica e da biodiversidade se sobrepõe às funções de produção florestal” (Idem:82), que prevalecem na Serra e circundam a aldeia do Catarredor] são admitidas as seguintes ocupações e utilizações: a) Pequenas infraestruturas e equipamentos de apoio à exploração florestal e às atividades coletivas de recreio e lazer; b) Empreendimentos de turismo em espaço rural; c) Instalações de prevenção, vigilância e combate de incêndios florestais; d) Prospeção, pesquisa e exploração de recursos geológicos, devidamente autorizadas pelas entidades de tutela competentes, nos espaços identificados na Planta de Ordenamento como espaços de exploração consolidada e espaços potenciais; e) Equipamentos ou instalações associados à valorização, animação e sensibilização ambiental” (Idem:83).

Nos espaços florestais de conservação, as condições de edificabilidade para as pequenas infraestruturas e equipamentos de apoio à exploração florestal e às atividades coletivas de recreio e lazer correspondem a um piso acima da cota de soleira, 7 metros da altura máxima da fachada (exceto instalações técnicas devidamente justificadas) e um índice de impermeabilização até 10%. Para os empreendimentos de turismo em espaço rural é possível edificar dois pisos acima da cota de soleira (“excecionalmente nos hotéis rurais poderá ser admitido o número máximo de 3 pisos acima da cota de soleira e uma altura máxima da fachada de 12,00 metros” (Idem:84) e um piso abaixo da mesma; a altura da fachada não pode ultrapassar 7 metros (salvo a referida exceção) e o índice de impermeabilização não pode exceder 15%. Em ambos, a dimensão mínima da parcela a afetar ao respetivo uso é a existente, mas “A parcela deverá assegurar o cumprimento dos afastamentos às extremas estabelecidos pelo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais” (Idem:84).

Em resumo, segundo o PDMLSA, o Catarredor é uma das nove aldeias de xisto da Serra da Lousã, sobre as quais incide em especial o estipulado nos artigos 69.º-A e 69.º-B do Regulamento, na versão atual, com entrada em vigor no dia 03 de setembro de 2024. Como aglomerados rurais, destinam-se predominantemente a habitação, comércio, serviços, turismo e equipamentos de utilização coletiva, podendo, de igual modo, ser permitidas ocupações e utilizações compatíveis com as dominantes, relacionadas com a utilização de recursos endógenos, desde que se integrem na envolvente urbana e não contrariem o estipulado no artigo 10.º [compatibilidade de ocupações e utilizações] do Regulamento.

Ao contrário de preconizar o crescimento da área edificada, a prioridade é “a recuperação e conservação dos imóveis existentes”, “dadas as características tipológicas e arquitetónicas diferenciadas que possuem” (Idem:97), embora, como sucede no caso, com maior abertura para “outras soluções arquitetónicas que não interfiram na harmonia do aglomerado e da paisagem, desde que incorporadas em projetos conjuntos de construção e/ou de reabilitação integradas” (Idem:98), quando comparadas com as suas congéneres que foram classificadas como conjuntos de interesse municipal. A envolvente da aldeia, que coincide em considerável dimensão com o Casal de Catarredor, está incluída na Reserva Ecológica Nacional e na Rede Natura 2000, sendo reconhecida como um espaço fundamental para assegurar a conservação das espécies e dos habitats considerados prioritários e, assim, a manutenção da biodiversidade, com a particularidade de apresentar uma área significativa de vegetação autóctone, principalmente nos antigos campos de cultivo, nas linhas de água e em parte do setor mais elevado do Casal.

Por outro lado, a Câmara Municipal da Lousã e a Assembleia Municipal da Lousã aprovaram em reunião de 07 de fevereiro de 2002, e sessão de 22 fevereiro do mesmo ano, respetivamente, propostas de alteração e de delimitação de áreas de reabilitação urbana, entre as quais a “Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia do Catarredor”⁹⁴. No conjunto trata-se de treze áreas de reabilitação urbana, com sete aldeias serranas (as cinco aldeias de xisto classificadas, mais Vale de Nogueira e Catarredor), além de Casal de Ermio, Foz de Arouce, Gândaras, Lousã (centro urbano), Serpins e Vilarinho.

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual⁹⁵, considera a reabilitação urbana “a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios” e a área de reabilitação urbana “a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma

⁹⁴ Aviso n.º 6098/2022; Diário da República n.º 58, Série II, parte H, de 23/03/2022, página 294 (disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/6098-2022-180920449>; consulta a 30/06/2025).

⁹⁵ Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto; Diário da República n.º 157, Série I de 14/08/2012, páginas 4452-4483 (disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2012/08/15700/0445204483.pdf>; consulta a 30/06/2025).

operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana” (DR n.º 157, Série I, 2012:4462).

A cada área de reabilitação urbana (ARU) corresponde uma operação de reabilitação urbana (ORU) simples (“dirigindo-se primordialmente à reabilitação do edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução”) ou sistemática (“dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público”) – n.º 4 do artigo 7.º e parte do artigo 8.º, tal como define que “No caso da aprovação da delimitação de uma área de reabilitação urbana não ter lugar em simultâneo com a aprovação da operação de reabilitação urbana a desenvolver nessa área, aquela delimitação caduca se, no prazo de três anos, não for aprovada a correspondente operação de reabilitação” (artigo 15.º) (Idem:4464-4465).

O documento que suporta a Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Catarredor, com uma superfície de 3,12 ha (Figura 42), reconhece de forma lapidar, por um lado, o despovoamento e a degradação progressiva da aldeia e, por outro, “a necessidade de inverter essa tendência” através da reabilitação urbana, ou seja, a Câmara Municipal da Lousã, no contexto da perspetiva nacional de incentivar e apoiar esta forma de intervenção no território, “entende a reabilitação urbana como um instrumento indispensável para a requalificação dos lugares e respetivo património, para o desenvolvimento da economia local, bem como para o fomento da coesão social” (CML, 2022:2).

“Pretende-se, pela requalificação desta aldeia, privilegiar a promoção da reabilitação do edificado, que se encontra degradado ou funcionalmente inadequado, melhorando, assim, as condições de habitabilidade e de funcionalidade dos espaços edificados.

A proposta decorre, assim, da necessidade de criar estímulos à reabilitação e revitalização da aldeia do Catarredor, que se constituiu como um espaço onde deve ser privilegiada a proteção, conservação, recuperação e revitalização do edificado já construído” (Idem:3).

Portanto, “Será pela execução de uma ORU simples que se propõe a intervenção integrada da reabilitação urbana da aldeia do Catarredor” (Idem:5).

“Decorrente do que é previsto no RJRU, a aprovação da delimitação da ARU pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, produz os seguintes efeitos imediatos:

a) Obriga à definição pelo município de benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nomeadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT);

b) Confere aos proprietários e titulares de outros direitos, sobre os edifícios ou frações nela compreendidos, o direito de acesso aos incentivos fiscais à reabilitação urbana, nomeadamente em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (IRS) e Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas (IRC);

c) Compromete o município a aprovar uma ORU para esta área num prazo máximo de 3 anos, sob pena de caducidade da ARU;

d) Poderá permitir o acesso facilitado a financiamento para obras de reabilitação urbana” (Idem:5).



Fonte: CML (2022:14)

Figura 42. Planta de delimitação da ARU do Catarredor

Se os incentivos financeiros e benefícios fiscais aplicáveis na ARU do Catarredor estão explicitados na própria proposta (páginas 10 a 12), faltava a aprovação da ORU, o que não aconteceu em tempo útil, e por isso surgiu uma nova aprovação (Câmara Municipal e Assembleia Municipal, a 07 e 21 de abril de 2025, respetivamente) da proposta de delimitação da ARU⁹⁶, a par com as mencionadas áreas aprovadas em 2022, a que acresce, nesta última, as aldeias de Vaqueirinho e Silveira de Baixo (documentos não disponíveis no site da Câmara Municipal da Lousã no momento da redação desta parte do trabalho) – presume-se, tal como as anteriores, que incidirá na reabilitação de património edificado (ORU simples).

Ao mesmo tempo, o Catarredor faz parte da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) Serra da Lousã, que foi constituída através do Despacho n.º 7109-A/2021, de 16 de julho⁹⁷, na União das Freguesias de Lousã e Vilarinho, com uma área de 897,22 ha (dos quais cerca de 230 correspondem ao Casal de Catarredor), cuja delimitação tem como referência, de forma aproximada, o santuário da Senhora da Piedade, a ribeira de São João, o Casal de Candal, o Casal de Catarredor, o limite do perímetro florestal e o troço final da ribeira das Hortas (Figura 43).

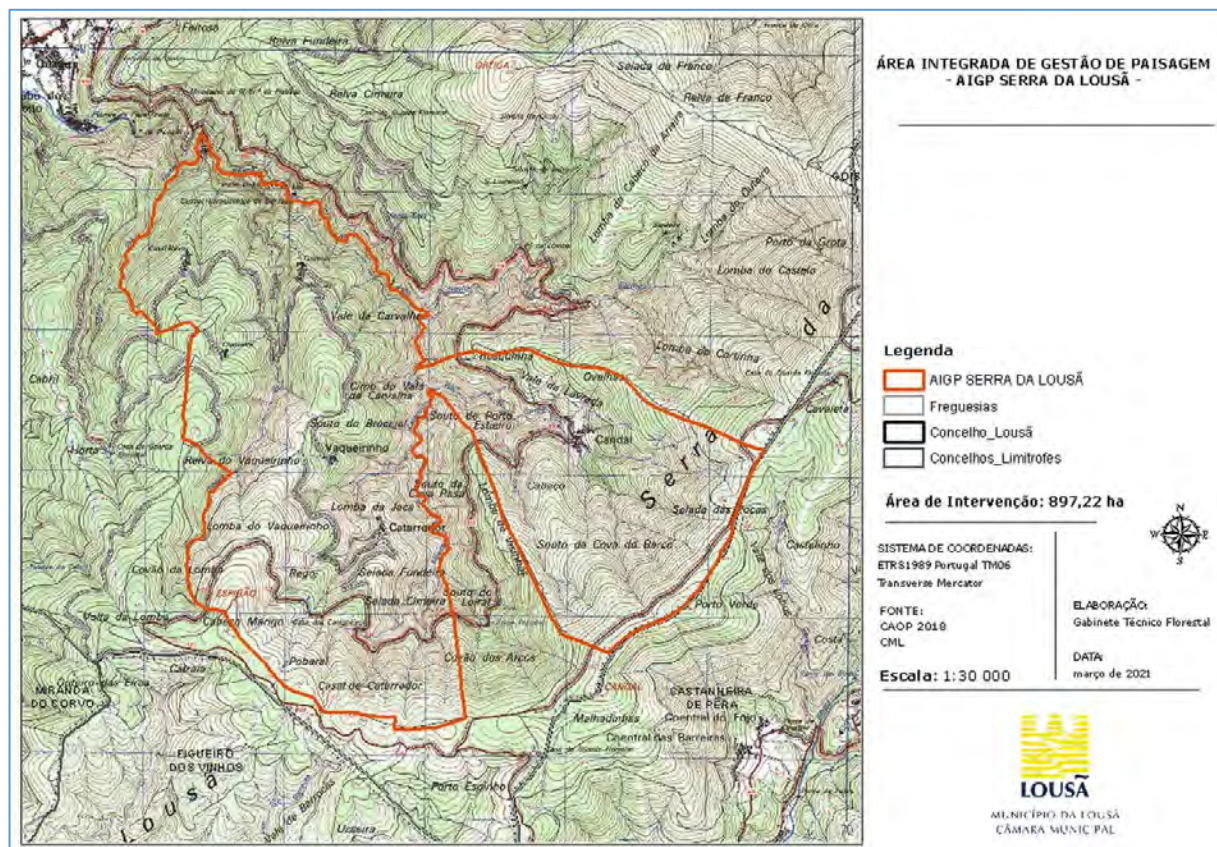
As AIGP, enquanto instrumentos que foram criados no contexto do Programa de Transformação da Paisagem (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho) e do Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, na sua redação atual), “visam uma abordagem territorial integrada para dar resposta à necessidade de ordenamento e gestão da paisagem e de aumento de área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da economia rural. Nestas áreas serão criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a executar num modelo de gestão agrupada da responsabilidade de uma entidade gestora e suportada por um programa multifundos de longo prazo que disponibiliza apoios ao investimento inicial, às ações de manutenção e gestão ao longo do tempo e à remuneração dos serviços dos ecossistemas” (DGT, 2025).

A proposta de OIGP Serra da Lousã foi elaborada pela Associação Gestora da AIGP Serra da Lousã (AGASL), em colaboração com a Câmara Municipal da Lousã, esteve em consulta pública de 28 de novembro de 2023 a 12 de janeiro de 2024, e foi aprovada (parecer

⁹⁶ Aviso 13098/2025/2, publicado no Diário da República n.º 98, Série II de 22/05/2025, página 1 (disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/2s/2025/05/098000000/0041500415.pdf>; consulta a 30/06/2025).

⁹⁷ No qual foram constituídas 47 áreas integradas de gestão da paisagem (disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/7109-a-2021-167608023>; consulta a 01/07/2025).

favorável condicionado) com a publicação do Despacho n.º 3088/2024, “com um montante de financiamento máximo elegível validado de 1 314 018,90 EUR para as ações de investimento [execução a 2 anos] e uma remuneração anual máxima de 117 288,70 EUR, para os apoios a 20 anos”⁹⁸.



Fonte: DGT (2021)⁹⁹

Figura 43. AIGP Serra da Lousã

Os seus principais desígnios são “introduzir transformações na: 1) composição e estrutura de coberto florestal; 2) melhorar as formações florestais, bosques de referência, em termos da biodiversidade e serviços do ecossistema, conferindo a esses bosques também supletivamente a função de mosaicos; 3) promover e manter o coberto florestal nas linhas de água temporárias, com a dupla finalidade igualmente de promover a biodiversidade e também constituir uma malha importante para eliminar a continuidade de coberto de matos e de pinheiro bravo, em

⁹⁸ Diário da República n.º 59, Série II de 22/03/2024, página 4 (disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/3088-2024-856836225>; consulta a 02/07/2025).

⁹⁹ Disponível em https://ssaigt.dgterritorio.pt/i/AIGP_p58_oo_Serra_Lousa.jpg; consulta a 01/07/2025.

complemento; 4) instalar pequenas obras de correção torrencial; 5) aumentar a capacidade de suporte alimentar para a fauna e para o fomento da silvo pastorícia; 6) instalar mosaicos estrategicamente localizados como reforço da rede de FGC existentes e a instalar; 7) aumentar a reserva estratégica de água para proteção das aldeias e apoio ao combate” (AGASL, 2023:12).

“De acordo com a proposta apresentada (...), prevê-se que 64,5% (579,2 ha) da área seja objeto de Transformação, da responsabilidade da EG: 25,4% da área da AIGP será objeto de ações de Reconversão (228,2 ha); 39,1% da área da AIGP será objeto de ações de Valorização (351,0 ha); 35,5% da área não terá intervenção ou as operações estão cometidas a outras entidades (318,0 ha).

Salienta-se que 35,2% da área (315,9 ha) será integrada na estrutura de resiliência (rede primária de faixas de gestão de combustível (81,6 ha); rede secundária de faixas de gestão de combustível (80,1 ha) dos quais, 47,20 ha correspondem à faixa envolvente dos aglomerados; condomínio de aldeia (26,5 ha); mosaicos estratégicos de gestão de combustível (154,2 ha)¹⁰⁰.

Por conseguinte, trata-se de um conjunto de alterações a implementar na paisagem, no prazo de duas décadas, sobressaindo a transformação de aproximadamente 170 ha de pinheiro bravo e mato, principalmente em florestas de outras folhosas e pastagens melhoradas; a construção e/ou ampliação da estrutura de resiliência (315,9 ha); e o aumento das áreas agrícolas (embora bastante limitado), tendo em vista a “redução da vulnerabilidade do território a fogos rurais; valorização da aptidão dos solos e serviços dos ecossistemas; dinamização da economia rural”¹⁰¹.

Segundo uma perspetiva de maior abrangência dos instrumentos de desenvolvimento é incontornável o quadro de programação e execução das políticas públicas com apoio financeiro de fundos da União Europeia, ou seja, “(...) o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, que fixa os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil M€”, materializado no Portugal 2030, cuja “(...) programação é feita em torno de cinco objetivos estratégicos da União Europeia: uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos.

O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático – Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à Inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à Ação climática e sustentabilidade e

¹⁰⁰Ata da Conferência Procedimental da OIGP Serra da Lousã, 06/02/2024, página 4-A (disponível em https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/documentos-publicos/OIGP_SERRA_DA_LOUSA_ATA_CP.pdf; consulta a 01/07/2025).

¹⁰¹ Idem.

Mar 2030; cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente – Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030; dois das Regiões Autónomas – Açores 2030 e Madeira 2030; e o PAT 2030 – Programa de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa”¹⁰².

Com uma dotação orçamental de 2,17 mil milhões de euros, o Programa Centro 2030 “(...) visa promover a competitividade da economia, o crescimento económico, a criação de emprego, a melhoria da qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região. Trata-se, assim, do principal instrumento que a região Centro dispõe para diminuir as disparidades económicas e sociais e responder ao problema demográfico e aos desafios da emergência climática e da descarbonização”¹⁰³.

Considerando a abrangência temática e territorial do Centro 2030, tal como a amplitude dos beneficiários dos apoios que são definidos nos avisos de concurso, identificam-se algumas das áreas a apoiar que têm acolhimento neste programa regional e podem ser de maior relevância para o desenvolvimento do Catarredor, a saber:

. No contexto do objetivo estratégico Centro + Competitivo (inovação, digitalização, competitividade das empresas, competências para a especialização inteligente e empreendedorismo), os “Sistemas de incentivos às empresas; sistemas de incentivos de base territorial (...); e a “Instalação de rede de banda larga em espaços de baixa densidade populacional ou do interior”.

. Quanto ao Centro + Verde (sustentabilidade, economia circular, transição energética e mobilidade urbana sustentável), o “Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável”;

. Em relação ao Centro + Social e Inclusivo (emprego de qualidade, educação, competências, inclusão social e igualdade de acesso aos cuidados de saúde), o “Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo (+CO3SO Emprego)” e o “Desenvolvimento e implementação de projetos inovadores de carácter social”.

. No que diz respeito ao Centro + Próximo (estratégias de desenvolvimento territorial e desenvolvimento urbano sustentável), pretende-se “Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas”, tal como “Promover, nas zonas não urbanas, o

¹⁰² Disponível em <https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-que-e-o-portugal-2030/>; consulta a 26/07/2025.

Todos os programas foram aprovados até 15 de dezembro de 2022.

¹⁰³ Disponível em <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/centro-2030>; última consulta a 26/07/2025.

desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança”¹⁰⁴, através de abordagens territoriais como a Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior ou o PROVERE.

Tendo já sido referido o PROVERE, importa explicitar que a Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior “envolve 24 municípios de 5 Comunidades Intermunicipais distintas” (Coimbra, Leiria, Médio Tejo, Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela), com o propósito de “dar resposta a um território montanhoso e excêntrico, de muito baixa densidade, cujas fragilidades foram agravadas pelos incêndios de 2017. A concretização da estratégia territorial, liderada por um consórcio constituído por 5 CIM e envolvendo agentes públicos e privados do território, aposta num conjunto de projetos transformadores para promover dinâmicas de atração de pessoas e de revitalização da atividade económica”¹⁰⁵.

O Plano de Ação para operacionalização do Instrumento Integrado de Base Territorial do Pinhal Interior foi aprovado em 06 de agosto de 2024 e “prevê a execução de 6 Programas e 20 Operações, norteados por 4 pilares estratégicos e focos temáticos [Figura 44], de modo a concretizar uma abordagem transformadora de atração e retenção de pessoas e a revitalização da atividade económica”¹⁰⁶, com um total de apoio no valor de 45 milhões de euros, dos quais 10 milhões decorrem do Fundo Social Europeu e 35 milhões são provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

No final de junho de 2025 terá ocorrido a identificação/indicação do Catarredor¹⁰⁷ no âmbito da Operação 14. Aldeias do Pinhal, na modalidade de “aldeias de nova geração”, que pretende receber eventuais novos residentes, para o qual estão previstas intervenções na área tecnológica ou digital, com uma grande amplitude de áreas temáticas (energias renováveis, comunidades energéticas, novas soluções tecnológicas que permitam melhor acesso a bens e serviços, entre outras).

“A Operação 14 será coordenada pela ADXTUR, que desenvolverá a estratégia global, que definirá os critérios de seleção das Aldeias, e o Plano individual de desenvolvimento de cada

¹⁰⁴ Disponível em <https://centro2030.pt/o-centro-2030/>; consulta a 26/07/2025.

¹⁰⁵ Disponível em <https://centro2030.pt/instrumentos-territoriais-integrados-tematicos-ou-funcionais/>; consulta a 26/07/2025.

¹⁰⁶ Disponível em https://centro2030.pt/wp-content/uploads/sites/10/2024/11/MD_ITI_Pinhal_Interior.pdf; consulta a 26/07/2025.

¹⁰⁷ No dia 10/09/2025 tivemos conhecimento, através da ACC, da “Proposta de modelo para a Formalização da Manifestação de Interesse ao Programa Aldeias do Pinhal”.

Aldeia. Os Municípios desenvolverão nas respetivas Aldeias selecionadas as intervenções de acordo como a estratégia definida para o ativo diferenciador”¹⁰⁸.

PILARES ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS TEMÁTICOS	OPERAÇÕES
 PI.IN + Resiliente	OE1. Atrair novos povoadores e reter os cidadãos do Pinhal Interior, com especial enfoque para os jovens e famílias OE2. Desenvolver e testar novos modelos de políticas públicas de atração/retenção de população em territórios rurais de baixa densidade	P1. Living IN.PI	1. Incubadora Demográfica – Rede de dinamização do emprego e empreendedorismo no Pinhal 2. Incentivos e apoios à mudança para o Pinhal Interior 3. Pinhal + Jovem
 PI.IN + Coeso	OE3. Desenvolver novos modelos inteligentes e digitais de provisão de serviços de proximidade em meio rural OE4. Promover a inovação social na geração de novas respostas dirigidas ao bem-estar da comunidade	P2. Smart Villages IN.PI	4. Rede de Cuidadores da Comunidade 5. Provisão Inteligente de SIG 6. Novas respostas para «envelhecer na comunidade»
 PI.IN + Competitivo	OE5. Aumentar a competitividade do tecido empresarial e a atração de novas empresas OE6. Apoiar o empreendedorismo e fomentar a criação de novos negócios e produtos de valor acrescentado OE7. Fomentar a aprendizagem ao longo da vida e a promoção de talento	P3. Invest IN.PI	7. Rede de Incubação e Acolhimento Empresarial do Pinhal 8. Rede de Espaços Cowork do Pinhal 9. Sistema de Incentivos "Invest IN.PI" 10. Agência para a Competitividade, Inovação e Internacionalização do Pinhal Interior 11. Incubação e Aceleração
 PI.IN + Atrativo	OE8. Promover a valorização sustentável das aldeias e dos seus recursos naturais, culturais e criativos inimitáveis OE9. Aumentar a atratividade do território para viver, estudar, investigar, empreender, investir e visitar	P4. PI.IN + Talento	12. Pinhal Labs 13. Pinhal Campus
		P5. PI.IN + Aldeias	14. Aldeias do Pinhal 15. Arte e Cultura nas Aldeias 16. Novas estruturas e serviços de valorização do capital natural 17. Provisão e remuneração de serviços dos ecossistemas 18. Empreendedorismo em meio rural
		P6. PI.IN + Marketing e Inovação territorial	19. Pinhal4ALL 20. Estratégia de Marketing e Dinamização Territorial

Fonte: ITI Pinhal Interior/Plano de Ação (2024:29)¹⁰⁹

Figura 44. Plano de Ação do ITI do Pinhal Interior: pilares estratégicos, objetivos estratégicos; programas temáticos e operações

¹⁰⁸ Disponível em https://centro2030.pt/wp-content/uploads/sites/10/2024/11/MD_ITI_Pinhal_Interior.pdf; consulta a 26/07/2025.

¹⁰⁹ Idem.

“Cada aldeia desenvolverá uma abordagem de base local e comunitária, ancorada num processo de inovação territorial e valorização dos seus recursos inimitáveis, que podem ser artes e ofícios tradicionais / não tradicionais, património geológico e paisagístico, produtos alimentares e da floresta, o capital natural associado aos rios e serras, entre outros, sempre com um claro foco na dinamização económica e social do espaço rural de modo a potenciar a revitalização de todo o PI.IN” (Idem).

O incentivo previsto é de 4,5 milhões de euros (cerca de 10% do total) e pretende-se a “seleção, de, no máximo, uma aldeia por Município, com base na abordagem local de desenvolvimento de um tema/recurso e o seu contributo para a rede Aldeias do Pinhal” (Idem).

Para concluir esta temática, faz-se referência ao Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal no período 2023-2027, que “Materializa os instrumentos da PAC financiados pela UE através do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), através de pagamentos diretos, de medidas setoriais das frutas e hortícolas, da vinha e da apicultura e de instrumentos de desenvolvimento rural”¹¹⁰.

O desenvolvimento rural (Continente), inclui medidas como manutenção de sistemas extensivos com valor ambiental ou paisagístico; mosaico agroflorestal; agricultura biológica (conversão e manutenção); apoio à apicultura para a biodiversidade; manutenção da atividade agrícola em zonas com condicionantes (condicionantes naturais e Rede Natura); instalação de jovens agricultores; silvicultura sustentável (por exemplo: florestação de terras agrícolas e não agrícolas; instalação de sistemas agroflorestais; melhoria do valor económico das florestas), entre outras¹¹¹.

Por sua vez, a abordagem territorial integrada (Continente) está focada no desenvolvimento local de base comunitária, nos programas de ação em áreas sensíveis, e nos regadios coletivos sustentáveis.

O primeiro (designado também de abordagem LEADER) inclui pequenos investimentos na exploração agrícola; pequenos investimentos na bioeconomia e economia; investimentos em diversificação, comércio e serviços associados¹¹²; inovação na comercialização, cadeias curtas e

¹¹⁰ Disponível em <https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027>; consulta a 27/07/2025.

¹¹¹ Disponível em <https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-portugal-saiba-mais#Prioridades>; consulta a 27/07/2025.

¹¹² “Os apoios previstos no presente capítulo prosseguem os seguintes fins:

mercados locais; e conservação e valorização do património rural, natural, cultural e gastronómico, incluindo Aldeias Inteligentes¹¹³.

A entidade credenciada para efeito da sua aplicação no território (abrangendo todas as freguesias dos concelhos da Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares) é a Dueceira, com candidaturas abertas para pequenos investimentos na exploração agrícola, no período de 17 de setembro a 14 de novembro de 2025¹¹⁴.

3.4 O presente e o futuro, na perceção de múltiplos atores

A participação é entendida como condição de sucesso do processo estratégico (Güell, 2021), já que é um elemento central, impulsionador e decisivo (Ferreira, 2015). A participação dos diferentes atores é crucial para garantir que a visão formulada reflete as aspirações e necessidades da comunidade, promovendo um desenvolvimento territorial concertado e sustentável. Neste estudo foram envolvidos diversos agentes com alguma relação com o território e com algum tipo de responsabilidade no desenvolvimento do mesmo.

Com efeito, para implementar a componente de participação de atores relevantes como a população residente, os proprietários de edifícios que não residem na aldeia, as entidades públicas (âmbito local, supramunicipal e regional), e as entidades de direito privado sem fins lucrativos (âmbito local e supramunicipal), tendo em vista obter a sua perceção/perspetiva sobre a situação atual e futura do Catarredor, utilizou-se a técnica da entrevista, com recurso a diversos modos de operacionalização: presencialmente (moradores), por correio eletrónico (entidades

a) Estimular a criação e desenvolvimento de atividades económicas que contribuam para a criação do emprego, diversificação e dinamismo económico dos territórios no âmbito dos serviços e comércio de produtos não agrícolas;

b) Incentivar a diversificação integrada da oferta turística e contribuir para a divulgação e valorização do património material e imaterial dos territórios rurais, designadamente através de serviços de animação turística que proporcionem a ocupação dos tempos livres de turistas e visitantes” (disponível em https://pepacc.pt/wp-content/uploads/2025/05/Portaria-n.o-247_2025_1.pdf; consulta a 24/09/2025).

¹¹³ “O apoio previsto no presente capítulo visa:

a) A conservação e a valorização dos elementos patrimoniais locais, paisagísticos e ambientais, bem como dos elementos que constituem o património imaterial social e de natureza cultural, incluindo o gastronómico dos territórios;

b) A criação ou melhoria de infraestruturas de coletividades locais, onde as populações possam desenvolver atividades culturais e desportivas, bem como atividades colaborativas e de empreendedorismo social de base comunitária;

c) A elaboração de estratégias territoriais alinhadas com o conceito de Smart Villages - Aldeias Inteligentes - da União Europeia ou a criação de serviços e estruturas integrados em Aldeias Inteligentes já existentes, que possibilitem a atratividade, a qualidade de vida nos territórios e a melhoria das condições económicas, sociais e ambientais com recurso a soluções inovadoras, nomeadamente através da mobilização de soluções oferecidas pelas tecnologias digitais” (Idem).

¹¹⁴ Disponível em <https://pepacc.pt/leader/conheca-os-grupos-de-acao-local/dueceira/>; consulta a 24/09/2025.

públicas e privadas) ou através de *smartphone* (proprietários de edifícios, mas não residentes), conforme o mais adequado para a prossecução dos nossos objetivos.

Nas próximas páginas explicitam-se alguns detalhes do procedimento metodológico e analisam-se os resultados por tipologia de atores.

3.4.1 Residentes

Conforme já referido, a população residente do Catarredor é composta por uma bebé e cinco adultos, dos quais dois (metade das famílias) participaram da entrevista (guião em anexo), que foi realizada, de forma presencial, no dia 03 de junho de 2025.

O Catarredor é uma aldeia marcada pelo silêncio, mas que, numa perspetiva bidirecional – não num plano antagónico ou limitador, mas antes complementar e até inspirador – revela memória e potencial. As palavras de dois dos seus moradores (há mais de uma década) contrariam esse silêncio e, com base na relação profunda que mantêm com o lugar, permitem traçar um retrato do presente e do que entendem que a aldeia deve ser no futuro. Ambos reconhecem os problemas persistentes que marcam o seu quotidiano, mas acreditam que o futuro pode ser construído a partir de valores como a autenticidade e a criatividade.

Na atualidade, para o ER1 as maiores fragilidades da aldeia centram-se, por um lado, na falta de vida comunitária – “(...) *falta de vivência, convívio* (...)” – resultante do abandono humano, e, por outro lado, na consequente degradação da envolvente natural, denunciando uma floresta pouco cuidada e invadida por espécies como o pinheiro bravo e a acácia, que comprometem a sobrevivência da vegetação autóctone, situação agravada pela proliferação descontrolada de animais selvagens, especialmente javalis e veados, levando-o a lamentar o facto de “*A minha horta já há muitos anos não tem [nada](...)*. *Os veados estragam as castanheiras, as árvores de frutas e os carvalhos*”. O ER2, não obstante partilhar da mesma preocupação com o abandono da aldeia, que associa à crescente ameaça dos incêndios (“*Uma aldeia abandonada queima-se*”) e à expansão de espécies invasoras (“(...) *influência nova claramente problemática de ocupar o espaço todo abandonado, especialmente acácia e também as outras invasoras* (...))”, destaca sobretudo a carência de infraestruturas básicas, em particular de água canalizada, que considera imprescindível para qualquer tentativa de revitalização da aldeia, seja no plano demográfico ou económico. Este habitante recorda que, ao contrário de aldeias vizinhas como o Talasnal ou o Candal, o Catarredor não foi incluído de forma integral no Programa das Aldeias do Xisto, e embora tal facto tivesse comprometido a evolução da aldeia do ponto de vista infraestrutural, também evitou uma transformação mais brusca, permitindo-lhe manter uma certa

autenticidade, arquitetónica e social, que as outras aldeias, transformadas em destinos turísticos massificados, foram perdendo.

Ambos convergem na perceção de que a aldeia se encontra fragilizada pelo despovoamento, evocando memórias de maior dinamismo: “*Era muito vivência (...). Tivemos aqui o bar Fantasia (...). E eventos culturais*” (ER1, 2025); “*Ainda estou a ver aqui pessoas, crianças a brincar, a trabalhar, a fazer terrenos e tudo isso*” (ER2, 2025). O abandono progressivo e consequente degradação, bem como a falta de gestão do território são sentidos como fatores estruturais de debilidade, agravados não só pela ausência de ação, ou de atuação prática, mas também pela falta de relação com os residentes e com o quotidiano da aldeia, por parte das entidades responsáveis, a quem atribuem grande parte da responsabilidade pela situação corrente.

Apesar do diagnóstico crítico, reconhecem que o Catarredor possui potencialidades únicas. O bosque, com destaque para os castanheiros e carvalhos, as árvores monumentais ou os ribeiros surgem em convergência como elementos diferenciadores. O ER1 salienta a amplitude do espaço da aldeia, a eira de dimensões generosas quando comparada com a de outras aldeias, as paisagens, bem como os percursos já existentes e os trilhos que podem ser valorizados: “*(...) é uma aldeia rica. (...) Tem muito espaço à volta. (...) Temos várias possibilidades de caminhos*”. Já o ER2 valoriza sobretudo a herança histórico/cultural, designadamente a estrutura edificada, os antigos moinhos, ou os terraços agrícolas que testemunham o engenho de gerações que souberam viver em condições difíceis na serra: “*Ainda não tocámos muito na estrutura das aldeias. Ainda está muita maneira de viver antiga à vista. (...) moinhos em várias formas (...) árvores antigas que tem um mínimo 2/3 metros de diâmetro. (...) Isso é a origem de Portugal*”.

Da auscultação dos moradores depreende-se que o presente do Catarredor é feito de contrastes. Por um lado, transparece a perceção de abandono e de fragilidade; por outro lado, a convicção de que a aldeia guarda ainda um património natural e cultural valioso que pode determinar de forma relevante a sua trajetória futura.

Nesta linha, e no que diz respeito ao futuro, as perspetivas dos dois moradores diferem em alguns pontos, mas partem de uma preocupação comum: a necessidade de restaurar e recuperar a aldeia sem a descaracterizar, física/arquitetónica ou socialmente, e redinamizá-la, demográfica e economicamente. O ER1 defende um modelo de revitalização assente na chegada de novos residentes permanentes, na reativação da atividade agro-pastoril e no turismo alternativo sustentado por projetos culturais e criativos. No seu entender, a aldeia deve atrair famílias interessadas em viver com ligação à terra, mantendo hortas, animais e práticas

sustentáveis, enquanto assume que o turismo pode ser uma via de desenvolvimento, mas apenas se for “(...) *económico, alternativo, criativo, que vai atrair certas pessoas*”, e em harmonia com o lugar e a sua filosofia, rejeitando o modelo massificado das aldeias ao redor. Entre as suas propostas, destacam-se ideias como restaurar forno(s) comunitário(s), criar oficinas de pão, construir uma piscina natural para crianças ou criar pequenos espaços lúdicos com animais comuns e em vias de extinção (como tartarugas, pavões, porcos-da-índia, vacas-cachenas ou burros-de-miranda), por forma a conjugar tradição, pedagogia e criatividade em atividades ligadas à natureza e à cultura, integrando a comunidade local, e direcionadas para públicos transversais. O ER2 apresenta uma visão mais prudente e até cética quanto ao futuro imediato. Embora também assuma que “(...) *a única coisa que esta aldeia precisa é habitantes, habitantes que fazem os projetos... para plantar alguma coisa, para ativar um terraço (...)*”, este residente, acima de tudo, teme o risco do Catarredor repetir os erros de aldeias vizinhas, onde a modernização conduziu à expulsão dos moradores permanentes e à mercantilização das casas, advertindo “(...) *não faz a mesma estupidez, tu vais perder as aldeias para sempre. (...) Ninguém quer viver igual [a] um macaco no jardim zoológico, como eu chamo os habitantes em Talasnal*”, numa referência ao turismo massificado e transformador. Não obstante, aponta alguns possíveis caminhos para a reativação do lugar, nomeadamente a criação de condições básicas de habitabilidade (água, saneamento, acessos), a disponibilização de habitação acessível para novos residentes, bem como de “*energia livre*”, ou mais barata por um determinado período, resultante das eólicas, o aproveitamento sustentável da floresta e a implementação de um plano de prevenção de incêndios. Considera, ainda, ser determinante para o futuro da aldeia atrair “(...) *pessoas que procuram um outro estilo de vida (...)*”, menos dependente da lógica do lucro imediato e mais comprometido com a vida comunitária e a preservação da autenticidade/tradição, sem deixar de integrar a inovação. Sem esse espírito, teme que o destino da aldeia seja apenas “(...) *futuro de turismo aqui em cima. E isto também é só para 10 anos, máximo (...)*” até à “(...) *morte da aldeia, a morte lenta destas aldeias (...)*”.

As perspetivas dos dois residentes complementam-se e constroem uma narrativa comum e bastante clara: a aldeia do Catarredor precisa de recuperar dinamismo populacional, social e económico, mas não a qualquer preço. O ER1 apresenta uma visão mais criativa e otimista, assente na reativação comunitária, no retorno à agricultura e em experiências de turismo alternativo e cultural, com uma forte dimensão pedagógica. Já o ER2, mais crítico, alerta para os perigos da mercantilização, da especulação imobiliária e da perda de autenticidade, apontando a necessidade de infraestruturas básicas e de novos residentes com um verdadeiro e ajustado

sentido de compromisso com o espírito do lugar. Ambos enfatizam que é essencial preservar a identidade do Catarredor, evitando a descaracterização e garantindo que o futuro não se constrói à custa da destruição da memória e da autenticidade. Apesar da vontade em criar uma Comissão de Moradores para defesa dos seus interesses, acreditam que a Associação pode desempenhar um papel fundamental no futuro do Catarredor desde que reformule a sua atuação, tornando-se mais transparente, participativa e centrada nas necessidades dos habitantes permanentes e na regeneração respeitadora dos valores da aldeia, em vez de orientada por interesses financeiros ou turísticos externos.

A visão estratégica para a aldeia deverá, assim, integrar estas duas dimensões, o entusiasmo transformador de quem acredita nas potencialidades e o alerta prudente de quem conhece e receia os riscos, para projetar um desenvolvimento equilibrado, sustentável e sustentado na história e ativos locais, de natureza física e humana.

3.4.2. Proprietários de edifícios que não moram na aldeia

O grupo dos proprietários de edifícios, mas não residentes, constitui um conjunto particularmente relevante para compreender a atual dinâmica do Catarredor e as possibilidades de reativação futura da aldeia. Estes proprietários detêm uma parte significativa do edificado, sendo, na maioria, descendentes de famílias locais que, por diferentes razões, deixaram de habitar permanentemente a aldeia.

A recolha de informação decorreu entre 7 de julho e 24 de setembro de 2025 e envolveu um total de dez entrevistas, nove realizadas por via telefónica e uma em modo presencial. O contacto com os proprietários foi facilitado pela Associação do Casal de Catarredor, que desempenhou um papel determinante na identificação dos participantes. A relação de confiança com a Associação foi essencial para garantir a disponibilidade dos entrevistados e a partilha de testemunhos informados e reflexivos sobre o passado, o presente e as perspetivas de futuro da aldeia. O guião aplicado (em anexo) seguiu a mesma estrutura usada com os restantes grupos de atores, centrando-se em dois eixos temporais: perceções sobre a situação atual e o futuro. As respostas foram analisadas qualitativamente e complementadas com um tratamento lexical¹¹⁵, representado através de duas “nuvens de palavras” (*wordclouds*) (Figura 45 e Figura 46), que ilustram os campos de significado dominantes nas menções ao presente e ao futuro do Catarredor.

¹¹⁵ Este foi realizado através da linguagem de programação R, utilizando o ambiente RStudio (Versão 2025.05.1+513).

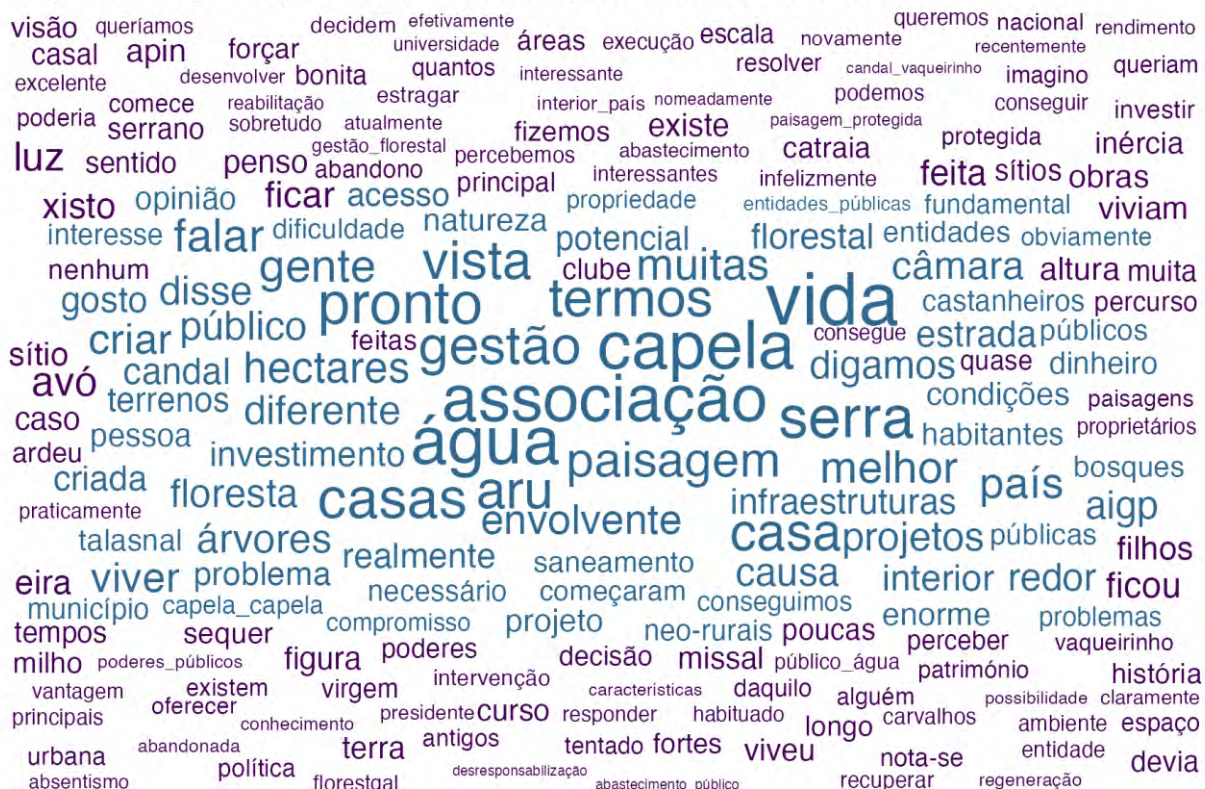
A amostra é composta por dez entrevistados, maioritariamente do sexo masculino (80%), com uma média de idades de 54 anos, variando entre os 38 e os 68 anos. A faixa etária mais representada situa-se entre os 45 e os 54 anos (40%). A Lousã é a naturalidade mais comum (30%) e também o local de residência mais frequente (40%). Apenas dois entrevistados viveram efetivamente na aldeia, por períodos curtos (durante 2 e 7 anos, respetivamente), o que confirma uma relação sobretudo mediada pela memória e pela posse patrimonial. Ainda assim, a ligação familiar mantém-se forte: 60% referem ascendência direta de pais ou avós que ali habitaram. Em média, cada entrevistado possui 2,6 edifícios (mínimo de 1 e máximo de 12), o que reforça o peso deste grupo na visão futura e no potencial processo de reabilitação. São, portanto, proprietários próximos em termos geográficos e identitários, mas afastados do quotidiano local, cuja relação com o Catarredor combina o património herdado com um sentido de responsabilidade partilhada quanto ao seu destino.

A análise das entrevistas foi acompanhada por um tratamento sistemático das respostas, com o objetivo de identificar as palavras mais recorrentes e as associações entre conceitos. As respostas foram divididas em dois blocos (presente e futuro) e processadas através de um modelo que extraiu unigramas e bigramas, permitindo observar tanto os termos isolados como as combinações mais frequentes. As representações visuais (Figura 45 e Figura 46) sintetizam as duzentas palavras de maior frequência, agrupadas em quatro classes de intensidade. O tamanho e a cor das palavras refletem o número de ocorrências, sendo as variações subtis entre termos próximos resultado da distribuição automática e do ajustamento gráfico. Estas figuras devem ser lidas como mapas de densidade de linguagem, que tornam visíveis os temas centrais e as ligações conceptuais (mais relevantes) no discurso dos entrevistados.

Na Figura 45, que corresponde à situação presente, a palavra *associação* destaca-se claramente, com 33 ocorrências, confirmando o papel central da Associação do Casal de Catarredor como mediadora entre proprietários, residentes e entidades públicas. Este termo surge frequentemente associado a *gestão* (15), *projetos* (9), *câmara* (8) e *público* (8), o que sugere a perceção de que a recuperação da aldeia depende de uma articulação entre iniciativa local, enquadramento institucional e investimento público. A presença de combinações como *poderes públicos*, *entidades públicas* e *gestão florestal* reforça esta leitura, revelando consciência crítica sobre o papel das instituições públicas na reabilitação e gestão territorial.

Q02 — Presente

Unigramas+bigramas; classes por quantis comuns; top 200 termos



Elaboração própria

Figura 45. Nuvem de palavras: percepções dos proprietários não residentes sobre a situação presente do Catarredor

As palavras ligadas ao edificado e à materialidade da aldeia (*capela* (21), *casas* (13), *casa* (9), *infraestruturas* (12) e *saneamento* (7)) traduzem a dimensão das preocupações. A *capela*, um dos termos mais mencionados, é símbolo de identidade e memória coletiva, enquanto *casas* e *infraestruturas* remetem para as carências que condicionam a reabilitação. A frequência elevada de *água* (17) e a presença de *saneamento* confirmam que a ausência de serviços básicos continua a ser o principal obstáculo à habitabilidade.

No plano ambiental e territorial, destacam-se *paisagem* (17), *serra* (12), *floresta* (8) e *árvores* (8), que, embora com frequências mais moderadas, mantêm forte carga simbólica. O termo *paisagem*, equivalente em número de ocorrências a *água*, sugere uma percepção integrada entre o espaço edificado e o meio natural, apontando para a consciência de que a regeneração da aldeia passa também pela valorização ecológica e pela gestão da envolvente. A presença de expressões como *gestão florestal*, ou termos como *aru* (Áreas de Reabilitação Urbana) e *aigp* (Áreas Integradas de Gestão da Paisagem) demonstra que o discurso dos proprietários incorpora

noções técnicas associadas às políticas de reordenamento, ainda que expressas em linguagem informal.

A palavra *vida* (15) ocupa uma posição de fronteira entre o material e o simbólico. Surge associada tanto à ausência de vitalidade social – “falta de vida” – como à expectativa de reanimação da aldeia, expressando simultaneamente perda e esperança. A coocorrência com *envolvente* (12) e *gente* (9) reforça esta leitura, sugerindo que, para os proprietários, a reabilitação física só fará sentido se acompanhada pela reposição da vivência quotidiana.

De forma geral, a análise lexical da Figura 45 revela um discurso estruturado em torno de quatro dimensões interligadas: a necessidade de infraestruturação básica, a importância da gestão pública e associativa, a valorização ambiental e o desejo de reintrodução de vida comunitária. Para os proprietários não residentes, o presente do Catarredor é percebido como tempo de estagnação material e institucional, mas também como espaço de potencial, à espera de coordenação, investimento e propósito.

O retrato do presente constitui, em muitos aspetos, o ponto de partida para imaginar o futuro. As preocupações com a habitabilidade, a gestão e a paisagem reaparecem, agora reformuladas num registo mais construtivo e voltado para a transformação. A Figura 45, centrada nas perspetivas futuras, repete muitos dos termos que, em conjunto, já se destacavam na análise anterior, mas o modo como são usados é diferente. Palavras como *criar*, *condições*, *trazer* e *projeto* introduzem uma dimensão de ação que contrasta com o tom de carência observado no presente. Considerando o retrato do presente e as projeções para o futuro, o foco desloca-se da constatação dos problemas para a construção de caminhos possíveis.

A Figura 46 confirma a permanência de muitas das preocupações já visíveis no presente, mas revela uma mudança de tom clara: o discurso torna-se mais ativo e mais coletivo. Termos como *associação* (44 ocorrências), *condições* (31), *casa* (31), *turismo* (26) e *vida* (21) compõem o núcleo central, estruturando uma narrativa entre a vontade de reconstruir e a consciência dos desafios. A palavra *podemos* (19) introduz um registo de ação partilhada, projetando um “nós” que contrasta com a perceção mais individual e fragmentada observada na análise do presente.

O primeiro conjunto de palavras mantém-se ligado à habitabilidade e à qualidade de vida. *Casa*, *casas*, *água*, *infraestruturas*, *saneamento* e *luz* reaparecem, mas agora como componentes de um discurso que aponta para a reconstrução e a possibilidade de retorno. A expressão *criar condições* (8 ocorrências enquanto bigrama) sintetiza este movimento: garantir o essencial para permitir o regresso, a permanência e o restabelecimento de uma vida quotidiana estável.

Também aqui se percebe uma certa tensão entre confiança e receio. *Ameaça* (13) e *futuro* (15) aparecem próximas, quase em diálogo, traduzindo essa mistura entre esperança e cautela. A ameaça é entendida de várias formas: pode ser o risco dos incêndios, o isolamento, ou até a falta de ação conjunta. Há ainda várias referências à paisagem e ao território (*serra, xisto, floresta, sustentabilidade*) que prolongam a ligação entre a reabilitação física e a integração ecológica.

No conjunto, a Figura 46 confirma uma continuidade em relação ao presente. As mesmas palavras reaparecem, mas num registo mais afirmativo e voltado para a ação. O que antes era percebido como falta é agora visto como possibilidade, e o que era limite transforma-se em ponto de partida.

O discurso dos proprietários não residentes combina crítica e esperança. Crítica face ao abandono e à falta de investimento, mas também esperança ao reconhecer a urgência de criar condições materiais e institucionais que permitam o regresso da vida à aldeia. A consciência patrimonial e o desejo de reconstrução fazem deste grupo um interlocutor relevante no processo de planeamento. Funcionam como ponte entre o passado e o que ainda pode ser reerguido, reforçando a ideia de que o futuro do Catarredor dependerá do equilíbrio entre os que permanecem, os que possuem edifícios e os que decidem.

3.4.3 Entidades públicas e entidades de direito privado sem fins lucrativos

O pedido de colaboração às entidades institucionais, através do preenchimento e devolução de um inquérito (em anexo) com dezassete perguntas abertas sobre a situação atual e o futuro do Catarredor, foi enviado por correio eletrónico, no dia 26 de junho de 2025 e, para as que não responderam no prazo definido (meados de julho), remetido novamente, com a utilização da mesma ferramenta de comunicação, no dia 22 de julho de 2025.

O processo envolveu doze entidades, quer públicas – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro; Câmara Municipal da Lousã; União das Freguesias da Lousã e Vilarinho – , quer de direito privado sem fins lucrativos – ADXTUR (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto); DESTINATURE (Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza); Dueceira (Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça); Agência de Desenvolvimento da Serra da Lousã; Associação Gestora da Área Integrada de Gestão da Paisagem Serra da Lousã; Baldios da Lousã; Associação Empresarial da Serra da Lousã), das quais quatro (Câmara Municipal da Lousã; Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;

Dueceira; e Associação Empresarial Serra da Lousã) manifestaram disponibilidade de participação neste estudo, com a devolução do mencionado instrumento de recolha de informação.

Os inquiridos tinham idades compreendidas entre os 26 e os 59 anos (três com 50 e mais anos de idade); frequentaram ou concluíram cursos superiores (licenciatura, pós-graduação ou mestrado) nas áreas de gestão, turismo, desenvolvimento local ou estudos europeus; e exerciam funções de assistente administrativo, técnicos superiores e responsável máximo da entidade participante. Portanto, a amostra é composta predominantemente por pessoas com percursos profissionais consolidados e conhecimento da temática e do território em análise, do qual são naturais ou onde residem (ou já residiram).

No que diz respeito aos principais problemas da aldeia, verificou-se uma convergência de opinião em torno de duas questões: falta de infraestruturas básicas (água canalizada; recolha e tratamento de águas residuais); estado de abandono/degradação do edificado; além de referências pontuais: comunidades fechadas; consumo de substâncias ilícitas; acessibilidades; pequeno número de residentes; ausência de serviços; e conectividade digital inexistente ou limitada.

A não integração do Catarredor no Programa das Aldeias do Xisto, da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (2000-2006), o insuficiente investimento público e privado na reabilitação e infraestruturas, bem como a dinâmica demográfica (êxodo da população original e posterior ocupação por uma comunidade alternativa), foram as causas mais relevantes dos referidos problemas, a que acresce o “(...) *facto da comunidade residente ser pouco recetiva a pessoas vindas de fora*” (E4).

A imagem da aldeia reflete os seus problemas, embora duas entidades tenham reconhecido que nos últimos anos a evolução começa a ser positiva, seja como resultado da intervenção da ACC, com destaque para a proteção e valorização do património da aldeia, seja por influência do “(...) *sucesso da Rede das Aldeias de Xisto e a proximidade com 5 dessas mesmas aldeias (Candal, Talasnal, Casal Novo, Cerdeira e Chiqueiro), as quais têm vindo a assumir uma grande projeção (no panorama turístico regional e nacional) e têm criado maior visibilidade para a aldeia e interesse na sua recuperação*” (E3).

Quanto aos principais pontos fortes/vantagens do Catarredor, as entidades inquiridas identificaram principalmente diversas dimensões do património: “(...) *ambiental (Rede Natura 2000), natural (Casal de Catarredor)*” (E1), com uma referência ao “(...) *património natural e paisagístico bem conservado (bosques, linhas de água, fauna, flora, socacos, levadas, etc.)*”

(E2); edificado (aldeia de xisto; construção tradicional em xisto). De igual modo, foi reconhecida a relevância da localização na Serra da Lousã e de “(...) *beneficiar da proximidade de aldeias integradas na Rede de Aldeias do Xisto*” (E3); dos “(...) *percursos pedestres a atravessar a aldeia, integrados numa rede mais ampla*” (E2), o que revela o “(...) *potencial para turismo de natureza, slow e criativo pela localização próxima de eixos e redes turísticos (Coimbra, Serra da Lousã, Piódão, Aldeias do Xisto), sem pressão massificada*” (E2); “(...) *a existência de casas devolutas e com capacidade de conversão para o turismo*” (E3) e “(...) *de fonte de rendimento fixa (parque eólico)*” (E1); e ainda “(...) *as dinâmicas associativas que têm vindo a criar novos elementos de atração no local (recuperação de percursos pedestres homologados e integrados na rede concelhia; levantamento e inventariação da história local; recuperação de elementos patrimoniais físicos e imateriais, etc.)*” (E3), o que explica o facto da ACC ser conhecida e reconhecida, por quase todas as entidades inquiridas, pelo contributo para o desenvolvimento do Catarredor.

Na primeira pergunta do questionário sobre o futuro do Catarredor, a respeito atividades mais adequadas para o desenvolvimento da aldeia, as respostas enfatizaram maioritariamente a cultura e a natureza, como “(...) *oficinas de construção tradicional em xisto e de construção sustentável; produção agroflorestal sustentável (castanha, mel, cogumelos, plantas aromáticas, hortícolas bio, pastoreio extensivo – rebanhos comunitários); turismo de baixa densidade ligado à herança cultural e natural; residências criativas/coworking/teletrabalho*” (E2); “(...) *atividades culturais que possam incluir a natureza (caminhadas, corridas, passeios...)*.” (E4); “(...) *atividades lúdicas, desportivas e culturais*” (E3), porquanto consideraram que são vantajosas para “(...) *dar a conhecer e abrir a aldeia*” (E4); para “(...) *aproveitamento do potencial ambiental e social existente no território; trabalho em rede com outras aldeias, projetos e fileiras*” (E1); ou para “(...) *diversificação económica, em harmonia com a cultural; fixação de população e retorno de emigrantes/antigos moradores e/ou seus descendentes; valorização de recursos endógenos e de práticas sustentáveis; e efeito indutor de serviços complementares (restauração, alojamento, animação, comércio, construção, mobilidade, etc.)*” (E2).

Em relação às estratégias para o desenvolvimento da aldeia, as respostas focaram-se em pilares como a “(...) *definição de um plano para esse efeito com cronograma e identificar fontes de financiamento*” (E1); o “(...) *alinhamento com as estratégias nacionais e regionais, nomeadamente Plano de Recuperação e Resiliência, Portugal 2030, Centro 2030 – Programa Regional do Centro, Turismo Sustentável 2030 – Referencial Estratégico, Estratégia Integrada*

de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra, Rede Aldeias do Xisto – Plano Estratégico 2030, Plano de Ação Estratégico Pinhal Interior 2030” (E2); a “(...) concertação entre proprietários e associados da Comissão (antigos residentes ou seus familiares)” e a “(...) articulação e colaboração com outros organismos associativos do concelho e Autarquia” (E3).

Quanto aos fatores (condições) fundamentais para o desenvolvimento do Catarredor, foram identificados elementos infraestruturais, como as infraestruturas básicas (E1; E2), a reabilitação do espaço público e do edificado (E2), e a “(...) *conetividade digital /cobertura redes móveis e internet de alta velocidade*” (E2); sociais, como as “(...) *peças com ligação à aldeia – moradores, ex-moradores, descendentes de moradores, proprietários*” (E2); relacionais, como as “(...) *parcerias com atores locais e regionais (públicos e privados)*” (E2). Além disso, os “(...) *melhores acessos e a maior integração da população do Catarredor*” (E4) foram considerados importantes para essa finalidade.

No que concerne à pergunta “O que considera ser possível alterar na Aldeia, no prazo de cinco ou 10 anos?”, os inquiridos mencionaram a “(...) *recuperação do património edificado; potenciar a existência de serviços associados com base no património ambiental e natural*” (E1); “(...) *infraestruturar a aldeia e reabilitar espaço público; recuperar casas devolutas para habitação permanente e turismo; instalar serviços essenciais; criação de hub de coworking/centro cultural; atrair moradores*” (E2); “(...) *espaços comuns e paisagismo*” (E3); e “(...) *acessos e atividades*” (E4).

Relativamente à medida e ao recurso mais importante para o futuro da aldeia, destacaram-se, por um lado, “(...) *eliminar as principais debilidades existentes (infraestruturas básicas)*” (E1) ou pelas palavras de E2 “(...) *desenvolver as condições básicas de vida com qualidade e de trabalho (infraestruturas básicas – água, eletricidade, esgotos – e conetividade digital)*”; “(...) *recuperação do património edificado; criação de ferramentas de divulgação e de um núcleo de interpretação do local*” (E3); “(...) *melhor integração das pessoas residentes nas restantes comunidades locais*” (E4); e, por outro, o património natural e ambiental, a natureza, as “(...) *peças – residentes atuais e potenciais novos habitantes que tragam competências, espírito empreendedor e compromisso com a comunidade*” (E2), ideia defendida também por E3, ao indicar “(...) *peças interessadas e colaborantes*”, a par dos recursos financeiros “(...) *para levar a cabo os projetos de recuperação e melhorias*”, respetivamente.

Ao mesmo tempo, os inquiridos reconheceram que a ACC pode desempenhar um papel relevante no futuro da aldeia, nomeadamente como “(...) *entidade prestadora de serviços comunitários e entidade gestora do condomínio da aldeia*” (E1); como “(...) *impulsionadora e*

copromotora do desenvolvimento da aldeia, facilitadora de participação comunitária e guardiã da identidade da aldeia, e promotora e gestora de pequenos projetos piloto e interlocutora com parceiros externos” (E2); ou como “(...) a charneira de todo o processo” (E3), tal como consideraram que os moradores/comunidade local podem ter um papel interventivo/participativo/colaborativo (E3; E4) no futuro da aldeia, designadamente a “(...) participação no processo de reabilitação do edificado, na estratégia de desenvolvimento da aldeia, na manutenção do espaço público e património material e imaterial da aldeia, acolhimento de visitantes e novos residentes, reforçando a coesão social, cocriação e gestão de produtos turísticos / outras atividades económicas e culturais, e promoção da aldeia” (E2).

A CCDRC, a CIM da Região de Coimbra, a Câmara Municipal da Lousã, a ADXTUR e o Turismo Centro de Portugal foram assinalados como as principais entidades/instituições que podem contribuir para o desenvolvimento da aldeia, a que acresce o Turismo de Portugal, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Dueceira, a ACC, entre outras.

Como principais ameaças e oportunidades para o Catarredor, os inquiridos salientaram, principalmente, as ameaças, como os “(...) incêndios rurais, as espécies infestantes, a inexistência de plano de aldeia, não concretizar as infraestruturas básicas” (E1); “(...) incêndios florestais, alterações climáticas, perda demográfica, especulação imobiliária” (E2); “(...) desertificação da paisagem, incêndios florestais, desinteresse” (E3). As oportunidades foram identificadas apenas por E2, ao referir a “(...) procura crescente por turismo autêntico e destinos seguros, fundos para baixa densidade, teletrabalho e economia verde, redes de aldeias já estabelecidas e estratégias regionais definidas”, e por E3 que considerou, de igual modo, a “Rede de Aldeias do Xisto (ameaça e/ou oportunidade consoante o trabalho que venha a ser desenrolado em colaboração ou de costas voltadas)”.

Por último, obteve-se a perspetiva de três entidades sobre o que pensam ou vão fazer a curto/médio prazo, para o desenvolvimento da aldeia, o que permitiu identificar os seguintes contributos: “(...) manter a existência de ARU para promoção do investimento privado na recuperação de edificado; identificação da aldeia do Catarredor no Programa de Revitalização do Pinhal Interior”; “(...) articulação com o Município da Lousã e parceiros locais/regionais, no sentido de promover ações que se enquadrem em estratégias regionais integradas ou projetos em curso e sinergias profícuas”; e “Divulgação de eventos”.

Em síntese, de acordo com as respostas dos entrevistados, os maiores problemas do Catarredor são a falta de infraestruturas básicas, nomeadamente o abastecimento de água

potável, a drenagem e o tratamento de águas residuais domésticas, bem como o abandono e degradação do edificado. O património natural, cultural e paisagístico, tal como a inserção na Serra da Lousã (Rede Natura e Rede de Aldeias do Xisto) foram mencionados como os pontos fortes da aldeia. As principais prioridades a curto/médio prazo dizem respeito à infraestruturação e requalificação do Catarredor (espaço público e estruturas edificadas). As atividades a desenvolver correspondem ao lazer e ao turismo com base na cultura e natureza, a par com a produção agrícola, florestal e animal sustentável. A Associação do Casal de Catarredor é reconhecida pela sua ação e pelo papel que pode desempenhar no desenvolvimento da aldeia, tal como foram identificadas as entidades de maior relevância que podem contribuir para o mesmo propósito (CCDRC, CIM da Região de Coimbra, Câmara Municipal da Lousã, entre outras), para o qual os instrumentos de política pública em execução serão decisivos.

PARTE II. VISÃO ESTRATÉGICA



4. Novos rumos para uma paisagem cultural: residir, trabalhar e visitar/fruir

Tendo em conta a análise e diagnóstico precedente, que incluiu não só a recolha e tratamento de informação e dados em fontes académicas e institucionais, como a observação direta (trabalho de campo) e a realização de entrevistas a diversos atores (residentes; proprietários de imóveis urbanos, mas não residentes na aldeia; entidades públicas; e entidades privadas sem fins lucrativos), que manifestaram a sua disponibilidade em colaborar neste estudo, preconiza-se que o Catarredor deverá ser um território para residir, trabalhar e visitar/fruir, com base nos elementos que mais o diferenciam de outros territórios “concorrentes”, ou seja, uma visão estratégica centrada na criação de condições e implementação de iniciativas para valorizar e (re)descobrir o Catarredor como paisagem cultural, através de cinco eixos (objetivos), desdobrados em dezasseis linhas de ação, que estão em consonância não só com os principais instrumentos de gestão com incidência territorial neste caso de estudo, mas também com referenciais e documentos orientadores que visam enquadrar e promover, num contexto democrático, pluralista, participativo, colaborativo e em rede, o desenvolvimento sustentável, destacando-se a Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e, em particular, o acesso a água potável e saneamento (6); empoderar e promover a inclusão social e económica (10); reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais (13); assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade (15).

4.1 Requalificar de forma integrada o tecido urbano

4.1.1 Instalação e remodelação de infraestruturas básicas

O requisito primordial para a reabilitação física, para a revitalização funcional (económica e social) e para a criação de condições dignas aos moradores e visitantes da aldeia do Catarredor, uma vez que estão previstas ocupações e utilizações diversas, é a implantação dos sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais domésticas; a melhoria da rede de energia elétrica; e a instalação das redes de conectividade digital (cobertura das redes móveis e internet de alta velocidade), além de outras infraestruturas que podem contribuir para melhorar as condições de segurança, higiene, conforto e acessibilidade dos edifícios, seja para habitação (permanente ou sazonal), seja para outras finalidades, nomeadamente atividades económicas e de interesse público.

A infraestruturação desta aldeia de xisto com redes básicas é uma responsabilidade do Estado, que deve ser garantida através de soluções adequadas às características e funções do território, sem esquecer que as “infraestruturas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e águas pluviais, e de eletricidade” é uma das exigências mínimas (cumulativamente com a sua configuração e dimensão, tal como ser “servido por via pública ou por via que possua condições de acessibilidade de veículos automóveis e de veículos de emergência”), “para que um terreno seja considerado apto para a edificação, seja qual for o tipo ou utilização da mesma”, conforme estabelece o Plano Diretor Municipal da Lousã (DR n.º 169, Série II, 2024:64).

No caso do abastecimento público de água¹¹⁶, a Planta de Ordenamento (Valores Patrimoniais e Infraestruturas) do PDMLS (2024) identifica uma adutora que segue a estrada florestal desde o ramal de acesso ao Vaqueirinho até ao largo do Catarredor, apesar de não encontrarmos qualquer evidência, nomeadamente na aldeia.

Recentemente, a APIN (Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior¹¹⁷), cuja responsabilidade inclui este domínio, apresentou e obteve apoio financeiro do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR, 2014-2020) para projetos de melhoria da qualidade da água fornecida, nos subsistemas de abastecimento do Candal, Talasnal, Casal Novo/Chiqueiro e Cerdeira pelo sistema público, com cerca de 321 mil euros de montante financiado por fundos europeus¹¹⁸.

De acordo com a informação da ACC, em resposta ao solicitado sobre esta questão, a APIN manifestou até ao momento indisponibilidade para a implementação do sistema público de abastecimento de água na aldeia, estando em curso, como anteriormente mencionado, por iniciativa e a expensas da ACC, a execução de estudos/projetos que integram tais infraestruturas, com a explicitação das soluções mais adequadas para a sua concretização.

¹¹⁶ Como refere Martins (2014: IX), “A gestão de água para consumo humano envolve um conjunto muito amplo de atividades. Desde a captação, tratamento, armazenamento, distribuição passando pelo cumprimento da legislação em vigor e a necessidade de dar resposta à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos”.

¹¹⁷ “De capitais exclusivamente municipais participada pelos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, (...) a quem os Municípios delegam a gestão do SISTEMA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR que agrega os respetivos sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão dos resíduos urbanos” (disponível em <https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/pt2020/beneficiarios-projetos/projeto/POSEUR-03-2012-FC-001271/>; consulta a 30/06/2025).

¹¹⁸ POSEUR-03-2012-FC-001271, valor de financiamento: 81,36 mil euros; POSEUR-03-2012-FC-001270, valor de financiamento: 78,89 mil euros; POSEUR-03-2012-FC-001275, valor de financiamento: 87 mil euros; POSEUR-03-2012-FC-001273, valor de financiamento: 74,1 mil euros (disponível em <https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/pt2020/beneficiarios-projetos/>; consulta a 30/06/2025).

Quanto às infraestruturas de saneamento, considerando a localização e as características do Catarredor, tal como a distância à atual rede pública da Lousã, presume-se que a solução para as águas residuais terá de passar por sistemas autónomos, como acontece nas aldeias serranas com saneamento.

Em relação à rede móvel e internet, a cobertura é muito fraca ou inexistente no Catarredor (conforme o ponto geográfico de acesso), o que pode e deve ser melhorado, uma vez que esta é, também, uma infraestrutura básica, para conectar as pessoas e os territórios (proporcionando novas oportunidades de negócio/criação de valor e, eventualmente, de teletrabalho), através de diversas soluções técnicas, como tem acontecido nas Aldeias do Xisto, com a instalação de estações móveis e a expansão de fibra ótica, para assegurar a cobertura das redes 4G e 5G, em todas as aldeias, na sequência do protocolo, assinado em novembro de 2021, entre a ADXTUR e a Altice.

Contudo, os sistemas de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de conectividade digital não podem constituir um elemento isolado de intervenção quando o estado de degradação da malha urbana de um lugar é significativo e, por isso, recomenda-se a sua ligação às ações de reabilitação dos espaços públicos de circulação e de utilização coletiva da aldeia, tal como a recuperação e valorização do edificado, ou seja, a adoção de uma perspetiva de reabilitação urbana integrada ou sistemática.

Apesar de se reconhecer a relevância dos incentivos/apoios para a reabilitação dos edifícios privados, através da delimitação da ARU por iniciativa pública (CML), a reabilitação urbana do Catarredor não pode ficar limitada a essa visão minimalista, porquanto permanecem em estado crítico as mencionadas infraestruturas básicas, tal como é urgente uma intervenção estrutural na malha urbana, as quais podem contribuir para a progressiva reabilitação e reutilização do edificado.

4.1.2 Reabilitação dos espaços de circulação e de utilização coletiva

No que diz respeito aos principais espaços urbanos de circulação (caminhos públicos) a requalificar, indica-se o eixo principal da aldeia, desde a capela até à eira; o caminho de ligação ao Vaqueirinho, onde se desenvolve o setor sul e poente da aldeia, embora com menos densidade de ocupação construtiva; e o caminho que parte da capela para a Fonte Fria, no troço urbano até cruzar a estrada florestal, procurando, sempre que possível, acrescentar, melhorar ou adaptar elementos físicos, como rampas, corrimões e mobiliário urbano; comunicacionais ou digitais, como sinalética, códigos QR e conexão de dispositivos à internet e entre si sem fios, entre outros,

para assegurar a acessibilidade da/na aldeia a todos, em particular as pessoas com mobilidade reduzida ou necessidades especiais.

O primeiro, uma pequena parte do segundo e dois pequenos tramos que convergem ao referido eixo estruturante, são os únicos que estão pavimentados, com a particularidade de sob as lajes de xisto ou na sua bordadura correr água que outrora foi utilizada na rega dos campos agrícolas. Ainda assim, podem ser melhorados.

Os restantes não apresentam qualquer pavimento nem condições adequadas na sua maioria para a circulação de pessoas, pois estão talhados em terra e pedra, por vezes com desnível acentuado. Sobressaem, porém, em alguns deles, muros de pedra seca, principalmente na fronteira com o perímetro urbano, como o troço do PR5, na saída da aldeia em direção à Fonte Fria, ou o troço do PR3, a norte da ponte de pedra sobre a linha de água proveniente do Cabeço Marigo e do Poberal, no qual se destaca, de igual modo, cerca de uma dezena de estruturas edificadas, muito arruinadas, que no passado foram utilizadas como currais, anexos e apiário(s), com a presença de sobreiros e outras folhosas autóctones.

Quanto aos espaços urbanos de utilização coletiva a intervencionar, identifica-se o largo da capela e a eira.

O largo (Figura 47) tem como referência a capela de Nossa Senhora das Preces, equipamento de culto religioso dos lugares do Catarredor, Candal e Vaqueirinho, que teve uma intervenção recente (com apoio do PDR 2020), e o freixo monumental, acompanhado por outros exemplares arbóreos (entre os quais outro freixo de porte muito interessante) no espaço a sul, até à estrada florestal que dá acesso à aldeia.

A entrada principal na aldeia, desde a referida estrada, pode vir a desempenhar um papel importante, pois tem potencial para aumentar o número de lugares de estacionamento e, inclusive, para criar uma área de lazer com mobiliário urbano e infraestruturas básicas de apoio, substituindo ou ampliando a que existe, mas com muitas limitações, nas imediações da capela.

Por sua vez, a eira (Figura 48) é também um espaço público que pelas suas características pode inspirar uma intervenção urbanística/paisagística de elevada qualidade.

Tratando-se de sistemas primitivos de secagem ou espaços utilitários, com configuração plana e base dura (na área atlântica de Portugal, apresentam-se geralmente revestidas com pedra), as eiras tiveram um papel relevante na vida rural, pois desempenharam as funções de secagem e debulha de cereais e outros produtos agrícolas, além de servirem como espaços de sociabilidade e até de celebração.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 47. Largo da Capela (28/04/2025)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 48. Eira do Catarredor (23/05/2025)

Apesar de não estar associado a construções usadas para armazenar e secar os cereais, especialmente o milho, como, por exemplo, os espigueiros do Caramulo, do Lindoso ou do Soajo, a eira do Catarredor, pela sua dimensão (é a maior das aldeias de xisto da Lousã) e localização (permite visualizar um amplo horizonte, desde parte do aglomerado urbano, à aldeia vizinha de Vaqueirinho, passando pelo Trevim e linhas de cumeada adjacentes), além de estar incluída no traçado do percurso pedestre “Bosques do Catarredor” e de ter adjacente uma pequena estrutura edificada com churrasqueira, arrumo e instalação sanitária, a eira apresenta um enorme potencial, nomeadamente para recriar antigas atividades, servir de palco ou apoiar outro tipo de eventos, como veremos oportunamente.

A ligação/articulação entre os dois espaços, pelo setor nascente da aldeia, pode ser interessante e até estratégica, mas depende em absoluto de uma solução técnica adequada.

4.1.3 Recuperação e revitalização do edificado

Considerando a relevância do conjunto edificado, não obstante o estado de degradação da maioria dos imóveis e a ausência/insuficiência de infraestruturas básicas, é necessário recuperar, preservar e revitalizar as casas típicas de xisto e outros elementos da construção tradicional, para habitação permanente ou sazonal, através de soluções como a instalação de pessoas em regime de teletrabalho ou que sejam propensas a habitar em comunidade, a habitação partilhada (*coliving*) para artistas, nómadas digitais, voluntários ambientais, investigadores, e ainda a residência secundária, entre outras; para alojamento turístico, porventura a solução mais imediata e a mais desejada, em particular por proprietários não residentes, mas a menos diferenciadora, uma vez que Talasnal e Candal, duas aldeias próximas, disponibilizam um número considerável de casas de campo (unidades de turismo rural) e, principalmente, de alojamento local; para utilização comum/apoio comunitário ou de apoio ao turismo: salas de formação e atividades, galerias comunitárias, “cozinhas partilhadas”, etc.; para outras atividades económicas que valorizem os saberes tradicionais e a criatividade local como oficina de transformação de produtos típicos locais e ateliers/oficinas de artesanato; para loja(s) com estes e outros produtos artesanais ou biológicos da Serra; para espaço de restauração ou café/bar.

A aldeia não tem edifícios públicos, mas dispõe de um edifício destinado ao culto religioso, bem como do pequeno edifício já referido, na bordadura da eira, que é utilizado de forma coletiva pelos moradores e pelos membros da ACC. Esta é proprietária de um artigo urbano, que pode ter sido um antigo imóvel de habitação, no eixo principal da aldeia e nas imediações da eira, atualmente reduzido a um espaço aberto que oferece um panorama

privilegiado para a cumeada da montanha (tal como em todo o flanco oriental do eixo principal da aldeia, entre a capela e a eira) – com eventual interesse para acolher, por exemplo, alguma atividade económica (comércio ou serviço) ou algum equipamento que permitisse a observação da paisagem –, e de alguns antigos currais após a ponte (no caminho para o Vaqueirinho), cuja relevância será justificada oportunamente.

4.2 Transformar e valorizar a paisagem envolvente

Tal como já referido, algumas opções estratégicas de transformação e valorização da paisagem, quer na interface urbana/rural da aldeia, quer no espaço florestal do Casal (e em outras áreas da montanha), encontram-se aprovadas e dispõem de apoio financeiro no contexto da operacionalização da AIGP Serra da Lousã, tendo em vista “o desenho de uma paisagem multifuncional e resiliente (...) que promova novas atividades económicas, melhorar o serviço dos ecossistemas e ainda a revitalização deste território” (AGASL, 2023:15).

Todavia, a temática não está esgotada, antes pelo contrário, de modo que este eixo visa explicitar diversas ações que podem contribuir para essa finalidade.

4.2.1 Revitalização da interface urbana/rural

Relativamente ao espaço confinante com as construções, a primeira referência diz respeito aos antigos campos de cultivo. Nas últimas décadas, com o acentuado declínio demográfico e o abandono generalizado da atividade agro-pastoril, verificou-se a sua renaturalização, da qual resultou uma importante mancha verde no contacto com o perímetro urbano, dominada por espécies de folhosas autóctones, que desempenham um papel crucial na estrutura de resiliência e na estrutura ecológica.

Os espaços agrícolas são fundamentais e podem proporcionar diversas atividades económicas, seja na relação direta com o cultivo da terra, na amplitude da agricultura familiar às formas de exploração/produção direcionadas para nichos de mercado, seja como recurso ou complemento de outras atividades, como, por exemplo, o agroturismo, uma das tipologias dos empreendimentos de turismo no espaço rural, porquanto trata-se de “imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da

atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável”¹¹⁹.

Na situação em análise, considera-se importante a reutilização parcial dos antigos campos de cultivo, nomeadamente em associação com a criação de gado, adaptado às características da montanha, não só para garantir uma maior proteção à aldeia em relação aos incêndios rurais, como para permitir algumas atividades transversais em termos de idade, além de impulsionar investimentos agrícolas, embora seja preciso assegurar a escala adequada, pois o apoio público setorial, em regra, depende muito da dimensão (área) das parcelas.

Porém, para garantir a segurança em relação aos animais selvagens, designadamente javalis, corços e veados, é fundamental a implantação de uma estrutura de vedação, e mesmo assim não é certo o resultado, como o demonstram os inúmeros exemplos de invasão e destruição de campos agrícolas (e não só) provocados pelos mesmos.

O crescimento descontrolado dessas espécies é uma ameaça não só para os campos de cultivo, como para as árvores frutícolas e florestais, sobretudo nos primeiros anos de vida, inclusive com marcas da presença de animais dentro da aldeia, durante a noite, como foi possível verificar pelos estragos (nos caminhos e muros) em diversos locais do perímetro urbano. Portanto, além dos velhos problemas (declives elevados, exiguidade e fragmentação das parcelas de cultivo, dificuldade de mecanização, risco de incêndio rural, entre outros), é urgente a implementação de medidas para minimizar esses prejuízos e, se possível, assegurar uma relação menos conflituosa entre essas espécies da fauna selvagem e a vida rural.

Atendendo às características do espaço rural do Catarredor e “ao maior interesse dos consumidores por produtos biológicos” (CE, 2025), a agricultura biológica é a mais adequada, uma vez que é um sistema de produção agrícola alicerçado em substâncias e processos naturais, que não permite a utilização de fertilizantes e outros produtos químicos/sintéticos, nem de organismos geneticamente modificados e, por isso, “tende a ter um impacto ambiental limitado, na medida em que incentiva: a utilização responsável da energia e dos recursos naturais; a conservação da biodiversidade; a preservação dos equilíbrios ecológicos regionais; a melhoria da fertilidade do solo; a conservação da qualidade da água”, além de contribuir igualmente para um elevado nível de bem-estar dos animais (CE, 2025).

¹¹⁹ Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07/03/2008, na redação atual; Diário de República n.º 16, Série I de 07/03/2008, página 1444 (disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2009/09/17800/0628706306.pdf>; consulta a 04/07/2025).

A agricultura biológica apresenta também diversas vantagens para a atividade turística no espaço rural, a saber: atração de turistas com interesse em experiências autênticas e contacto com a natureza; proporciona experiências diferenciadas e personalizadas como, por exemplo, através da participação em atividades como plantação, sementeira, colheita, *workshops* e visitas a espaços de produção em modo biológico; pode ser integrada em atividades turísticas que valorizam a cultura e as tradições locais, entre outras.

Nesta linha, importa mencionar a sugestão de um/a residente tendo em vista a criação de uma quinta pedagógica nos antigos campos de cultivo e bosques do Catarredor, com animais característicos da Serra e outros adaptados (vaca-cachena, burro-de-miranda, ovelhas, pavões, galinhas, coelhos, cabras anãs, entre outros), incluindo ainda plantas comestíveis e medicinais autóctones, constituindo um elemento diferenciador no conjunto das aldeias da serra em três eixos – educação ambiental, atração turística familiar e revitalização económica. Seria necessário vedar uma determinada área, adaptar estruturas pré-existentes ou contruir novas para abrigar os animais, implementar painéis informativos incluindo códigos QR, desenvolver atividades pedagógicas e oficinas, sobretudo direcionadas para as crianças e famílias, numa perspetiva transversal e integradora de gerações.

Além do que foi mencionado a respeito da progressiva recuperação e utilização dos edifícios, quer para habitação, quer para outras atividades económicas compatíveis com as características da aldeia, cuja dinâmica depende em especial da iniciativa privada, mas para o qual as infraestruturas básicas são fundamentais, considera-se de igual modo importante a reabilitação de edifícios que possam ser utilizados para funções de interesse público, como os antigos moinhos de rodízio, em particular no setor da ribeira de Catarredor a nascente da aldeia, integrados no traçado do PR5, isto é, quatro estruturas primitivas de moagem de cereais, acionadas pela energia hidráulica, que foram objeto de uma primeira intervenção para recomposição estrutural.

O desafio seguinte será reconstruir o sistema de moagem, garantir que a levada e o açude estão em condição de voltar a desempenhar a sua função, e preparar um dos moinhos para ser novamente utilizado, de forma ocasional, através de programas, que podem incluir ou relacionar-se com outras atividades de saber-fazer tradicional da montanha (como adiante será detalhado), quer para os estudantes, quer para um público mais vasto, composto por distintas faixas etárias e interesses, em especial para os que pretendem “aprender, descobrir, experimentar e consumir as atrações culturais tangíveis e intangíveis” (UNWTO, 2018:s/p).

No mesmo sentido, reconhece-se o interesse dos antigos currais e palheiros, em particular junto ao PR3 (Figura 49), após a ponte de pedra, em direção ao Vaqueirinho, para reabilitar tendo em vista a criação de um espaço demonstrativo da relevância da pastorícia e da apicultura na montanha, com alguns animais e colmeias, que pela sua localização seria a mais adequada para essa finalidade. Os restantes, como estão localizados principalmente no perímetro urbano, destacando-se o troço do PR5, entre a capela e a estrada florestal, podem despertar mais interesse para reabilitação destinada a habitação e/ou outras utilizações.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 49. Ruínas de antigas construções junto ao PR3 (26/06/2025)

De um modo geral, as ruínas, em função do seu estado, poderão servir de base a novas funções como pequenos abrigos de montanha, porquanto o Catarredor está na rota das caminhadas e de alguns eventos desportivos (pedestrianismo, *trail running*, orientação); telheiros para animais ou arrumos agrícolas (no referido cenário de reativação de parte dos campos à volta da aldeia); como pontos de apoio aos percursos pedestres que cruzam a aldeia (com mesas de piquenique, estruturas de descanso, pontos de abastecimento de água).

As mais bem situadas podem funcionar como miradouros e ter painéis de interpretação, como elementos cénicos para hipotéticas rotas culturais/memorialísticas, recuperando algumas

histórias associadas a determinadas casas ou figuras “ilustres” (como a “Ti Joaquina da Catraia”, por exemplo) e disponibilizando-as ao público em painéis; podem ainda acolher pequenos jardins com plantas autóctones ou serem transformadas em hortas comunitárias.

Menciona-se ainda a necessidade de georreferenciar os socacos suportados por muros de pedra; aumentar a área agrícola ou mista na envolvente da aldeia; corrigir a densidade da vegetação, sem prejuízo das espécies diferenciadoras; eliminar ou reduzir drasticamente as espécies invasoras, como a acácia-mimosa (*Acacia dealbata*), principalmente nas margens da ribeira, no setor a nascente da aldeia, onde persistem exemplares de grande porte, e se possível nas cabeceiras dessa linha de água (a mancha mais preocupante encontra-se junto à EN236, com maior desenvolvimento no vale, embora sem atingir a dimensão de outras áreas da Serra), tal como atuar preventivamente no caso de pequenas plantas e exemplares isolados; qualificar os percursos já existentes que passam na aldeia, em especial retirar ou dissimular o material lenhoso do caminho (que foi derrubado nos últimos temporais, podendo até ser utilizado de forma criativa no percurso¹²⁰), reforçar as condições de segurança nos pontos mais perigosos, através de passagens sobre a água e afixação de cordas/cabos de apoio em determinados pontos da ribeira (em particular na área adjacente ao último moinho, no sentido recomendado do PR5), bem como a sinalização/informação sobre as espécies, pontos de descanso e pontos de água; estruturar um percurso pedestre interpretativo, no setor ocidental da aldeia, se possível com ligação à eira; e, na sequência do incêndio que deflagrou em agosto de 2025, restabelecer as condições de utilização em segurança, isto é, retirar o material lenhoso ou outro do caminho e a vegetação em risco de queda para o mesmo, assim como repor e/ou reforçar a sinalização, quer no PR3¹²¹ – após a ponte de pedra, em direção ao Vaqueirinho, entre os pontos com as coordenadas de 40.075494 N / 08.222323 W e 40.078260 N / 08.224098 W; após a saída do Vaqueirinho, onde está interrompido (40.080289 N e 08.221081 W); ou junto ao Candal (40.082952 N e 08.205927 W), na direção da levada, onde também está interrompido (40.084388 N e 08.209251 W), entre

¹²⁰ Como sugestão, indica-se a sua utilização como elementos de mobiliário de natureza rústica (em função da sua dimensão os troncos podem ser transformados em bancos estrategicamente colocados ao longo dos percursos como pontos de descanso ou para apreciar a paisagem, ou mesmo até como mesas, caso tenham dimensão suficiente, para pequenos piqueniques ou paragens durante os percursos – os eucaliptos que estão caídos ao fundo da eira ou os castanheiros que tombaram na encosta que conduz aos moinhos são bons exemplares para essa finalidade, a par de outros ao longo dos percursos); para delimitar o percurso em troços em que este está um pouco dissimulado ou em que esteja em causa a segurança, evitando que as pessoas se desviem do caminho recomendado, sofram acidentes ou incorram em situações de risco; podem ainda ser colocados como barreira de contenção em pontos que estejam mais frágeis e suscetíveis a desmoronamentos de pedra/terra; ou para auxiliar nos atravessamentos de linhas de água.

¹²¹ Segundo a Câmara Municipal da Lousã, este percurso pedestre encontra-se interdito, tal como o PR4 Rota do Trevim. O PR5 é transitável de forma parcial (disponível em <https://cm-lousa.pt/atividades-municipais/desporto/rede-percursos-pedestres-da-lousa/>; consulta a 15/10/2025).

outros locais –, quer no PR5, na parte superior da EN236, (onde esteve interrompido, por exemplo no ponto 40.066777 N e 08.214252 W), sendo que, entretanto, já foram realizadas algumas operações de limpeza.

4.2.2 Preservação e valorização da floresta autóctone

O espaço florestal está integrado na Rede Natura 2000, na Reserva Ecológica Nacional e no Regime Florestal (área dos baldios do Candal, Cerdeira e Catarredor), cuja função de proteção contra a erosão dos solos, da rede hidrográfica e da biodiversidade se sobrepõe às funções de produção florestal. Apesar de estar vinculado ao objetivo principal de conservação, o espaço florestal tem potencial para a diversificação das ocupações, o que “permitirá, aumentar o rendimento direto e indireto dos proprietários. As atividades associadas ao carácter multifuncional dos espaços florestais como a apicultura, os frutos silvestres, a cinegética, o turismo de natureza, funcionarão como rendimento complementar às produções diretas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e económica” (AGASL, 2023:26) do território.

As florestas servem como habitats essenciais para a biodiversidade, que é um atrativo fundamental para os turistas de natureza. A conservação destas áreas não só apoia o turismo, como também contribui para os esforços globais de biodiversidade (Hall *et al.*, 2011). Com efeito, não é de hoje o reconhecimento do papel crucial das florestas, em particular as de maior relevância patrimonial, no turismo de natureza, proporcionando paisagens cénicas, biodiversidade e oportunidades recreativas. Esta relação deve ser pautada pela gestão cuidadosa dos recursos florestais para manter a sua integridade ecológica e, ao mesmo tempo, promover as atividades turísticas (Ahtikoski *et al.*, 2011; Matušíková *et al.*, 2024).

Considerando as características diferenciadoras do espaço florestal do Catarredor, em especial as áreas reconhecidas pelo seu valor ecológico e cultural, importa contribuir quer para a melhoria da sua qualidade estética, o que depende em larga medida das práticas florestais a implementar (genericamente, as propostas da OIGP estão alinhadas com esse propósito), quer para a promoção de práticas de lazer e de turismo sustentáveis.

A este último respeito, enfatiza-se a relevância da floresta autóctone ou naturalizada para o desenvolvimento de atividades/experiências de grande valor simbólico, centradas na contemplação, meditação e imersão sensorial, desde as caminhadas interpretativas e/ou meditativas, passando por atividades mais inovadoras que podem incluir dimensões relaxantes ou terapêuticas.

As caminhadas interpretativas são atividades ao ar livre que combinam o exercício físico com a aprendizagem sobre as características naturais, culturais ou paisagísticas de um determinado percurso, para o qual são decisivos os guias especializados.

As dimensões relaxantes ou terapêuticas da floresta referem-se aos efeitos positivos de certas florestas para a promoção da saúde física e mental, e do bem-estar, quando utilizadas como uma abordagem preventiva para melhorar a qualidade de vida da população ou como alternativa a tratamentos médicos convencionais, cuja certificação pode contribuir para a atração de um novo tipo de visitante que valoriza as experiências de saúde e bem-estar com base na floresta (Farkic *et al.*, 2021; Satyawan *et al.*, 2022; Gobster *et al.*, 2023; Mazzoleni *et al.*, 2024).

Com efeito, “Da psicologia à imunologia, são já vários os estudos científicos que atestam os benefícios fisiológicos e psicológicos dos Banhos de Floresta e da Terapia de Floresta, mas há diferenças entre as duas práticas que importam sublinhar. Enquanto os Banhos de Floresta [*Shinrin Yoku*, em japonês] são uma atividade de bem-estar e melhoria da qualidade de vida que se enquadra no mesmo campo de levar uma dieta saudável, fazer exercício de forma recorrente ou frequentar uma estância termal, a Terapia de Floresta equipara-se a uma intervenção semelhante à da psicoterapia, onde o objetivo é o tratamento e a reabilitação do paciente”¹²².

Em Portugal, a Mata do Bussaco encontra-se em processo de certificação internacional, com a pretensão de ser a primeira floresta terapêutica da Península Ibérica¹²³. Constituindo uma “(...) floresta extraordinária, com propriedades botânicas e culturais únicas (...) [a] certificação incluirá o Bussaco na rota do turismo de saúde e bem-estar, abrindo portas a um novo tipo de turista/visitante através da oferta de experiências, que promovem a saúde e a melhoria da qualidade de vida”¹²⁴.

No caso do Catarredor, existe potencial para implementar experiências sensoriais que promovem a ligação profunda entre o ser humano e a floresta, ou seja, para “absorver a atmosfera da floresta”, através de passeios, passando tempo com as árvores e interagindo com a floresta

¹²² Disponível em <https://www.inature.pt/inature/noticias/noticia/?nid=banhos-de-floresta>; consulta a 15/09/2025.

¹²³ “Este procedimento particularmente complexo e moroso tem vindo a ser desenvolvido pela Agência Destinature, da qual a Fundação Mata do Buçaco (FMB) faz parte integrante e culminará, como já referimos, na certificação da Mata do Bussaco como a primeira Floresta Terapêutica da Península Ibérica” (disponível em <https://fmb.pt/bussaco-vai-ser-primeira-floresta-terapeutica-da-peninsula-iberica/>; consulta a 15/09/2025).

No final de outubro de 2024, notícias davam conta que falta “apenas a tradução do diploma que atesta este reconhecimento internacional” (disponível em <https://www.agroportal.pt/mata-do-bussaco-e-a-primeira-floresta-terapeutica-da-peninsula-iberica-fundacao/>; consulta a 15/09/2025).

¹²⁴ Disponível em <https://fmb.pt/bussaco-vai-ser-primeira-floresta-terapeutica-da-peninsula-iberica/>; consulta a 15/09/2025.

através de todos os sentidos, durante o qual se presta atenção às árvores, aos caminhos percorridos e às sensações, porquanto uma parte significativa do bosque do Catarredor reúne um conjunto de condições que são consideradas como ideais: rico ambiente sonoro e aromático natural, diversidade de espécies, presença de linhas de água, baixa densidade humana e afastamento das vias de comunicação, o que favorece o silêncio, a tranquilidade, a harmonia e o equilíbrio. Podem ser organizadas em sessões curtas ou em retiros de 1/2 dias, para diversos tipos de públicos, privilegiando espaços mais ou menos planos, clareiras, próximos de pontos de água, com sombra como, por exemplo, no caminho em direção ao Vaqueirinho, perto da eira ou na área dos moinhos.

Para o aprofundamento desta linha de ação, sugere-se a consulta a uma entidade credenciada para analisar/avaliar em detalhe as condições de uma eventual utilização deste espaço florestal para efeito de relaxamento e/ou terapia.

De forma transversal (antigos campos agrícolas e/ou floresta), refere-se a implementação de alojamentos turísticos ecológicos e integrados na paisagem (ideais para fins de semana temáticos ou eventos, como, por exemplo, um festival de caminhadas, bem como para retiros de yoga, escrita, fotografia, *mindfulness*, estadas silenciosas, contemplativas e em conexão com a natureza): *glamping*, *bungalows*, *treehouses*, pequenas cabanas no bosque, reabilitação de ruínas, anexos ou antigos abrigos de animais para alojamento minimalista (exemplo: área a poente do Catarredor, no caminho em direção ao Vaqueirinho).

De igual modo, sugere-se a realização de ações de educação ambiental e ações de voluntariado que incluam limpeza, plantações de espécies autóctones e ações de controlo de invasoras como as acácias (*Acacia dealbata* e *Acacia melanoxylon*).

Após o incêndio de agosto de 2025, ficou mais evidente a necessidade de valorizar as áreas que foram mais afetadas – e outras onde dominam incultos ou sem as espécies e densidades adequadas, em especial através da utilização de folhosas autóctones e do aumento da superfície para pastagens, no pressuposto de que estas atividades podem desempenhar um papel muito relevante quer na prevenção dos incêndios rurais, quer na criação de emprego e, eventualmente, na fixação de novos residentes.

4.3 Criar atividades e experiências diferenciadoras

4.3.1 Cereais: ciclo de produção, moagem e gastronomia

Na sequência do que foi anteriormente mencionado, a intervenção de estabilização e recuperação de quatro moinhos de rodízio instalados na ribeira de Catarredor, junto ao percurso pedestre (PR5), e a esperada/desejável reutilização funcional de um desses exemplares dos sistemas arcaicos de moagem, vai permitir a realização de uma panóplia de atividades, com diversos grupos de interessados, incluindo a comunidade escolar, desde a aprendizagem sobre o ciclo de produção dos cereais e os sistemas primitivos de moagem, passando pela participação no processo de moagem ou em atividades, quer a montante – nomeadamente a sementeira, colheita e secagem dos cereais, o que pressupõe a instalação de parcelas com cereais (exemplo: centeio e milho) e o aproveitamento da eira para a sua secagem e descasca –, quer a jusante da mesma, isto é, a utilização da farinha, com outros ingredientes (dos quais alguns podem ser produzidos na aldeia, como, por exemplo, os ovos), para a confeção de iguarias gastronómicas, em forno a lenha (que pode ser instalado no espaço da churrasqueira), seguido de degustação no espaço da eira.

A reutilização do moinho (elemento distintivo da paisagem e da memória coletiva) pode ser acompanhada da criação de um pequeno ponto interpretativo dos moinhos com sinalética e painéis informativos junto a cada um, incluindo códigos QR com imagens, áudios e vídeos, como forma de valorizar esta parte do percurso pedestre, sendo, por isso, imperativo assegurar a existência de cobertura de rede móvel e internet.

4.3.2 Quintinha pedagógica

No mesmo sentido, salvaguardando as questões formais também já enunciadas, a recuperação de alguns currais para a instalação de alguns animais domésticos como cabras e, eventualmente, outro tipo de gado de maior porte adaptado às características da aldeia, bem como de um galinheiro, a que acresce algumas colmeias, para diversificar a base de produtos endógenos com capacidade de induzir atividades de aprendizagem criativa centradas no património cultural imaterial, em particular nos saberes e sabores da montanha.

Na perspetiva da instalação de uma quintinha pedagógica, o desenvolvimento de atividades pedagógicas e oficinas, sobretudo direcionadas para as crianças, famílias, escuteiros, visitantes no geral, incluiria alimentar os animais, construir abrigos naturais e comedouros para insetos ou aves, apanhar ovos e cozinhar alguma iguaria com os mesmos, conhecer a biodiversidade do local/região, aprender sobre o ciclo dos produtos como, por exemplo, do leite ao queijo e da lã em bruto ao fio de lã, apadrinhar animais, realizar *peddy-papers*, visitas guiadas,

e passeios de burro, semear, plantar, ajudar a cuidar e colher plantas, fazer chás com as plantas, conhecer contos e fábulas mágicas sobre o bosque, as plantas, os animais, a aldeia, entre outras.

A castanha é outro produto incontornável da Serra da Lousã, e uma vez que o Catarredor tem um conjunto significativo de castanheiros, seria adequado a sua integração neste tipo de experiências e atividades, através da apanha do fruto, da realização de magustos e da valorização do processo tradicional de secagem (estrutura rudimentar elevada para aproveitar o calor/fumo da lareira) que permitia a sua conservação ao longo do ano. A bolota (de sobreiro, de azinheira ou de carvalhos) tem igualmente valor para utilização na alimentação humana, o que tem aumentado nos últimos anos, nomeadamente a farinha na confeção de pão e bolos, sem esquecer a sua utilização ancestral na alimentação de diversos tipos de gado.

4.3.3 Atividades artísticas e de imersão na natureza

Além das experiências gastronómicas com produtos endógenos, como participar em *workshops* de cozinha tradicional com ingredientes locais, aprender a produzir pão artesanal, queijos, doces ou compotas (cerejas, medronhos, castanhas, amoras silvestres...), e desfrutar de refeições autênticas, e das atividades relacionadas com os sistemas de moagem e secagem de cereais, e com algumas práticas agro-pastoris tradicionais, para as quais existem recursos humanos, conhecimentos consolidados e espaços ou equipamentos para essas finalidades, é preciso mencionar atividades que, não sendo tradicionais da aldeia, podem beneficiar de algumas das suas especificidades, com o apoio de formadores e a criação de condições adequadas, como a pintura, a música, o yoga ou outras formas de mediação/relaxamento, nomeadamente através da utilização de espaços ao ar livre que podem ser inspiradores para atos criativos ou reunir os requisitos para a ligação sensorial com a natureza (incluindo o que já foi referido sobre a dimensão relaxante e terapêutica da floresta), e ainda as outras atividades de imersão na natureza, como caminhadas guiadas por antigos trilhos, caminhadas aquáticas (excecionalmente em alguns setores da ribeira e em determinadas épocas do ano) ou a observação de fauna e flora com especialistas.

4.3.4 Eventos e outras atividades

Com o objetivo de promover os percursos pedestres e as caminhadas, dar a conhecer e estreitar as relações dos visitantes com o património natural e cultural das aldeias de xisto da Serra da Lousã, dinamizar a economia local, desenvolver iniciativas de sensibilização e preservação patrimonial, e fomentar o espírito de voluntariado, preconiza-se a realização de um

festival de caminhadas, durante três dias (sexta-feira, sábado e domingo), preferencialmente no início da primavera – não só pelo facto de ser um dos períodos mais adequados para o pedestrianismo, como por coincidir com uma época de menor procura turística no território –, eventualmente através de uma parceria entre a Associação do Casal de Catarredor, a Câmara Municipal da Lousã e as Aldeias do Xisto, com a colaboração de outras entidades públicas, privadas e associativas.

Sob o lema “Festival de Caminhadas Aldeias de Xisto da Lousã” ou “Aldeias de Xisto da Lousã Walking Days”, tratar-se-ia de passeios pedestres interpretativos para públicos diferenciados e com objetivos distintos do que já existe na região (Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pera), com caminhada no bosque para observação de fauna e de flora; caminhada da água e dos moinhos; caminhada noturna (observação das estrelas, sons e cheiros); caminhada científica; caminhada imersiva/meditativa; caminhada para fotografia com posterior exposição; caminhada na floresta mágica (tirar partido dos musgos, formatos caricatos das espécies e nevoeiro); caminhadas incluindo ateliers/*workshops* (como alguns enumerados seguidamente), além de visitas a equipamentos culturais, degustação da gastronomia local, atividades de educação patrimonial e de preservação do património cultural, e garantia de condições especiais de alojamento em estabelecimentos turísticos emblemáticos da vila da Lousã e das aldeias de xisto.

Por outro lado, considera-se pertinente a realização de festivais de música tradicional na floresta (ao entardecer, ao luar, em datas específicas), na eira, na clareira junto à linha de água, nas ruínas, porquanto a música pode adicionar valor à experiência dos visitantes constituindo um elemento diferenciador na fruição destes espaços, contribuindo não só para reforçar a ligação entre património natural e cultural, bem como para promover a identidade local, a autenticidade e a atratividade do território.

Quanto às atividades centradas na aldeia, em complemento ao já referido, sugere-se desenvolver ateliers/oficinas/*workshops* de artesanato para os diferentes estratos etários e diferentes tipos de público, com temas transversais e outros associados a determinadas épocas/eventos, utilizando o xisto, a madeira, os materiais que a natureza vai providenciando ao longo das estações do ano como folhas, cortiça, frutos das árvores – bolotas, cápsulas de eucaliptos, castanhas e os seus ouriços, nozes, avelãs –, líquenes, raízes, ramos, pinhas... para cestaria, pequenas caixas, brinquedos, bijuteria, porta-chaves, bastões de caminhada, bases para copos, esculturas/peças decorativas, marcadores de livros, molduras, coroas decorativas e enfeites de Natal, postais botânicos, presépios botânicos, velas decoradas, colagens, tintas

naturais, pinturas com tintas naturais, que podem evoluir para eventos semestrais/anuais mais abertos.

De igual modo, criar oficina de transformação de produtos típicos locais (exemplos: compotas/doces de frutos silvestres; cogumelos; ervas aromáticas; produtos provenientes de apicultura; sabonetes e bálsamos com plantas autóctones), e promover experiências gastronómicas/culinárias.

Na perspetiva de Fernandes (2011), as celebrações do Natal integram uma estratégia sazonal de valorização e promoção territorial que, nesta época do ano, contribui para reforçar a atratividade e centralidade turística de determinados lugares. E, embora o foco recaia sobretudo sobre o espaço urbano, o meio rural revela, de igual modo, um significativo potencial para a criação de experiências autênticas que capitalizem atributos como a paisagem, as tradições e a identidade locais. Neste sentido, sugere-se que a aldeia aproveite também a época do Natal, à semelhança de outras aldeias vizinhas, mas de forma diferenciadora, isto é, sem artificialidade e privilegiando uma experiência imersiva, com iluminação através de velas, lanternas e fogueiras, e uma decoração sustentável. Propõe-se ainda a realização de atividades/eventos simples, mas genuínos, como por exemplo narração de contos ou músicas de Natal, oficinas/ateliers para criar elementos decorativos e presépios sustentáveis, bem como um pequeno mercadinho de Natal com produtos locais tradicionais.

4.4 Proteger e valorizar o património natural, cultural e paisagístico

4.4.1 Arvoredo notável

Conforme anteriormente mencionado, os percursos pedestres PR3 e PR5 integram elementos de património natural e cultural (classificado e não classificado), sobressaindo no Catarredor exemplares de árvores que se diferenciam pelo seu porte, antiguidade e forma, como o freixo (*Fraxinus angustifolia*), junto à capela de Nossa Senhora das Preces, dois eucaliptos (*Eucalyptus globulus*) de maior dimensão (de um conjunto de quatro) na ribeira (Figura 50), junto aos moinhos de rodízio, e um sobreiro, perto da regueira da aldeia. Tal como o freixo, os dois eucaliptos (40.074658 N e 08.214301 W; 40.074678 N e 08.214697 W) podem ser propostos para classificação como arvoredo de interesse público (Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, de acordo com a regulamentação atual). Caso se concretize, devem beneficiar de placa identificativa com essa informação e divulgação na página *web* da Associação do Casal de

Catarredor, bem como de inclusão da mesma nos painéis e demais suportes informativos dos percursos pedestres.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 50. Eucaliptos monumentais na bordadura da ribeira de Catarredor/PR5 (03/06/2025)

4.4.2 Resgate e transmissão de memórias ancestrais

O património cultural do Catarredor e das aldeias de xisto não se limita aos bens imóveis (estruturas edificadas) nem aos bens móveis (objetos diversos), pois também integra a dimensão imaterial, ou seja, “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural” (UNESCO, 2003)¹²⁵.

O quadro normativo das bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural em Portugal (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), reconhece, no número 1 do artigo 92.º, que o património cultural integra “realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representam testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de

¹²⁵ Disponível em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial>; consulta a 20/07/2025.

civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas”, tal como estabelece, no número seguinte do mesmo artigo, que devem merecer especial proteção as “expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos”¹²⁶.

Considerando que “salvaguardar o Património Imaterial implica garantir a sua documentação e registo, por exemplo através da constituição de arquivos audiovisuais, de modo a garantir que, quando uma determinada expressão cultural se altere radicalmente ou desapareça, pela ausência de condições sociais indispensáveis à sua manutenção, esses registos permitam às gerações futuras ter conhecimento acerca dessas tradições” (Costa, 2011:8), justifica-se o resgate e a transmissão de memórias, lendas e histórias de vida da população do Catarredor (e, se possível, das aldeias da Serra da Lousã), com base na recolha de informação (testemunhos orais) dos que nasceram e/ou viveram na montanha até ao abandono generalizado desses povoados, para o qual é apresentado o seguinte alinhamento de eixos temáticos principais do respetivo guião de entrevista:

1. Orações (exemplos: ao levantar; ao deitar; pelo Natal; para que apareça um objeto; para afastar as trovoadas) e rezas (exemplos: quebranto/mau olhado; para afastar a trovoada; para pedir chuva; para pedir fertilidade/bom ano agrícola);
2. Lendas (exemplos: lobisomens, feiticeiras/bruxas);
3. Histórias de figuras/personagens carismáticas/populares da Serra – inclui as pessoas que habitaram as aldeias e as que migraram, quer para destinos internos (em especial Lisboa), quer para destinos externos (com destaque para o Brasil e os Estados Unidos da América);
4. Acontecimentos marcantes;
5. Costumes e tradições, relacionados com atividades agro-pastoris (apanhar a espiga, descamisadas, magustos, etc.); folias populares (exemplos: serrar a velha, bailes à moda antiga) e romarias; festas do calendário religioso; cantigas; contos populares;
6. Saber/fazer (ofícios antigos).

Com base na geografia da mobilidade espacial da população, com destinos migratórios em Portugal, no Brasil, nos Estados Unidos da América e em outros países, sugere-se a realização de entrevistas presenciais aos residentes na Lousã e em lugares próximos, e entrevistas à distância (utilização de tecnologias de comunicação *online*) nas outras situações.

¹²⁶ Diário da República n.º 209, Série I-A de 08/09/2021, página 5825 (disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1900-72871514-72869684>; consulta a 20/07/2025).

Relacionado com este assunto, é pertinente evocar Joaquina Maria Antunes, a “Ti Joaquina da Catraia” (Figura 51), que nasceu no Catarredor, a 12 de abril de 1852, mas foi na Catraia (Figura 52), a escassas centenas de metros, que permaneceu a maior parte da sua vida, destacando-se pelos “serviços que (...) prestou, de modesto abrigo e agasalho, aos antigos viajantes da serra inóspita, aos raros turistas de outros tempos” (Lemos, 1951:156).



Fonte: CML (1999)

Figura 51. Joaquina Maria Antunes (“Ti Joaquina da Catraia”)

Nas palavras do erudito lousanense Álvaro Viana de Lemos, através do texto que publicou no jornal “O Povo da Lousã”, por ocasião do falecimento dessa figura histórica da Serra da Lousã (a 23 de fevereiro de 1940), a “ti Joaquina da Catraia” “foi a grande e bem conhecida benemérita da Serra da Louzã (...) porque no sítio da catraia, na cumeada da serra, próximo das nuvens e do Trevim, viveu muitos anos e exerceu o seu apostolado do bem (...). Sempre

acolhedora e prestável, ela foi, bastas vezes, para os transviados da Serra ou fatigados da áspera travessia, uma verdadeira encarnação da Providência” (Lemos, 1940 [1999:s.p.]).

Aproximando-se a data (27 de agosto de 1929) do primeiro centenário da inauguração da Estrada da Serra (EN236), é incontornável preparar um amplo programa comemorativo digno de tal efeméride, no qual, além de outras referências, seria de grande justiça prestar uma nova homenagem à “Ti Joaquina da Catraia” (em 1999, por ocasião da celebração dos 70 anos desse acontecimento, foi descerrada, na Catraia, uma placa de xisto em sua memória), com o envolvimento da Associação do Casal de Catarredor, também pelo facto de incluir descendentes da “Ti Joaquina”.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 52. “Catraia da Ti Joaquina” (17/03/2025)

4.4.3 Patrimonialização da EN236

Pela proximidade da aldeia, localização na área do Casal e oportunidade de valorização e/ou reutilização, faz-se referência à Fonte Fria, incluindo a antiga Casa dos Cantoneiros, na EN236, via que tem potencial para uma intervenção de valorização de maior amplitude (Lousã e Castanheira de Pera).

O reconhecimento das estradas como património, no âmbito da evolução recente das perspetivas académicas e institucionais (com a transição de uma visão centrada na dimensão monumental e nos bens materiais para uma perspetiva integrada, territorial e dinâmica, sobressaindo na atualidade uma acentuada diversificação temática, geográfica e social, tal como um número crescente de bens com estatuto de proteção), reflete o valor das infraestruturas rodoviárias, desde as obras de arte de engenharia civil (pontes, pontões, viadutos, túneis), passando por edifícios (casas de residência de funcionários ou de apoio às operações de manutenção e reparação de vias), e outros equipamentos (fontenários, miradouros, áreas de lazer), além da qualidade estética e relevância patrimonial da paisagem que atravessa ou pelas vistas panorâmicas que oferece. No limite, pode constituir por si só uma atração para viajar de forma lenta e para apreciar locais e lugares de encantos raros.

A Infraestruturas de Portugal Património (IP Património) reconhece estradas ou troços de estrada que configuram rotas turísticas, como a EN332 (entre Almendra e a Aldeia da Ponte, com cerca de 86 km de extensão, “desenvolve-se totalmente no distrito da Guarda, com grande parte do seu percurso na zona fronteiriça e no Parque Natural do Douro Internacional”¹²⁷); a EN222 (de Vila Nova de Gaia a Vila Nova de Foz Côa, pela margem esquerda do rio Douro, percorre mais de 225 km); a EN221 (entre Miranda do Douro e a Guarda, numa extensão superior a 180 km); e a EN2 (de Chaves a Faro, é a mais extensa de Portugal, com 739 km, e uma das maiores estradas do mundo), cujo «troço entre Almodôvar e S. Brás de Alportel, através da Serra do Caldeirão, foi o primeiro em Portugal a ser recuperado com base no conceito de “Estrada Património”», ou seja, a “salvaguarda e valorização do património Estrada e de todos os elementos que o compõem”¹²⁸, e mais tarde deu origem à Rota da Estrada Nacional 2.

Além destas, “o conceito de Estradas Património, poderá abranger várias estradas da Rede Rodoviária Nacional, enquadráveis nas seguintes tipologias: estradas panorâmicas; estradas com interesse histórico; rotas turísticas ou rotas turístico-patrimoniais”¹²⁹.

¹²⁷ Disponível em <https://www.ippatrimonio.pt/pt-pt/node/178>; consulta a 20/07/2025.

¹²⁸ “Concluída no Verão de 2002, a intervenção consistiu na melhoria do pavimento, da sinalização e das condições de segurança, com recuperação de marcos e guardas de segurança antigas.

Foram também intervencionados equipamentos como: áreas de repouso com parques de estacionamento e de merendas, casetas de material e abrigos de autocarros, ajardinamento de um fontanário e de um miradouro.

Foram ainda recuperadas três casas de cantoneiros localizadas à beira da estrada” (disponível em <https://www.ippatrimonio.pt/pt-pt/node/175>; consulta a 20/07/2025).

¹²⁹ Idem.

O traçado antigo da EN236¹³⁰, desde o Km 0, no entroncamento com a EN17/Estrada da Beira (proximidade de Foz de Arouce), até à vila de Castanheira de Pera (após a ponte sobre a ribeira de Pera, junto à represa da Praia das Rocas, segue para a Derreada, onde encontra a EN2, próximo de Pedrógão Grande), justifica o interesse cultural e turístico desta via, quer nas terras baixas da bacia sedimentar da Lousã, sobressaindo o centro histórico da Lousã e área adjacente pelo número de bens imóveis classificados e imóveis de acompanhamento (Casa do Fundo de Vila, Palácio da Viscondessa do Espinhal, Casa de Cima da Família Almeida Serra, Casal de São Bento, entre outros, a que acresce a Casa do Conde de Foz de Arouce e a ponte sobre o rio Ceira, onde ocorreu, a 15 de março de 1811, durante a retirada de Massena, o combate entre as tropas francesas e anglo-portuguesas), quer na saída da Lousã para a serra e no interior desta última, destacando-se a Casa-atelier de Carlos Reis; a Quinta de Alfocheira; a Varanda de Gevim (com um vasto horizonte visual até aos alcantis do Caramulo); o Miradouro de Nossa Senhora da Piedade; o Candal; os traços (com maior ou menor detalhe) de outras aldeias de xisto (Casal Novo, Talasnal, Silveira, Vaqueirinho e Catarredo); a Catraia; o ramal de acesso ao Trevim e ao Santo António da Neve; bem como o Porto Espinho (Figura 53), antes da descida para Castanheira de Pera.

No setor montanhoso da Lousã, a EN236, que atravessa a Rede Natura 2000, desde a Varanda de Gevim até ao limite de concelho/distrito, inclui uma casa de funcionários e dois depósitos de ferramentas¹³¹, tal como equipamentos (além de miradouros, fontenários – por exemplo, o do Candal foi edificado pela Câmara Municipal da Lousã em 1941 –, espaços de paragem, de repouso ou de merendas), que podem ser requalificados e/ou ter novos usos/funções, como é o caso particular do mencionado espaço da Fonte Fria (Figura 54) e da Casa dos Cantoneiros adjacente, os quais estão junto ao PR5 Bosques do Catarredor. O primeiro para melhorar de forma substancial as condições de utilização, seja para quem percorre a EN236, seja para os pedestrianistas. O segundo para apoiar a estada de docentes, investigadores e figuras das artes e letras com ênfase na Serra da Lousã, ou para outras atividades de interesse público.

¹³⁰ No mapa da rede rodoviária (janeiro de 2025) não consta o traçado original da EN236 desde o seu início até Castanheira de Pera, nem sequer como EN/desclassificada (disponível em https://www.infraestruturasdeportugal.pt/sites/default/files/Rede_Rodoviaria_Jan_2025.pdf; consulta a 20/07/2025). O que é identificado como EN236 é o traçado novo (variante a Foz de Arouce), desde a EN17 (proximidade da Ponte Velha) até ao cruzamento com a EN342 (variante a Miranda do Corvo e Lousã), na entrada da vila da Lousã, bem como o troço de Castanheira de Pera até à EN2, este último com a designação de ER236 (ER/EM). O exposto leva a presumir que a gestão do traçado primitivo da EN236, maioritariamente na Serra da Lousã, possa ter sido atribuída aos referidos municípios.

¹³¹ O mais pequeno, junto ao Km 19 (na proximidade do Candal), foi afetado (cobertura, porta e interior) pelo incêndio de agosto de 2025.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 53. EN236 no Porto Espinho (24/07/2025)



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 54. Fonte Fria (23/05/2025)

4.4.4 Reabilitação e reutilização de antigas casas florestais

Outro espaço importante para o futuro da aldeia é o que foi integrado no regime florestal, com origem nos Baldios do Candal, Cerdeira e Catarredor, nomeadamente entre o Casal de Catarredor e o Casal de Candal, porquanto não só amplia a área disponível de maior altitude e com melhores condições de insolação e vento para a produção de energia eólica e fotovoltaica, como oferece uma área de grande valor fitogeográfico, onde está incluída a Casa do Guarda Florestal do Porto Espinho (desativada/devoluta), no limite administrativo da Lousã, com a particularidade desse setor, a nascente da Catraia, apresentar declives menos acentuados o que favorece o seu aproveitamento para outras atividades.

Segundo o estipulado no artigo 46.º da Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto (Regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção) está prevista que a cessação do regime de administração de baldios em associação com o Estado, ocorre impreterivelmente após “O termo do prazo convencionado para a sua duração ou, caso este não exista, 50 anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 39/76, de 19 de janeiro” ou com “A comunicação pela assembleia de partes ao Estado, na pessoa ou entidade que para o efeito o represente, de que deve considerar findo aquele regime, sendo que a mesma produz efeitos ao fim de três meses a contar da sua receção pela entidade competente, ou outro prazo que seja fixado por acordo entre as partes”¹³².

Apesar da ausência de infraestruturas básicas (água e eletricidade) na antiga casa florestal e anexo (forno), a rede elétrica está próxima e existe uma mina/captação de água de nascente que alimenta um pequeno fontenário, a que acresce o facto de o imóvel não estar vandalizado ou arruinado (teve uma intervenção na década de 90 ou no início do século XXI), das características excecionais do seu espaço florestal renaturalizado, e das referidas condições favoráveis do terreno.

Na mesma linha de raciocínio, embora mais distante da aldeia e da sua área de influência, a antiga Casa do Guarda Florestal das Hortas (Figura 55), que pelas suas características: localização; infraestruturas básicas – dispõe de energia elétrica da rede pública e tem abundância de água própria –; estrada alcatroada, muito utilizada no acesso às aldeias de xisto (Casal Novo, Talasnal, Vaqueirinho, Catarredor e Chiqueiro) e às cumeadas da montanha; espaço para paragem/estacionamento, inclusive para autocarros pequenos; proximidade do parque de lazer do Terreiro das Bruxas; percursos pedestres (PR7 LSA; PR6 LSA) e trilhos de BTT; espaço construído principal e anexos; antigos espaços de cultivo e estruturas de aproveitamento de água; mancha florestal excecional, com destaque para o espaço a sul da casa florestal; pode vir a

¹³² Disponível em <https://files.dre.pt/1s/2017/08/15800/0472204734.pdf>; consulta a 12/07/2025.

desempenhar novas funções de utilidade pública, considerando-se que seria estratégica para a instalação de um centro interpretativo da Serra da Lousã (inspirado nos seus patrimónios diferenciadores, com ênfase na Rede Natura 2000), com a possibilidade de desenvolver atividades (educação ambiental, interpretação patrimonial, animação turística...) e prestar apoio aos visitantes que por aí passam.



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 55. Casa do Guarda Florestal das Hortas (28/04/2025)

4.4.5 Centro Interpretativo das Aldeias de Xisto

Na Serra da Lousã, em geral, e nas aldeias de xisto, em particular, é escasso o número de equipamentos públicos (instalações e espaços destinados a serviços públicos e ao uso comum da população) com oferta de serviços culturais, designadamente museus e centros interpretativos. Reconhecendo-se, por um lado, a maior expressividade das atrações culturais nos espaços urbanos, porquanto reflete o maior número de equipamentos culturais e de bens culturais imóveis classificados ou de relevância patrimonial e, por outro, a complexidade concetual desta temática, preconiza-se a criação de um centro interpretativo das aldeias de xisto, na ou a partir da aldeia do Catarredor, cuja estrutura deve incluir uma contextualização geral da Serra da Lousã e, sobretudo, um enfoque nas aldeias serranas da Lousã.

A interpretação do património é uma atividade educativa e comunicacional que pretende tornar o património cultural, natural e paisagístico mais significativo e acessível para as pessoas. Em vez de apenas apresentar factos ou transmitir informação, a interpretação consiste em revelar o significado, as relações e a importância do património através de experiências, objetos originais e meios ilustrativos (Carvalho, 2005; Nowacki, 2021; Nyaupane, 2023).

A aplicação desta ferramenta de comunicação estratégica, que visa criar conexões emocionais e intelectuais entre o público e o património, promovendo o seu reconhecimento, valorização e conservação, tem nos centros interpretativos o seu suporte de maior visibilidade. A diferenciação concetual e operativa entre um museu e um centro de interpretação reside no seu objetivo principal: enquanto os museus enfatizam a recolha, a conservação, o estudo e a exposição de objetos históricos e culturais, os centros de interpretação dão prioridade ao processo de comunicação e à interpretação desses elementos para o público, muitas vezes utilizando recursos interativos e educativos para promover a compreensão, a reflexão e a consciencialização do património (Tugas *et al.*, 2005; Abrahams & Nji Bama, 2023).

Como nota Rosatto (2021:65), os centros de interpretação “(...) utilizam diversas estratégias de apresentação e muitas vezes fazem uso de cenografia, recursos audiovisuais, painéis ou mesas *touchscreen* e, mais recentemente, realidade aumentada e virtual. Em Portugal, também observamos esta tendência. Podemos citar como exemplo, dentre outros, a Casa de Memória de Guimarães, o Museu do Côa, inaugurado em 2010, e, mais recentemente, em 2018, o Centro de Interpretação do Românico, em Lousada, e o Centro Interpretativo do Barroco, em Arcos de Valdevez”.

No plano teórico, o Centro Interpretativo das Aldeias de Xisto pode assumir uma dimensão virtual e/ou física.

Como centro interpretativo virtual poderia constituir uma plataforma digital alojada no site da ACC ou em site próprio da sua responsabilidade com oferta de experiências imersivas e interativas sobre a história e a geografia das aldeias da Serra da Lousã, através de tecnologias digitais, como visitas virtuais em 360°, realidade aumentada, vídeos, áudios e textos explicativos, para levar a temática a um público mais amplo, permitindo que o mesmo explore e aprenda sobre as aldeias de xisto de forma dinâmica e acessível, complementando ou substituindo visitas presenciais.

Como centro interpretativo físico seria instalado em edifício adequado a essa finalidade e contaria também com recursos interativos que permitissem enriquecer as experiência dos visitantes através de tecnologias digitais, podendo servir de inspiração o Centro Interpretativo

do Vale do Tua e o Centro de Interpretação da Serra da Estrela, com o propósito de estruturar uma viagem/narrativa centrada na evolução espacial das aldeias de xisto, onde os traços físicos e humanos do território, tal como a construção e os construtores da paisagem cultural (passado, presente e futuro), seriam desvendados através de textos e imagens, estáticas (fotografias, pinturas, mapas) e dinâmicas (filmes, vídeos), com uma forte componente sensorial, dispondo, de igual modo, de informação sobre a Lousã e a Serra.

4.5 Melhorar a experiência de apreciação da paisagem e promover o território

4.5.1 Contemplação e partilha de imagens diferenciadoras da paisagem

A imagem é cada vez mais utilizada para a promoção e atração dos territórios, com a atividade turística a liderar essa utilização (Mendes & Teixeira, 2019; Buhalis, 2020), tal como é reconhecida a relevância da realidade virtual, pois permite que o público ou potenciais visitantes tenham contato inicial, explorem o território remotamente ou se preparem para uma visita presencial.

A experiência de contemplação do Catarredor, com base na utilização de estradas alcatroadas ou outras com boas condições para acesso de viaturas automóveis, não tem um ponto de referência específico, embora a aldeia e a sua envolvente possa ser avistada (com maior ou menor detalhe) a partir de diversos locais, sobressaindo, do mais distante para o mais próximo, o Baloio do Trevim¹³³ (na Selada das Poças, a cerca de 1.000 metros de altitude, com horizonte visual privilegiado para a maioria das aldeias de xisto da Lousã); algumas nesgas temporárias que resultaram dos cortes de vegetação na EN236 (próximo do Candal e no troço até ao ramal de ligação ao Catarredor), tal como na estrada florestal junto ao ramal de acesso ao Vaqueirinho; e a chegada à aldeia através da mencionada estrada florestal.

Como o Baloio do Trevim é um miradouro informal de grande alcance visual e uma área de visita das mais procuradas da Serra da Lousã, justifica-se adicionar ao local pelo menos leitores de paisagem, com informação suportada em texto e imagem (fotografia, cartografia), com código QR, para auxiliar o conhecimento e a compreensão dos elementos visíveis da paisagem ao seu redor, incluindo o Catarredor (Figura 56).

Para uma experiência presencial de contemplação “macro” (maior proximidade e destaque da aldeia), com a perceção de pormenores como as edificações, os campos, a vegetação, ou outros, é necessário avaliar os condicionalismos que decorrem das características da referida

¹³³ Apesar de destruído pelo último incêndio (agosto de 2025), já foi repostado.

estrada florestal, porquanto a largura da plataforma de via dificulta bastante o tráfego de viaturas em ambos os sentidos de circulação, e os locais de paragem e/ou estacionamento são escassos ou praticamente não existem, embora não haja dúvida quanto ao interesse de um ponto de referência para essa finalidade, desde que a sua construção seja viável, que pode incluir suportes de informação e moldura “instagramável” para fotografias com a aldeia em cenário de fundo – outros locais com potencial para fotografias inspiradas em vistas panorâmicas ou em composições paisagísticas de grande beleza estética são a área de descanso do PR5, com a montanha e o céu; as linhas e quedas de água do PR5; a vegetação “reliquial” do PR3 (parte da levada e da ligação ao Candal) e do PR5 (perto da EN236 e junto à ribeira de Catarredor).



Fotografia: Paulo Carvalho

Figura 56. Baloioço do Trevim, com o Catarredor na parte inferior esquerda da imagem (13/01/2025)

4.5.2 Promoção e marketing

As tecnologias e as plataformas digitais são uma excelente ferramenta para divulgar os territórios. No caso particular do Catarredor, tal divulgação deve ser assegurada, nomeadamente, através do *website* da Associação do Casal de Catarredor e das redes sociais, que permitem aos utilizadores criar, partilhar e interagir com conteúdos, como textos, imagens, vídeos e

áudios. Acresce ainda a possibilidade de visitas virtuais, isto é, representações digitais de espaços físicos para experiências interativas e imersivas, permitindo aos utilizadores explorarem espaços físicos através de imagens ou vídeos em 360°, como se estivessem presentes no local. Essas representações digitais oferecem a possibilidade de visitar espaços físicos (por exemplo, a aldeia, imóveis específicos ou outros locais) sem sair de casa, com a vantagem de poderem ser realizadas a qualquer hora e a partir de qualquer lugar.

Neste item em especial, considera-se também relevante a presença ativa nas diversas plataformas digitais, sobretudo nas redes sociais, enquanto uma das mais importantes vias de comunicação, envolvimento, promoção e apoio à tomada de decisão no campo do lazer e do turismo (Sigala & Gretzel 2017; Azazi & Shaed, 2020; Varga & Gabor, 2021; Sharma, 2022; Tanković, Bilić & Sohor, 2022). Essa presença é fundamental, não apenas para divulgação e atração de visitantes e, eventualmente, de novos moradores, mas também para o fortalecimento da identidade local e consequente dinamização da economia local/regional.

É assim que a produção de conteúdos digitais criativos e apelativos assume particular relevância (Buhalis, 2020), sobretudo em territórios rurais (Stylianou, Pipyros & Aslanides, 2025) e quando associados a figuras conhecidas (Zhu *et al.*, 2024). Neste contexto, o desenvolvimento de um vídeo promocional da Aldeia, com a participação de uma figura de destaque nacional, constituiria um elemento valorativo adicional, explorando imagens captadas ao longo das diferentes estações do ano, de modo a transmitir a diversidade de cores, formas, sons e ritmos da paisagem.

Outras ações complementares podem reforçar a visibilidade e o interesse pelo Catarredor, nomeadamente a manutenção da página *web* da Associação do Casal de Catarredor com informação completa e atualizada sobre a aldeia, bem como sobre as atividades promovidas não só na própria aldeia, mas outras em que esta é ponto de passagem, mormente as de carácter desportivo, como caminhadas, *trail running*, BTT, entre outras, e ainda sobre as que decorrem nas imediações, garantindo que tanto visitantes, como residentes e potenciais novos moradores tenham acesso a conteúdos fiáveis e atrativos.

A concretização desta visão estratégica está assente numa abordagem integrada que articula a requalificação urbana, a proteção e a promoção dos valores paisagísticos e patrimoniais, bem como a dinamização cultural e económica de forma criativa e inovadora, na perspetiva da criação de um território onde seja possível residir com qualidade, trabalhar com propósito e fruir de experiências autênticas e consentâneas com a filosofia do lugar, afirmando

em simultâneo uma imagem positiva e distintiva, capaz de promover a coesão e o desenvolvimento local.

Referências Bibliográficas

- Abrahams, E. & Nji Bama, H. (2023). Heritage Interpretation as a Catalyst for Sustainable Ecotourism in Protected Areas: A Systematic Literature Review. *Studia Periegetica* 42(2):2.1-2.23. <https://doi.org/10.58683/sp.581>
- ACC (2024). *Intervenção integrada de requalificação e preservação do património arquitetónico, cultural, social, ambiental e paisagístico da aldeia do Catarredor*. Associação do Casal de Catarredor (inédito).
- AFN (s/d). *Plano de intervenção operacional para as áreas geridas pela AFN*. Autoridade Florestal Nacional ([https://www.baldioslousa.com/wp-content/uploads/2015/03/Plano-de-Gest%C3%A3o-Florestal-BALDIOS-DA-LOUS%C3%83.pdf#:~:text=A%20%C3%A1rea%20objecto%20deste%20PIO%20%C3%A9%20comp%20posta,tamb%C3%A9m%20designada%20como%20%C3%A1rea%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20\(AI\).](https://www.baldioslousa.com/wp-content/uploads/2015/03/Plano-de-Gest%C3%A3o-Florestal-BALDIOS-DA-LOUS%C3%83.pdf#:~:text=A%20%C3%A1rea%20objecto%20deste%20PIO%20%C3%A9%20comp%20posta,tamb%C3%A9m%20designada%20como%20%C3%A1rea%20de%20interven%C3%A7%C3%A3o%20(AI).))
- AGASL (2023). *Proposta de Operação Integrada de Gestão da Paisagem* (AIGP Serra da Lousã). Associação Gestora da AIGP Serra da Lousã(https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-paisagem/OIGP/Proposta_OIGP_AIGPSerraLousa.pdf)
- Ahtikoski, A., Tuulentie, S., Hallikainen, V., Nivala, V., Vatanen, E., Tyrväinen, L., & Salminen, H. (2011). Potential Trade-Offs Between Nature-Based Tourism and Forestry, a Case Study in Northern Finland. *Forests*, 2(4), 894-912. <https://doi.org/10.3390/f2040894>
- Azazi, N., & Shaed, M. (2020). Social media and decision-making process among tourist: A systematic review. *Journal Komunikasi: Malaysian Journal of Communication*, 36(4), 395-409. <https://doi.org/10.17576/JKMJC-2020-3604-24>
- Azevedo (2021). Neorrurais: os imigrantes da utopia. *Le Monde Diplomatique Brasil* (<https://diplomatie.org.br/neorrurais-os-imigrantes-da-utopia/>).
- Barros, C., & Gama, R. (2010). Marketing territorial como instrumento de valorização dos espaços rurais: uma aplicação na rede das Aldeias do Xisto. *Cadernos de Geografia*, 28/29, 93-106 (https://www.uc.pt/site/assets/files/863391/10-cb_93-106_marketing.pdf).
- Buhalis, D. (2020). Technology in tourism-from information communication technologies to eTourism and smart tourism towards ambient intelligence tourism: a perspective article. *Tourism Review*, 75(1), 267-272. <https://doi.org/10.1108/TR-06-2019-0258>
- Carvalho, P. (1996). *A Vila da Lousã. Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Universidade de Coimbra (trabalho publicado, com o mesmo título, em 1999, pela Câmara Municipal da Lousã).
- Carvalho, P. (2004). População, Território e Desenvolvimento. Análise a partir das Aldeias Serranas da Lousã. In *Atas do X Encontro Nacional da APDR. Demografia e Desenvolvimento Regional*, 20 pp. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional/Universidade de Évora..
- Carvalho, P. (2005). *Património Cultural e Trajetórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha: o exemplo da Serra da Lousã*. Tese de Doutoramento em Geografia. Universidade de Coimbra (trabalho publicado em livro, em 2009, e em e-book, em 2021, pela Câmara Municipal da Lousã).
- Carvalho, P. (2007). Do “Fim do Mundo” aos Refúgios da Pós-modernidade. O Lugar do Património na Revitalização de Territórios rurais Marginalizados. In F. Cruz (org.). *Etnografia/Atas das Comunicações*

do II Congresso Internacional sobre Etnografia (pp. 155-194). Póvoa de Varzim: AGIR (Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural).

Carvalho, P. (2009). Planeamento, Turismo e Património em Territórios de Baixa Densidade. *Biblos*, vol. VII (2.^a série), 485-506 (https://www.researchgate.net/publication/274322394_Planeamento_turismo_e_patrimonio_e_m_territorios_de_baixa_densidade).

Carvalho, P. (2012). Paisagem e Geografia no Universo Literário de Miguel Torga. A Cordilheira Central através do Diário (1932-1993). *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, III série, I, 45-58 (<https://ojs.letras.up.pt/index.php/geografia/article/view/11/11>).

Carvalho, P. (2021a). *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O Exemplo da Serra da Lousã*. Lousã: Edição da Câmara Municipal da Lousã [2.^a edição; e-book do livro homónimo publicado em 2009] (https://cm-lousa.pt/wp-content/uploads/2022/09/Patrimonio_Serra-da-Lousa-baixa-resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf).

Carvalho, P. (2021b). Relevância patrimonial da paisagem. In B. Marques, F. Castro, I. Vaquinhas, L. Cunha e R. Marnoto (org.). *O Homem que Planta Árvores. Para António Campar* (pp. 160-165). Coimbra: FLUC, DGT e CEGOT.

Carvalho, P. (2024). *Atualização da proposta de Paisagem Protegida Regional da Serra da Lousã – demografia, atividades económicas, valor cultural e estético, e património cultural* (inédito).

Carvalho, P. (s.d.). *Património e turismo na Serra da Lousã* (inédito).

Carvalho, P., & Alves, L. (2017). Animação turística, inovação e criatividade no desenvolvimento rural. O caso das Aldeias do Xisto. In F. Sousa, J. Pereira e M. Lopes (coords.). *Animação Sociocultural: Turismo Rural e Desenvolvimento Comunitário* (pp. 171-179). Chaves: Intervenção.

Carvalho, P., & Alves, L. (2021). *Áreas Protegidas e Gestão Territorial. O caso da Serra da Lousã*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Carvalho, P., & Simões, F. (1998). A Lousã nas Informações Paroquiais de 1721. *Cadernos de Geografia*, 17, 49-59.

CCRC (2001). *Programa Operacional da Região Centro 2000-2006*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 97 pp.

CCDRC (2014). *PROVERE na Região Centro – Territórios que contam, pessoas que valem*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (<https://www.ccdrc.pt/wp-content/uploads/2023/12/politicas11.pdf>)

CE (2025). *Agricultura Biológica*. Comissão Europeia (disponível em https://agriculture.ec.europa.eu/farming/organic-farming/organics-glance_pt).

Chorão, M. (1988). Inventário da Lousã nos meados do século XVIII. In *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo (Comemoração do 150.º aniversário da 1.ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã)*, 131-157. Lousã: Biblioteca Municipal da Lousã/Câmara Municipal da Lousã.

CML (2022). *Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (Aldeia do Catarredor)*. Câmara Municipal da Lousã, 15 pp. (https://cm-lousa.pt/wp-content/uploads/2022/03/Proposta_Delimita%E2%80%A1%C3%86o_ARUCatarredor.pdf).

Colaço, J. T. M. (1934). Cadastro da População do Reino (1527). Actas das Comarcas dantre Tejo e Odiana e da Beira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, II, 28-243.

Costa, M. R. (2003). Aldeias do Algarve: proposta para uma intervenção à escala local. *Sociedade e Território*, 36, 28-36.

Costa, P. F (2011). *Kit de Recolha de Património Imaterial*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação
(https://matrizpci.patrimoniocultural.gov.pt/Download/Kit/KIT%20Recolha%20Patrim%C3%B3nio%20Imaterial_Integral.pdf).

Cravidão, F. (1989). *Residência secundária e espaço rural. Duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra: Faculdade de Letras.

Cristóvão, A., Batpista, A., Correia, L., Rodrigues, A. P., Marques, C. (2003). O espaço rural e os novos instrumentos de intervenção territorializada: o caso da AIBT-DOURO. In *Atas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada*, 20 pp.
(<https://repositorio.utad.pt/server/api/core/bitstreams/59e9a86a-3220-48fb-afc4-863c12ec3c1f/content>).

Daveau, S. (1988). Contribuição para uma colectânea de antigas descrições geográficas da Lousã. In *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo (Comemoração do 150.º aniversário da 1.ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã)*, 89-111. Lousã: Biblioteca Municipal da Lousã/Câmara Municipal da Lousã.

Daveau, S. (2001). A descrição territorial no Numeramento de 1527-32. *PENÉLOPE*, 25:07-39.

DGT (2025). *Áreas Integradas de Gestão da Paisagem*. Direção Geral do Território
(<https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/aigp>).

Dinis & Malta (2001). Da desvitalização da Serra da Lousã à nova ruralidade: identidades sociais e destinos do território”. In J. Portela e J. Castro Caldas (orgs.). *Portugal Chão* (pp. 111-127). Lisboa: Celta Editora.

Espírito Santo, M. (1954). A Lousã dos antigos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra, 8/9, 31-34.

Farkic, J., Isailovic, G. & Taylor, S. (2021). Forest bathing as a mindful tourism practice. *Annals of Tourism Research Empirical Insights*, 2(2), 100028. <https://doi.org/10.1016/j.annale.2021.100028>

Fernandes, J. L. (2011). A paisagem urbana simbólica enquanto território efémero de celebração e de marketing territorial – o caso particular das Christmascapes. In *Atas do VIII Congresso da Geografia Portuguesa – Repensar a Geografia para Novos Desafios*, 1-7. Lisboa: APG
(<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/17435>).

Ferreira, A. F. (2015). *Gestão estratégica de cidades e regiões*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fonseca, F. & Ramos, R. (2004). O planeamento estratégico na busca de potenciar o território. In *Atas das XI Jornadas da Associação dos Urbanistas Portugueses Territórios e Desenvolvimento*, 10 pp.
(<https://repositorio.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/e7fdf21d-d5da-4c0f-af97-03d72675d4d5/content>).

Freire, A. B. (1908). Povoação da Estremadura no xvi século. *Archivo Historico Portuguez*, 6(7), 241-284.

Güell, J. (2021). *Planificación estratégica de ciudades: Nuevos instrumentos y procesos*. Nueva edición revisada e aumentada | Reimpresión 2021. Barcelona: Editorial Reverté, SA.

Gobster, P., Kruger, L., Schultz, C., & Henderson, J. (2023). Key Characteristics of Forest Therapy Trails: A Guided, Integrative Approach. *Forests*, 14(2), 186. <https://doi.org/10.3390/f14020186>

Hall, C. M., James, M., & Baird, T. (2011). Forests and trees as charismatic mega-flora: implications for heritage tourism and conservation. *Journal of Heritage Tourism*, 6(4), 309-323. <https://doi.org/10.1080/1743873X.2011.620116>

ICNF (2021). *Relatório do Plano de Gestão da ZEC Serra da Lousã (outubro 2021)*. Instituto da Conservação da natureza e das Florestas. Disponível em https://participa.pt/contents/consultationdocument/ZEC_Serra_Lousa_RelatorioPlanoGestao_CP.pdf

ICNF (2024). *Relatório da ponderação do processo de consulta pública do Plano de Gestão da ZEC Serra da Lousã*. Instituto da Conservação da natureza e das Florestas. Disponível em https://participa.pt/contents/finalreport/ZEC_Serra_Lousa_RelatorioPonderacao_CP.pdf

INE (1911; 1940; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011). *Censos/Recenseamentos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2023). *Anuários Estatísticos Regionais 2022*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios&xlang=pt)

INE (2023). *Censos 2021 (Resultados Definitivos)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_produtos&xpid=CENSOS21&xlang=pt)

INE (2024). *Anuários Estatísticos Regionais 2023*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios&xlang=pt).

Lemos, A. V. (1940). *Ti Joaquina da Catraia* (artigo publicado no jornal “O Povo da Lousã” e republicado em 1999, pela Câmara Municipal da Lousã, 6 pp.)

Lemos, A. V. (1951). *A Lousã e o seu Concelho*. Coimbra: Imprensa de Coimbra.

Luís, A. C. (2020). *Regresso ao campo: quem são os “novos rurais”?*. Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Inovação Social. Universidade da Beira Interior (<https://ubibliorum.ubi.pt/entities/publication/f0a672f6-7d03-4e07-810a-71f68616f29b>).

Martins, (2014). *Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Humano – Desenvolvimento e Aplicação de Ferramenta Informática para a sua Gestão Integrada*. Dissertação de Mestrado em Tecnologia Ambiental. Instituto Politécnico de Bragança (<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstreams/a999059c-55d7-45d8-a588-d3f7ae6e817b/download>).

Martins, A. (2023). *As rotas enquanto elementos de valorização do património cultural imaterial: proposta de criação da Rota do Saber-fazer, das Memórias e Vivências de Mouriscas*. Relatório de Estágio do Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios. Universidade de Coimbra (<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/108472>).

Matušíková, D., Vargová, T. D., Lukáč, M., Švedová, M., & Ganobčík, J. (2024). Natural heritage analytical study of old beech forests and primeval beech forests as a potential for nature tourism sustainable development. *Heritage and Sustainable Development*, 6(2), 721-734. <https://doi.org/10.37868/hsd.v6i2.767>

- Mazzoleni, E., Donelli, D., Zabini, F., Meneguzzo, F., & Antonelli, M. (2024). Forest Therapy Research in Europe: A Scoping Review of the Scientific Literature. *Forests*, 15(5), 848. <https://doi.org/10.3390/f15050848>
- Mendes, G. & Teixeira, S. (2019). Turismo, Património e Cultura na Era das Redes Sociais: um estudo de caso. #Viajamos para partilhar. *Turismo & Desenvolvimento*, 32, 171-194 (<https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/20480/14852>)
- Mexia, F. (1936). *A vila da Lousã e o seu termo. Colecção de documentos antigos*. Lousã: Tipografia Lousanense.
- Monteiro, P. (1985). *Terra que já foi terra. A análise sociológica de nove lugares agro-pastoris da Serra da Lousã*. Col. Tempos Modernos n.º 2. Lisboa: Edições Salamandra.
- Nogué, J. F. (1988). El fenómeno neorrural. *Agricultura y Sociedad*, 47(1), 145-175.
- Nogué, J. F. (2016). El reencuentro con el lugar: nuevas ruralidades, nuevos paisajes y cambio de paradigma. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 62(3), 489-502 (<https://culturayciudadania.cultura.gob.es/dam/jcr:77ba502f-2abd-403c-a07a-0fd9b28256fb/el-reencuentro-con-el-lugar.pdf>).
- Nogueira, M. L. (2003). *O lugar do Catarredor na serra da Lousã em 1998. Uma base para percursos de fronteira*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Coimbra.
- Nowacki, M. (2021). Heritage Interpretation and Sustainable Development: A Systematic Literature Review. *Sustainability*, 13(8), 4383. <https://doi.org/10.3390/su13084383>
- Nunes, J., Nunes Pereira, A., Barros, A. (1958). *A Pedra Letreira* (reimpressão integral do texto original, em 1998, com edição da Câmara Municipal de Góis).
- Nyaupane, P. (2023). Heritage Interpretation Techniques and its Epistemology of the World Heritage Site, Lumbini, Birth Place of Lord Buddha. *Nepalese Culture*, 16(1), 9-24. <https://doi.org/10.3126/nc.v16i1.54124>
- Paiva, J. (1988). O coberto vegetal da Serra da Lousã. In *Livro das Jornadas de Cultura e Turismo (Comemoração do 150.º aniversário da 1.ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã)*, 75-84. Lousã: Biblioteca Municipal da Lousã/Câmara Municipal da Lousã.
- Reis, P. (2014). Os actores do novo paradigma do mundo rural: os neo-rurais das Aldeias Históricas de Portugal. *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia*, 1-13. (https://associacaoportuguesasociologia.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0471.pdf).
- Ribeiro, F. (2017). *Práticas de reabilitação em áreas rurais. Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal*. Tese de Doutoramento em Arquitetura. Universidade de Lisboa (<https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/3205f7ad-1274-404e-b8f6-7bbc710d4b46>).
- Rivera, M. J. (2009). La neorruralidad y sus significados. El caso de Navarra. *Revista Internacional De Sociología*, 67(2), 413-433. <https://doi.org/10.3989/RIS.2008.05.11>
- Rosatto, J. (2021). *Projeto de Centro Interpretativo Virtual de Braga: explorAR Braga*. Relatório de Mestrado em Património Cultural. Universidade do Minho (<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/85062>).

- Santos, V. (2013). Intervenção arqueológica no Alto do Calvário, Miranda do Corvo: a necrópole rupestre. *Medievalista* [Online], 14, 31 pp. <https://doi.org/10.4000/medievalista.383>
- Santos Pinheiro (2002). *Plano das Aldeias Serranas. Aldeia de Catarredor*. Santos Pinheiro - Arquitetos Associados.
- Satyawan, V., Rusdiana, O., & and Latifah, M. (2022). The role of forest therapy in promoting physical and mental health: a systematic review. *IOP Conf. Ser.: Earth Environ. Sci.* 959 012027. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/959/1/012027>
- Sharma, R. (2022). Influence of social media in travel decision making. *REST Journal on Data Analytics and Artificial Intelligence*, 1(3), 42-50. <https://restpublisher.com/journals/jdaai/>
- Sigala, M., & Gretzel, U. (Ed.) (2017). *Advances in Social Media for Travel, Tourism and Hospitality: New Perspectives, Practice and Cases*. London: Routledge.
- Silva, J. M. (1996). Tombo dos bens do Concelho da Lousã de 1838. *Arunce*, 7/10, 61-75.
- Simplício, M. (2000). A importância actual do planeamento estratégico e das cidades médias. *Economia e Sociologia*, 70, 17 pp. (https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2684/1/Importancia_Planeam_Estrategico_Cidades_Medias.pdf).
- SPI (2013). *Estudo de Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE*. Sociedade Portuguesa de Inovação (https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/14_relatorio.pdf).
- Stylianou, C., Pipyros, K., & Aslanides, A. (2025). Rural place branding through social media: a stakeholder strategy perspective. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 17(1), 62-76. <https://doi.org/10.1108/WHATT-12-2024-0297>
- Tanković, A. Č., Bilić, I., & Sohor, A. (2022). Social networks influence in choosing a tourist destination. *Journal of Content Communicaty and Communication*, 15(8), 2-13. <https://doi.org/10.31620/JCCC.06.22/02>
- Tugas, P., Tresserras, J., & Mellin, J. (Eds.) (2005). *Heritage Interpretation Centres*. Barcelona: The Hicira Handbook.
- UNWTO (2018). *Tourism and Culture Synergies*. World Tourism Organization. Madrid. <https://doi.org/10.18111/9789284418978>
- Vareta (1985). Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a «Coutada Velha» do Rei”. *Revista da Faculdade de Letras de Porto*, 1(1), 47-67.
- Vareta (1986). Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do renascimento (séc. XV e XVI). *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1(1), 5-37.
- Varga, I. E., & Gabor, M. R. (2021). The influence of social networks in travel decisions. *Economics*, 9(2), 35-48. <https://doi.org/10.2478/eoik-2021-0015>
- Zhu, C., Fong, L., Li, X., Buhalis, D., & Chen, H. (2024). Short video marketing in tourism: Telepresence, celebrity attachment, and travel intention. *International Journal of Tourism Research*, 26(1), e2599. <https://doi.org/10.1002/jtr.2599>

Anexos

Guião da Entrevista “Perceção dos Moradores sobre a Aldeia de Catarredor”

1. Caracterização sociodemográfica do/a entrevistada/o

Sexo: _____ Idade: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Habilitações académicas: _____

Atividade profissional: _____

Tempo de residência na Aldeia: _____

Vivem outras pessoas consigo? Quem? _____

Vive na Aldeia o ano inteiro ou só uma parte do ano? _____

2. A ALDEIA DE CATARREDOR NA ATUALIDADE

Pergunta 1: Na sua opinião, quais são os principais problemas (ou as maiores dificuldades de viver) do/no Catarredor?

Pergunta 2: Qual/ais é/são a/s causa/s desses problemas/dificuldades?

Pergunta 3: Que opinião tem sobre as entidades públicas que no decurso do tempo tiveram responsabilidade na gestão da Aldeia?

Pergunta 4: Qual a sua opinião sobre a Associação do Casal de Catarredor?

Pergunta 5: Identifique, por favor, os principais pontos fortes/vantagens do Catarredor?

Pergunta 6: O que é que mais gosta na Aldeia?

Pergunta 7: Há algum lugar, sítio ou elemento na Aldeia ou na paisagem com importância histórica, ou que seja importante para si?

Pergunta 8: Que plantas/árvores, animais ou paisagens considera marcantes na Aldeia?

Pergunta 9: Que património natural ou cultural é diferenciador na Aldeia? Há alguma coisa que “só exista aqui”?

3. A ALDEIA DE CATARREDOR NO FUTURO

Pergunta 1: Acha que seria positivo virem mais pessoas para cá viver ou trazer mais gente para a aldeia? Porquê? E visitantes/turistas, como vê a sua presença?

Pergunta 2: O que não deve mudar nunca nesta aldeia? E o que deve mudar, evoluir?

Pergunta 3: Que usos poderiam ter as casas abandonadas/ruínas ou os terrenos abandonados?

Pergunta 4: Que tipo de atividades considera mais adequadas para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 5: Quais considera serem as principais vantagens dessas atividades para a Aldeia?

Pergunta 6: Quais são as estratégias que considera essenciais para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 7: Que fatores (condições) considera fundamentais para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 8: O que gostaria que melhorasse na Aldeia no prazo de cinco ou 10 anos?

Pergunta 9: Qual lhe parece ser a medida mais importante para o futuro da Aldeia?

Pergunta 10: Na sua opinião, qual é o recurso mais importante da (ou para o futuro) da Aldeia?

Pergunta 11: Qual o papel que pode desempenhar a ACC no futuro da Aldeia?

Pergunta 12: Qual o papel dos moradores/comunidade local no futuro da Aldeia?

Pergunta 13: Quais são as principais entidades/instituições que podem contribuir para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 14: De que forma as instituições públicas podem contribuir para o desenvolvimento do Catarredor?

Pergunta 15: Quais são as principais ameaças e oportunidades para o Catarredor?

Pergunta 16: A sua perspetiva é permanecer na Aldeia?

4. TEM MAIS ALGUM COMENTÁRIO OU SUGESTÃO A FAZER?

Guião da Entrevista “Perceção dos Proprietários de Edifícios, que não são residentes, sobre a Aldeia de Catarredor”

1. Caracterização sociodemográfica do/a entrevistada/o

Sexo: _____ Idade _____

Naturalidade: _____

Residência (Município): _____

Habilitações académicas: _____

Atividade profissional: _____

Viveu na Aldeia durante algum tempo (meses ou anos): _____

Tem ligação familiar ao Catarredor? _____

Quantos edifícios tem na Aldeia? _____

2. A ALDEIA DE CATARREDOR NA ATUALIDADE

Pergunta 1: Na sua opinião, quais são os principais problemas (ou as maiores dificuldades de viver) do/no Catarredor?

Pergunta 2: Qual/ais é/são a/s causa/s desses problemas/dificuldades?

Pergunta 3: Que opinião tem sobre as entidades públicas que no decurso do tempo tiveram responsabilidade na gestão da Aldeia?

Pergunta 4: Qual a sua opinião sobre a Associação do Casal de Catarredor?

Pergunta 5: Identifique, por favor, os principais pontos fortes/vantagens do Catarredor?

Pergunta 6: O que é que mais gosta na Aldeia?

Pergunta 7: Há algum lugar, sítio ou elemento na Aldeia ou na paisagem com importância histórica, ou que seja importante para si?

Pergunta 8: Que plantas/árvores, animais ou paisagens considera marcantes na Aldeia?

Pergunta 9: Que património natural ou cultural é diferenciador na Aldeia? Há alguma coisa que “só exista aqui”?

3. A ALDEIA DE CATARREDOR NO FUTURO

Pergunta 1: Acha que seria positivo virem mais pessoas viver para a aldeia? Porquê? E visitantes/turistas, como vê a sua presença?

Pergunta 2: O que não deve mudar nunca nesta aldeia?

Pergunta 3: Que usos poderiam ter as casas abandonadas/ruínas ou os terrenos abandonados?

Pergunta 4: Que tipo de atividades considera mais adequadas para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 5: Quais considera serem as principais vantagens dessas atividades para a Aldeia?

Pergunta 6: Que fatores (condições) considera fundamentais para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 7: O que gostaria que melhorasse na Aldeia no prazo de cinco ou 10 anos?

Pergunta 8: Qual lhe parece ser a medida mais importante para o futuro da Aldeia?

Pergunta 9: Na sua opinião, qual é o recurso mais importante da (ou para o futuro) da Aldeia?

Pergunta 10: Qual o papel que pode desempenhar a Associação do Casal de Catarredor no futuro da Aldeia?

Pergunta 11: Qual o papel dos moradores/comunidade local no futuro da Aldeia?

Pergunta 12: Quais são as principais entidades/instituições que podem contribuir para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 13: De que forma as instituições públicas podem contribuir para o desenvolvimento do Catarredor?

Pergunta 14: Quais são as principais ameaças e oportunidades para o Catarredor?

Pergunta 15: Pretende recuperar os seus edifícios? Para que finalidade(s)?

Pergunta 16: Pretender residir na Aldeia?

Pergunta 17: Conhece as propostas dos finalistas do mestrado integrado em Arquitetura da Universidade Lusíada para a Aldeia?

Pergunta 18: Em caso afirmativo, qual é a sua opinião sobre essas propostas?

Pergunta 19: Está disponível para ceder algum do seu património (edifícios) para espaço público ou outra finalidade na Aldeia, mediante contrapartida(s)?

4. TEM MAIS ALGUM COMENTÁRIO OU SUGESTÃO A FAZER?

Guião da Entrevista “Perceção das Entidades Públicas sobre a Aldeia de Catarredor”

1. Caracterização sociodemográfica do/a entrevistada/o

Sexo: _____ Idade: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Habilitações académicas/Área de formação: _____

Atividade profissional: _____

2. A ALDEIA DE CATARREDOR NA ATUALIDADE

Pergunta 1: Na sua opinião, quais são os principais problemas do Catarredor?

Pergunta 2: Qual/ais é/são a/s causa/s desses problemas?

Pergunta 3: Qual acredita ser atualmente a imagem externa da Aldeia? E de que forma essa imagem afeta a Aldeia?

Pergunta 4: Quais são os principais pontos fortes/vantagens do Catarredor?

Pergunta 5: Qual a sua opinião sobre a Associação do Casal de Catarredor?

3. A ALDEIA DE CATARREDOR NO FUTURO

Pergunta 1: Que tipo de atividades considera mais adequadas para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 2: Quais considera serem as principais vantagens dessas atividades para a Aldeia?

Pergunta 3: Quais são as estratégias que considera essenciais para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 4: Que fatores (condições) considera fundamentais para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 5: O que considera ser possível alterar na Aldeia, no prazo de cinco ou 10 anos?

Pergunta 6: Qual lhe parece ser a medida mais importante para o futuro da Aldeia?

Pergunta 7: Qual é o recurso mais importante para o futuro da Aldeia?

Pergunta 8: Qual o papel que pode desempenhar a Associação do Casal de Catarredor no futuro da Aldeia?

Pergunta 9: Qual o papel dos moradores/comunidade local no futuro da Aldeia?

Pergunta 10: Quais são as principais entidades/instituições que podem contribuir para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 11: Quais são as principais ameaças e oportunidades para o Catarredor?

Pergunta 12: Qual é a perspetiva da sua instituição, no plano das iniciativas (o que pensa ou vai fazer) a curto/médio prazo, para o desenvolvimento da Aldeia?

Guião da Entrevista “Perceção das Entidades Privadas sem Fins Lucrativos sobre a Aldeia de Catarredor”

1. Caracterização sociodemográfica do/a entrevistada/o

Sexo: _____ Idade: _____

Naturalidade: _____

Nacionalidade: _____

Habilitações académicas/Área de Formação: _____

Atividade profissional: _____

2. A ALDEIA DE CATARREDOR NA ATUALIDADE

Pergunta 1: Na sua opinião, quais são os principais problemas do Catarredor?

Pergunta 2: Qual/ais é/são a/s causa/s desses problemas?

Pergunta 3: Qual acredita ser atualmente a imagem externa da Aldeia? E de que forma essa imagem afeta a Aldeia?

Pergunta 4: Quais são os principais pontos fortes do Catarredor?

Pergunta 5: Qual a sua opinião sobre a Associação do Casal de Catarredor?

3. A ALDEIA DE CATARREDOR NO FUTURO

Pergunta 1: Que tipo de atividades considera mais adequadas para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 2: Quais considera serem as principais vantagens dessas atividades para a Aldeia?

Pergunta 3: Quais são as estratégias que considera essenciais para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 4: Que fatores (condições) considera fundamentais para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 5: O que considera ser possível alterar na Aldeia, no prazo de cinco ou 10 anos?

Pergunta 6: Qual lhe parece ser a medida mais importante para o futuro da Aldeia?

Pergunta 7: Na sua opinião, qual é o recurso mais importante para o futuro da Aldeia?

Pergunta 8: Qual o papel que pode desempenhar a Associação do Casal de Catarredor no futuro da Aldeia?

Pergunta 9: Qual o papel dos moradores/comunidade local no futuro da Aldeia?

Pergunta 10: Quais são as principais entidades/instituições que podem contribuir para o desenvolvimento da Aldeia?

Pergunta 11: Quais são as principais ameaças e oportunidades para o Catarredor?

Pergunta 12: Como pode contribuir para o desenvolvimento da Aldeia?

